



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

SIMONE DE ARAUJO PEREIRA

O SENTIDO PÚBLICO DA PRAIA URBANA

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2016

SIMONE DE ARAUJO PEREIRA

O SENTIDO PÚBLICO DA PRAIA URBANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, Doutorado em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador:
Prof. Dr. Rogerio Proença Leite

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

P436s Pereira, Simone de Araujo
 O sentido público da praia urbana / Simone de Araujo Pereira ;
 orientador Rogério Proença Leite. – São Cristóvão, 2016.
 304 f. : il.

 Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de
Sergipe, 2016.

 1. Sociologia urbana. 2. Praias – Natal (RN). 3. Estilo de vida.
4. Comportamento humano. 5. Costa – Aspectos sociológicos. I.
Leite, Rogério Proença, orient. II. Título.

CDU 316.334.56(813.2)

SIMONE DE ARAÚJO PEREIRA

O SENTIDO PÚBLICO DA PRAIA URBANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Doutorado em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

São Cristóvão, 15 de abril de 2016.

Prof. Dr. Rogerio Proença Leite (UFS) – Orientador

Prof.^a Dr.^a Lisabete Coradini (UFRN)

Prof. Dr. Denio Santos Azevedo (UFS)

Prof.^a Dr.^a Mariana Selister Gomes (UFS)

Prof. Dr. Franz Josef Brüseke (UFS)

AGRADECIMENTOS

A tese é fruto do resultado de reflexões próprias, mas que decorrem da apresentação de leituras, objeções, consideração e observações feitas por muitos que estiveram presentes durante os anos de pesquisa e feitura da tese. Neste sentido, os agradecimentos são direcionados àqueles que contribuíram diretamente para o resultado da pesquisa.

Ao professor e orientador Dr. Rogerio Proença Leite, a quem honro pela postura acadêmica e intelectual, agradeço pela persistência e a paciência para o desenvolvimento deste trabalho e enquanto entusiasta do desenvolvimento de carreiras acadêmicas, sobre a minha não seria diferente. Através dele pude conhecer a "sociologia urbana" e o arcabouço teórico necessário para se pensar as nuances da vida nas cidades contemporâneas.

Ao Prof. Dr. Carlos Fortuna, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o qual assumiu a condição de "orientador externo" durante o Estágio de doutoramento (DSW/CAPES) na Universidade de Coimbra - CES-UC (2015).

Aos professores do Doutorado em Sociologia, do Programa de Pós-graduação em Sociologia, na pessoa do Prof. Dr. Franz Brüseke, o qual pôde me guiar pelas mais longínquas reflexões sobre a sociedade e me fez pensar sobre os propósitos da sociologia, enquanto disciplina analítica.

Aos colegas do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais, na pessoa de Allan Veiga, que discutia de forma incessante sobre os rumos da pesquisa, e, com os quais foi possível discutir minha tese, em eventos como o Seminário de Pesquisa Sextas-Urbanas, que se tornou produtivo ao desenvolvimento da pesquisa.

Aos meus colegas de doutorado da turma de 2012, pelas pertinentes observações feitas à minha pesquisa.

Aos membros da banca, Prof.^a Dr.^a Lisabete Coradini (UFRN), Prof. Dr. Denio Santos Azevedo (UFS), Prof.^a Dr.^a Mariana Selister Gomes (UFS), Prof. Dr. Franz Josef Brüseke (UFS).

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFS.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES por todo financiamento da pesquisa.

À Universidade Federal de Sergipe.

Meus mais sinceros agradecimentos para todos.

Ao meu filho, cujo amor é incondicional.
À mais bela flor de todas, minha mãe.
Ao meu amado pai.
À minha querida irmã-amiga.
Aos meus admiráveis irmãos-amigos.

RESUMO

A presente tese buscou compreender a praia a partir da análise das práticas que são estabelecidas na faixa-de-areia. Bem como, analisar o que comumente se reconhece como “estilo praiano” ou “estilo de vida praiano”. O estudo se desenvolveu nas praias urbanas da cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, entre as praias que compõem o litoral natalense encontram-se a Praia de Ponta Negra, do Meio, Areia Preta e da Redinha. A compreensão do sentido público da praia urbana deu-se inicialmente a partir do reconhecimento da história do banho de mar e do processo de aproximação da cidade à praia, tal compreensão revelou dois aspectos centrais para pensar a configuração da praia urbana: o desejo pela beira-mar; e, as tensões entre os valores consolidados do continente e as práticas que emergiam da praia. O desejo se apresenta como configurador da praia, na medida em que esta se realiza pelas expressões retroalimentadas de desejos infinitos. As tensões, que não são necessariamente as mesmas, ainda são observáveis na configuração a praia. Há sempre algo novo que se diz poder fazer na beira-mar e que parece desafiar as regras advindas do continente. A praia é percebida pela sua particularidade de efemeridade (caracterizado pela impermanência, tem uma dinâmica não fixa), fluidez (em suas variadas formas de apropriação) e fugacidade (a velocidade de sua dinâmica, em fluxos que determinam a lógica das cidades). A praia, tornando-se parte da cidade, apresenta-se como espaço de lazer desta e consolida-se como a possibilidade de liberdade em relação a dinâmica exaustiva da cidade. O praiano, sobre o qual se afirma possível qualificar cidades, estilos e pessoas, e que é comumente entendido como despojados, livres e leves, ao ser analisado no âmbito da cidade, reconhece-se a ressonância do urbanismo em sua determinação, sendo compreendido pela ressonância que estabelece com o urbano. A noção de estilo é repensada a partir da noção de design. Desta forma, o “estilo praiano”, ou “estilo de vida praiano”, revela-se enquanto um *redesign* do urbano, sobre o qual se observa que o mesmo se apresenta não tão despojado, não tão livre e nem tão leve.

PALAVRAS-CHAVE: Praia. Praiano. Cidade. Desejo. Liberdade.

ABSTRACT

This these aims to understand the beach by the analysis and the practices established in the stretch-of-sand, as well as to analyze the ‘beach lifestyle’. The study was developed in the urban beaches of Natal city, capital of Rio Grande do Norte. The beaches Ponta Negra, Meio Beach, Areia Preta and Redinha comprise Natal coastline. The understanding of the public sense of urban beach, initially from the recognition of the sea bathing history and the process of bringing the city to the beach, has revealed two major aspects regarding the pattern of the urban beach: the desire for living by the sea, and the tensions between the mainland values and practices that emerged from the beach. The desire has been presented as beach configurator, as it is fulfilled by feedback expressions of infinite desires. Tensions, which are not necessarily the same, are still observable on the beach. It is said that there is always something new that can be done on the coast that seems to defy the mainland rules. The beach is perceived by its ephemerality (characterized by impermanence, as it has a not fixed dynamics), fluidity (in different forms of appropriation), and fugacity (its dynamics speed, for the flows which determine the logic of the cities). The beach, as part of the city, has become a leisure space and has emerged as the possibility of freedom from the exhaustive dynamics of the city. The beach lifestyle, comprising the cities, styles and people, is normally understood as casual, free and relaxed, when it is analyzed within the city area, it is recognized the resonance of urbanism in the determination established with the city, The notion of style is rewarded from the notion of design. Thus, the “beach lifestyle” is revealed as a redesign of the urban, and it has been observed that it is not so casual, not so free and not so relaxed.

KEY WORDS: Beach. Beach lifestyle. City. Desire. Freedom.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 Caracterização do objeto e Problemática.....	18
2 Procedimento metodológicos.....	32
 CAPÍTULO 1: (RE)CONFIGURAÇÃO DA BEIRA-MAR: DO "ESPAÇO DO VAZIO" À PRAIA	 35
1.1 TEMPO DE CONTEMPLAÇÃO: O INVISIBILIZADO LUGAR DISTANTE.....	43
1.2 TEMPO DE EXCEÇÃO: UM OUTRO LUGAR.....	56
1.2.1 A estética da cura	56
1.2.2 A estética do insólito: a moda e o processo de desnudamento do corpo modesto.....	70
1.3 TEMPO DA POLISSEMIA: O MEU LUGAR	98
 CAPÍTULO 2 AS PRÁTICAS PRAIANAS NA CONFIGURAÇÃO PRAIA.....	 130
2.1 ESFEROLOGIA DA PRAIA: A CO-VIVÊNCIA PÚBLICA NA ESPUMA PRAIANA.....	136
2.2. A ESPUMA PRAIANA: O QUENTE CLIMA NA AREIA DA PRAIA.....	160
2.3 O DESEJO DE LIBERDADE PELO CLIMA PRAIANO.....	190
 CAPÍTULO 3 O CONSUMO E O ESTILO DE VIDA PRAIANO.....	 217
3.1 ECONOMIA DA PRAIA: UMA GUERRA DE LUGARES.....	221
3.2 ENTRE ESTILOS E MODOS: PARA ALÉM DA FAIXA-DE-AREIA APENAS A ARTE ORNAMENTATIVA	245
3.3.OS FLUXOS DA LIBERDADE NO "ESTILO DE VIDA PRAIANO"	270
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 287
REFERÊNCIAS	299

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Arte na areia da praia. Fonte: Fan Page de Andres Amador. Daly City, CA.	19
Figura 2: Fotografando o processo de criação em Llandudno Beach. Fonte: FanPage de Andres Amador. 02/09/2015	20
Figura 3: Roman Baths. Fonte: http://whc.unesco.org/en/list/428/gallery/	45
Figura 4: O rio Potengi entre a Redinha e Santos Reis atualmente. Fonte: Google maps.....	53
Figura 5: "Casa de Banho de D. João VI" ou "Museu da Limpeza Urbana" antes e depois de reformas. Fonte: rioguiaooficial.com.br	62
Figura 6: A marcação em vermelho do novo bairro apresenta a localização da Nova Natal, ao Sul do rio Potengi. Fonte: googlemaps	65
Figura 7: Demarcação em vermelho da área que compreende a Praia de Areia Preta. Fonte: googlemaps	65
Figura 8: Queen Victoria's bathing machine at Osborne House on the Isle of Wight. http://www.theaustralian.com.au/	78
Figura 9: Beale bathing machine. Fonte: New York Times, August 11, 1906.....	77
Figura 10: Congestionamento de máquinas de banho na Inglaterra, 1900. Fonte: http://www.oobject.com/category/9-bathing-machines/	77
Figura 11: Bathing machines, Scarborough. Fonte: http://melbourneblogger.blogspot.com.br/	76
Figura 12: A imagem faz referência ao traje comum até o século XIX. As senhoras se aproximam das máquinas de banho. Fonte: http://www.victoriana.com/library/Beach/	78
Figura 13: Mulheres em trajes de banho estilo marinheiro na praia de Coney Island, EUA, em 1897. Fonte: http://flashbak.com/victorian-era-beach-	80
Figura 14: Cabana considerada mais antiga da costa britânica. Fonte: http://www.bournemouthecho.co.uk	81
Figura 15: Mulheres trocam de roupa em cabines em praia do Rio de Janeiro. Fonte: Butiques de Ipanema de Renata Sernagiotto.	82
Figura 16: Mulher e instrutor de natação em Midland Beach, Staten Island, New York. Fonte: http://flashbak.com/victorian-era-beach	83
Figura 17: Annette Kellerman usando seu controverso maiô de uma peça, início de 1900. Cortesia George Grantham Bain coleção, Biblioteca do Congresso para o site: http://www.australia.gov.au/	84
Figura 18: Annette Kellerman por volta dos 18 anos de idade. Cortesia Hilton Cordell Productions e Museu Nacional da Austrália para o site: http://www.australia.gov.au/	85
Figura 19: Prisão de Annette Kellerman, Boston, em 1907. Fonte: http://www.australia.gov.au/	85
Figura 20: O modelo para praia em peça única estampa a capa da Vogue de 1919.	86

Figura 21: Modelos para natação da Jantzen. Fonte: http://www.jantzen.com/timeline.html	87
Figura 22: Red Diving Girl no catálogo da Jantzen na década de 20. Fonte: http://www.jantzen.com/timeline.html	88
Figura 23: O modelo shouldaire no catálogo de 1931. Fonte: http://www.jantzen.com/timeline.html	89
Figura 24: Michele Bernadini vestindo o menor traje de banho já fabricado. 1946, Paris.....	90
Figura 25: Leila Diniz em 1971 exibe sua barriga de grávida na praia de Ipanema. Fonte: http://blogs.ne10.uol.com.br/social1/2015/03/25/os-70-anos-de-leila-diniz-simbolo-da-revolucao-feminina/	91
Figura 26: A modelo Monique Evans vestindo um modelo asa-delta. A modelo foi considerada a musa do asa-delta na década de 90. Fonte: http://marianakalil.com.br/turma-da-mari/um-passeio-pela-vida-do-biquini-e-uma-galeria-de-modelos-para-o-verao-2016/	92
Figura 27: Peggy Moffitt com o monoquini criado por Rudi Gernreich em 1964. Imagem disponível em: http://www.messynessychic.com/2014/03/05/the-first-monokini-trying-to-make-the-topless-swimsuit-happen-in-1964/	93
Figura 28: Ponta Negra na década de 60. Foto: Jaeci Emereciano. Fonte: memoriaviva.com.br	104
Figura 29: Praia de Ponta Negra em 2013. Foto: Autora. Fonte: Acervo pessoal.....	106
Figura 30: Imagem areia da Praia de Ponta Negra, no alto do canto esquerdo o morro do Careca. Fonte: http://www.aerovista.com.br/category/cidades/ . Acesso realizado em: 02/12/2014.....	137
Figura 31: Caminhantes na praia de Ponta Negra em 09/11/2014. Fonte: Acervo pessoal. Autor: Foto da autora.	140
Figura 32: Banhistas em praia portuguesas. Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora	142
Figura 33: Um olhar sobre a configuração esférica na praia Areia Preta. Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora.....	143
Figura 34: Banhistas douram os pelos na praia Areia Preta. Ao fundo rapazes observam o movimento e fumam maconha. Em 09/11/2014. Fonte: Acervo pessoal. Autor: Foto da autora.....	145
Figura 35: Banhista aguarda a colocação das mesas pelos barraqueiros. Em 10/11/2014. Fonte: Acervo pessoal. Autor: Foto da autora.....	146
Figura 36: É comum a utilização de fone de ouvido entre os banhistas que estão sozinhos. Fonte: Acervo pessoal. Foto: autora	147
Figura 37: A performance de Janaína para atrair clientes, o ambulante oferece o serviço de som e venda de cd pirata (não são originais). Fonte: acervo pessoal. Foto: da autora.	151
Figura 38: Mulheres caminham e observam as pessoas sentadas, ao tempo em que são também observadas. Fonte: Acervo Pessoal. Foto: Autora.....	141
Figura 39: A atriz Cristina Flores vestindo a camisa após abordagem policial. Fonte: http://oglobo.globo.com/rio/peitando-moral-topless-no-rio-10920327 . Acesso realizado em dezembro de 2013.	173

Figura 40: Imagem de Gabeira com a tanga que foi reproduzida em vários jornais da época. Disponível em: http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2014/04/gabeira-o-heroi-rebelde.html	175
Figura 41 – Foto de manifestantes no Toplessaço em Ipanema. Imagem das manifestantes. Foto 1 - Portal G1; Autora: Renta Soares. Foto 2 - Portal G1-21/12/2013; Autor: Ricardo Moraes/Reuters...	176
Figura 42: Aheda Zanetti ao lado de Mecca Laalaa vestidas com o Burqini em praia australiana. Fonte: powerhousemuseum	182
Figura 43: Modelos mais diminutos de trajes de banho, todos lançadas em 2014. Fonte: fmimpacto107.com.ar; chilanguerias.com/penekini; www.dogguie.net/bikini-super-mini	185
Figura 44: Sombra dos prédios nas praias de Vila Velha. Disponível em: http://www.gazetaonline.com.br	222
Figura 45: Final de tarde nas praias do litoral de Recife. Fonte: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=393452	223
Figura 46: Sombra dos prédios na Orla do Balneário Camboriú. Fonte: gazetadeitapoa.com	223
Figura 47: Distribuição da população brasileira por município. Fonte: Projeto Orla: Implementação em território com urbanização consolidada.	231
Figura 48: Ambulantes comercializam seus produtos na Praia de Ponta Negra. Foto: Autora. Fonte: Acervo pessoal	236
Figura 49: Ambulante na praia de Ponta Negra. Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora	237
Figura 50: Trabalhadores da praia de Ponta Negra. Na parte superior da perspectiva da foto os barraqueiros, na parte inferior, ambulantes e clientes. Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora	242
Figura 51: Trabalhadores da praia de Ponta Negra. Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora	243
Figura 52: Imagem do evento Paris-plage. Fonte: parisworldwide	246
Figura 53: Imagem interna do maior parque aquático do mundo. Conteúdo disponível em: http://sfjapantown.org/news/seagaia-ocean-dome-japans-indoor-man-made-beach/	248

INTRODUÇÃO

A praia é atualmente um dos cenários mais expressivos de “co-vivência” (SLOTERDIJK, 2003) pública na contemporaneidade. Embora poética e romantizada, indubitavelmente, tornou-se capaz de desnudar variados elementos que compõem o cotidiano da vida moderna e de pôr luz à compreensão de determinados fatores que por vezes se camuflam em outros espaços da cidade. A cidade revela-se, diante do ambiente praia, detentora de um cotidiano exaustivo entre obrigações e afazeres, enquanto a “praia urbana” apresenta-se como uma margem da cidade que consistiria em outra possibilidade de vivenciar o mundo, sendo ela capaz de dar novo fôlego àqueles que se sentem exauridos pela rotina urbana. Orgulhosos, os moradores das cidades que tem em seus limites geográficos o mar, sendo de certa maneira “mimados” (SLOTERDIJK, 2003) pela praia, dizem morar em uma “cidade praiana”.

As cidades praianas, que podem ser assim reconhecidas, inicialmente pelo simples fato de serem margeadas por um extenso litoral, como é o caso da cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, a qual se constitui no objeto de análise dessa Tese, recebem uma série de adjetivações que as evidenciam como detentoras de uma certa “cultura praiana”, ou ainda, referenciadas como capazes de comportar um “estilo de vida praiano”. Isto porque, não são poucos os fatores geográficos e econômicos que são evidenciados nestas cidades para as suas promoções enquanto turísticas.

A cidade de Natal é conhecida como a “cidade do sol”, tal adjetivação decorre da possibilidade de se ir à praia em quaisquer dos trezentos dias de sol que se apresentam a cada ano; peculiaridade que possibilita à Natal ser conhecida como a “Capital Mundial do Buggy”¹, afinal sua condição ensolarada dispensa a necessidade de proteção do teto de carros contra a chuva e ainda refresca em seus dias mais quentes; é, ainda, denominada como a “Terra do Camarão”, em decorrência de sua relação econômica com o mar, que torna os mariscos algo marcante na culinária natalense.

[¹] Buggy “refere a um veículo pequeno e aberto, com pneus largos, usado para recreação. Com boa capacidade para andar na areia, são muito utilizados no Nordeste, para passeios nas praias”. Conteúdo disponível em: <http://duvidas.dicio.com.br/buggy-ou-bugre/>

Natal civiliza-se pela praia, Natal é uma típica cidade praiana brasileira (MARINHO M. M., 2008). Comumente se afirma que cidades margeadas pelo mar são praianas, porém, se reconhece, para fins desta tese, que a aparente adjetivação, simplória, de uma cidade como praiana, revela uma série de questionamentos que guiam ao elemento inicial de derivação da ideia de praiano, ou seja, ao entendimento acerca da própria ideia de praia. Desta forma, caberiam as seguintes indagações, que se tornam norteadora da reflexão proposta: O que torna o litoral uma praia e, conseqüentemente, o que transforma a praia em detentora de uma derivação adjetiva capaz de classificar uma cidade? O que podemos entender por praia na contemporaneidade? O que, afinal, é possível compreender por “cultura praiana” e/ou “estilo de vida praiano”?

Nesta tese, busca-se responder estes questionamentos, percorrendo as praias do litoral sul e norte da cidade de Natal. O litoral sul compõe-se apenas da praia de Ponta Negra, a qual se torna referência do turismo de “sol e mar” brasileiro e internacional; enquanto o litoral norte compõe-se das praias do Meio, de Areia Preta e da Redinha, que por vezes são reconhecidas pelos moradores da cidade como, o que se pode denominar de, praias “marginas”, e outras como “tradicionais”.

As análises contemporâneas sobre a praia delimitam-se à compreensão da mesma enquanto espaço que se contrapõe às rotinas estabelecidas nas cidades, ou seja, de um lado está a cidade e do outro a praia. Entretanto, percebe-se a necessidade de compreender este espaço para além desta dicotomia, ao considerar que a praia estabelece uma relação direta com os usos da cidade, seja pelo processo de adensamento das áreas urbanas, que seguem os processos de urbanização do litoral, seja pelo próprio processo de formação da cidade, que se estrutura a partir do litoral.

Nesse sentido, foi proposta uma análise sobre os usos da praia, na medida em que o litoral passa a integrar o cotidiano da cidade, bem como uma investigação sobre a considerável importância que se expõe sobre a ideia de praiano, uma vez que tal noção se impõe como adjetivação, não apenas de cidades, mas também de um certo “estilo de vida”. Considerando ser este um tema com poucas abordagens no âmbito das ciências sociais, alguns questionamentos sobressaíram à análise no processo de desenvolvimento da pesquisa, sendo oportuno indagar sobre o processo relacional estabelecido entre a praia e a cidade, na orientação de práticas que reproduzem sentidos e eliminam a noção dicotômica apresentada sobre ambos. Assim, tornou-se pertinente compreender o que se pode apreender acerca das assertivas que

afirmam ser a “praia urbana” e a “cidade praiana”. Então, o problema central que norteou a pesquisa resultou do seguinte questionamento: em que medida as práticas praianas, em praias que se encontram próximas a centros urbanos, reproduzem as relações estabelecidas em espaços públicos das cidades?

Neste sentido, buscou-se reconhecer o processo de aproximação da cidade à praia e como o litoral passa a ser valorado como ambiente voltado ao lazer. Para pensar a dinâmica da faixa-de-areia, enveredou-se pela compreensão da adjetivação que deriva da praia, ou seja, a noção de praiano, que classifica cidades, ambiente e pessoas. Diante disto, analisou-se o que se pode reconhecer a partir da noção comumente aceita acerca de um “estilo de vida praiano”. Assim, foi possível analisar a cidade a partir da praia, cidade sobre a qual dizem ser praiana, bem como, a praia que é classificada como urbana. Esse caminho favoreceu a compreensão da dinâmica da faixa-de-areia a partir de seu entorno e de suas ressonâncias na cidade.

Nesta perspectiva, os capítulos desta tese dividem-se na expectativa de responder o problema de pesquisa acima apresentado, tomando como base os questionamentos inicialmente postos. No primeiro capítulo, busca-se analisar o processo de aproximação das cidades pelo avanço da urbanização sobre o litoral e a determinação desta ambiência, em composição, enquanto praia (ou praiano).

Desse modo, busca-se apreender como o litoral torna-se praia, numa análise que busca evidenciar o processo de aproximação ao litoral e, junto a este, a descoberta dos amplos significados dos banhos de mar para a vida cotidiana. Neste sentido, a história do banho de mar revela as tensões estabelecidas entre os “desejos” (LÉVINAS, 2010) pela praia e as barreiras morais e valorativas de determinados períodos históricos, cujo corpo e suas vestimentas tornam-se importantes para se pensar tais tensões. E, ainda, como o banho de mar e as vestimentas apropriadas para tal, podem informar acerca de uma “estética”² da praia, uma vez que se estabelecem como delineadores relacionais entre as pessoas e o ambiente praiano.

Assim, o capítulo divide-se em quatro subitens: o primeiro item corresponde ao Tempo de Contemplação, o litoral é o “lugar distante”, cuja apreciação é o aspecto mais

[2] Para fins desta, neste primeiro capítulo que se propõe adentrar em aspectos históricos, a noção de estética corresponde a “expressão de uma compreensão” (BENAJMIN, 1984) , o que se torna evidente durante o processo de apreensão histórica da aproximação física da cidade à praia e das mudanças apreendidas no âmbito das vestimentas para o banho de mar.

significativo deste período, no qual se apresenta o mar pela Estética da Contemplação, revelando um olhar de longe, onde este longe é o continente; no segundo item apresenta-se o Tempo da Exceção, o qual se caracteriza por um duplo movimento estético, que corresponde, primeiramente, à Estética da Cura e, posteriormente, à Estética do Insólito, fazendo referência ao período em que a praia é percebida como um “outro lugar”, nele, apresenta-se as investidas iniciais do banho de mar e como este se torna motivo de tensões em relação a “modéstia”³ e a exposição pública de partes do corpo; o terceiro item corresponde ao Tempo da Polissemia, o qual é caracterizado pela percepção da praia pela Estética da Polifonia, neste momento apreende-se que a praia deixa de ser o “lugar distante” ou o “outro lugar” e passa a ser “próprio”. A praia é, então, notada a partir da percepção do “meu lugar”, considera-se o inteiro processo de aproximação da cidade à praia, a análise volta-se à compreensão da cidade que se compõe desta praia, atentando que a praia enquanto espaço de lazer é uma configuração “moderna”⁴, o que permite problematizar acerca do que se tornou a cidade, resultando em uma dinâmica cotidiana exaustiva, relativo à ideia de “Sociedade do Cansaço” (HAN, 2014b), sobre a qual se exige não apenas espaços de lazer, mas a sublimação do urbano pelos ambientes que se deseja.

No segundo capítulo, segue-se em uma descrição analítica dos usos que se estabelecem na praia urbana contemporânea. Busca-se responder o questionamento acerca do que se pode compreender por praia na contemporaneidade. Desta forma, direciona-se a análise à caracterização da praia em um sentido sociológico. Analisa-se a “configuração” (SLOTERDIJK, 2003) da faixa-de-areia em seu processo de apropriação diária e relacional com a cidade. Neste item, a apropriação diária do espaço pelos seus usuários torna-se a base norteadora da compreensão da praia. Evidencia-se nesta dinâmica o desejo pela beira-mar, revelado no reconhecimento do processo de aproximação da cidade à praia. O “desejo” (SLOTERDIJK, 2003) é entendido como aspecto preponderante do “estar na praia”, não apenas se deseja estar na praia, mas retroalimenta-se por variados outros desejos que se revelam na

[3] O termo modéstia, que será retomado no item em questão, faz referência a noção de “Pudícia, recato”, relacionado a ideia de pessoa decente e com recato dos seus costumes. (<http://dicionarioaurelio.com/modestia>).

[4] A noção de “moderno” está associada à percepção das transformações transcorridas no âmbito do “desenvolvimento técnico”, entendimento que se mostra interessante para se pensar a permeabilidade estabelecida entre a praia e a cidade, caracterizados, respectivamente, como natureza e técnica.

praia. A análise indicou que se deseja a praia, principalmente, em decorrência do exaustivo cotidiano que a cidade moderna resultou.

Neste sentido, o desejo pelo libertar-se da cidade é o mais evidente, diante deste, tantos outros desejos se “retroalimentam” (LÉVINAS, 2010), tais como o desejo de banhar-se ao mar, de bronzear-se, de ver e ser visto, de consumir a paisagem, além dos produtos e serviços que se dispõem na praia. Para tanto, o capítulo divide-se em três subitens: o primeiro dedica-se a descrição do processo de apropriação da praia enquanto múltiplas “esferas humanas”, que se agrupam para formar uma “espuma” humana, a qual resulta na “configuração” praia (SLOTERDIJK, 2003); o segundo subitem, refere-se a análise do “clima” praiano, ou seja, como se determina a co-vivência nas esferas e entre as esferas humanas para a manutenção da “espuma” humana; por fim, no terceiro subitem, evidencia-se o desejo como aspecto mais manifesto no âmbito das cidades, revelando a praia como contínua expressão dos múltiplos e dissonantes desejos que emergem nas cidades urbanas.

O terceiro capítulo dedica-se a responder o último questionamento: o que se pode compreender por “cultura praiana” ou mesmo “estilo de vida praiano”. Suplantada a impossibilidade analítica de apreensão de uma noção de “cultura praiana”, adere-se à possibilidade de análise do que comumente se entende por “estilo de vida praiano”. Neste sentido, verifica-se, a partir de elementos que compõem a análise sobre a economia da praia, os aspectos relacionados às demandas legais de proteção ao ambiente marinho e suas tensões com o desenvolvimento econômico da região. Atenta-se nesta reflexão, para o turismo de “sol e mar” e às demandas econômicas locais que influenciam no processo de expansão urbana.

Neste sentido, pôde-se verificar aspectos que se tornam evidentes em uma análise sobre a praia, os quais estão representados nas estruturas físicas que avançam em direção ao ambiente litorâneo e reorientam a região, resultando, desta forma, em uma paisagem aparentemente técnico-natural, pela qual se busca comercializar o praiano. Para tanto, o capítulo divide-se em três itens. No primeiro, discute-se sobre a economia da praia no âmbito das modificações e práticas no litoral. Nele, buscou-se expor aspectos legais que correspondem à preservação do litoral e evidenciar o desenvolvimento do turismo litorâneo, que se estabelece a partir da promoção de espaços a serem utilizados no tempo voltado ao lazer, sugerindo formas de ocupação do tempo livre, abordando especificamente o turismo de “sol e mar”, o qual se torna evidente na configuração do espaço que se reconhece como praiano.

No item seguinte, evidencia-se o resultado desta “economia da praia”, agregando fatores discutidos nos capítulos anteriores, ao entendimento do que comumente se entende como “estilo praiano”. Para tanto, discute-se inicialmente as categorias “estilo” e “modo”, que são utilizadas de forma indiscriminada nas ciências sociais, ainda mais quando adjetivada pela palavra “vida”. No intuito de responder como se agrega um estilo ao modo de vida urbano, buscou-se, na história da arte, a compreensão de tal possibilidade. Este caminho compreensivo decorre do entendimento de que a noção de “estilo”, enquanto categoria analítica, advém das análises sobre as obras artísticas. Assim, correlaciona-se a noção de “arte” (HEIDEGGER M. , 1977) enquanto relativa a noção de “praia” e, sobre a ideia de “obra de arte” (HEIDEGGER M. , 1977) àquilo que se entenderá como “praiano”. Seguiu-se por este caminho para se pensar como o ambiente-praia adentra a cidade e, conseqüentemente, a define.

Por fim, no último item, analisa-se a correspondência da noção de estilo praiano associada à palavra vida, o que guia ao entendimento da noção de “estilo de vida praiano”, o qual decorre de uma compreensão dos usos estabelecidos na praia e do deslocamento dos usos da faixa-de-areia, que se amplia para além dos limites da praia. Desta forma, depreende-se que o praiano, enquanto estilo de vida, é mais uma, porém relevante, possibilidade de se vivenciar a cidade. Para uma definição de estilo, que possibilitasse abarcar todo o espectro passível de entendimento ao que se reconhece como praiano, buscou-se na noção de “*design*” (SLOTERDIJK, 2003; LATOUR, 2014) os componentes necessários à sua definição. Assim, a noção de estilo de vida é caracterizada a partir do entendimento descrito pela noção de *redesign* (LATOUR, 2014). Para tanto, entende-se o urbanismo como “modo” de vida, e que, por este, busca-se, através de um *redesign* pela praia, apresentar ambientes que possibilitem “imunizar” os aspectos do exaustivo cotidiano das cidades.

Neste sentido, a presente tese percebe a praia como uma configuração que se revela na modernidade, cuja aproximação da cidade ao litoral o qualifica em termos e usos. Em resposta ao problema central, o qual questiona em que medida as práticas praianas, em praias que se encontram próximas a centros urbanos, reproduzem as relações dos espaços urbanos, entende-se que a praia se torna um espaço de ressonância das cidades que a circunda, na medida em que a praia passa a ser percebida como um ambiente de lazer, no qual se busca libertar-se das demandas cotidianas da cidade. A praia revela-se pela expressão de desejos e realiza-se em desejos contínuos, pois a cidade agencia o desejo pela praia. No entanto, na praia os desejos são retroalimentados, a partir do qual se revelam incalculáveis práticas, que são compreensíveis pelo desejo de se estar na praia e livrar-se do cansaço proveniente das cidades.

A partir da análise dos aspectos que resultam e compõem a praia na contemporaneidade, pode-se afirmar que os usos da praia correspondem a uma fuga da cidade exaustiva, enquanto o praiano é a configuração que resulta de desejos de livrar-se da dinâmica urbana, ou ao menos de tornar-se “ícone” (SLOTERDIJK, 2003) às demandas exaustivas da cidade. De tal modo, o estilo de vida praiano, considerado como um *redesign* da cidade, é percebido como uma forma de vida urbana, que consome uma imagem específica que retroalimenta o desejo de liberdade pela praia.

Assim, compreende-se que o sentido público da praia urbana corresponde à realização de desejos retroalimentados pela dinâmica exaustiva da cidade. Portanto, ao se mencionar sobre liberdade pela praia, é decerto a correspondência de que a praia possibilita uma liberdade em decorrência da exaustiva cidade, mas que impede uma afirmação acerca da pretensa liberdade efetiva na faixa-de-areia, uma vez que esta apresenta silhuetas, formas, modelos, designs, que estão sempre mediados e controlados pelos mesmos valores estabelecidos no âmbito do urbanismo. Assegura-se, assim, a possibilidade de se reafirmar que o desejo se revela como configurador deste espaço, no qual se deseja libertar-se do cotidiano da cidade, na mesma medida que se deseja expor o corpo, banhar-se ao mar, bronzear-se ao sol, ser visto e observar os demais, ou simplesmente de estar na praia.

1 Caracterização do objeto e Problemática

Uma percepção distanciada da praia, um olhar de longe, permitiu inicialmente uma demonização do mar e posteriormente uma poetização romantizada do mesmo. Porém, depreende-se que ambas impressões percebiam este mesmo mar como um possível caminho para a liberdade. Ao longo do processo histórico de reconhecimento do que se chama, para fins deste tese, de “aproximação” da cidade à praia pela intensificação do urbanismo, revelam-se variados usos, os quais proporcionam a expressão de uma complexa teia de motivações e

práticas. O olhar lançado sobre a história do banho de mar apresentou este processo de aproximação e os variados usos e expressões que revelam sempre novas possibilidades, são expressões de uma dinâmica efêmera e fluida, afinal na praia não se fixa, mas mesmo assim reveladora da complexidade que envolve a análise e o reconhecimento do ambiente em sua inevitável fugacidade que se envolve de práticas frequentes. Olhar para a praia será sempre um olhar para os fluxos e variações de práticas numericamente indeterminadas, ao tempo em que se qualifica pela peculiar volatilidade de usos na contemporaneidade da faixa-de-areia.

É ilustrativo desta fluida dinâmica a efemeridade da arte de Andres Amador⁵ (Ver figura 1), que tem a manutenção de seus traços artísticos determinada pelo movimento das ondas, entre a maré baixa e a maré alta. As delineações que compõem a sua arte-na-areia contribuem à caracterização e à problematização do uso das praias e o cotidiano da cidade na contemporaneidade.



Figura 1: Arte na areia da praia. Fonte: Fan Page de Andres Amador. Daly City, CA.

Assim como para os traços do artista, o movimento das ondas, bem como outros aspectos naturais, também contribui para delimitar os usos na faixa-de-areia, uma vez que revela a vulnerabilidade das configurações que se estabelecem na praia e determina o que reconhecemos como práticas praianas.

A cada dia que o artista se expressa é possível olhar para a areia da praia e apreciar os novos, porém breves, contornos artísticos de Amador. Sua técnica é livremente delineada na areia-da-praia, cujos contornos vão dando formas ao que o artista entende como expressão de sua arte: orientam-se e organizam-se pelos mais leves traços ganhados nas finas pedrinhas que, com mais alguns elementos da natureza, água e sol, permitem os jogos de luz e sombra da tradicional técnica artística que dá forma às perduráveis pinturas em tela. Pelas palavras de Amador, o mais importante de sua arte, não é perdurar no tempo, nem mesmo a conformação única e permanente de sua técnica ou formas possíveis a partir dela, mas o simples fato de ele

[⁵] Em breve descrição, Andrés Amador, diz ser natural de São Francisco, nascido em 1971 e renascido várias vezes deste então. Quanto a sua arte na praia, responde: "The unanswerable question! Its fun. I get to be at the beach". Fonte: <http://www.andresamadorarts.com/>

poder estar na praia, explica-se que se importa em poder desenvolver seu trabalho em um ambiente agradável como é o da praia. Esta afirmação preenche-se de romantismo e agrada um grandioso número de admiradores⁶ que profundamente suspiram pelo amor à arte que se expressa junto à natureza, em uma combinação perfeita entre o ar que enche os pulmões de saúde, o sol que possibilita à coloração “natural” da pele saudável, e a água do mar que toca em muitos momentos os pés do artista e dos curiosos que o observam.

Quando se analisa de forma criteriosa a afirmação de Amador, referente ao mais prazeroso de sua arte, que é trabalhar na praia, constata-se duas contradições fundamentais. Primeiro porque esta afirmação diz-se sobre si e não sobre a arte, o que permite refletir sobre o indivíduo que deseja algo para si, mesmo que diante de algo que pareça ser feito para o outro. Segundo, que esta arte romantizada, a qual o autor diz não se importar com sua temporalidade existencial, pois facilmente se esvai com a água do mar, é eternizada pelas lentes de



Figura 2: Fotografando o processo de criação em Llandudno Beach. Fonte: Fanpage de Andres Amador. 02/09/2015

fotógrafos profissionais, passando de efêmeras linhas na faixa-de-areia às fotos que posteriormente serão comercializadas em forma de postais e valorizadas pelo aspecto perene da arte fotografada (ver figura 2), o que garante sua perduração.

Um aspecto que se sobressai ao entendimento de produção de Amador, e que nesta tese foi retomado para se pensar a noção "estilo" e, especificamente, de "estilo praiano" na cidade, corresponde ao entendimento do resultado de sua expressão como "arte" e não apenas como "obra de arte". A diferença entre ambas terminologias, enquanto conceitos analíticos, pode parecer supérfluo, todavia apresenta-se como importante para a percepção de algo e daquilo que algo deriva, na medida que favorece uma reflexão sobre àquele que produz e o produto final apresentado. Ou seja, a obra de arte pode ser entendida como uma derivação da arte, desta forma, arte não pode ser compreendida como a obra, mas como algo que fundamenta

[6] A fanpage do artista no facebook registra 202.126 curtidas em 03/09/2015

uma obra. Esta discussão encontra uma robusta análise em "A origem da Obra de Arte", apresentada por Martin Heidegger em 1977, na qual o autor busca compreender a relação existente entre o artista e sua obra de arte. Heidegger entende que há uma dependência mútua entre ambos, considera que um é a origem do outro. Porém, afirma que ambos implicam em outro elemento, o qual é tomado como essencial, ou seja, a arte. Nesta perspectiva, pode-se analiticamente observar a arte que se expressa em amador enquanto artista e o resultado a partir da obra de arte na areia. Não por acaso, as impressões que o artista tem de sua arte são tomadas como referencial ilustrativo para se pensar a praia e suas derivações enquanto praiano, além de apontar as contradições evidenciadas na vivência cotidiana da beira-mar.

Pode-se perceber que a aparente falta de preocupação de Amador com a efemeridade de sua arte logo se esvai quando esta é apreendida pela máquina fotográfica, enquanto o efêmero não é esquecido quando da valorização dos postais. O efêmero, desta forma, também passa a ser economicamente valorizado, sendo este um dos aspectos relevantes para se pensar a praia e o praiano na contemporaneidade, atentando que este não condiz em totalidade com a obra de arte expressa na areia da praia.

Desta forma, pensa-se em outros possíveis aspectos relevantes que esta ilustração se coloca à problematização da presente tese, dos quais se destacam dois. O primeiro aponta, neste sentido, a possibilidade da afirmativa de que há sempre um algo presente na base de produção de um outro algo; assim, esse algo passa a ser reconhecido nesta tese como um "modo" e o outro algo se entende como um "estilo", pensa-se, de tal modo, na possibilidade de apreensão da relação entre o urbano, compreendido pela noção de "modo", e o praiano, apreendido como um "estilo". E, segundo, que a sua efemeridade se marca por possibilidades de co-vivência pública na atualidade, atentando que mesmo que a obra de arte de Amador exponha sua fugacidade, corresponde aos parâmetros artístico expressos pelo próprio artista e sua concepção de arte. Sendo estes os entendimentos que se percebe como salutar para pensar a relação da praia com a cidade e o cotidiano que se expressa na faixa-de-areia.

Diante de olhares criteriosos, que observam o esvaimento da efemeridade da obra de arte, verifica-se que a sublime áurea de produção desta arte ao ar livre começa a se dissipar. Todavia, vale evidenciar que este olhar criterioso não altera a percepção romântica de Amador e seus contempladores: obviamente que os desejos e satisfações não deixarão de ser efetivados por suas subjetividades em decorrência desta verificação. Mas, por outro lado, para além do aspecto estético que será analisado no primeiro capítulo, pode ainda indicar que há sempre um

elemento subjacente que sobrepõe o estético - enquanto “expressão de uma compreensão” (BENAJMIN, 1984) da praia – ou seja, como a praia pode ser apreendida pela noção de arte, isto quando a praia passa a ser apropriada para à adjetivação da cidade e de estilos de vida, o que desloca a compreensão de seu aspecto estético e aponta à própria ideia de arte, discussão que será retomado no último capítulo desta tese.

Saindo desta possibilidade estética de uso da praia, a reflexão se estende a um espectro analítico amplo, mas que evidencia a efêmera configuração dos usos que se estabelecem na faixa-de-areia diante dos valores morais que advêm do continente. O que indica a necessidade de determinação de elementos comuns capazes de apreender, assim com a fotografia para a efêmera arte de Amador, a dinâmica da configuração da praia. Em variados horários, frequentadas por variadas pessoas e por variadas situações, observa-se que antes se "deseja" estar na praia, e ainda, que este desejo se envolve da necessidade de livrar-se de obrigações que são demandas do cotidiano “cansativo” das cidades (HAN, 2014b).

Neste afã por livrar-se da cidade, pensa-se que, simbolicamente, dela também escapa quando se livra de partes das vestimentas. Na praia não é apenas permitido o desnudamento parcial de corpos e a exposição de sua seminudez, ou mesmo nudez em locais específicos, mas também se permite a exposição de outras práticas sociais que por vezes se encobrem nas vestimentas, na polidez do local de trabalho e na exaustiva dinâmica diária características das cidades urbanas. Na Praia, envolve-se em um ritmo mais lento de práticas que sugere silhuetas mais bem contornadas, que podem evidenciar mais detalhes de uma vida urbana. A praia que interessa é essa “Praia Urbana”, notadamente àquela que margeia a cidade e sobre a qual se observa o resultado de um processo de mútua-regulação com o urbano, que gera tensões e prazeres. Se por um lado tem-se a cidade que se mostra como expressão “técnica da modernidade, por outro, mas não tão distante, como veremos, encontra-se a praia, que se apresenta pela natureza que lhe é peculiar.

Não raro, a ideia da praia como um espaço do qual emanam subjetividades, coloca-se o “estar livre” como elemento preponderante do “estar na praia”. A compreensão de uma “co-vivência” (SLOTERDIJK, 2003) pública que se diz libertadora segue o caminho daquilo que mais se mostra na praia, ou seja, o “corpo”; e, daquilo que cada vez mais se tem conduzido à dinâmica praiana, que é o “consumo”. A partir da análise desses elementos, não poderiam deixar de surgir outros desdobramentos analíticos, os quais se buscou abarcar na presente reflexão. Do corpo surgem elementos que envolvem a sensualidade (e as vezes a sexualidade)

revelando valores que fazem emergir uma “modéstia” social e o padrão “corpo de praia”, que busca impor ao corpo uma forma específica, a qual estaria necessariamente subordinado para se “estar na praia”. Entretanto, observa-se que todos tipos e formas de corpo se encontram na praia. Por outro lado, o do consumo, emergem os aspectos relacionados ao “estilo de vida praiano” e à compra de bens e serviços na faixa-de-areia. Vale ressaltar que os padrões estéticos consumíveis, os quais se delineiam pela convergência das atividades turísticas associadas às práticas de consumo na praia e mesmo a partir dela, configuram o que se pode reconhecer como “estilo de vida praiano”.

Reconhece-se que a caracterização do objeto não se deu de forma simples, considerando o fato da escassa bibliografia sobre o tema. O que leva ao reconhecimento de que esta tese se desenvolveu de forma paradoxal, pois de um lado se buscou apreender um objeto empírico reconhecidamente agradável e prazeroso; e, por outro, no âmbito teórico, aportava-se em um campo analítico movediço e desafiador, que a todo momento interpelava o pesquisador a percorrer a praia e a contemplar imagetivamente as possibilidades analíticas que o objeto pudesse despertar. Talvez não tenha sido possível demonstrar a liberdade das práticas na praia, mas apresentar uma reflexão possível de libertar a imaginação para problematizar acerca das percepções que estão encerradas a um imaginário romântico e poético sobre a praia: imagem que nos avulta, ante a liberdade possível, o desejo pela liberdade improvável.

A caracterização do objeto parte das análises disponíveis sobre a praia, as quais não são de grande extensão, o que já se coloca, em certa medida, como justificativa ao presente estudo. Justificativa esta que decorre da importância que a praia passa a ter enquanto espaço da cidade. Um dos pioneiros nos estudos sobre a praia no Brasil, Thales de Azevedo, afirmou em 1985, que “a frequência em massa à praia atlântica para o banho de mar, ao longo dos oito mil quilômetros do litoral brasileiro, é de proporções a merecer a atenção dos cientistas sociais” (AZEVEDO, 1985, p. 201). Deste então, não se cataloga grande extensões de pesquisas sobre a praia no âmbito das ciências sociais. As zonas costeiras ou regiões litorâneas encontram nas ciências naturais as mais antigas e amplas discussões, são regiões que se estabelecem como campo proveitoso para tais pesquisas científicas, tendo como resultado uma vasta gama de formulações teóricas. Ainda de modo direto, temos a Geografia, que se vale desse meio para estudos e pesquisas de ordem climatológica e física, e, mais recentemente, a Arqueologia, que adentra o mar na busca de vestígios que possam contribuir na composição de uma história sobre a humanidade. Majoritariamente, as pesquisas em zonas costeiras, justificam-se, pelo seu

caráter natural, pela biodiversidade existente nessas áreas e pela necessidade de compreensão dos processos geomorfológicos que envolvem a terra, o ar e a água.

As Ciências Sociais, por sua vez, especificamente a Sociologia, tem poucas reflexões em pesquisas nomeadamente sobre a praia, embora tenha acumulado variados trabalhos sobre a região litorânea, principalmente sobre “comunidades pesqueiras”. No tocante à praia como espaço de lazer e de sociabilidades, algumas análises, como o trabalho desenvolvido por Gilberto Velho (1977), buscam compreender o modo como a cidade, considerada um outro espaço, relaciona-se com os costumes que começam a emergir da praia. Outras abordagens percebem na praia uma maneira de, em certa medida, diagnosticar grupos sociais, comportando os que desfrutam ou vivenciam uma “cultura de praia” e aqueles que querem dela desfrutar (FARIAS, 2006). Ambos os níveis de reflexões tomam a praia e a “cultura praiana” como um dado, um cenário para outras formas de interações sociais. Por outro lado, a clássica dicotomia entre natureza e cultura faz com que alguns autores destaquem o caráter anômalo da praia, uma espécie de espaço híbrido, que faz da praia um interposto entre essas duas categorias (MACHADO, 2000).

Poucos são os trabalhos que atentam aos aspectos próprios da praia, a exemplo de alguns estudos sobre as praias do Rio de Janeiro, que frequentemente buscam perceber as relações raciais e de “cor” estabelecidas na cidade em referência à praia, as quais, invariavelmente, consideram ser este um espaço outro, o espaço liminar do “moreno” (FARIAS, 2006) e do “bronzado” (BARICKMAN, 2009). O que se questiona nesta perspectiva analítica é a definição ou entendimento acerca da outra prática, no caso a praiana, que se imbricaria à urbana para a constituição de um híbrido, neste que o praiano é de pronto este híbrido. O que se compreende é que estudos assim necessitam de um refinamento analítico mais amplo. Observa-se nestes trabalhos a recorrência da observação à partir da análise dos “*habitus*” e “gostos” presentes na teoria de Pierre Bourdieu (2007), os quais evidenciam uma análise da praia como um espaço elitizado, cuja presença de grupos economicamente inferiores geram desconfortos e desinteresse por determinadas zonas praianas. Insiste-se no olhar das evidentes disputas econômicas e aposta-se na utilização do espaço como um fim em si mesmo. Pressupõe, ademais, que todos experimentam e determinam seus prazeres, na medida em que é possível delimitar uma análise da sociedade pelo aquilo que as pessoas que a compõem acabam por consumir.

A síntese da relação entre o urbano e o praiano vem sendo compreendida, à luz das Ciências Sociais, apenas de modo dicotômico e simplista. No que tange a relação dicotômica, as análises apresentam a praia e a cidade como espaços distintos que resultam práticas totalmente opostas. Esta percepção é similar ao que se mostra presente em propagandas ou em políticas de promoção do turismo, conforme exposto em publicações oficiais do gênero, principalmente no seguimento de “Sol e Mar”⁷, que asseguram em seus fundamentos a sazonalidades desses espaços voltados ao lazer, cuja pretensão é de estimular novas experiências, as quais se mostrariam de formas diferentes daquelas do cotidiano da cidade. Há uma valorização de aspectos recreativos, lúdicos e de descanso, contrários aos aspectos urbanos, comumente caracterizados pelas obrigações relativas ao mundo do trabalho, entendimento este que afasta similaridades nas relações estabelecidas entre aqueles que estão nas cidades e os que usufruem das praias. O entendimento de que a compreensão é simplista recai especialmente no modo como são postas algumas importantes terminologias, as quais mereceriam uma cuidadosa definição, no entanto, comumente se afirma sobre a existência de uma “cultura praiana”, de um “estilo praiano” ou mesmo de “praia”, que são apresentadas como dadas e desacompanhadas de quaisquer conceituações. A praia, desta forma, tem sido apenas colocada como um espaço que contrapõe o urbano, se por um lado o urbano se apresenta como complexo e requer densas análises, o praiano é resvalado ao contrário da cidade, perpassa pelo deslocamento analítico da cidade, sendo percebido como um outro espaço que comporta práticas voltadas ao lazer.

O reconhecimento da zona litorânea como espaço de uso público e coletivo voltado ao lazer delinea-se apenas na história recente da humanidade. Datam do século XVIII as primeiras investidas de utilização da água do mar e da faixa-de-areia para além de um lugar de passagem, que apenas ligava, pelos seus possíveis caminhos, os navegadores que partiam do continente para o mar. O litoral, como assinala Alain Corbin (1989), era compreendido como um “espaço do vazio”, e só a partir do século XVIII é que se iniciam os desejos pela então

[7] O Turismo de “Sol e Mar” vezes é apresentado pela expressão “Turismo de Sol e Praia”. Para fins deste trabalho, opta-se pela expressão Turismo de “Sol e Mar”, considerando que a configuração por ora estudada corresponde a junção dos elementos sol e mar para o resultado praia. Todavia há de se apresentar àquilo que se entende por este ramo do turismo no âmbito conceitual, compreende-se que o: “Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor
Conteúdo disponível em:
http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Sol_e_Praia_Orientacoes_Basicas.pdf

chamada “beira-mar”. A noção de “vazio” utilizada pelo autor repousa no entendimento de um ambiente sem intervenções humanas (antrópico), ou seja, áreas livres de sentido, pois considera a inexistência de usos para assim denominá-lo como espaços de vazios.

É, então, a partir do século XVIII que as transformações das concepções sobre esta região tornaram-se importantes para a abertura de possibilidades de seus usos, permitindo, assim, a alteração da percepção do ambiente, que deixa de ser compreendido como um lugar ermo, o “espaço do vazio” do qual fala Corbin (1989), e torna-se um espaço de práticas socialmente ativas, que comumente reconhece-se como praia. A percepção de Corbin (1989) evidencia um problema na medida em que a praia, pela análise aqui colocada, nunca foi um vazio, tendo sido “invisibilizado” por buscar nele o uso que se torna majoritário, que é o do lazer. Atentando que esta percepção advém da já apresentada recorrência de se apreender este ambiente enquanto espaço turístico e de lazer, o que faz o olhar voltar-se para a praia sob esta perspectiva e busca encontrar apenas estes usos. Entretanto, percebe-se a necessidade de compreender a praia para além de seu potencial turístico, ao considerar que a mesma estabelece uma relação direta com o uso da cidade, seja pelo processo de adensamento das áreas urbanas, que seguem às intervenções de urbanização do litoral, seja pela própria apropriação da cidade que se estrutura a partir do litoral. A praia, portanto, insere-se no contexto urbano, tendo sido esta uma indexação socialmente recente, a qual decorre na modernidade, em cujo processo de aproximação do litoral à cidade ocorrem mudanças que permitem uma reação de “alteridade” com a beira-mar, revelando o lazer praiano a partir de um “desejo” pelo litoral (LEVINAS, 2010).

O dinâmico processo de transformação e de ocupação possibilitou alterações nos usos e na compreensão do litoral. O observado vazio que teria se estendido até o século XVII dá lugar a um longo processo de transformação e utilização variada. Abandonando o aspecto medicinal, a apropriação prolonga-se pelas pequenas ocupações esporádicas que têm início com as “vilegiaturas”, as quais são analisadas por Jean-Didier Urbain (2002) envolvendo a demanda dos “veraneantes”. Perguntava-se o autor sobre este que se tratava de um estranho personagem moderno, o qual buscava durante os séculos XIX e XX uma espécie de sedentarização temporária numa atmosfera nova, que lhe permitisse uma distinção da vida que levava nas cidades, mas que não se observa possível. Como afirmar Urbain (2002), os ambientes de vilegiatura nada mais eram do que a reprodução da vida que se buscava distanciar.

É nessa direção que se propôs aqui uma análise sobre os usos da praia, na medida em que tal espaço insere-se no cotidiano da cidade, bem como uma investigação sobre a importância desse espaço na construção do que se reconhece como “cultura praiana” e o seu desdobramento em estilos que se reconhecem como “praianos”, todos os aspectos mediados, como dito à cima, pela noção de liberdade, entendida aqui como a possibilidade de sublimar o ambiente urbano criando imunizações que permitem a expressão de um libertar-se do cotidiano exaustivo da cidade. Considerando ser este um tema de ainda escassa abordagem no âmbito das Ciências Sociais, alguns questionamentos sobressaíram à análise no processo de formulação do problema central, tendo sido oportuno indagar sobre a relação estabelecida entre a praia e a cidade na construção mútua de práticas que reproduzem sentidos e eliminam a noção dicotômica apresentada sobre ambas.

Para tanto, optou-se em apreender a praia pela percepção analítica-conceitual apresentada por Peter Sloterdijk (2003) a partir de sua análise antropológica e esferológica, que evidencia a co-vivência na realização do espaço e possibilita o reconhecimento do “clima” que resulta a configuração praia. Ao entender que a praia possui uma dinâmica própria, tal qual a espuma que se dinamiza na areia-da-praia a cada espriar da onda, percebe-se nesta compreensão da vida humana a possibilidade de apreender a configuração da praia em terminologias próprias, as quais coadunam com impressões que comumente se associam à praia. Quando se pensa em praia, não demora a fazer-se uma associação ao sol, ao mar e à areia, o que em muito sugere falar do clima da praia, que envolve a temperatura ambiente entre a emissão de raios solares, da temperatura da água e da areia. Em Sloterdijk (2003), o clima da praia apresenta-se sobre outros contornos. A praia configura-se climaticamente pela esferologia que se apresenta pelos variados usuários da praia, na qual tal configuração é compreendida como um conjunto das dimensões antroposférica e de forças psicodinâmicas que sobre elas atuam. O clima praiano corresponde à análise das dimensões dos topos, ou esferas, sobre as quais atuam duas forças psicodinâmicas, *Thymos* e *Eros*, que possibilitam apreender às ressonâncias dos aspectos urbanos que se sobressaem na praia, uma vez que as forças que atuam nas esferas demonstram contradições entre o que se diz querer na praia e o que efetivamente se encontra na praia, enquanto expressão da vida urbana. Assim, compreende-se a configuração praia enquanto uma “espuma”, a qual é composta por esferas plurais, enquanto *Thymos* é entendido por Sloterdijk (2003) como àquilo que se quer ser na co-presença, enquanto *Eros* está relacionado com o que se tem, é o campo do domínio do desejo-insular humano. As esferas que interessa são àquelas que se delimitam pela praia, especificamente na faixa-de-areia,

submetidas ao movimento da maré: quando a mesma recua, tem-se praia, quando avança, não se tem ou se diminui o espaço da praia⁸.

Uma vez tendo apreendida a configuração “praia” pelo clima praiano, buscou-se compreender a relação de consumo que se estabelece sobre ela, o que extrapola o limite da praia-em-si e faz avançar a análise para a própria noção de “estilo de vida praiano”. O levantamento do estado da arte sobre a noção de “estilo de vida” revelou uma lacuna compreensiva, dado que evidencia o negligenciamento com a utilização da expressão, tal qual acontece com a noção de “praia” e de “cultura praiana”, uma vez que há uma apropriação das expressões como se as mesmas já carregassem em si uma própria definição. A noção de

[8] Em Aurélio praia é definido como uma “orla de terra, em geral coberta de areia, confinando com o mar” (p. 550), para o wikitionary, que é um dicionário livre: “faixa de terra que é coberta pelo mar quando acontece a maré cheia e que descoberta quando acontece a maré baixa” (wiki/praias, 2013). A praia é um substantivo que corresponde a uma variação ambiental, possível pelo fluxo contínuo do mar. Dela, da palavra praia, derivam as palavras praiano e praieiro que adjetivam culturas, práticas, modos e estilos de vida. A pesquisa transcorre ao entendimento de uma cultura que tem sido adjetivada como praiana e vezes como praieira. Neste sentido, faz-se necessário o reconhecimento de ambos os termos em suas perspectivas etimológicas para justificar a escolha do termo “praiano”, perceptível no texto escrito até o momento, em detrimento do termo “praieiro”. Assim, como praia, praiano é um substantivo (Aurélio, 2000), diferentemente de praieiro que é um adjetivo. Morfologicamente a inserção do sufixo “-eiro”, quando relacionado a alguém, exprime a ideia de ocupação ou de ofício. Neste sentido, praieiro adjetiva uma ocupação de alguém, é um regionalismo que posteriormente se expandiu ao Brasil. A expressão faz referência aos correligionários do Partido Nacional Pernambucano, que ficou conhecido como Partido da Praia. O termo ganha força com a culminância da Revolução Praieira, liderada pelos liberais, então praieiros, que assumiram a presidência da província em 1844. Por outro lado, o termo praiano, pela sufixação de “-ano”, designa algo que pertence a, natural de ou relativo a algo. Neste sentido, praiano denota aquilo que pertence à, natural da ou relativo à praia. Amplia-se a noção do que imita ou assemelha-se à praia. Neste sentido, considerando aspectos observados até o momento sobre o uso da faixa-de-areia, opta-se por utilização do termo “praiano”, enquanto referência àquilo que é relativo a praia.

Em 2004, no âmbito do Projeto Orla, há uma tentativa de definição de praia urbana, a qual foi realizada pelo geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes (2004) “Como mencionado, a primeira distinção a ser feita diferencia as praias urbanas das praias não-urbanas. Note-se que não se está trabalhando na escala dos municípios, especificados como eminentemente urbanos ou rurais. Assim, pode haver os dois tipos de praias num mesmo município (sendo ele também classificável em qualquer dos dois tipos mencionados). Aqui se opera na escala local intramunicipal, tendo a praia como uma localidade própria no território municipal. Por praia urbana entende-se aquelas localizadas dentro de espaços continuamente urbanizados, isto é, assentadas dentro do tecido citadino. Tais praias, como visto, podem ser de imediato classificadas segundo o nível da hierarquia urbana ocupado pela cidade que a contém. Isto permite falar em: (1) praia de núcleo urbano; (2) praia de cidade pequena; (3) praia de cidade média; (4) praia de cidade grande; (5) praia metropolitana; e (6) praia de região metropolitana. As três últimas classes, em tese, recobririam as praias urbanas de áreas predominantemente urbanizadas, as quais seriam caracterizadas por um alto nível de adensamento populacional e de ocupação do solo e, também – no geral –, dado o baixo nível de cobertura dos serviços de saneamento no país, como meios bastantes impactados e contaminados” (p.34).

estilização da cidade apresentada por Mike Featherstone (1995), dentre outros, não parece comportar a explicação de como a praia se torna uma adjetivação a um estilo de vida, muito menos esclarece a própria noção de estilo. Neste sentido, considerando a apresentação da arte de Amador como ilustrativa à possibilidade de reflexões sobre o uso da praia, retoma-se à análises sobre a arte, as quais esclarecem que a noção de estilo advém antes de estudos que envolvem as expressões artísticas. Importa ressaltar que primeiramente a noção de espaço adentra a arte, enquanto estilo artístico, depois a noção de estilo adentra a arquitetura e, conseqüentemente, a cidade. Mas, mais do que isso, como se observa, adentra também na vida.

Desta forma, a noção de estilo artístico apresenta-se como relevante à possibilidade de entendimento do que comumente se reconhece como “estilo praiano”. Obviamente que esta não é uma substituição arbitrária, mas que envolve compreensões analíticas que decorreram do campo e da teoria, os aspectos que sustentam tal possibilidade estão apresentados no último capítulo. A arte, a obra de arte, a praia e o praiano se correlacionam ao entendimento de um estilo capaz de adjetivar cidades, ambientes e pessoas.

As praias da cidade brasileira de Natal, objeto empírico dessa tese, são consideradas praias urbanas, aspecto que inicialmente guia a escolha dessa cidade como objeto de análise da presente pesquisa. Ao tempo em que a cidade também comporta a adjetivação de praiana. Torna-se importante ressaltar que a noção de uma cidade como praiana não decorre apenas da existência de praia em seu entorno, mas da relação que as pessoas estabelecem entre o ambiente-praia e a cidade. Considere-se como explicativo desta afirmativa o caso específico da cidade de Aracaju, que em muito se escuta ser uma cidade litorânea e não praiana, tal assertiva incide sobre a análise do reconhecimento pelos moradores da relação que os mesmos estabelecem com a praia e a cidade, constituindo configurações que resultam de uma relação direta com a praia.

Em pesquisa realizada sobre a Orla de Atalaia entre os anos de 2009 e 2011, através do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe, foi possível identificar, para além do problema de pesquisa inicialmente colocado sobre os processos de urbanização litorânea, que os moradores da cidade de Aracaju não mantêm um cotidiano de práticas que se denotam por uma intensa relação com a praia. Primeiramente há de se considerar que a praia é uma indexação ressentida à cidade aracajuana. A primeira ligação do núcleo urbano à zona litorânea se deu em 1958 com a inauguração da Ponte Juscelino Kubitschek, que atualmente se encontra próximo ao Parque dos Cajueiros. Todavia, esta ponte tinha prioritariamente a intenção de ligar os moradores da cidade ao Aeroporto, que foi

inaugurado no mesmo ano. Porém, não se verifica a consolidação dos usos de forma cotidiana entre a cidade e a zona litorânea, assertiva que se confere no estudo apresentado por Kátia Loureiro sobre o bairro de Atalaia, ao afirmar que esta região “tem seu crescimento motivado em parte, pela construção do aeroporto Santa Maria. Mas ainda é um núcleo urbano sem configurações de continuidade com a zona urbana de Aracaju” (1983, p.67). Posteriormente, a construção da ponte Godofredo Diniz, em 1986, a qual liga a avenida Beira-mar ao shopping Riomar, é que consolida o processo de massificação do uso da zona litorânea da cidade. Atentando, que até momento da pesquisa foi possível verificar que ambos os bairros ainda eram utilizados por moradores de Aracaju para a vilegiatura, não foi difícil identificar a segunda moradia, ou “casa de praia”, nestes bairros. Desta forma, atenta-se ao entendimento de que Aracaju não “civiliza-se” pela praia, algo que decorre na cidade natalense. Isto resulta numa série de aspectos observáveis em ambas cidades, deste a proibição do uso de biquíni em determinados restaurantes na Orla de Atalaia, no caso de Aracaju, à possibilidade de uso de biquíni em restaurantes que estão afastados da zona litorânea da cidade de Natal. Ou mesmo relacionado aos aspectos promocionais do turismo, convida-se o visitante para conhecer a Orla de Aracaju, em Natal o *marketing* volta-se especificamente às praias.

Obviamente que a escolha de Natal não se dá de forma arbitrária, veremos que o processo de povoamento da cidade se dá à beira do rio Potengi, mas que posteriormente seu processo de urbanização, que se reconhece como a Nova Natal, reconfigura-se pela praia. Mesmo que seu povoamento inicial ainda esteja expresso na configuração da cidade. Natal parece dividir-se em duas: a cidade da zona norte, sua primeira formação; e a cidade da zona sul, “civilizada” pela praia. Diferentemente da cidade do Rio de Janeiro que não se urbaniza pela praia, embora seja esta cidade uma expressão mundialmente reconhecida do Brasil litorâneo, o Rio se apropria posteriormente da praia como elemento de distinção enquanto moradores da beira-mar (VELHO, 1989; O’DONNEL, 2008). A especificidade é que “Natal civiliza-se” pela praia: é um momento de expansão urbana da cidade que segue pela beira-mar sob a influência da *Belle Époque* francesa. O slogan, “Natal civiliza-se”, embora estivesse expresso em uma propaganda de cerveja, evidenciava o desenvolvimento urbano da cidade de Natal e as tentativas da difícil tarefa de igualá-la aos estritos padrões de civilidade, não apenas dos grandes centros do país, como também das cidades europeias (MARINHO M. M., 2008, p. 61). Deste modo, assim como uma fábrica de cerveja efetiva o progresso da cidade, ir à praia ao lazer e comportar-se em moldes europeus simbolizava a crescente civilidade natalense.

A capital norte-rio-grandense evidenciou ao longo de sua história uma contundente relação com a praia. Poetizada e eternizada como “praieira”, a cidade tem um hino não oficial também chamado de “Praieira”, fruto de um poema homônimo de Otoniel Menezes, escrito em 1922. Natal é entendida e expressa como cidade praieira desde suas mais remotas descrições. Atualmente, a cidade tem como mote turístico o entendimento de ser esta a “Cidade do Sol”: são mais 300 dias de sol a cada ano, cuja praia é seu principal atrativo. Segundo dados da prefeitura, a cidade recebe mais de dois milhões de turistas por ano do seguimento “sol e mar”⁹. Suas praias se inserem no trade turístico brasileiro a partir da década de 90 e se consolidam como um dos destinos mais procurados do seguimento de lazer.

É neste contexto de *praianidade* que Natal apresenta uma figura folclorizada da cidade praiana, afinal o natalense é um “praieiro”, e desta afirmação resulta a figura comumente reconhecida como o “pinta natalense”. O *pinta* é claramente a representação do “estilo praiano”, embora se entenda que as percepções do ser um *pinta* se comporte de forma dinâmica, haverá sempre uma nova percepção do que é o *pinta*. O *pinta* é primeiramente uma forma de se mostrar, identificado por sua vestimenta, embora se diga que no fundo todo natalense é um pouco *pinta*. Afirmar-se que o *pinta* veste a cidade, veste a praia, em resumo: veste-se do clima da cidade, considerando ser este é um clima praiano. Bermuda, camiseta, chinelo e boné, assim se veste um *pinta*, mas o *pinta* não é só sua vestimenta, é seu estilo despojado, com mente livre, corpo bronzeado, a clara expressão do que se reconhece como “estilo praiano”.

A partir da verificação do processo de permeabilidade da praia na cidade, pode-se afirmar que Natal é exemplar desta condição. Na qual se verifica dinâmicas que se agrupam e evidenciam as praias urbanas como atrativas aos moradores e turistas, bem como evidenciam a cidade como praiana em seu ar puro que sopra do litoral e se desvencilha das estruturas urbanísticas permeando toda a cidade. Seriam, esses ares, segundo moradores, os que libertam a cidade das tensões urbanas. Desta forma, observa-se que a urbanização da capital potiguar expõe-se pelas ressonâncias práticas e simbólicas que revelam a praia na cidade, tornando-se um campo profícuo para se pensar em que medidas as práticas da faixa-de-areia, em praias urbanas, reproduzem as relações estabelecidas em espaços públicos urbanos. A delimitação de Natal como referencial empírico de análise dá-se, portanto, pela possibilidade de contribuir aos

[9] Conteúdo disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/natal/ctd-838.html>. Acesso realizado em 06/2015.

questionamentos inicialmente postos, na medida em que se constitui como contundente expressão de uma cidade praiana brasileira.

2 Procedimento metodológicos

A pesquisa se propôs, a partir de um recorte transversal, a elaborar um plano de análise descritivo e interpretativo, organizado metodologicamente em três eixos fundamentais: 1) análise histórico-documental e iconográfica acerca dos usos das praias, destacando o sentido público e estético de estar na praia; 2) Levantamento do Estado da Arte sobre o tema em análise e a verificação de usos praianos em diversos locais a partir de sites; 3) incursões à campo para observação direta com o objetivo de apreender as sociabilidades, tornando inteligível as práticas realizadas na praia e possibilitando a compreensão dos pressupostos analíticos que sustentam a interpretação do sentido público de estar em um espaço urbano.

Para tanto, no primeiro momento foi realizado um levantamento de documentos e estudos que versam sobre a utilização das praias na modernidade. O objetivo foi compreender os mais remotos usos da praia enquanto espaço de lazer. Neste sentido, o levantamento histórico e documental deu-se pela internet e visitas a órgãos públicos e bibliotecas. Em Natal, foi realizada visita a prefeitura, na qual foi indicado o portal oficial da Prefeitura, natal.rn.gov.br, e o portal do turismo, turismo.natal.rn.gov.br/, os quais dispunham de informações sobre a história da cidade e sobre ações turísticas e de proteção da praia. Em outro momento foi realizada uma visita ao Sebrae, no qual foi disponibilizado o acesso ao estudo intitulado “Economia da Praia”, publicado em 2014, documento que se tornou referência para o desenvolvimento da tese no âmbito da análise sobre consumo, considerando ser este um tema subjacente ao problema central. Foram ainda realizadas visitas à Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na qual foi possível ter acesso aos estudos sobre o desenvolvimento urbano da cidade e sua relação com a praia, incluindo o site de banco de dados de teses e dissertações da capes. Em 2015, realizei estágio de doutoramento, com bolsa Capes, na cidade de Coimbra, Portugal, onde pude verificar junto à biblioteca do Centro de Estudos

Sociais (CES) a existência de estudos sobre a praia, o que me guiou à Biblioteca da Faculdade de Letras, na qual foi possível verificar a literatura que se recobre de descrições sobre as terras brasileiras descobertas, e fragmentos sobre a praia, as quais foram importantes para pensar a praia para além do espaço do vazio e do equívoco de se afirmar que não se frequentava à praia. O levantamento de obras que versam sobre praia no Brasil e no Exterior também contribuíram para pensar o processo de formação da praia, já que são escassos os estudos que se dedicam a estudar a dinâmica da faixa-de-areia. Entre os trabalhos mais conhecidos destacam-se aqueles que se dedicam ao “estilo de vida urbano” com ênfase na praia (VELHO, 1982; 1999; FARIAS, 2006; O’DONEEL, 2010). Finalmente, foi também realizado um levantamento e registro iconográfico, através dos processos midiáticos e publicitários existentes, que inserem as praias urbanas da cidade e, conseqüentemente, a capital natalense, numa lógica de consumo que propicia a expressão desta no âmbito da concorrência “inter-cidades” (FORTUNA, 1997).

2) A escassez de referências bibliográficas sobre o uso da praia, especificamente sobre a praia ou a cultura praiana, guiou a pesquisa por referenciais teóricos que possibilitassem apreender a praia enquanto espaço de convivência pública e a compreensão desse como algo que extrapola essa convivência pública quando se refere a um possível “estilo de vida praiano”. Neste sentido, metodologicamente, optou-se pela *esferologia antropológica* de Peter Sloterdijk, a qual possibilitou adentrar nos meandros das expressões que configuram a praia. A noção de esfera apresentada por Sloterdijk oferece a possibilidade de se pensar o trânsito que homem estabelece da clausura para o exposto e vulnerável, quando o homem se desloca de sua intimidade, mesmo que exaustiva, ou seja, da cidade, para o espaço mais extenso e público, a praia. A partir da identificação da pluralidade de esferas que compõem a faixa-de-areia, foi crível pensar como é possível definir o que comumente se chama de *estilo de vida praiano*. Porém, identificada a inexistência de definições precisas sobre a noção desse estilo, guiou-se pelos estudos sobre a arte, dada a relação entre a noção de estilo e o conceito da arte, mediante a qual foi possível compreender como a praia adentra a cidade em um processo de estilização e como a praia é confortada no processo de urbanização do litoral.

3) As incursões ao campo dividiram-se em dois momentos, entre visitas às praias e aos seus entornos. A visita às praias natalenses deram-se em dias variados, foi observada a dinâmica nas praias de Ponta Negra, do Meio, Areia Preta e da Redinha. Continuamente permaneci observando a dinâmica das primeiras horas do dia ao entardecer, quando o movimento diminui bruscamente. E, de forma esporádica, no período noturno, cuja dinâmica

ultrapassa os limites dessa tese, uma vez que se verifica, neste período, uma outra praia, que pouco se faz na faixa-de-areia e segue a rota noturna de bares na orla com intensa prostituição.

Durante a permanência diurna na praia, foi observada a dinâmica e estabelecidas entrevistas com banhistas, barraqueiros e vendedores ambulantes. Acerca destes últimos, vale ressaltar que o Sebrae dispõe de estudos sobre o perfil dos comerciantes locais, o que dispensou a necessidade de uma pesquisa própria para este fim, porém, atenta-se que os dados tabulados pelo Sebrae e utilizados nesta tese foram checados durante as entrevistas semiestruturadas e em outras fontes. Os entrevistados sempre se apresentaram muito solícitos, permitiram diálogos esclarecedores sobre a história de natal, das praias natalenses e sobre os usos da praia. As conversas se deram a partir de um roteiro de entrevista semiestruturado, através do qual se buscou entender como era a cidade, o que se tornou a cidade, o que era a praia, o que se tornou a praia, e, principalmente, o que se buscava fazer na praia. A observação da dinâmica teve como propósito apreender as relações estabelecidas na praia e uma consequente interpretação junto ao contexto que está inserida, além de analisá-la comparativamente com outros estudos que se reconhece sobre os usos dos espaços urbanos. Neste sentido, observou-se como as pessoas chegavam na praia e se apropriavam de pequenos trechos da faixa-de-areia e como os corpos e pequenos objetos de praia eram utilizados na delimitação de suas “esferas” (SLOTTERDIJK, 2003). Em seguida, apreendeu-se como a praia se estabelece acusticamente, pois o som é algo evidente na fala dos banhistas que buscam (ou não) ouvir o barulho das ondas. Por fim, verificou-se como essas pessoas se comunicam, como as esferas são invadidas e como são permeáveis, além de apreender como se agrupam e se desagrupam em conformidade com a configuração praia. Durante o estágio doutoral também foram realizadas visitas em praias portuguesas, o que possibilitou desnaturalizar a praia enquanto práticas uniformizadoras e um certo estranhamento do campo de estudo. Embora se vá à praia e se desnude ao banho, a exposição dos aspectos culturais e geográficos são preponderantes na definição de determinadas práticas aparentemente comuns.

Por fim, afirma-se que a presente descrição e análise sobre a praia guiou-se pela metodologia inicialmente proposta, a qual se estabeleceu como satisfatória à compreensão da praia enquanto prática típica da modernidade. Foi possível, diante do caminho trilhado para a pesquisa, elucidar variados aspectos sobre a ressonância das práticas urbanas no uso da praia e acerca da consequente estilização da cidade ao reconhecimento desta como praiana.

CAPÍTULO 1: (RE)CONFIGURAÇÃO DA BEIRA-MAR: DO "ESPAÇO DO VAZIO" À PRAIA

Mergulhemos no vórtice dos tempos,
No escapelado mar das aventuras.
(Goethe, p. 134)

O tempo parece determinar condutas e acalantar a alma. Enquanto primeiro segue-se como premissa analítica, o segundo envolve-se da subjetividade humana. Mas cada sociedade tem seu tempo transcrito enquanto história e cada história temporalizada diz algo sobre uma sociedade. Podemos reconhecer através da história as diferentes formas de como os homens perceberam as sociedades em que viveram, bem como compreenderam os espaços que habitaram. Neste sentido, busca-se reconhecer as “imagens” que decorrem no tempo em suas múltiplas possibilidades, mesmo que isto seja, como atenta George Gadamer (1999), um desafio que se posta quando se objetiva a contemporaneidade do fato passado. Reconhecer contemporaneamente fatos do passado e através destes evidenciar características que possibilitem o reconhecimento da configuração atual, não significa compreender a atualidade, decerto, como resultado da história, mas como uma dinâmica de possibilidades cuja definição estará sempre em aberto.

As leituras das variadas versões historicizadas sobre o uso do litoral demonstraram, em muito, as representações perturbadoras de espíritos angustiados pela necessidade de libertar-se de determinadas condições cotidianas. E, ainda, demonstraram a edificação de interpretações que sacralizavam ou profanavam a beira-mar, seja para sua própria salvação ou mesmo como justificativa de suas conturbações, sempre sendo considerada a busca do acalento da alma e da liberdade do corpo. E nesta insana capacidade, entranharam o bem e o mal, e muitas vezes o que parecia bom, tornava-se mau, ou vice-versa. Durante o período medieval, o que se mostrava como sendo do mal, em muito era procrastinado ao possível libertar-se, havia uma condição da eterna negação do divino: diante de sua condição, condenas-te eternamente.

O mar, por esses tempos, vezes era conduzido à condição de libertador, outras era condenado à condição de aprisionador. Mas não daremos conta neste trabalho de apresentar uma narrativa histórico-universal do uso da praia, pois não é objeto desta tese abarcar os remotos usos humano do mar. Se assim o fosse, retornaríamos a “Eva mitocondrial” e sua libertação geográfica pela praia, passaríamos por cento e cinquenta mil anos da história do “humano moderno” e por cinco mil gerações. O tempo que interessa é àquele no qual o uso da praia começa a se delinear enquanto lazer, que nos remete ao período denominado como “modernidade histórica”, em que há um evidente processo de expansão das cidades e sua consequente aproximação do litoral, o que resulta na complexa morfologia da cidade que passa a conter uma praia, o que problematiza a questão enquanto aproximação da técnica de urbanização da natureza praia. É a este momento que a análise se direciona, cuja reflexão aporta nas “cidades praianas” ou, especificamente ao que interessa, nas “praias urbanas”, ou seja, quando se entende poder fazer este tipo de adjetivação a uma praia ou cidade e não apenas pela determinação geográfica de ser esta uma cidade litorânea. Delineia-se, assim, o objeto empírico da presente tese que é o conjunto de praias urbanas da cidade litorânea de Natal, capital do Rio Grande do Norte.

Neste primeiro capítulo, prioritariamente, interessa a história de contato do homem com o litoral, a qual explicita que o mar deixa de ser percebido como aprisionador e passa a ser aquele compreendido como libertador. Não interessa o mar que é visto como suposta prova do dilúvio, que a todo momento relembra a existência de um Deus judaico-cristão punitivo ao demonstrar a todos e em cada instante a sua ira através dos leves, porém intensos, espraiair das ondas, atentando-nos que o dilúvio pode voltar. Esta visão é resquício de um imaginário sobre o mar do período histórico-medieval que chega à modernidade sobre a praia. São estes os fragmentos que revelam um mar que amedronta.

Este é o mesmo mar que inspira Fausto, o qual, após um ato angustiante em decorrência da perda de Helena, passa a vislumbrar algo grande. Animado pela sua contribuição à conquista da guerra, reclama ao imperador sua recompensa anteriormente ofertada, que seria a costa marítima. O mar de Fausto é aquele a ser conquistado, entendido como possível de ser dominado pelo homem, um domínio que se daria não apenas pela ocupação do ambiente, mas que consagraria o controle de sua fúria. O homem que domina é aquele capaz de delinear sua vida, e, a partir desta dominação, surge a alegria dos homens livres. Fausto aprecia com felicidade sua conquista do mar, do qual se apropria tecnicamente. Dominar

o mar significaria, mais do que construir diques, a construção simbólica do paraíso na terra. O mar de Fausto revela o mar que liberta.

Menos conhecido do que fora simbolicamente inventado, o mar encontrava-se em desvantagem diante da imaginação humana, sua forma de existir, que sempre se caracterizou pela instabilidade e movimento, sempre afastou aqueles que preferiram a estabilidade e firmeza do continente. Todavia, há algo que se apresenta em comum a ambas visões sobre o mar, seja no olhar que o observa com repulsa ou naquele que busca uma aproximação, a saber: o “desejo” (LÉVINAS, 2010).

Seria este, o desejo pela beira-mar, o aspecto motriz que está relacionado ao processo de aproximação e apropriação do litoral. No entanto, sabe-se que o desejo é uma categoria volátil que pode comportar variados significados. Neste sentido, inicialmente, toma-se a noção de desejo enquanto aquela que busca definir as relações estabelecidas entre as pessoas e que se problematiza em torno da noção de alteridade. Desta forma, considerando as devidas ponderações e amplitude conceitual que a noção de alteridade permite, inicia-se, por esta perspectiva, uma análise da relação altere que o homem passa a estabelecer como o mar e daquilo que reconhecemos na atualidade como praia, revelando, por esta história de aproximação, uma relação de busca pela liberdade de um cotidiano citadino demarcado por uma dinâmica exaustiva e que demanda a possibilidade de livrar-se de rotinas estabelecidas na cidade. Assim, em um passeio pela história desta relação de alteridade entre as pessoas e o mar, busca-se reconhecer as dinâmicas estabelecidas entre o indivíduo e o litoral, cujas análises evidenciaram alternâncias nos entendimentos sobre o mar que são compreendidos nesta análise como três momentos distintos. Primeiramente percebe-se que o mar é visto como um espaço distantes, considerando o continente como referência. Posteriormente, verifica-se que este mesmo mar passa a ser percebido como um “outro” espaço em relação as cidades. E, por fim, diante dos usos coletivos que passam a ser estabelecer na beira-mar, o entendimento alterna à possibilidade de se ter um pequeno espaço na faixa-de-areia, assim, verifica-se uma apreensão do que se tem como passível de ser “próprio”, delimitação possível pelo corpo que ocupa pequenos lugares na praia, sendo este último elemento central ao desenvolvimento do próximo capítulo, que busca evidenciar o aspecto da apropriação do “seu espaço” que sugere libertar do cansaço cotidiano das cidades.

A possibilidade de apreensão destes três momentos deu-se a partir da análise de percepções já descritas sobre o litoral. Para tanto, observou-se as variadas formas de expressão

de entendimentos em cada época sobre o mar e o litoral ao longo dos estudos acerca da história do uso do mar, o que resultou na necessidade de uma cautelosa delimitação das mais variadas formas de demonstrar concepções sobre o litoral. Cada geração, em seu próprio entendimento, expôs as orientações sociais sobre o mar, e, de formas distintas, sugeriu alternâncias aos entendimentos sobre litoral. Cada momento foi apresentado prioritariamente pelas análises científicas existentes, não tendo negligenciado a literatura, a poesia e a música. Entende-se que a demarcação de tais expressões enquanto história do litoral permite problematizar acerca dos variados usos da beira-mar.

Para fins desta tese, as narrativas que interessam estão expressas entre aquelas que versam sobre o uso do litoral, da faixa-de-areia, do banho de mar e da praia como espaço de lazer. Nestas narrativas, em alguns momentos, a própria noção de mar confunde-se com a de praia. No entanto, aportar nestes mares sem ao menos citar visões históricas anteriores ao momento que interessa, abrir-se-ia lacunas que podem ser supridas por concisas expressões que nos farão zapear por breves e localizadas percepções sobre o ambiente marinho e sua costa litorânea, o que nos coloca em portos mais seguros ao desembarcar nas percepções mais recentes. Pairar sobre o mar e apontar à beira-mar, nos aloca no âmbito de uma discussão que valoriza as percepções e usos que são estabelecidos no limiar entre o continente, aquele que valoriza, e o mar, aquele que é valorado; entre o lugar que se habita, onde os homens enraízam suas relações, e o lugar inabitado, onde o homem se desenraíza e entende poder subverter a ordem enraizada.

É por esta perspectiva que se inicia uma compreensão das percepções da beira-mar. Partindo inicialmente de estudos que apresentam análises históricas sobre o processo de "apropriação social" do litoral, segue-se a apresentação de entendimentos outros, expressos em cartas de viajantes e em trechos literários, sobre as distintas apropriações da praia. Momentos estes que correspondem à temporalidade moderna, como já informado. Afinal, é deste período que datam os primeiros registros de que os desejos pela beira-mar provocam não apenas os usos, mas o desenvolvimento de uma percepções "positivas" da pequena faixa-de-areia que se delimita pelo continente e pelo mar. O intuito é pensar e apreender o processo histórico que torna o litoral uma praia na perspectiva contemporânea, o que, ao longo da pesquisa, se apresenta em decorrência da aproximação da cidade à zona litorânea; e, conseqüentemente, pensar o que torna a praia detentora de uma derivação adjetiva capaz de classificar uma cidade. As conclusões a este entendimento clarificam-se no último capítulo, quando a análise adentra aos aspectos relacionados ao que se reconhece por "estilo de vida praiano", sendo neste capítulo

evidenciado a importância da cidade na configuração da praia urbana, uma vez que é nela que emerge o desejo pelo litoral. Reverencia-se o cansaço do cotidiano das cidades que acabam por demandar a liberdade pela praia, além de apresentar a necessidade de uma certa “sublimação”¹⁰ do seu ambiente urbanizado, do qual deriva o entendimento acerca de um “estilo de vida praiano”. A praia corresponde a esta cidade na medida em que configura-se pelos desejos que emergem pelo urbanismo exaustivo.

Neste sentido, o primeiro momento está delimitado pelos séculos XV e XVIII. Neste item apreende-se de cartas de viajantes e de estudos históricos sobre a costa continental uma percepção da beira-mar que a coloca como espaço “distante”, cuja estética que a reverencia é a da contemplação, uma possível aproximação é descrita como um desbravamento. Um distanciamento, que não representa um vazio e que é compreendido sobre um duplo movimento estético¹¹-contemplativo: 1) uma contemplação repulsiva; 2) e, uma contemplação admiradora-desbravadora. Ambas atestam o caráter libertador e desafiador do mar, o qual livrar-nos-ia das impuras condições da cidade, dos aglomerados de pessoas, que revelavam aspectos correspondentes, desde as delimitações geográficas, perpassando pelas situações de moléstias do corpo. Se por um lado o mar correspondia, simbolicamente, a repulsa, por outro, estava próximo, principalmente, entre aqueles ditos corajosos que desbravavam o desconhecido e dominavam o que parecia indomável, sempre com o intuito de conquistar “novas” terras. É preciso, ainda, atentar sobre as tribos indígenas que habitavam o litoral brasileiro, como os índios da tribo Tupi, na região que atualmente se encontra a cidade de Natal, denominada de potiguara¹², os quais também são conhecidos como “potiguares do litoral”. Desta forma, este item compõe-se de uma análise sobre aqueles que preferiram as montanhas e alimentaram uma repulsa do mar, os que transitavam pelo “espaço do vazio” (Corbin, 1989) à caminho da liberdade prometida através do mar e àqueles que utilizaram o mar para sua subsistência. Fala-

[¹⁰] A ideia de sublimação decorre do entendimento de que há possibilidade de constituição de práticas de defesa diante de algo que incomode, como afirma Daniel Kupermann acerca da percepção freudiana da sublimação, a qual se constitui em “uma defesa, ainda que a mais elevada modalidade de defesa da qual poderiam dispor alguns psiquismos privilegiados e estaria submetida ao princípio de realidade e suas exigências” (KUPERMANN, 2003, p. 68).

[¹¹] Neste primeiro capítulo, que se propõe analisar aspectos históricos, a noção de estética corresponde a “expressão de uma compreensão” (BENAJMIN, 1984).

[¹²] Palavra da qual descende o gentílico potiguar, a qual denomina aquele que nasce no Rio Grande do Norte.

se, ainda, sobre os românticos poetas que contribuíram para alimentar o imaginário social acerca do mar que engrandece a alma.

A temporalização segunda segue-se a partir do século XIX aos anos 60 do século XX com a emergência da busca pela cura à beira-mar e a consolidação desta prática como de lazer. Observa-se como timidamente os banhos de mar começam a se difundir pela Europa e pelas praias brasileiras no início do século XX. Entre as praias natalenses, é a praia de Areia Preta que inicialmente ganha destaque e, posteriormente, a praia da Redinha, juntamente com o crescente processo de urbanização. O desejo pela beira-mar supera as contemplações e o mar é então introduzido ao lazer, tornando-se simbolicamente mais próximo e fazendo com que as pessoas entendessem poder adentrar ao mar sem os medos dos séculos anteriores. Esse ato não é mais considerado um desbravar. O litoral passa a ser visto como aquele que se diferencia do cotidiano e que corresponde ao desejo de cura e liberdade, o qual se distingue da cidade. Novas percepções se apresentam no sentido de utilização do mar a partir da praia como um lugar de lazer e descanso, ao mesmo tempo em que se buscava adequar a urbanização à realidade geográfica que, no caso específico de Natal, tinha o desafio natural do areal e de elevadas dunas. Para este momento, apresenta-se um duplo movimento estético que se divide entre: 1) a estética da cura; 2) e, a estética da insubordinação. Dinâmicas que correspondem, por um lado, a liberdade da molesta, e por outro, a tentativa de livrar-se do controle das cidades e do local de trabalho. Ambos movimentos apresentam configurações que dispõem de formas de liberdade: enquanto o primeiro libertaria o corpo da doença, a segunda livraria das condutas obrigatórias e também “enfermas” da cidade. No entanto, percebe-se que a possibilidade de se livrar das doenças dar-se-ia apenas pela aplicação das prescrições médicas e que o libertar-se das regras compreendidas como sendo do espaço urbano faria surgir novas formas de controle social. Assim, observa-se que tais liberdades revelam e passam a exigir novas regras e novas formas de controle. Para aqueles que buscavam a cura, seria preciso seguir as prescrições médicas, as quais discriminavam as vestimentas, o clima propício e o horário específico para o banho. As mesmas deveriam ser seguidas exatamente como a prescrição determinava. Para os que se julgavam capazes de subverter um ordenamento advindo do continente, agindo com insubordinação, emergiam as punições legais e as coerções sociais. Esse aspecto é sensivelmente observado a partir das modificações das roupas de banhos em um processo de desnudamento do corpo, cujas vestimentas tornam evidentes a emergência do corpo que se mostra e, com ele, a demanda pela moralização social do ambiente praiano.

Desta forma, analisa-se nesse segundo momento um banho de mar que se apresenta como prática comum, que passa a ser reconhecida como “moda praia”. É o momento em que a praia se torna o cenário que evidencia os valores arreigados no cotidiano da cidade, expostos em regras e normas, os quais, diante das práticas que se desenvolvem na faixa-de-areia, tornam-se questionáveis. Percebe-se também que se avança ainda neste período o desenvolvimento do turismo de descanso¹³ que encontra no turismo de “sol e mar” sua mais forte vertente, tornando a praia o espaço da vilegiatura, do descanso das férias e da liberdade diante da dinâmica imposta pela cidade. Aspectos que adensam o litoral e evidenciam discussões sobre valores relacionados ao corpo, a sexualidade e mesmo sobre a liberdade individual, isto em decorrência da emergência da praia enquanto espaço da cidade. Diante de tais discussões, depreende-se que as práticas urbanas se impõem perante as práticas praianas emergentes, demarcam e reafirmam a moralidade, os bons costumes e a modéstia. De horários de banhos à tipos de vestimentas para o uso público da praia, verifica-se que foram variados os aspectos referentes ao litoral que se tornaram fator de valoração normativa. Todavia, torna-se evidente durante a pesquisa que as praias urbanas são foco do que se pode considerar como práticas de insubordinação, afinal, passam a ser vistas como espaço propício à exposição de práticas entendidas como subversivas. A praia é percebida como um outro espaço, ou seja, aquele no qual se pode subverter uma ordem da cidade, neste aspecto a praia é mais aprazível à exposição, principalmente de valores que se consolidam no pós-guerra mundial. Um dos aspectos que marcam o período estético da insubordinação é o lançamento do *Bikini* pelo estilista francês Louis Réard, que opta por este nome para a menor vestimenta entre os trajes de banho para praia, opção que foi justificada pela insatisfação diante dos testes nucleares realizados pelos Estados Unidos da América no Atol do *Bikini* em 1964.

Na temporalização terceira, a qual compreende a consolidação do *boom* imobiliário na região litorânea e as incipientes especulações que objetivavam tornar a cidade de Natal a capital do turismo de Sol e Mar, apresenta a praia pela completa aproximação com o espaço urbano e sua inserção no cotidiano da cidade, momento que se observa que os desejos são

[13] Reinaldo Dias e Mariana Aguiar (2002) afirma que o turismo pode apresentar um número ilimitado de vertentes, considerando como critério de delimitação as motivações do viajante. Porém, os autores delimitam Turismo de natureza, Turismo cultural e artístico, Turismo científico, Turismo de estudo, Turismo gastronômico, Turismo religioso, Turismo esportivo, Turismo de aventura e, que interessa particularmente a presente tese, o Turismo de descanso. O Turismo de descanso é entendido como a vertente do turismo que se generalizou de tal forma que constitui uma das maiores manifestações do turismo em geral e é base sobre a qual se considera o turismo como fenômeno social.

retroalimentados por valores que emergem nas últimas décadas. O desejo pela liberdade ganha novos contornos, são expressões de domínio de suas próprias expressões, os novos desejos pela liberdade seguem uma dinâmica de constante retroalimentação. A praia, que agora se apresenta, é aquela que reverencia todos os aspectos apontados nos itens anteriores. É neste momento que se torna compreensiva a apropriação total do litoral urbano natalense como praia voltada para o lazer, quando a Praia de Ponta Negra, que se caracterizava pela colônia de pescadores e de práticas voltadas à pesca, torna-se atrativo turístico. As práticas anteriores afastam-se da faixa-de-areia e atualmente se resumem a poucos metros na faixa-de-areia. Consolidada como espaço de cura da alma e de insubordinação, torna-se expressão de religiosidades, lazer, esporte e relevante ao seguimento turístico. Esta é a praia que adjetiva as cidades como praianas e que tem sido submetida a um processo de urbanização que avança a faixa-de-areia. Nesse sentido, afirma-se: Natal é uma cidade praiana. Atenta-se às consequências do duplo processo de apropriação do urbano pela praia: 1) a diminuição da faixa-de-areia pela invasão de equipamentos urbanos, o que considero um processo de “enobrecimento urbano do litoral”¹⁴; 2) e, o aumento da promoção do urbano como praiano. Este período é compreendido pela estética da polifonia, em que a beleza do corpo é exaltada, o consumo é exacerbado e a promoção da praia adentra uma lógica de concorrência “inter-cidade” (FORTUNA, 1997). Afirma-se, ainda, sobre esta praia que é possível vivenciar na cidade um estilo de vida praiano.

No último item, apresenta-se a cidade que passa a circundar a praia, a qual é percebida enquanto expressão por excelência do desenvolvimento técnico que se consolida na modernidade. Desta forma, tal entendimento contribuiu à análise pretendida na tese na medida em que possibilitou problematizar no âmbito da relação estabelecida entre o desenvolvimento urbano e a manutenção da natureza litorânea, cujas tensões coadunam ao entendimento do cotidiano da praia urbana e ao estabelecimento da cidade enquanto cidade praiana. Nesta perspectiva, Natal apresenta-se pelas tensões entre o processo de urbanização que avança à praia e a diminuição do espaço da faixa-de-areia, o qual é tomado e valorizado simbolicamente na orientação urbana da cidade, que é percebida como praiana. Verifica-se, a partir da análise das exposições feitas nos itens anteriores, que é esta a cidade que se apresenta como definidora e delineadora das práticas que são desenvolvidas na faixa-de-areia, na medida em que é esta

[14] Esta expressão faz referência aos processos de intervenção urbana no litoral, que em geral modificam a paisagem e resultam na infraestrutura estendida como Orla. Tal entendimento decorre do estudo por mim realizado e já citado anteriormente sobre a Orla de Atalaia no âmbito do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe.

mesma cidade o centro "mental" (BENJAMIN, 1997) que direciona a praia. Analisa-se como esta cidade pode ser observada e descrita de forma que possa contribuir para a análise do "clima" (SLOTERDIJK, 2003) da praia. Esta análise dar-se antes mesmo de expor as características que se apresentam diante do uso da faixa-de-areia, isto por considerar que as mesmas se delineiam a partir das práticas urbanas. E, conseqüentemente, pensar naquilo que se reconhece como um "estilo de vida praiano", uma vez que o mesmo não é um outro estilo senão mais um que se redesenha pelo urbanismo. Assim, entende-se que esta prática possível à beira-mar é uma expressão de desejos pela liberdade na cidade, os quais revelam o lazer enquanto prática necessária no âmbito das práticas urbanas.

Desta forma, por fim, salienta-se que o reconhecimento e análise dos momentos estéticos apresentados constituem uma historicização de aproximação da cidade à praia, a qual fornece elementos para pensar a atual configuração da praia na medida em que fornece elementos que iluminam a interseção entre a cidade e a praia. Revela-se, conseqüentemente, a apropriação da praia pelas pessoas, as quais, na medida em que buscam libertar-se das demandas da cidade, envolvem-se em tensões próprias da faixa-de-areia, dando os fundamentos necessários para se pensar na problemática inicialmente colocada sobre a ressonância do urbano nas práticas que se apresentam na praia.

1.1 TEMPO DE CONTEMPLAÇÃO: O INVISIBILIZADO LUGAR DISTANTE

O mar, o oceano e a praia estão minimizados em suas particularidades neste item para se pensar inicialmente o processo de aproximação da cidade à costa marítima, isto porque os fragmentos que relatam os usos do litoral não definem especificamente cada termo, ao ponto em que um termo pode ser tomado como expressão de ambientes distintos, não é difícil encontrar o mar descrito como oceano ou vice-versa. Esta aparente negligência com as definições aponta a uma percepção do mar que corresponde, em certa medida, a todo ambiente

marítimo. Os termos são comumente apreendidos como elementos de contemplação, são vistos como um ambiente de poucos usos e tomados como algo que está simplesmente em condição de distanciamento. Este é o mar visto pelos autores europeus, que decerto não fazem referência àqueles que retiram o sustento do mar. Todavia, há uma recorrência em apontar uma história linear para o uso da praia. Desta forma, neste item, busca-se abarcar um pouco desta história que vislumbra um mar conceitualmente distante, que o percebe como “território do vazio” (CORBIN, 1989), ao mesmo tempo em que se evidencia outros usos que não estão, ainda, relacionados ao lazer.

Estas são partes das observações feitas ao longo da pesquisa e que aparecem neste momento como críticas às análises que absorvem um discurso histórico-linear, com reverberações políticas diante da valorização do desbravador. Estas análises aceitam a percepção apenas contemplativa do litoral, ou seja, do olhar distante do homem continental. Todavia, verifica-se que estas mesmas narrativas apresentam o pescador, o navegador e aqueles que defendiam o continente pelo litoral, mas os excluem quando se atribui ao litoral uma percepção analítica. E, ainda, atenta-se à especificidade dos usos do litoral brasileiro, que em fragmentados relatos de colonizadores, não nos deixa dúvidas sobre utilização litorânea pelos indígenas. Isto torna os usos anteriores do litoral “invisibilizados” diante das teorias que, no empenho de observar o passado pela contemporaneidade dos usos, acabam por determinar que a praia seria um espaço vazio, na medida em que estas mesmas teorias apresentam tantos outros usos.

Inicialmente, a pesquisa foi guiada a partir de estudos analíticos brasileiros e, apenas posteriormente, avançou-se à literatura norte-americana e europeia. Desta forma, pode-se afirmar que não são de grandes extensões os estudos sobre o uso da praia no Brasil pós-colonial, e inexistem trabalhos que versam sobre o período pré-colonial. Somente a partir da década de 90 é que a temática começa a ser discutida, mesmo que de forma rarefeita. E, somente na última década, começa-se a dispor de trabalhos reflexivamente elaborados, os quais se dedicaram a pensar a praia enquanto espaço de lazer e mesmo enquanto detentora de uma dinâmica própria de sociabilidade pública. Assim, este primeiro item é tecido a partir de fragmentos que foram colhidos artesanalmente nas mais variadas fontes, os quais se busca apresentar de forma coerente, ao tempo em que se postula críticas às observações analíticas que consideram o uso da praia em uma linearidade histórica e que avançaria de um estágio de completo vazio para uma das mais contundentes expressões da co-vivência pública na atualidade.

Como destacado anteriormente, há uma recorrência nas Ciências Sociais de estudos sobre comunidades pesqueiras, e outros, não tão numerosos, sobre a praia como espaço de lazer. O questionamento que recai em críticas, e que norteia, em geral os estudos sobre o uso da praia, desenvolve-se em torno da busca por fundamentos que justifiquem a utilização do banho de mar no Brasil e a apropriação da faixa-de-areia como zona direcionada ao lazer. Em geral, os autores apontam como resposta o uso terapêutico do banho de mar, o qual teria se propagado diante do consequente desenvolvimento que tornaria esta prática comum enquanto uso da faixa-de-areia, mesmo que outros usos possam ser identificados (DIEGUES, 1995; FARIAS, 2006; LYKOUROPOULOS, 2006; MARINHO, 2008). Estas análises aceitam, sem maiores questionamentos, um postulado de uso inicialmente europeu e o toma como uma invenção médica europeia. Possibilidade que não é questionada enquanto fomentadora do uso da praia, mas que não pode, por ela, ocultar outros usos que se deram à beira-mar, muito menos as outras possibilidades de utilização do banho como meio possível de cura. Desta forma, desloca-se da noção de criação do uso recreativo da faixa-de-areia como uma possibilidade estanque, colocando-o como um aspecto processual que evidencia os variados usos que se davam na faixa-de-areia e a utilização do banho em outras circunstâncias, como seu uso terapêutico em piscinas termais.

O trabalho de pesquisa apresentado por Lena Lencek e Gideon Bosker (1988) expõe uma significativa história da praia pré-moderna, o qual demonstra os variados contatos estabelecidos com a praia. Verificam que os gregos e romanos mantinham contatos com o mar independentemente das estações climáticas e, ainda, que ambos desenvolveram uma cultura de cura pela água, não necessariamente pela água marítima. Afirmam que: “the domestication and exploitation of the beach as a source of pleasure came only as an offshoot of civilization. For centuries, of course, the beach had been the liminal space of encounters between manichean forces of good and evil” (LENCEK & BOSKER, 1988, p. 26).

A figura 3 apresenta as ruínas romanas de uma das termas (do latim *thermae*) ainda existentes, localizada na cidade de Bath, que segundo a unesco: “The city of Bath in South West England was founded in the



Figura 3: Roman Baths. Fonte: <http://whc.unesco.org/en/list/428/gallery/>

1st century AD by the Romans who used the natural hot springs as a thermal spa. It became an important centre for the wool industry in the Middle Ages but in the 18th century under the reigns of George I, II and III it developed into an elegant spa city, famed in literature and art”¹⁵. Tema importante para se pensar a influência do banho na busca pela cura, destaca-se a emergência dos banhos termais no século XIX e a efetiva atividade relacionada a cura do corpo pela água.

O mais significativo trabalho sobre a história do uso da praia é possivelmente o estudo realizado por Alain Corbin (1989), no qual recebe destaque os possíveis iniciais usos da praia na Europa. O trabalho de Corbin é recepcionado no Brasil com expressiva aceitação, não há oposição aos estudos apresentados sobre a apropriação da faixa-de-areia. Ao construir uma narrativa sobre o uso da praia, Corbin (1989) remete-se inicialmente à repulsa advinda das Idades Clássica e Média, cuja moral se constituía sob a égide do criacionismo. O autor opta por iniciar sua narrativa a partir da noção de oceano *dissociabilis*, no qual o autor direciona sua análise para um tipo de visão sobre o mar, atentando sobre aquele mar que separa os homens. Percepção que está descrita em Sêneca, segundo a qual a interpretação dos escritos antigos apontava o mar como um desafio à divindade.

Porém, a noção de “*dissociabilis*” não era uma visão finalista do oceano, apenas uma observação de que o mar era geograficamente um elemento entre homens, e não algo a se manter distante. Este entendimento encontra fundamento em outra passagem do próprio Sêneca, que não é apresentada por Corbin, na qual o autor profetiza sobre o oceano, colocando-o como passivo diante dos homens: “Daqui a alguns séculos, chegará um momento em que o oceano abrirá as barreiras do mundo: abrir-se-á uma terra imensa, Tétis descobrirá um novo mundo e Tule não será mais o mais longínquo ponto da terra” (SENECA, 2011, p. 61).

Não é de se estranhar a passagem que Corbin apresenta acerca da percepção do mar na antiguidade europeia, afinal, era visto como enigmático por excelência. Porém, este mesmo mar compõe-se de uma história de apropriação, de desbravamento, reconhecimento e conquistas. Considere-se, por exemplo, os fenícios, aos quais se atribuem as primeiras navegações. Neste sentido, diferentemente de pensar a praia como um “território do vazio”,

[¹⁵] Conteúdo disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/428/>

pensa-o como um território “invisibilizado”, cuja ideia de invisibilidade¹⁶ difere da noção comum que ressalta aquilo que não se vê, mas que, ao contrário, percebe-se de uma forma diversa daquela em que no presente se observa. Esta invisibilidade decorre do objetivo de estabelecer parâmetros para os usos que se observa na contemporaneidade, ou seja, guia-se pelo questionamento acerca do que teria possibilitado o uso lúdico da praia, invisibilizando outros usos, os quais a pesquisa e a coleta de informações possibilitou considerar a partir de determinados usos atribuídos em variadas regiões.

Ainda na “modernidade”, período que interessa à pesquisa, assinala Corbin (1989) que há o desenvolvimento de uma imagem repulsiva da beira-mar que estaria vinculada a uma geração de estudiosos “catastrofistas”, os quais teriam possibilitado uma compreensão repulsiva do litoral, variando entre uma ideia do ar que infecta, passando pelo dilúvio - sendo o mar a prova de tal acontecimento - e o interesse dos homens pelas montanhas, o que fortalecia a repulsa da beira-mar. Esta percepção é corroborada por Joana Gaspar Freitas, ao afirmar que:

Durante séculos, o mar parece ter inspirado um verdadeiro temor às populações do ocidente europeu. Para uma civilização essencialmente terrestre, compartimentada em espaços físicos reduzidos, já que as deslocamentos eram difíceis e morosas, dominada por uma mentalidade em que o sagrado e o profano se entrelaçavam para explicar a realidade envolvente, o oceano surgia como o território do desconhecido, vestígio último do dilúvio bíblico, onde viviam seres fantásticos que escapavam à ordem imposta por Deus (FREITAS, 2007, p. 106)

Enquanto para Corbin é possível falar de uma imagem repulsiva, para Thales de Azevedo, que se destaca como um dos primeiros estudiosos a escrever sobre a praia no Brasil, “a praia nem sequer [era] percebida como paisagem, dado que tinha reduzido significado humano” (2007, p. 203). E, completa, afirmando que este seria apenas “o inevitável caminho do pescador para o mar, do puxador da rede e do lançador da tarrafa, do canoeiro e do jangadeiro para o embarque em suas naus” (2007, p. 203). São percepções da praia que fundamentam a compreensão aqui apresentada do processo de invisibilidade que decorre nos estudos históricos sobre o uso da praia, são contraditórios em seus próprios relatos quando buscam em usos anteriores os usos atuais.

[16] Aponta-se à compreensão de Lévinas: “a invisibilidade não indica uma ausência de relações; implica relações com o que não é dado e do qual não temos ideia” (p.22)

Entretanto, o mar desperta algo que é verificável nestas perspectivas analíticas, esse desconhecido, vazio ou com reduzido significado humano, desperta desejos, mesmo que este seja compreendido como uma repulsa, ou como desejo de desbravar, seja pela vontade de desafiar o desconhecido ou pela busca de associações comerciais e exploratórias. Diante daqueles que se predispuseram a avançar ao mar e desbravar o desconhecido, evidenciam-se elementos que envolvem o desejo voltado ao reconhecimento de algo desconhecido. A história se impõe ativamente ao homem europeu que descobre, redescobre e reinventa lugares, numa visão humanista que o sobrepõe à natureza em um duelo que o homem sempre parece vencer.

Conquanto, é necessário atentar que uma sociedade letrada acaba por sobrepor a memória daqueles que têm sua história repassada na oralidade. Talvez fosse possível reescrever outra história do uso social da praia a partir da oralidade de tribos e sociedades ditas “não civilizadas”, ou mesmo se buscássemos a historiografia sobre a Idade Antiga, que por vezes povoaram a beira-mar e construíram sociabilidades a partir desta, cujo temor europeu estava distante e não permeava as percepções dos variados grupos que compunham a antiguidade, o que não os impossibilitou de extrair do mar sua sobrevivência.

Decerto, as cidades europeias nos primeiros séculos do período denominado como moderno não mantiveram inicialmente uma relação cotidiana com a praia. O desenvolvimento de atividades diárias não obtinha do mar ou da praia as orientações para a condução da vida, ou mesmo enquanto condição de vida relativo ao que se reconhece como “estilo de vida praiano”, e muito menos deles dependiam. Porém, a relação dos europeus com o mar datam deste mesmo período, assertiva verificável a partir das cartas dos navegadores-colonizadores. Relação esta que se amplia, pela pesca e defesa territorial, a partir do século XVIII:

Território ignorado e evitado, durante muitos séculos, o litoral permaneceu entregue aqueles que se dedicavam à pesca, à navegação de cabotagem ou à defesa da fronteira marítima, até ao despertar do desejo colectivo da praia, fenómeno que se iniciou em Inglaterra e França a partir meados do século XVIII e um pouco mais tarde em Portugal (segunda metade do século XIX). (FREITAS, 2007, p. 106)

Embora a autora ainda insista no fato de a beira-mar ser ignorada, bem como no entendimento de que no caso específico de Portugal “os Descobrimentos contribuíram decisivamente para o fim de efabulações antigas relacionadas com o “Mar Tenebroso” e com as terras que se estendiam para além dele” (FREITAS, 2007, p. 107), posteriormente admite o

uso para outros fins, e, ainda, atenta ao aspecto do desejo coletivo, o qual torna-se importante para pensarmos como a noção de desejo sempre permeou os usos na faixa-de-areia.

Quando se analisa cartas de colonizadores portugueses¹⁷ sobre o Brasil, depara-se não apenas com afirmativas sobre o desbravar do temido mar, mas também com informações acerca dos usos estabelecidos pelos nativos observados pelos colonizadores quando do primeiro contato com os navegadores. Encontra-se na literatura portuguesa fragmentos que nos atenta à outros elementos além da “descoberta” de novas terras, entre eles os usos do litoral pelos indígenas e a inexistência de dependência econômica com o mar, o que não anula uma relação com o ambiente litorâneo.

Sabe-se que tal literatura, em geral, radica-se em trovas e poemas e bifurca-se em variadas linhagens como a literatura de viagem, cuja origem está associada aos diários de bordo e a necessidade de registro de rotas e condições climáticas¹⁸. Entre os textos fundamentais desta vertente, encontra-se a carta de Pero Vaz de Caminha enviada à D. Manuel em Portugal. Nestes relatos, que muitas vezes são longos detalhamentos da terra descoberta, é possível encontrar algumas poucas referências sobre a praia, contribuindo ao entendimento da mesma enquanto reconhecida como sendo apenas um espaço que não comportava importância para o desenvolvido cotidiano das pessoas e muito menos como elemento de significação econômica para o núcleo populacional, o que não elimina, repito, a verificação de influências no cotidiano da vida em sociedade perante a grandiosidade do mar diante do continente.

Em Carta¹⁹, Pero Vaz de Caminha, relata o encontro dos colonizadores portugueses com os índios, o qual se deu na “praya”, como assim registra o autor. Neste documento é possível verificar um tom de surpresa em relação ao desconhecido e de estranhamento diante dos tipos de pessoas que de longe avistavam. Os relatos não dão mais detalhe do que o espanto e o amedrontamento diante dos “primitivos”, sobre os quais se afirma serem sem crenças e parecerem ressoar grunhidos. A nudez é um dos aspectos que mais chama atenção, não menos é a percepção de ser esta ingênua. Também não deixaram de registrar as novas terras como o paraíso bíblico que, diante da percepção de ingenuidade da nudez, faz os colonizadores

[17] Conteúdos relacionados estão disponíveis na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O conteúdo das cartas pode ser acessado através do site: www.cvc.instituto-camoes.pt

[18] Informações disponíveis em: www.cvc.instituto-camoes.pt

[19] Texto originalmente escrito em 1500.

relembrem de Adão. Caminha atenta-se às feições e à cútis parda, ao mesmo tempo em que se refere aos “avermelhados”, e percebe, ainda, os “bons rostos” e “bons nariz”. A praia se apresenta para Caminha apenas como o espaço no qual se deu o contato com os índios, servindo-lhes como acesso às terras, mesmo que outros relatos revelem a utilização do mar e da praia enquanto aspecto da cultura nativa.

Caminha (1500) descreveu sua percepção do litoral com um olhar que observa com estranheza os exóticos homens que se apresentam pela praia. Não estão contidos nestes registros a utilização da praia voltada ao lazer, como observa-se na contemporaneidade, mas como usos distintos, os quais não nos cabem maiores interpretações dada a escassez de relatos detalhados sobre o uso da beira-mar pelos índios. Cabendo, entretanto, a afirmação da clara utilização da faixa-de-areia pelos índios e de que estes retiravam alimentos do mar. A pesca realizada pelos índios no mar pode ser apreendida de outros relatos de colonizadores.

O reconhecimento do litoral brasileiro por Pero de Magalhães Gandavo, descrito no “Tratado da Terra do Brasil História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil”, tem como intenção apresentar a “fertilidade e abundância da terra do Brasil, para que desta fama venha à notícia de que muitas pessoas nestes reinos vivem com pobreza, e não duvidem escolhê-la para seu remédio por pobres e desamparados que sejam” (GANDAVO, 2008)²⁰.

A percepção de Gandavo, além de valorizar a abundância, que se apresenta como sendo o seu interesse, relata variados usos na beira-mar pelos índios e seu espanto com a profundidade de mar: “por isso chama Pernambuco, mar fundo” (2008, p. 37). São relatos que por vezes se apresentam como contraditórios. Em seus escritos o colonizador afirma, inicialmente, que a praia servia apenas de um caminho de passagem ao continente. Constata que em Olinda a praia servia como caminho à povoação. E, posteriormente, relata que à praia iam negros catar âmbar para os seus senhores e lá também viam os monstros que saíam do mar para amedrontar. Na capitania de São Vicente, relata que uma índia escrava, que teria saído à noite de casa, viu um monstro caminhando em direção a várzea em passos “desusados” e dando urros assustadores, e que, ao chamar seu senhor, o monstro, assustado, retornou para o mar.

[20] O texto original foi publicado em Portugal em 1587.

O tratado apresentado por Gabriel Soares de Sousa também exaltava a maravilhas do novo mundo, embora os motivos não estejam explícitos como em Pêro Magalhães. Este colonizador também atentava sobre a abundância de alimentos, além de evidenciar a possibilidade de acesso aos mesmos sem muito esforço, “mui abastada de mantimentos de muita substância e menos trabalhosos que os de Espanha” (SOUSA G. S., 2008, p. 40). Cita, ainda, que era possível atravessar a “praia até a terra” sem problemas, pois os índios diferentes não desciam a praia com frequência, tais índios eram identificados como diferentes dos denominados de “gentios”, que não atacavam no litoral.

É possível perceber, pelos relatos, que a praia é mar, não é terra, nela os colonizadores não se fixam, não se estabelecem na beira-mar. Como relata Pêro Lopes e Sousa ao descrever a necessidade de consertar seu batel, diz que naquele domingo, quando mandou seus homens à terra, “veo muita gente da terra á praia” (SOUSA P. L., 2008, p. 37)²¹. Estas são praias que ninguém se banha ao lazer, mas que ao estar em contato com a água do mar é indispensável, uma vez que o mar torna-se um meio de atingir as terras desconhecidas.

Os relatos do século XVII e XVIII já expõem uma outra percepção dos índios, que da terra e do mar retiravam o sustento, tais relatos podem ser encontrados nos estudos realizados pelo historiador Pereira Costa. Os tramambés, denominados pelos colonizadores como “peixes racionais”, tornam-se exemplares do contato do índio com o mar:

Os tramambés, que ocupavam o delta do Parnaíba e terras adjacentes, eram grandes nadadores, e a referida provisão, descrevendo os seus costumes marítimos diz que se podem chamar de peixes racionais. Esta aldeia ainda existia pelos anos de 1745, e pertencia à jurisdição administrativa de Pernambuco, como consta de um documento oficial, e assim designada: - ‘Aldeia dos tramambés, sita à beira do mar, do distrito da mesma ribeira de Acaratu, invocação Nossa Senhora da Conceição, de que tem que é missionário um sacerdote do hábito de São Pedro, e tem somente uma nação de tapuias chamados tramambés. (COSTA R. P., 1974, p. 92)

Pereira da Costa, em estudos sobre a história do Piauí, descreve que o Governador Bernardo Pereira Barreto afirmava que os índios tramambés conseguiram desenvolver a técnica do nado e que conseguiam avançar ao mar sem nenhum entono que os protegessem: “sem outra embarcação, que a dos seus próprios braços, e quando muito um pequeno remo, além de

[21] O texto original foi escrito em 1530.

atravessarem muitas léguas de água, se conservam também debaixo dela por largos espaços livres de receio” (COSTA R. P., 1974).

No território que hoje pertence à cidade de Natal, na então capitania do Rio Grande, habitavam os índios tupis de denominação potiguaras, que ofereceram resistência à dominação de seu território, por vezes conseguiram executar os portugueses e defender-se da morte ou escravização. Tal aspecto teria diferenciado o processo de colonização com esses índios, embora muitos tivessem morrido em guerras. O fato de terem sido submetidos, em determinado momento, ao processo de invasão francesa, que, diferentemente da portuguesa, estabelecia escambo com os potiguaras, gerou uma dominação menos agressiva. Além de tornarem-se aliados contra a retomada do território pelos portugueses (TRINDADE, 2010). Sérgio Trindade, evidencia em seus estudos sobre os potiguaras que:

Com os corpos nus, expostos ao sol forte e abrasador, os índios potiguares viviam em contato próximo e intenso com a natureza bonita e hostil. Não tinham uma agricultura desenvolvida, e plantavam ruas roças de mandioca, batata-doce, jerimum e outras, após derrubarem e queimarem os troncos e galhos de árvores. Grande parte de seus mantimentos vinham da caça e pesca (TRINDADE, 2010, p. 37).

Diversamente de Caminha (1500), que relembrou positivamente os aspectos bíblicos ao verificar os homens nus na praia, por aqui também emergiram concepções negativas que adentravam o Brasil através dos colonizadores europeus. Todavia estas concepções não perduraram, pois da mesma forma que se percebia a praia como um lugar composto por uma areia maldita, também se processariam estágios de desmistificação do mar, ao tempo em que outras significações iriam sendo apresentadas. O território então descoberto era contornado por extensas dunas de areia, em relação a estas dunas se apresentava certo temor, o teria provocado uma delimitação à constituição da cidade. É importante salientar que a cidade de Natal é cortada pelo rio Potengi, fragmentação que reverberará até a contemporaneidade na cidade, distinguindo os que estão na zona norte daqueles que estão na zona sul da cidade (TRINDADE, 2010).

Na zona norte da cidade estavam os índios potiguaras da Aldeia Grande, onde atualmente está localizada a praia da Redinha (TRINDADE, 2010). Na zona sul, embora seja evidenciado o distanciamento da cidade que se desenvolve de costas para o mar e próxima ao rio, considerando o seu entorno de dunas, os portugueses iniciaram a construção do Forte dos Reis Magos em 1598, “ilhado nas marés altas” (TRINDADE, 2010, p. 41). O forte tinha como

objetivo a proteção e retomada do território. Esta região torna-se central para os colonos e em seu entorno foi estabelecida uma pequena povoação denominada de “Cidade dos Reis”. A cidade de Natal é então fundada em 1599 e, posteriormente, seu núcleo populacional aproxima-se do litoral: “Após a fundação de Natal, as autoridades da capitania começaram a tomar providências com a finalidade de desenvolvê-la economicamente. A colonização da capitania, no início do século XVII, praticamente restringia-se à área litorânea próxima a Natal” (TRINDADE, 2010, p. 44)



Figura 4: O rio Potengi entre a Redinha e Santos Reis atualmente. Fonte: Google maps.

Tendo o litoral ao norte do rio Potengi (ver figura 4) uma povoação indígena, ao sul, tinha-se o desenvolvimento do povoado português, o que apresenta uma constante relação de domínio do litoral desde os mais remotos relatos escritos que se identifica sobre o território brasileiro. A povoação da praia de Ponta Negra, um pouco mais ao sul do Forte dos Reis Magos, decorre de outros acontecimentos enquanto história de povoação da região, relata-se então a chegada dos holandeses na capitania Rio Grande.

Desembarcando no litoral norte-rio-grandense na manhã de 08 de dezembro, nas imediações da praia de Ponta Negra, os holandeses fizeram valer o plano traçado, com as forças se dividindo em duas frentes: uma parte avançou pelo mar, e a outra seguiu por terra até chegar à cidade; uma parcela desse contingente terrestre ficou em Natal, cujo “pavor despovoara”, e o restante seguiu para as cercanias do Forte dos Reis Magos, acampando ali ao pôr do sol (TRINDADE, 2010, p. 55)

Quando se fala que a praia de Ponta Negra tenha sido povoada posteriormente, não indica ser uma povoação recente. Há registro de vivência nesta região que datam do século XVII, sendo considerado como parte do núcleo originário do atual Bairro de Ponta Negra. Assegura Lisabete Coradini que:

A vila de Ponta Negra também chamada de vila dos pescadores é parte e núcleo originário do bairro. Segundo Câmara Cascudo a vila teve sua ocupação iniciada, no período da chegada dos holandeses à costa norte-rio-grandense, no início do século XVII, desencadeando a aglomeração urbana. Ponta Negra também foi ponto estratégico para defesa do território. O

primeiro nome da localidade foi Cabo de São Roque, possivelmente pela fé no santo. Depois passou a se chamar Ponta Preta - graças à quantidade de pedras (Cascudo, 1984) (CORADINI, 2008, p. 07).

A partir de tais descrições é possível perceber a utilização do litoral pelos índios e o contato com a praia que lhes servia como acesso ao mar, diferentemente do processo que se entende como história da apropriação social da beira-mar que decorre na Europa, a qual se daria posteriormente às descrições do uso do mar pelos índios e dos relatos sobre a então estranha figura do próprio índio. Enquanto na Europa os desbravadores acentuavam as buscas por novas terras, o que revela um contato com o mar, aqui, estes colonizadores puderam observar e descrever, não apenas os usos a beira-mar, como também o reconhecimento da “boa” pele ou pela limpa dos índios.

Se por um lado um grupo de homens já havia desbravado o mar, conquistado as temerosas ondas e descoberto novas terras, por outro, haveria uma mística que alimentava o medo e a repulsa deste mesmo mar. Porém, percebe-se que a cidade não estava tão distante do temido mar, pois a história sobre litoral resguarda uma série de usos que antecedem as práticas de lazer. Neste sentido, a narrativa de Corbin se torna informativa, principalmente quando apresenta aspectos relacionados ao caráter medicinal da praia. Para o autor, dois importantes momentos começam a desmistificar a ideia de praia como algo negativo: primeiro, o confronto com o desconhecido que começa a aparecer entre os poetas franceses no século XVII; e, segundo, as prescrições médicas do uso do banho de mar. Enquanto o primeiro não teria influenciado a efetivação do uso da praia, o segundo se torna determinante.

Assim, este confronto com o desconhecido revela um dos aspectos que ainda reverbera na atualidade, a contemplação. Dos colonizadores que contemplavam o mar e entre estudiosos e temerosos, o mar sempre esteve em posição contemplativa. A praia é também reconhecida como um ambiente próprio para a contemplação. Esta estética da contemplação, para fins desta tese, atravessa o tempo e aporta no imaginário daqueles que até hoje buscam o litoral. A praia é contemplada, admirada, confrontada pela observação direta de estudiosos, esta percepção contemplativa da praia encontra-se descrita na narrativa de Corbin (1989). Desta contemplação apreende-se, principalmente, o desejo de confrontar a leitura antiga com a paisagem de então, à época, era o que também inspirava ao prazer:

O prazer nasce então simplesmente do acordo que se instaura entre a emoção do viajante e a do escritor antigo perante uma paisagem há séculos famosa, sem contar que se insinua às vezes a esperança de encontrar ali algo que faria aumentar a beleza do lugar tão frequentemente celebrado. (CORBIN, 1989, p. 61)

Os prazeres estão relacionados ao confronto interpretativo entre as obras lidas e as paisagens observadas, momento também em que decorrem os primeiros registros paisagísticos que são realizados por desenhistas contratados pelos estudantes. Estes eram homens que se definiam como sendo de bom gosto. Inserir-se neste estilo era poder se caracterizar como homens de boa educação que não aceitavam as cópias e coleções, mas que optavam, como parte da formação, por apreender com seus próprios olhos uma paisagem narrada. Para Corbin, é um dos elementos que contribuem para o desenvolvimento ou surgimento do *Grand Tour* e seria este o complemento indispensável aos *gentlemen*, conhecidos como, *gentleman voyageur*, educados no encontro e confronto com as paisagens. Mas, mais do que apresentar as bases do *Grand Tour*, afirma Corbin que:

É então que as margens do oceano surgirão como alternativa aos males da civilização, como lugares onde se pode ler da forma mais simples a nova temporalidade proposta pelos sábios, experimentar a dissociação da história do homem em relação à da terra (CORBIN, 1989, p. 65).

São estes relatos que informam sobre os variados usos da beira-mar antes mesmo de se apresentar como um espaço de lazer. Apreende-se destes relatos um jogo de aproximação e distanciamento, de repulsa e querer, que sempre evidenciam o quanto o mar esteve presente entre os homens continentais. É neste sentido que não se aceita a afirmativa que a beira-mar é um território do vazio, mas ao contrário, como apontam os próprios relatos, verifica-se que sempre houve usos relacionados ao litoral. Desta forma, observa-se que os relatos sobre as percepções e usos da costa marítima apresentam-se de forma controvertida, na medida em que a ideia de vazio e repulsa são tomados como percepções únicas sobre a costa marítima. Não são poucas as possibilidades de reconhecimento da beira-mar em uma dinâmica que alterna as ocupações e explorações que se dão na pequena faixa-de-areia. Estas linhas iniciais buscaram demonstrar que o processo de aproximação da cidade ao litoral, sobre o qual avança-se nas próximas páginas, não se estabelecem apenas pelo banho de mar para o lazer, mas ao contrário, apresentam usos outros na costa e contribuem para minimizar as referências que aceitam uma

transição simplista entre as percepções repulsivas sobre o mar e sua abrupta transformação em mar desejado. E, ao contrário, entender a dinâmica de desejo que sempre permeou o litoral.

Vale salientar, analisando o que foi descrito até o momento, que a história nos indica importantes elementos configuradores da beira-mar e que permite refletir sobre a atualidade da praia urbana. Dentre estes elementos encontram-se, além da dificuldade de se estabelecer uma linearidade histórica definidora do processo de aproximação entre as pessoas e o litoral e a emergência da paisagem como elemento valorativo enquanto imagem contemplativa, o aspecto turístico, considerando que a praia era concebida como este outro lugar distante. A praia só se apresentava como espaço de passagem para os colonizadores, diferentemente, não se passava pela praia, ia-se à praia, guiava-se de forma direcionada ao litoral com variados objetivos. Estariam aí os embriões que se desenvolveriam ao turismo litorâneo. Além disso, e por fim, a permanência da percepção da praia como um lugar distinto, que mesmo diante da aproximação das cidades de suas costas marítimas, a praia ainda é percebida pelo seu potencial aspecto natural que o diferencia do urbano.

1.2 TEMPO DE EXCEÇÃO: UM OUTRO LUGAR

1.2.1 A estética da cura

As cidades passam a condensar um número extraordinários de pessoas, condição que as tornam próximas, fazendo-se necessário o compartilhamento de ambientes com estruturas precárias. Tal proximidade permite a proliferação de doenças e torna a enfermidade algo latente nos aglomerados urbanos do século XVII a XIX. A praia, diferentemente da cidade, passa a representar uma possibilidade de exceção à regra cotidiana e a uma normalidade progressiva de pauperização social. Enquanto exceção, a praia se torna um lugar que avança a possibilidade de cura. Esta seria a primeira ordem que subverte um olhar sobre a praia. Embora tenha o litoral concentrado variados usos ao longo de sua história, não se pode afirmar que o mesmo era densamente povoado ou utilizado, o que faz com que a noção de espaço distante e,

vezes, temido, comece a ser percebido por outros contornos. Curiosamente, este aspecto, que antes era caracterizado como algo negativo, passa a ser condição necessária à mudança de percepção que vai atribuir uma ideia positiva ao litoral, exatamente por se ter o entendimento de que o espaço distante e pouco adensado favorecia o afastamento das mazelas das cidades. O litoral, aquele outro lugar, passa a ser valorizado, neste momento, os moradores da cidade passam a desejar espaços que tenham como característica principal a ausência de intervenções humanas. Este outro espaço, diferente das adensadas cidades, reforçava sua condição natural e capaz de se tornar modelo de ambiente que é favorável ao homem, ou seja, aposta-se no natural em detrimento da cidade cultural erguida.

Desta forma, a percepção histórica da apropriação da beira-mar nos informa acerca de uma relação do corpo com a praia em busca da cura. Aporta-se em uma praia que não parece curar apenas corpos, mas também as mentes. Este aspecto relacionado ao corpo será retomado no próximo capítulo, não apenas em relação ao corpo que comporta as mazelas humanas e busca a cura pelo banho de mar, mas que se apresenta pela possibilidade de apropriação do litoral e delimitação do um pequeno espaço na faixa-de-areia, que se entende como próprio e capaz de livrá-lo do cansaço das cidades.

A praia é um ambiente que se distancia, de tal modo, das mazelas da cidade. A conotação positiva é reforçada pela cidade que faz adoecer. Ao distanciar-se das povoações e centros populacionais, distanciava-se das doenças de pele, do ar fétido e das impurezas das ruas. Junto aos problemas que emergiam nas cidades surgiam novas possibilidades de debilitar os corpo e as mentes, tais como a ansiedade e a melancolia, as quais congratulam e dão boas-vindas ao agrupamento humano chamado de cidade. Desta forma, a praia passa a ser considerada o oposto das cidades, como apresenta Corbin:

o afluxo de curistas às praias de mar, que se inicia por volta de 1750, visa aliviar uma angustia antiga; faz parte das táticas de luta contra a melancolia e o spleen, mas responde também ao desejo de acalmar as novas ansiedades, que, ao longo do século XVIII, se propagam e se reversam no interior das classes dominantes. (CORBIN, 1989, p. 69)

Da moda da melancolia à necessidade de harmonia do corpo, a praia revela-se como um espaço capaz de promover uma “sociabilidade terapêutica”, a qual se dava anteriormente no ambiente fechado das cortes francesas. A aristocracia britânica, para Corbin, influencia-se pelo livro “História da melancolia” de Robert Burton, no qual o autor “traça uma ampla e

complexa estratégia em que a preocupação com o ambiente, os preceitos higiênicos e os cuidados corporais misturam-se a uma sutil terapêutica da alma, ou melhor, do espírito” (CORBIN, 1989, p. 70).

Além de Burton, relata Corbin (1989) que Richard Smollett, que era médico e sofria com problemas pulmonares, também era um entusiasta do mar. Smollett, acometido pela tuberculose, costumava mergulhar nas águas do mediterrâneo mesmo em temperaturas baixas. Seus banhos diários em Nice levaram médicos a prognosticarem-lhe morte imediata. Corbin atribui a Smollett, a partir da publicação do livro “Viagens pela França e pela Itália” de 1766, o início do desejo pela beira-mar e uma crescente negação da cidade. Diferentemente da cidade, a praia não conserva vestígios da história humana, ou ao menos não parecia conservar. Para Corbin, a água e a areia apagam os signos, as praias não podiam oferecer provas exatamente porque não eram “domesticadas”.

Diferentemente de Corbin, Joana Freitas (2007) constrói uma reflexão a partir de André Lespagnol para iniciar uma discussão sobre as relações estabelecida entre o indivíduo e o litoral, percebendo-a como uma construção e adentrando às transformações provocadas ao longo de anos:

a percepção que temos do litoral não é natural, imanente ou intemporal. É uma construção social que se inscreve num quadro geral de mentalidades e que se modifica com a passagem do tempo, em função da complexa teia de relações que se estabelece entre aquele espaço e os actores sociais (FREITAS, 2007, p. 106).

Pensa-se, neste sentido, em duas proposituras sobre a praia: primeiro, a possibilidade do desenvolvimento de teias de significados particularizados ao seu ambiente; e segundo, que a construção social do litoral resguarda características próprias, que se particularizam ao longo do tempo e cuja dinâmica abriga elementos que configuram uma rotina. Tais proposituras sustentam-se a partir do entendimento de que “o olhar de um indivíduo ou de uma sociedade sobre a ‘paisagem litoral’ é sempre uma apropriação subjacente, conferindo-lhe um significado simbólico que traduz uma perspectiva sobre o mundo envolvente” (FREITAS, 2007, p. 106).

A autora segue a uma exposição de sentidos atribuídos a este espaço:

território do vazio, último vestígio do divino bíblico, fronteiras entre o caos e a ordem, cais de embarque para o novo mundo, porto de chegada de riqueza e produtos maravilhosos, ermo povoado de dunas áridas, área para estender redes e atracar os barcos da pesca, local de busca do “eu” para o espírito romântico, paisagem de pura contemplação estética, estação balnear com fins terapêuticos, lugar de fruição lúdica e veraneio – que reflectem a variabilidade de práticas, comportamentos, sensibilidades, formas de sociabilidades, que se desenvolveram em torno deste espaço, constituindo um verdadeiro código de leitura e interpretação da apreciação e utilização econômica, política, científica, estética, terapêutica e/ou lúdica, que cada grupo humano faz dele (FREITAS, 2007, p.106)

Entre tantos sentidos, alguns, além de estarem restritos a determinadas regiões, delimitaram-se no tempo. A tentativa de reconhecimento da apropriação social da praia e da história dos banhos de mar, fundamentam-se pela compreensão de que o ambiente poluído das cidades industriais são totalmente diferentes do ambiente marítimo, o qual é percebido como lugar da higiene, do limpo e da saúde (FREITAS, p. 106). São percepções que perduram em nexos e em práticas até a atualidade, e que se apresentam ainda como fundamentais nos entendimentos que dizem ser a praia um outro espaço, diferente do ambiente urbano.

Um olhar sobre este outro lugar torna a faixa-de-areia exceção ao ser descoberta enquanto natureza pura e higiênica, diferentemente das acomodações humanizadas e técnicas da cidade. Esse entendimento postulava críticas à poluição do ar e à ação humana, sugerindo que, embora as cidades demonstrassem direcionamentos à organização, eram, ao mesmo tempo, destruidoras. Ainda no século XVIII, diante das fábricas e dos aglomerados urbanos, emergia o entendimento de defesa ao contato humano com espaços outros que não tinham sido apropriados pela ação do homem. A praia, diferentemente dos ordenados jardins ingleses, era desordenada, mas, exatamente por isso, por ser "pior" neste sentido, não haveria nela ainda essa orientação destruidora do homem. Esta percepção postulava críticas a ideia de que ordenar é melhor, afirmando que a natureza, em um entendimento contrário ao ordenamento, é favorável ao homem. Entre tantos médicos que compartilharam com este entendimento e fizeram referência à saúde pública, destaca-se mais uma vez o já citado Smollett, o qual, segundo Corbin:

Proclama sua indignação contra a poluição do ar da capital e da água do Tâmisa pela poeira, fumaça, imundícies. O ajuntamento da multidão pútrida nos salões de baile ou nos estabelecimentos de Barth o revolta. O tema dos excrementos, onipresente e sua obra reforça a denúncia da corrupção dos gostos citadinos. Um clássico deslizamento opera-se, em seu discurso, do higiênico ao moral. Na cidade, produz-se uma inversão dos critérios de

apreciação, triunfa a perversão dos alimentos viscosos ou adulterados, desenvolvem-se maus cheiros que passam a ser tolerados. A mobilidade social e o luxo ostentatório constituem outros tantos signos do suicídio coletivo que devasta a cidade. (CORBIN, 1989, p. 72)

Diferentemente da Europa, no Brasil o processo de adensamento urbano não decorre inicialmente de um êxodo rural, o que só irá ocorrer posteriormente, quando os centros políticos e econômicos já podem ser considerados extensos. Em um lento processo de industrialização e urbanização, os núcleos urbanos foram sendo constituídos gradualmente. Em 1845, a população de Natal era de 6.000 moradores²². Citando Manuel Correia de Andrade, Sérgio Trindade informa que:

o espaço do Rio Grande do Norte começou a se industrializar, em termos capitalistas, modernos, ainda no século XIX, a partir de 1840, com a intensificação da exportação da cera de carnaúba, dando vitalidade à porção ocidental, beneficiada com o assoreamento do porto cearense de Aracati que antes polarizava a região. Tal fato provocou a transferência de grandes comerciantes daquela cidade para Mossoró e a escolha desta como escala regular dos navios da Companhia Pernambucana. (ANDRADE apud TRINDADE, 2010, 139)

A integração da economia natalense ao comércio internacional dá-se pelo acúmulo de iniciativas que objetivavam motivar a relação econômica da província com o mercado mundial. Em Natal a Capitania dos Portos fundada em 1859 e o melhoramento do Porto são os marcos deste processo. Claramente observa-se que Natal apresenta uma relação com o mar desde a sua constituição e se particulariza diante de outros processos de utilização do mar que decorrem em outras regiões, como é possível apreender de fragmentos extraídos de breves observações sobre a praia, apresentados em relatos sobre o litoral brasileiro (ANDRADE apud TRINDADE, 2010).

Gilberto Freyre, em “Sobrados e Mocambos”, evidencia os usos que decorreram no Brasil do início do século XIX. Quando Freyre busca inovar em sua obra sobre o cotidiano das pessoas do ponto de vista analítico (CARDOSO, 2003), acaba por revelar um pouco da praia do Brasil em fase de transição do período colonial ao pós-colonial, cujos fragmentos não

[²²] Em 1890 a população chegou à 13,725, dez anos depois, em 1900, havia 16.056 moradores, em 1920 chegou ao total de 30.696.

corresponderiam àquela praia de natureza intocada pelo homem. Superficial e sutilmente, Freyre ressalta não apenas a “sifilização”, a partir do contato de portugueses com índias nuas na beira da praia, como também o descarte de corpos na faixa-de-areia. Os restos mortais estariam destinados ao movimento das ondas, tal movimento possibilitaria que os mesmos fossem encobertos pela areia, ou mesmo levados ao mar. Todavia, nem sempre este era o destino dos corpos, quando isto não acontecia, a faixa-de-areia expunha pedaços humanos em vários pontos do litoral, que em geral eram de homens negros, afinal, segundo o autor, eram estes os únicos que deveriam ser depositados na praia após a morte (FREYRE, 2003).

Em “Sobrados e Mocambos”, o autor ressalta o lado negativo da praia a partir do aspecto apresentado na obra anterior. Expõe, agora, a praia que a cidade nega, à qual não quer ter contato. Desta forma, reforça que os restos mortais dos negros, que eram jogados na praia, atentando que o destino final se daria pelo recolhimento feito pelo movimento do mar ou, acrescenta, pelos urubus, tornava a praia um lugar inóspito. Não seria agradável desfrutar de um ambiente em que, dado o recuo da maré e movimentos das ondas, eram revelados pedaços de corpos que passavam a ser picados por urubus. Os urubus estavam a “pinicar os restos de comida e de bicho morto e até os corpos dos negros que a Santa Casa não enterrava direito, nem na praia nem nos cemitérios” (FREYRE, 1977, p. 195).

Diferentemente da percepção que emergia na Europa sobre a praia, a qual se elevava a condição de lugar limpo, diferenciando-se da cidade, no Brasil, por Freyre, percebe-se que havia uma diferenciação estabelecida entre as vilas e freguesias e a praia, a qual era considerada um lugar de dejetos e de descarte do sujo, o que a colocava na condição de indesejada. Estas eram praias que não se caminhava ao lazer ou muito menos se contemplava o ambiente:

as praias, nas proximidades dos muros dos sobrados do Rio de Janeiro, de Salvador, do Recife, até os primeiros anos do século XIX eram lugares por onde não se podia passear, muito menos tomar banho salgado. Lugares onde se faziam dejetos; onde se descarregavam os gordos barris transbordantes de excremento, o lixo e a porcária das casas e das ruas [...]. (FREYRE, 1977, p. 195).

No entanto, ainda no século XIX, tem-se início a alternância da compreensão da praia enquanto lugar de excrementos à percepção de ser este um lugar natural e saudável. Do lixo à saúde, a praia incorpora o sentido terapêutico do banho de mar: “nessa ascensão do

modelo terapêutico de praia, a aristocracia tem papel fundamental. É ela quem, na Europa, legitima os locais onde o banho curador se dará” (FARIAS, 2006, p. 39).

Curiosamente no Brasil a passagem do entendimento da praia como lugar de lixo à terapêutico, tem um marco institucional, não podendo ser tomado como único elemento relevante à utilização do banho de mar ou como início de uma apropriação do litoral no Brasil. Oficialmente, tem-se a construção de uma “Casa de Banho”²³ na praia do Caju²⁴ (ver figura 5), datada de 1817, instalada para D. João VI se tratar de uma doença de pele.



Figura 5: "Casa de Banho de D. João VI" ou "Museu da Limpeza Urbana" antes e depois de reformas. Fonte: rioguiaoficial.com.br

Thales de Azevedo, em sua incursão sobre a história do banho de mar no Brasil, nos apresenta, a partir de relatos do historiador Pedro Calmon, como se deu a cura de Don João VI:

Relata o historiador Pedro Calmon a respeito do príncipe regente de Portugal, com João VI, corrido de Lisboa pelas tropas de Napoleão, em 1808, e asilado no Brasil, que a saúde só se lhe alterou deveras uma vez no Rio de Janeiro. Mordeu-o um carrapato em Santa Cruz, a inflamação lhe causou febre e piorou de tal sorte do hereditário incômodo das pernas que a corte receou complicações funestas. Sarou lentamente. Aconselharam-lhe banhos salgados. Decerto lhe lembraram a receita que certo médico russo dera a Catarina II, cujos tornozelos inchados e disformes foram tratados por algum tempo com água do mar. Mandou fazer na praia do Caju um grande caixão de madeira. Metia-se nele, uns turcos de navio arriavam-no na maré e, assim, sem perigo, vigiado pelo médico e pelos lacaios, tomava um banho salutar. Fez-

[²³] A “casa de banho” foi tombada em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por ser considerada um raro exemplar da arquitetura do século XIX. Está registrada nos Livros de Belas Artes e Histórico (nº de inscrição: 38 e 17, f. 008 e 004; 20/04/1938). Submetida a numerosas reformas, atualmente abriga o “Museu da limpeza Urbana” (iphan.gov.br)

[²⁴] Bairro localizado na zona central do Rio de Janeiro.

lhe bem. Foi o tempo em que substituiu a sege por uma vasta cadeirinha carregada às costas por doze negros descalços, vestidos de seda carmesim, nos topes das barretinas o escudo real (...). A moda espalhou-se. (AZEVEDO, 2007, p. 205)

No entendimento de Azevedo, a valorização do litoral, e mesmo seu processo de povoamento, deu-se inicialmente pela condição terapêutica do mar. Acrescenta que, além de Dom João, sua esposa D. Carlota Joaquina, também desfrutou da terapia marítima. Joaquina teria permanecido por vários dias no litoral para tomar banho mar e respirar o ar puro marítimo. Neste sentido, admite que:

O tratamento de doenças por aquele meio dava lugar à valorização de casas à venda nas imediações da praia em muitas cidades e ao anúncio de hospitais e casas de saúde que ofereciam aquela terapia. Em um jornal baiano, avisava-se, em 1857, da venda de uma casa” perto da pancada do mar”, de outras “a dois passos do banho salgado”, terrenos “em posição muito apreciável pelo continuado fresco que ali reina, como pela proximidade dos banhos salgados” e até uma conveniente para colégio ou casa-de-saúde. (AZEVEDO, 2007, p. 205)

Esta condição de exceção surge com uma estética própria, a estética da cura, que molda e apresenta uma condição peculiar ao fato de ir à praia. Certamente que a possibilidade de cura por uma terapia decorre de prescrições e orientações específicas. Enquanto na Europa os horários para o banho e tempo de permanência deveriam ser rigorosamente seguidos considerando a baixa temperatura das águas, o que proibia os paciente de permanecer alongado tempo na água (CORBIN, 1989), no Brasil, dadas as condições ambientais:

A ida à maré, como então se dizia, se dava bem cedo, de madrugada, às vezes de manhãzinha, ao nascer do sol, por uma ou duas horas se tanto, enquanto o mar estava descansado e não houvesse o inconveniente de queimar a pele alva das mocinhas e das senhoras. Essas cobriam-se pudicamente com uma “roupa-de-banho (AZEVEDO, 2007, p. 205)

A partir desta compreensão, afirma Azevedo que o litoral passa a se urbanizar em decorrência das funções terapêuticas do mar, pode-se observar que a cidade também passa a comportar esta estética da cura na medida em que os gestores da cidade recepcionam tal condição como importante e buscam construir “cidades de banho”. Neste sentido, a cidade começa a ser direcionada ao uso da faixa-de-areia, o que pode ser observados em decretos-lei

que autorizam a construção das cidades de banhos. Para além do aspecto normativo, as leis servem como fonte de informação acerca do interesse institucional da praia e, através delas, a cidade começa a se delinear para o uso da faixa-de-areia.

Em 22 de novembro de 1890, Manoel Deodoro da Fonseca, então Chefe do Governo “Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil”, autoriza por decreto a construção do que seria a primeira “cidade praiana” do Brasil, isto à pedido do Banco do Povo:

“Concede privilegio ao Banco do Povo para construcção, uso e gozo de uma cidade de banhos na praia comprehendida entre o morro da Babylonia e a Pedra do Relogio, na barra da Guaratiba” (BRASIL, 1890). Além de conceder ao Banco Popular o usufruto por trinta anos da região, com a contrapartida de urbanização de toda a área, indica o nome da cidade e as expectativas acerca do empreendimento: “A cidade, que se denominará Sarapolis, será construida na praia da Gavea, sob o typo das mais importantes cidades de banhos da Europa, com todas as commodidades, condições hygienicas e distracções que ellas offerecem aos habitantes” (BRASIL, 1890).

Este fato seria relevante ao domínio da praia pela nobreza, que passa a utilizá-la depois das comodidades estruturadas no litoral, tendo favorecido, desta forma, as modificações de entendimento sobre a praia. No âmbito da busca pela saúde, pelo banhar-se ao mar, começa a se difundir o desejo pela beira-mar e expande-se espacialmente fazendo com que a relação com a praia seja configurada por variados sentidos. São pequenos relatos como estes que assinalam possibilidades de desenvolvimento de uma cultura civilizatória da praia:

all the microscopic developments of what we call culture and modern civilization came together in an englishman's whin to open a bathing establishment in the little town of scarborough, northeast of york. there, a rough, gray smear of shale traced the far reach of high tide. (LENCEK & BOSKER, 1988, p. 05)

A cidade de Natal, segundo Marinho (2008), segue os padrões de higienização das cidades europeias em seu processo de constituição. A cidade que se desenvolve às margens do rio Potengi, torna-se um aglomerado de pessoas que compartilham as mazelas advindas da falta de higiene e das modestas moradias. Nesta região foram construídos hospitais e matadouros, que viriam posteriormente compor a periferia da cidade, e passaria a ser conhecida como a velha Natal. Do outro lado da cidade, emergia a nova Natal com a construção do bairro denominado de Cidade Nova (ver figura 6). Ao que nos interessa, Natal pode ser considerada

orientando arquitetonicamente pelo mar. Do rio Potengi ao novo bairro Cidade Nova, quando segue um pouco mais ao centro, como demonstra a figura 6, e, posteriormente, segue às margens do mar.

A estação balnear foi festejada com entusiasmo, de acordo com o jornal “A República” de 08 de fevereiro de 1908:

Sabemos que um grupo de cavalheiros da nossa melhor sociedade organizou uma modesta empresa, sob a direção do ilustre clínico dr. Calistrato, destinada a preencher uma lacuna sensível do nosso meio social como o estabelecimento de uma praia de banhos, no lugar denominado <areia preta>, na qual encontrarão famílias que precisarem de banho de mar um residencia confortável e alegre com facil transporte até a cidade e um serviço regular de salvamento para os banhistas.

Não regateamos applausos á tão feliz idéia e estamos certos que o bom gosto de nossa população igualmente prestigiará esta ultíssima iniciativa de alguns particulares amantes do progresso. (A república apud MARINHO, 2008, p. 48)

Natal busca civilizar-se através do progresso. A noção de progresso constitui a possibilidade de ordenamento de determinadas áreas da cidade para enquadrá-la à modelos que emergem e se consagram como civilizatórios na europa. A praia se torna, neste sentido, um ambiente capaz de expressar a civilidade de um grupo. Não apenas pelo simples uso da praia, mas pela possibilidade de uso da praia que denota o desenvolvimento técnico e possibilita o acesso, o uso e a permanência no, anteriormente hostil, ambiente praiano. É neste momento da história que a cidade intenta seu processo civilizatório: “Natal Civiliza-se”²⁵.

Este processo civilizatório é reconhecido a partir dos avanços técnicos que a cidade passa a comportar, facilitando a possibilidade de práticas consideradas civilizadas, como

[²⁵] Este slogan é reproduzido em estudos sobre o desenvolvimento urbano da cidade de Natal, o mesmo teria sido publicado no jornal “A república” de 1916. Segundo Marinho: “As letras em negrito anunciavam: Natal Civiliza-se. Chamando a atenção de todos a partir desse slogan, o texto iniciava uma descrição em uma linguagem científica sobre os benefícios da ingestão do *chopp*, finalizando com um anúncio público das intenções do proprietário que iam muito aquém da usura. Seu desejo seria trazer o progresso à cidade de Natal, ajudando-a na difícil tarefa de igualá-la aos estritos padrões de civilidade dos grandes centros do país”. Afirma-se ainda, que a expressão deriva da máxima cunhada por Figueiredo Pimentel sobre o processo civilizatório carioca, “O Rio civiliza-se”. (MARINHO M. M., 2008, p. 61). Porém, a máxima de Pimentel não se relaciona com o litoral, mas com a ideia de bom gosto e refino que deveriam ser reproduzido da cultura francesa.

banhar-se e curar-se nas águas do mar ou para aqueles, considerando a citação do jornal, que precisavam ir ao mar:

as inovações técnicas facilitaram o acesso dos natalenses às praias que cercavam a cidade. O bonde, aliado à energia elétrica, proporcionava à população natalense a prática de novas atividades sociais antes inviáveis devido à distância ou aos tortuosos caminhos a serem percorridos. A companhia de bondes Ferro Carril prolongou seus trilhos até o balneário de Areia Preta, em 1912, e a partir de então incluiu no seu itinerário o percurso até aquela praia em dias de domingo e feriados [...] (MARINHO M. M., 2008, p. 48)

Pode-se perceber como a busca da cura através do mar começa a transformar as percepções sobre a praia e passa a intervir na paisagem da cidade. O contato com a praia que tem o intuito de banhar-se, inicia um processo de transformação na percepção deste espaço. Especificamente aquele, cujo entendimento o tomava como mar espraiado, que ainda é oceano e não terra, começa a ser alterado. A praia continentaliza-se, tornando-se terra e não mais mar, e civiliza-se, higienizando cidades e corpos e orientando práticas. A relação de alteridade com a praia e o entendimento desta enquanto ambiente de purificação, e não de punição, decorre exatamente do conjunto de práticas que sempre se difundiu na beira-mar, as quais possibilitaram o reconhecimento do litoral também pela sua vivência e não apenas pela percepção de ser um lugar distante.

Fica evidente que as análises sobre os processos de apropriação da beira-mar merecem atenção minuciosa de historiadores, em especial, o reconhecimento dos usos do litoral brasileiro e a possibilidade de correlação com o processo de utilização da praia na Europa. Lembrando que não é a intensão da desta tese reconstruir a história de tais usos. A presente reflexão coloca-se diante da variabilidade de percepções estabelecidas acerca da beira-mar e como tais percepções foram sendo dirimidas pela difusão das novas práticas no litoral. Tal entendimento, remete-se ao que seria o início do desenvolvimento dos desejos pela beira-mar. O reconhecimento desta perspectiva corrobora, considerando as cabíveis ponderações, com a noção de alteridade apresentada por Emmanuel Lévinas, o qual considera a cultura como imanência, diferentemente da tradição que constrói reflexões a partir da noção de diferenças. O "eu penso", que deriva do "eu duvido", assentaria a possibilidade reconhecimento de algo exterior em uma relação de alteridade: "a relação do homem com a exterioridade, a relação do

mesmo com o outro, em que o Outro se encontra, finalmente, despojado de sua alteridade, se faz interior ao meu saber e sua transcendência se faz imanência” (LÉVINAS, 2010, p. 206).

As práticas resultam no reconhecimento do outro, no instauro de uma cultura que “nada poderia permanecer outro”, resultado de um homem interativo e ativo: “uma prática encarnada, do manuseio e da apropriação e da satisfação” (LÉVINAS, 2010, pp. 206-207). Quando se depara com o reconhecimento de algo que se dispõe à representação, pressupõe-se a abertura do próprio ao revelar-se, o que pode suplantiar uma ideia sobre algo, isto quando o “rosto”²⁶ se apresenta, categoria que se encontra no cerne de sua filosofia alimentada pelo desejo da alteridade. A alteridade, sobre a qual trata Lévinas enquanto algo que se “manifesta na epifania do rosto” (2010, p. 212), é aqui representada pela possibilidade do homem, em um mútuo movimento entre vivência e desmitificação, reelaborar percepções acerca da possibilidade de usos em espaços rejeitados. Obviamente que esta interpretação resguarda as necessárias adequações de pensar a relação do homem com o espaço e não entre pessoal, que é o foco analítico do autor.

Uma vez que o homem deseja a beira-mar, na forma que fala Corbin (1989), termo que utiliza para expor o momento em que o homem percebe o litoral, percebe-se, para fins desta tese, que este desejo não é finito nesta descoberta, mas que ao contrário, torna-se retroalimentado pela configuração urbana que o enseja. A praia é, assim, a expressão de desejos infinitos retroalimentados pelo cotidiano exaustivo das cidades. Segundo Lévinas, a noção de desejo infinito, recai sobre o entendimento de que “o desejo metafísico tende para uma coisa inteiramente diversa, para o absolutamente outro” (p.21), o que assegura a diferença entre o desejo comumente compreendido como expressão de uma necessidade: “[...] não se assenta em nenhum parentesco prévio; é desejo que não poderemos satisfazer [...] O desejo não o cumula, antes abre apetite” (p.22)

Desta forma, toma-se inicialmente a noção de “desejo infinito” como algo que apresenta o homem como incompleto, que se realiza no contato com o outro, que vivencia continuamente em uma incompletude que sempre se “retroalimenta”. Este homem que busca o

[26] “o modo como o outro de apresenta, ultrapassando a ideia de outro em mim, chama-lo de fato ‘rosto’. Esta maneira não consiste em figurar como tema sob meu olhar, em expor-se como um conjunto de qualidades que formam uma imagem. O rosto de outrem destrói em cada instante e ultrapassa a imagem plástica que ele me deixa, a ideia a minha medida do sei ideatum – a ideia inadequada. Não se manifesta por essas qualidades, mas Kat-Auto. Exprime-se.

conforto da urbanização e que se apresenta pelo apetite do litoral. Em geral, as análises que apontam a praia como possibilidade de cura, percebem a cidade como degradante, ao tempo que entendem que os homens buscam transitar por ambientes capazes de permitir sua regeneração. Por tais entendimentos, seria possível apreender de determinados espaços da cidade, como praias, parques e jardins, que os mesmos são oásis da Cidade, ou seja, outros lugares possíveis no ambiente urbano.

Considerando tais aspectos, busca-se compreender como se configura a dinâmica social estabelecida na beira-mar, entre as alteridades e desejos retroalimentados na cidade pelo ambiente natural da praia e a convivência pública entre pessoas, entre as relações que não permitem atingir uma compreensão totalizante, que, afinal, se modificam a partir de relações que estabelecem sempre novos desejos. Não foram poucos os sentidos atribuídos ao oceano e diante da variabilidade de interpretações de como sendo algo distante, inicialmente como o oceano e, posteriormente, como praia. Todavia, um elemento central apresenta-se: a percepção do “desejo pela beira-mar”. Em um movimento de distanciamento e aproximação, que revela uma relação de percepção deste espaço que foi por muitos “invisibilizado”. O desejo, assim como considera Emmanuel Lévinas²⁷, é um movimento de abertura em relação ao “outro”, é alteridade.

Neste sentido, o desejo que se constitui pela beira-mar não pode ser apreendido em sua totalidade, porém apresenta-se em variadas possibilidades. Buscou-se expor sobre os cenários que se compõem de relatos da apropriação da praia no Brasil em paralelo com a realidade Europeia, descritos no trabalho de Corbin (1989), tornando relevante o que contribui ao entendimento da configuração atual do que reconhecemos como sentido de ir à praia.

As ideias totalizantes se desfazem no contato e novas ideias totalizantes surgem em um movimento de desejos que se retroalimentam. A praia deixa de ser um lugar distante e dela se aproximam. É a praia uma exceção à regra das cidades, é uma exceção para aqueles que, ainda não muitos, se dispõem a praticá-la. Neste sentido, o desejo pela beira-mar perde seu caráter apenas contemplativo e distanciado e passa a constituir-se de práticas diárias, nas quais o desejo pela praia constitui um dinâmico movimento. Na praia se deseja alcançar a saúde do

[27] A reflexão desenvolvida por Lévinas, em percepção da guerra, questiona a ontologia e defende a ética como filosofia primeira. Propõe-se, em “Totalidade e Infinito”, apresentar “uma defesa da subjetividade, mas não a captará no nível do seu protesto puramente egoísta contra a totalidade, nem na sua angústia perante a morte, mas como fundada na ideia de infinito” (LÉVINAS, 2010).

corpo e livrar-se das mazelas das cidades, do mar, “espera-se dele que se corrija os males da civilização urbana” (CORBIN, 1989, p. 72). A estética da cura comporta um ambiente com ares que são lançados do mar, onde a brisa alcança a cidade. Porém, a dinâmica que passa a se desenvolver no litoral comporta, como se analisa no próximo item, uma relativa perturbação entre os valores cultivados nas cidades e a emergência de condutas que parecem contestar a moral do núcleo urbano civilizado.

1.2.2 A estética do insólito: a moda e o processo de desnudamento do corpo modesto.

“Não há nada mais libertador do que a natação [...] as amarras de toda a vida são levadas com as ondas”
Annette Kellerman.

Considerando o que foi exposto até o momento, observa-se que o litoral, que resultou em "praia", sugere ser o que antes foi o uso terapêutico do banho de mar. Posterior a fase dos cuidados médicos, afirma-se que a elite econômica que utilizava a praia em busca de cura, passa a frequentá-la não apenas diante das necessidades de cura, mas pelo desejo de viver ambientes outros que não o da casa ou o da rua, ou seja, ambientes que emergiam juntamente com os centros populacionais. A noção de civilidade expande-se à ideia de possibilidade de poder estar na praia, já que frequentar a praia passou a ser um referencial de “distinção social” (FREITAS, 2007): “[...] o arranjo do espaço, as distrações, as obrigações e os prazeres criados estavam sujeitos a códigos de conduta pré-estabelecidos e conhecidos apenas por estes grupos restritos, condicionando fortemente as formas de usufruto daquele território” (p. 110).

Assim, foi possível apreender como timidamente os banhos de mar começaram a se difundir pela Europa. O desejo pela beira-mar supera os medos e as contemplações. O mar é então “inaugurado” e torna-se simbolicamente mais próximo das pessoas que já entendem

poder adentrar o mar sem os medos dos séculos anteriores. Ato este que não é mais um desbravar. O litoral, assim, passa a ser visto como o outro lugar, o qual se difere da cidade. Novas percepções foram surgindo e então os desejos passam a ser direcionados à utilização da praia em variados aspectos para além da cura do corpo, é quando também supõe-se que o mar também pode curar a alma, tornando-se um ambiente propício ao lazer e ao descanso.

Este outro lugar possibilitou uma dinâmica que abarcou uma configuração libertadora em relação à cidade na medida em que possibilitou libertar o corpo de enfermidades e de condições estabelecidas por núcleos urbanos, as quais se caracterizam pelas obrigações de trabalho e familiares. Se por um lado a praia possibilitaria um libertar-se, por outro, novas formas de controle começavam a ser estabelecidas. Àquele corpo que buscava livrar-se das moléstias que o acometia, poderia até se livrar das doenças, mas como foi descrito no item anterior, estava submetido normas médicas, tais como horário para o banho e tempo de permanência no litoral. Seria este um aspecto exemplar ao entendimento de que o libertar-se sempre sugere novas formas de regulação. A liberdade provocada por práticas que se considera neste trabalho como insólitas, delimita-se pela contestação ao controle que se apresenta no ordenamento e manutenção de uma moral pública urbana. Observa-se que é neste momento, cujo o banho de mar se ativa como prática comum, que se estabelece o efetivo controle institucional em relação ao uso da praia. De horários de banhos à tipos de vestimentas para o uso público na praia, foram variados os aspectos referentes ao litoral considerados fatores de valoração normativa.

No entanto, um aspecto apresenta-se como fundamental para se analisar a *estética do insólito* que envolve, não apenas neste período, mas que se estende em variados aspectos ao cotidiano da praia urbana atual. Insólito é aquele que se opõe a determinadas práticas, ou mesmo costumes, e que encontra na praia o melhor cenário para expor suas demandas e, de certa forma, conturbar uma ordem estabelecida no âmbito dos valores culturais. Para apreender esta *estética do insólito*, entende-se que uma análise das modificações dos trajes de banho, observada na história do banho de mar, pode elucidar as tensões entre as práticas que passam a se estabelecer na praia e os valores culturais estabelecidos no âmbito das cidades. Entre estes valores destaca-se o pudor relacionado ao corpo, tanto para homens como para mulheres. Observa-se que o corpo feminino é o principal foco destas tensões, sobre o qual perdura cobranças sobre a manutenção da "modéstia". Porém, posteriormente, a mulher consegue avançar em aspectos relacionados a exposição do corpo, e o homem, não tão central nesta discussão, estagna-se em

seu modelo máximo atingido de exposição do corpo. Obviamente que esta constatação deve ser relativizada diante do tipo da praia que se fala e da cultura em que esta praia se encontra.

Não é longo o período que transcorre à popularização do uso da faixa-de-areia para o lazer. Comumente se afirma que houve uma difusão em poucas décadas da “moda praia”: “quer pelo desejo de imitar a aristocracia, quer pelo desenvolvimento dos transportes, a melhoria das condições de vida, institucionalização do dia de descanso semanal e das férias pagas” (FREITAS, 2007, p. 110). Entre estes aspectos, destaca Azevedo, que o desejo de imitar a aristocracia é algo fundamental para se pensar a popularização do banho de mar lúdico, chegando a afirmar que a busca da cura pela aristocracia teria motivado a moda do uso da praia. Azevedo encontra na cura de João VI o fundamento de sua constatação, ao entender que é a partir do momento em que a elite econômica sente-se motivada a buscar a cura no mar que: “A moda espalhou-se. Moda dos banhos salgados [...]” (AZEVEDO, 2007, p. 205)

Na perspectiva de ambos autores, a noção de moda e, consequentemente, de “moda praia”, adquire inicialmente um sentido próprio que talvez esteja mais bem compreendida na expressão “moda *de* praia”, afinal, começava a se difundir um interesse da população em geral pelo uso da beira-mar, entendido como homogeneizante. Porém, quando se problematiza a própria noção de moda, e para tanto, toma-se as vestimentas e condutas da praia como referência, pode-se observar o quanto a proliferação de uma prática, que não é comum à um determinado grupo social, pode ser problemática.

Uma análise da história dos trajes de banho revela o momento em que a praia é considerada este outro espaço e são evidenciados as tensões e o desejo por este outro lugar que liberta. O estudo de uma indumentária, como salienta Daniela Calanca (2008), pode ser um importante objeto de pesquisa, na medida em que podemos construir uma narrativa que dialoga com um discurso histórico, econômico, etnológico e tecnológico. A autora entende a moda como um sistema de signos que são utilizados pelos seres humanos para delimitar sua posição no mundo e a forma de se relacionar com este mesmo mundo.

Neste sentido, interessa à presente tese, principalmente, analisar as distintas percepções que a noção de moda praia, ou a moda de praia, representam ao longo dos séculos XIX e XX. Para tanto, considera-se que as práticas praianas em sua condição insólita - transgressora, subversiva e revés, apresenta-se enquanto aspecto que se pode considerar, mesmo hodiernamente enquanto uma “estética praiana”. Observa-se que, aquilo que se encontra

intrinsecamente relacionado ao desejo de imitar uma elite econômica que passa a utilizar a praia, posteriormente, adquire uma autonomia estética e de sociabilidade própria que é comumente reconhecida como “estilo praiano”, o qual será retomado e analisado no último capítulo, quando se perceberá como na atualidade esta noção adquire novos e mais leves contornos. É neste sentido que se afirma que a praia é antes a expressão de um estilo, ou seja, a praia é a expressão pelo estilo praiano, o qual dela descende.

Ressalta-se que a noção de “moda praia” não está relacionada ao ramo da indústria têxtil de produção de roupas de banho, como comumente se é entendida, mas a uma percepção de práticas praianas que em certo sentido encontra nas vestimentas uma forma direta de expor um sentido inverso às práticas urbanas, expressando uma série de símbolos questionadores dos pudores do corpo, sendo estas, até então, consideradas práticas normativamente distintas.

Neste sentido, questiona-se, diante da difusão civilizatória pelo litoral, se é possível afirmar que a praia se torna uma moda, o que permite pensar sobre o questionamento inicial acerca da possibilidade de a praia se tornar uma adjetivação da cidade. Entende-se que as modificações nos usos e nas percepções sociais acerca da praia apresentam uma história que não comporta esta uniformidade e muito menos generalidades. A história do uso da praia nos últimos dois séculos correlaciona as tensões entre a praia e a cidade e entre modos de vida e práticas à beira-mar que encontram uma exposição mais clara através das vestimentas, não resumidas por este aspecto, mas que apreendemos, por esta indumentária, os questionamentos de normas sociais e costumes.

É factual que as práticas e os jeitos de ir à praia vão mudando ao longo dos anos, como foi apresentado no item anterior os banhos de mar deveriam ser rápidos e em águas frias, o que em muito se diferenciam das práticas atuais. É o que também se observa pelas vestimentas, que de elegantes, tornam-se práticas. Bem como as mudanças relacionadas ao pouco despir-se para o mergulho, que atualmente se caracteriza pelos diminutos trajes de banho. Algo que também se observa na própria prática do banho de mar, o que antes era feito em poucos minutos, permitindo apenas um choque térmico com a água do mar que proporcionaria saúde, passa aos demorados banhos de mar. Os horários para banhos não são mais determinados pelos médicos, ou por credices, pode-se ir à praia e banhar-se ao mar em qualquer horário. Entre as mudanças ocorridas nas práticas, àquela que irá contribuir para maior alteração dos usos da faixa-de-areia é a indeterminação de horários e tempo de banho, o que provoca maior permanência no litoral e tem como consequência o surgimento de outras atividades além do

banho, o que inclusive viria a fundamentar defesas a determinados trajes de banho, como por exemplo, a possibilidade de as pernas ficarem a mostra para a prática da natação.

Estas tensões não são diferentes em um cidades que se estruturam pelo litoral. Mesmo que estas cidades, ou mesmo países, como é o caso do Brasil, reconheçam-se como litorâneos. O Brasil é “país litorâneo”²⁸, Natal é uma cidade litorânea, ante a presença incontestada do mar em seu entorno. Porém, é preciso atentar que, para fins desta tese, observa-se uma diferença entre "Cidades Litorâneas" e "Cidades Praias", enquanto aquelas se caracterizam pela existência de um litoral em seu entorno, sobre a segunda afirma-se que há uma ressonância prática e simbólica do ambiente praiano na cidade. Desta forma, a cidade de Natal é significativamente, também, uma cidade praiana. Todavia, as tensões não são minorizadas por esta condição. Ao contrário, é o *locus* favorável à observação de como as práticas vão sendo estabelecidas - que se aprofundará no segundo capítulo - e como se delineiam a orientação organizacional das cidades - como será apresentado no terceiro capítulo. Verifica-se um movimento pendular entre a cidade e a praia, o qual torna-se um gerador de tendências e modas que favorecem não apenas determinadas práticas, como também críticas a selecionados usos. Neste movimento, encontram-se distinções importantes ao reconhecimento das práticas à beira-mar, como a própria noção de “tendência” e “moda” que se imbricam em análises que transitam em estudos sobre a arte, moda e sociabilidades.

A descrição de ambos os termos torna-se importante para responder ao questionamento colocado na medida em que pode ajudar a compreender a história do banho de mar e das vestimentas para o banho. É importante problematizar a ideia de "moda praia" em decorrência de duas situações que despertam ao reconhecimento das tensões que o uso do litoral provocaram. A primeira situação está relacionada a vestimenta que simboliza, em certos aspectos, a contestação de normas e valores de variadas sociedades em determinada época; e, a segundo, está relacionada às normas institucionais advindas das novas práticas que surgiam na faixa-de-areia, as quais, uma vez implementadas, buscavam regular o uso da praia. Em geral, essas normas atendiam à necessidade de manutenção da modéstia e incorriam na proibição de determinados trajes, horários de banho e das condutas morais na faixa-de-areia. Há de se atentar ainda às coerções sociais, que se apresentam como eficazes na condução da modéstia e inibição de ações até então consideradas como imorais. Tais situações podem informar, não apenas sobre

[28] Expressão comumente utilizada por órgãos oficiais: embratur.gov.br; turismo.gov.br; mma.gov.br

os valores de determinados períodos, mas também como a praia torna-se lugar de insolência contra a cidade.

A primeira situação que se coloca está relacionada ao processo de mudança de valores sociais a partir de um lento processo de desnudamento do corpo. A peça de banho que mais se populariza, ao mesmo tempo em se torna a mais polêmica entre os trajes de banho, é o biquíni. O lançamento destas duas pequenas peças do vestuário feminino já demarca *per si* questionamentos à uma sociedade que se entende ter aderido à “moda praia”. A segunda emerge da tentativa de regular e combater a perda da modéstia e a possibilidade de questionamento dos bons costumes neste outro lugar que é a praia. A modéstia e os bons costumes eram colocados como bases fundamentais aos questionamentos das práticas praianas. Enquanto a modéstia está diretamente relacionada às vestimentas que inibem a exposição do corpo cobrindo-o de acordo com as regras morais; os bons costumes estão relacionados às práticas aceitas pela sociedade que, além de englobar a modéstia, corresponde também às práticas comportamentais como o agir, falar, sentar-se. No entanto, ambos estão imbricados no processo de desnudamento do corpo, como se observará, demonstrando tensões, regras e punições.

É importante ressaltar que o processo de desnudamento pode ser observado no uso da praia em todo o mundo. Ou seja, a utilização do traje de banho sempre demandou uma diminuição na vestimenta, mesmo em países que tem na modéstia muçulmana como fator de referencial normativo, pode-se falar em desnudamento. Desta forma, considera-se que o desnudamento é um processo universal. Além disto, verificou-se durante a pesquisa que, independentemente do local em que a vestimenta tivesse sido desenvolvida e apresentada, não demorava a se difundir para outros países, considerando o fato de que era muito fácil obter a atenção da mídia, afinal o lançamento de um traje de banho era sempre algo moralmente questionável. Tivesse o lançamento ocorrido na Inglaterra, Austrália, França ou Brasil, atingia-se o patamar de referência em várias partes do mundo. No entanto, como analisaremos, a apresentação de novos modelos, que em muito se considera como moda, acabava por entrar em conflito com variados aspectos culturais que os recepcionavam. Entre estes, estão as já citadas relações de pudor com o corpo, que revelava a modéstia e a vergonha. E, ainda, a demonstração da possibilidade de livrar-se, não apenas das obrigações diárias, mas de uma vida de privações, principalmente das mulheres, as quais estavam impossibilitadas inclusive do contato com estranhos e de passeios públicos (BENJAMIN, 2007)

A história do traje de banho informa, ainda, acerca do lento processo necessário à efetivação da liberdade buscada, principalmente para as mulheres. Camila Perlingeiro (2008), em seu “Esboço para uma história do biquíni”²⁹, expõe sobre as casas de banho públicas e a túnica que acabam por ser consideradas como as primeiras expressões de privação do corpo para uso do mar, o que seria apenas um prolongamento das privações cotidianas que seguiam ao uso do litoral. Esta compreensão de Perlingeiro não apresenta apenas que as vestimentas são prolongamento das privações cotidianas, como também faz sugerir que a possibilidade de expressão libertária destas mulheres também advêm de seus cotidianos, ou seja, quando as mulheres se apresentam na praia com roupas que expõem suas modéstias, acabam por representar um prolongamento das mudanças provocadas no âmbito de seus convívios, sendo a praia um ambiente propício para exposição das mudanças de determinados valores sociais.

Acerca dos primeiros exemplares dos trajes de banho, ou mesmo de artefatos que possibilitavam a ida à praia, que serão aqui apresentados, é preciso atentar que a ideia de ir à praia ainda não está associada aos significados que verificamos atualmente, ou seja, ainda não significava o deitar-se na areia da praia, bronzear-se, nem muito menos, banhar-se com as ondas espalhadas na areia. Desta forma, se considerar praia enquanto encontro entre o continente e o mar, no exato espraio do mar sobre a o continente areado, não seria possível ainda falar em uso da praia. Todavia, atenta-se que seria esta uma forma de utilizar a praia, na qual as pessoas adentram diretamente ao mar, significando a faixa-de-areia apenas como lugar de passagem ao banho de mar, faz-se necessária esta observação diante da possibilidade do leitor guiar-se ao entendimento das próximas linhas pela percepção de uso da praia que se tem atualmente.

Antes mesmo dos trajes de banho como mote central das discussões sobre a forma de ir à praia, fala-se de artefatos que possibilitavam o prolongamento, não apenas dos valores do cotidiano vivenciado, como também da própria ideia de casa como proteção. Em 1750, Benjamin Beale, teria inventado a *Bathing Machines* (ver figura 8), que se popularizaria entre as



Figura 8: Bathing machines, Scarborough. Fonte: <http://melbourneblogger.blogspot.com.br/>

[29] Parte da coletânea “Coleção Moda Brasileira” de Lenny Niemeyer, publicado em 2008.

elites econômicas nos séculos seguintes. Dois aspectos são apresentados como fundamentais para tal invenção.

O primeiro está relacionado à necessidade de se transportar pessoas debilitadas fisicamente, as quais buscavam a cura nas águas do mar; e o segundo está relacionado à possibilidade de permanência de mulheres na praia. Desta forma, as mulheres poderiam prolongar o tempo de permanência no mar, considerando que não estavam expostas as demais pessoas, uma vez que as mesmas não podiam sair das máquinas

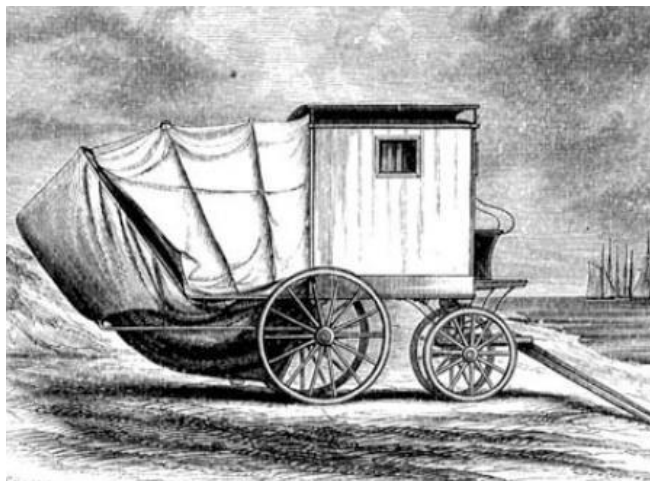


Figura 9: Beale bathing machine. Fonte: New York Times, August 11, 1906

de banho, a qual lhes proporcionava, ao menos, contato com o ar marítimo. Posteriormente, uma lona, em formato de capuz, foi acoplada à máquina (ver figura 9), o que permitia o banho das mulheres, quando estas desejavam banhar-se diante da necessidade de uma cura. Para tanto, as máquinas com as mulheres eram então guiadas até o mar e, sem saírem totalmente das máquinas, protegidas pela lona, usufruíam do banho. Mesmo depois, quando as mulheres já podiam transitar até o mar, as *bathing machines* continuavam a ser utilizadas³⁰.

Percebe-se que inicialmente as mulheres não saíam das máquinas de banho, permaneciam dentro das células por variadas horas enquanto estas estivessem na praia. Posteriormente, a possibilidade de sair da máquina é aceita, muitas mulheres sentavam-se à beira de uma espécie de batente contido na máquina como se estivessem sentadas na varanda da casa (ver figura 10), e papeavam com suas vizinhas de máquina. As máquinas ainda serviam como barreira de



Figura 10: Mulheres conversam de suas máquina. Fonte: <http://www.oobject.com/category/9-bathing-machines/>

[30] Conteúdo disponível em: http://query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?_r=1&res=9A06E3D8113AE733A25752C1A96E9C946797D6CF Acessado em 30/10/2015:

proteção dos olhares masculinos que aguardavam na faixa-de-areia, quando as mulheres desciam das máquinas para banharem-se ao mar.

Diante da possibilidade de expor-se, a máquina de banho adquire novo uso, não servindo apenas para guiá-las ao mar, como também para proteção das trocas de vestimentas. Não era possível transitar fora do ambiente litorâneo com os trajes para o banho, sendo necessária a troca quando da chegada à praia. Trocar-se à vista de todos não era uma prática socialmente



Figura 11: Queen Victoria's bathing machine at Osborne House on the Isle of Wight. <http://www.theaustralian.com.au/>

aceita, desta forma, a máquina passa a servir como proteção necessária à *modest Victorian woman*, era preciso que se privasse as mulheres dos olhos curiosos dos homens que transitavam pelas areias em seus elegantes trajes (ver figura 11). As mulheres ainda utilizavam as máquinas para observar a movimentação na faixa-de-areia e escolher o melhor momento para seguir ao banho de mar.

Até o século XIX, quando o banho de mar se tornava mais frequente, havia uma proteção muito grande ao corpo, além das roupas, adentrava-se ao mar em barcos e se protegiam em longos toldos (PERLINGEIRO, 2008). A moral à época não permitia a exposição pública de mulheres. As mesmas deveriam evitar transitar em lugares públicos. Neste momento, tinha-se como traje básico: “um longo vestido de flanela que lhes cobria do pescoço aos pés. Dentro da água flutuava na superfície, como um balão, permitindo movimentos e brincadeiras, mas sem a exposição do corpo” (ver figura 12) (PERLINGEIRO, 2008, p. 14). Para que não houvesse a flutuação e a



Figura 12: A imagem faz referência ao traje comum até o século XIX. As senhoras se aproximam das máquinas de banho. Fonte: <http://www.victoriana.com/library/Beach/>

exposição da “modéstia”, orientava-se que se prendesse pesos às bordas dos vestidos para que os mesmos não flutuassem.

O início do século XIX é o período em que os primeiros desfiles de trajes de banho são realizados. Perlingeiro, utilizando o estudo realizado por Feruccia Bentivegna, expõe que Cléo Cavalli organizou um desfile do gênero em 1829, para uma seleta clientela, em um hotel sofisticado de Roma. As vestimentas comuns à época, entre vestidos longos, luvas, chapéus, e véus, garantiriam a proteção contra o bronzamento e, conseqüentemente, a manutenção do *status* concedido pela “pele alva”, a qual indicava uma mulher que não se expunha muito à rua e nem realizava trabalhos manuais. Neste momento, mesmo tendo o desfile apresentado roupas longas, foram questionadas, especificamente por um traje que deixaria às mãos e pés desnudos, era uma túnica com calças, “babados nos pulsos, pescoços e tornozelos garantiam uma parede de proteção para que as partes sedutoras do corpo feminino não aparecessem” (PERLINGEIRO, 2008, p. 14).

Pouco havia mudado no traje de banho até a segunda metade do século XIX, o qual era composto por:

calças bufantes afuniladas até os tornozelos, cobertas por uma túnica acinturada que chegava até os joelhos. O cabelo era preso, escondido sob um enorme chapéu. Nos pés, sapatilhas rasteiras com fivelas ou fitas para amarrar cruzadas nos tornozelos, como as sapatilhas de bailarina, com pequenos furos para deixar a água passar. Não se andava descalço na areia. (PERLINGEIRO, 2008, p. 14)

Apenas em 1872, é que algumas mudanças significativas começam a aparecer. As revistas europeias apresentaram o estilo marinheiro pela primeira vez. Destaca Perlingeiro (2008), que seria este um importante marco na história do traje de banho. O estilo marinheiro perdurou pelos 50 anos seguintes. Seria este um modelo revolucionário, afinal expunha maiores partes do corpo feminino (ver figura 13). Todavia, ainda se registra as tensões que estes modelos apresentam, mesmo que este tenha tentado corresponder às exigências da modéstia da época. O estilo marinheiro compunha-se de dois modelos de trajes de banho para um mesmo dia de praia, um mais composto para ser utilizado na areia da praia, com calças longas, e outro mais “ousado”, que tinha as mangas diminuídas, o que permitia a exposição dos braços. O segundo traje, específico para o banho, deveria ser utilizado apenas no momento de banhar-se ao mar, afinal o modelo:

diminuía também o tamanho das túnicas de banho, que ousadamente cobriam apenas até a altura das coxas; por baixo, continuavam em alta as velhas calças bufantes. É importante notar que esses modelos só serviam para o território da areia, onde as mulheres descansavam em cadeiras com braços, encostos longos e com capotas para protegê-las do sol. As que se aventuravam na água não o faziam sem antes se trocarem nas cabines disponíveis nas praias. O modelo aquático era basicamente igual, mas com um corte pouco mais minimalista e com tecidos menos rebuscados, com predileção pelas flanelas em tons azul-marinho, cru e branco. (PERLINGEIRO, 2008, p. 16)



Figura 13: Mulheres em trajes de banho estilo marinho na praia de Coney Island, EUA, em 1897. Fonte: <http://flashbak.com/victorian-era-beach->

O estilo marinho, que perdura pelos 50 anos seguintes, torna-se moda, na medida em que se populariza em várias praias do mundo. Da França aos Estados Unidos da América, o modelo passa a compor-se apenas do segundo traje, o mais ousado, específico para o banho. As mulheres já o utilizam na faixa-de-areia.

A citação anterior faz referência a mais dois aspectos acerca do uso da praia, já considerando a transição do século XIX ao XX. O primeiro é a substituição das máquinas de banho pelas cabines ao longo das faixas de areia, comum até hoje em praias europeias. E, o segundo, que faz referência a possibilidade da prática do nado com a diminuição das roupas. As cabines passam a substituir as máquinas de banho quando o caminhar da mulher na areia da praia seguindo ao mar torna-se tolerável. Desta forma, elas passariam a trocar de roupa nas cabanas e só posteriormente seguiriam ao mar.

Considerada pelos moradores ingleses como parte importante da história da beira-mar³¹, as barracas de praia (*beach hut*, *beach chalet*, casas de banho) fazem parte da história do uso do litoral europeu. As cabines são espécies de pequenas casas, geralmente de madeira ou mesmo, em pouco exemplares, de alvenaria, podendo ser encontrada em algumas água encanada, luz e telefone instalados. Em fevereiro de



Figura 14: Cabana considerada mais antiga da costa britânica. Fonte: <http://www.bournemouthcho.co.uk>

2011, uma cabana de *Bournemouth Beach* foi reconhecida como a mais antiga da Grã-Bretanha³², conteria esta pequena cabana na faixa-de-areia mais de 100 anos de história (ver figura 14).

Em geral, os proprietários das barracas herdadas de seus familiares. Não é fácil adquirir uma barraca em regiões tradicionais do banho de mar, como *Dorset* e *Bournemouth*, localizadas na costa jurássica, as quais geralmente são leiloadas. Em 2013, registrou-se o arremate mais elevado para este tipo de barraca, totalizado em £235,000 (duzentos e trinta e cinco mil libras)³³. O alto valor não corresponde ao tamanho da área construída, muito menos das comodidades que a barraca possua, mas, como afirmar o agente imobiliário responsável pela venda: "It's not really the property people are paying for, it's the location near to the sea.[...] The views are fantastic. You look from the front window over a hedge out to sea with views along the Jurassic coastline."³⁴

[31] Disponível em: <http://www.bournemouthcho.co.uk/news/>. Acesso realizado em 10/11/2015.

[32] A identificação como a mais antiga entre as demais, deu-se pela pesquisa realizada por Andrew Emery, para o seu livro 'A History of Bournemouth Sea Front.

[33] Acesso realizado em 01/11/2015: <http://www.standard.co.uk/news/>

[34] Relato de agente da Symonds and Sampson na <http://www.standard.co.uk/news/>

As casas de banho também chegaram ao Brasil (ver figura 15), ao menos há relatos sobre existência das mesmas em praias do Rio de Janeiro, afirma-se que as cariocas “mudavam de roupas em simples cabines de madeiras, com espelhos e banquinhos (conhecidas como Casas de Banho), e banhavam-



Figura 15: Mulheres trocam de roupa em cabines em praia do Rio de Janeiro.
Fonte: Butiques de Ipanema de Renata Sernagiotto.

se em jejum” (PERLINGEIRO, 2008). E mesmo em praias natalenses como parte das estruturas da estação balneária construída em Natal: “a estação balneária oferecia um ambiente limpo e adequado para as trocas de roupas” (MARINHO M. M., 2008, p. 48).

Segundo Marinho (2008), a estação balnear estimulou e centralizou o banho de mar civilizado nas praias natalenses. O entusiasmo para a temporada de verão estava expresso em jornais da época, os quais também apresentavam os problemas que surgiam entre a utilização de determinadas vestimentas e as práticas que se estabeleciam no litoral. Anunciavam a existência de banheiros e a quantidade que poderia ser alugada, incluindo um limite máximo, o que permitiria que o uso avulso dos banheiros fosse possível. O banheiro seria a estrutura mais importante do balneário, “não apenas pelas normas de conduta, que não permitiam que as pessoas andassem pela cidade em trajes de banhos, mas também por acreditar-se que a roupa molhada em contato com o corpo, por tempo prolongado, poderia ser prejudicial à saúde” (MARINHO M. M., 2008, p. 49). Conduzir-se de acordo com a conduta instituída era requisito para apresentar-se como civilizado. A convivência pública era o ambiente propício a demonstração de civilidade, ao contrário, seria deplorável: “Seria pilheria, mas não é. [...] Homens, que se dizem de gravata limpa sem o menor escrúpulo, se despem em presença de crianças; não se falando em vista de mulheres que transitam algures. Em nome da *physica*, já que não se pode contar com a *hygiene moral*, pede providencias quem tem vergonha” (Diário de Natal apud MARINHO, 2008, p. 49)

Em cada região o banhar-se ao mar se orientava seguindo seus próprios parâmetros sociais. Enquanto na Europa timidamente se expandia a relação do corpo com a pureza da natureza do sol e do mar, admitindo mais tempo de banhos ao longo da semana e considerando a exposição ao sol como algo saudável, os norte-americanos “se notabilizaram pela difusão do esporte à beira-mar. A natação ganha importância entre as



Figura 16: Mulher e instrutor de natação em Midland Beach, Staten Island, New York. Fonte: <http://flashbak.com/victorian-era-beach>

mulheres, e a corrida na praia torna-se hábito dos banhistas” (PERLINGEIRO, 2008, p. 16) (ver figura 16). Até então as mulheres modernas ocidentais não haviam desenvolvido técnica do nado, estavam limitadas ao mergulho no mar. Mesmo diante destas novas práticas, as norte-americanas mudaram muito pouco os modelos dos trajes de banho, as mesmas utilizavam: “robes de seda que pareciam longos xales e vestidos nada vulgares, muito fluidos, de tafetá” (PERLINGEIRO, 2008, p. 16)

Em muito motivado pela vontade de aprimorar as técnicas de natação, que já se difundiam pela Inglaterra e Austrália, os modelos das roupas de banho vão se tornando cada vez menores, o que possibilitaria maior mobilidade e liberdade de movimento aos nadadores, era esta uma justificativa aceitável que buscava driblar os parâmetros da modéstia feminina. Enquanto os homens transitaram dos paletós para calças e camisas, as mulheres perduraram com a moda de pudores que inibiam os movimentos. As calças masculinas poderiam ser enroladas até acima do joelho, tornando-a uma bermuda, modelo este que posteriormente se tornam parte dos trajes de banho entre os homens.

Influenciadas pelos trajes masculinos, principalmente as roupas, que eram utilizados pelos homens para a prática de *running*, e as bermudas que também passam a compor os trajes femininos. As australianas teriam sido as primeiras a desnudar a parte inferior da perna, utilizando os modelos masculinos que eram usados em corridas e que, embora aceitos, deveriam ser utilizados estritamente para a prática do nado. Apenas em 1905 inicia-se uma brusca mudança no traje de banho feminino. A nadadora australiana Annette Kellerman, conhecida como a *Diving Venus*, revoluciona o mundo da roupa de praia. Não para serem

utilizadas para o banho de mar, ou no momento de lazer, mas com o pretexto de aprimorar seu desempenho na natação, a peça torna-se uma *liberating garment* para as mulheres³⁵.

No entanto, o modelo poderia até ser libertador para quem o utilizava, mas a sociedade ainda impunha a forma correta, para época, de como a mulher deveria se vestir mesmo nestas situações. Considerando que este modelo desnudava por completo a parte inferior da perna e parte da coxa, Kellerman passa por restrições de uso quando em 1905 foi convidada para fazer uma apresentação de saltos e nado para a família real em Londres. Não podendo expor suas pernas, a nadadora costurou meias pretas ao *swimsuit male* (ver figura 17). Este momento é considerado pelos historiadores da moda como o marco de nascimento da *swimwear* do século XX para as mulheres e, consequentemente, o primeiro traje feminino que de fato pode ser considerado como um traje para o banho de mar das mulheres, os demais são considerados adaptações das roupas de uso rotineiro.



Figura 17: Annette Kellerman usando seu controverso maiô de uma peça, início de 1900. Cortesia George Grantham Bain coleção, Biblioteca do Congresso para o site:<http://www.australia.gov.au/>.

Através da natação emerge a defesa pela liberdade do corpo feminino, o que sempre esteve à frente das iniciativas de Kellerman, a qual não se limitou ao uso do maiô masculino de corrida. A nadadora apresentou o modelo de roupa de banho que melhor se adaptaria à prática do nado e possibilitaria o aperfeiçoamento de suas técnicas. Este modelo mantinha o macacão como base e total diminuição da bermuda, sendo a perna delineada com o diminuto short, tendo como consequência a exposição completa da coxa (ver figura 18).

[35] Conteúdo disponível em 01/11/2015: <http://www.australia.gov.au/about-australia/australian-story/annette-kellerman>. emAcesso realizado

A proibição do uso do maiô por Kellerman em Londres, da forma que era utilizada, expondo a parte inferior da perna, certamente não foi a única restrição que teria sofrido em decorrência do traje que desenvolveu. Em 1907, a nadadora esteve nos Estados Unidos para uma apresentação promocional de mergulhos na costa norte-americana. No entanto, foi detida em *Revere Beach*, Boston, sob a alegação de indecência, pois sua vestimenta não continha nenhum tipo de adereço, túnicas ou saias, que cobrissem suas partes íntimas, as quais estariam reveladas pelo maiô ligado ao corpo.



Figura 18: Annette Kellerman por volta dos 18 anos de idade. Cortesia Hilton Cordell Productions e Museu Nacional da Austrália para o site: <http://www.australia.gov.au/>

O juiz aceitou seu argumento em relação a prática de uma atividade saudável, que era a natação, cujo desenvolvimento seria prejudicado em decorrência de trajes longos e pesados. E, então, a liberou, condicionando sua liberdade à necessária cobertura do corpo com uma túnica até chegar ao mar, proibindo-a de transitar com seu traje pelas ruas e areia da praia. A prisão de Kellerman teve repercussão mundial e o fato a colocou como um referência e símbolo da liberdade feminina³⁶ (ver figura 19). Nascia, assim, o que seria a primeira marca de trajes de banho. Seguindo o polêmico modelo, a nadadora passa a comercializar o que viria a se tornar os novos trajes de banho, consagrando-se como os primeiros trajes desenvolvidos para o banho de mar, que se diferenciava dos demais por serem adaptações das roupas do dia-a-dia. A nadadora teria inaugura a liberdade feminina em trajes de banhos com a marca “*Kellermans*”.



Figura 19: Prisão de Annette Kellerman, Boston, em 1907. Fonte: <http://www.australia.gov.au/>

[36] Conteúdo disponível em: <http://www.australia.gov.au/>

Obviamente que a popularidade do modelo desenvolvido por Kellerman não se torna uma unanimidade. Apresenta-se como mais um modelo possível à praia. No entanto, suscita outras possibilidades a partir deste que se imbrica a outras formas já utilizadas. Não há dúvidas de que as criações posteriores, que eram elaboradas em apenas uma peça, decorreram do modelo da nadadora, porém tendo a este agrupando aspectos culturais e da modéstia feminina. É a partir deste momento que o traje de banho se torna peça única. Àquele que no início do século XX apresentava como a peça ousada para o banho de mar e em muito rejeitada, aceita-se como o embrião do traje de banho que hoje se tornaria a mais composta para o banho de praia, o maiô.

Diferentemente do modelo colado ao corpo de Kellerman, na Europa as peças passaram a ser acinturadas, em seda ou tafetá (ver figura 20). O modelo trazia a sutileza de mostrar as curvas do corpo ao tempo em que se buscava não evidenciar de forma acentuada os contornos femininos. Os modelos apresentavam marcações na cintura seguidas pelo excesso de pano acima e abaixo, o que tornavam a roupa folgada: “as revistas de moda estampavam as bermudas bufantes, os babados, as túnicas” (PERLINGEIRO, 2008, p. 17).



Figura 20: O modelo para praia em peça única estampa a capa da Vogue de 1919.

Porém, coube à uma empresa norte-americana, a *Portland Knitting Company*, produzir o mais próximo ao modelo de praia que se tem atualmente. Com algumas poucas máquinas de tricô a empresa iniciou suas atividades em Portland, Oregon, em 1910. No mesmo ano, a empresa foi procurada por um nadador do *Portland Rowing Club* que solicitou a produção de uma roupa de banho com o tipo de tricô que eles trabalhavam. Logo que a produziram, solicitaram o teste pelo cliente que, embora tenha percebido que o traje ainda estava um pouco pesado, considerou que a peça proporcionava aquecimento mesmo estando molhada, o que fez com que toda a equipe da *Portland Rowing* solicitasse o mesmo modelo (ver figura 21).



Figura 21: Modelos para natação da Jantzen. Fonte: <http://www.jantzen.com/timeline.html>

No entanto, a empresa analisou a observação feita pelo cliente e trabalhou para obter um produto mais leve. Desta forma, diante de variadas tentativas e de testes realizados pelos próprios proprietários da empresa, Carl Jantzen, Roy e John Zehntbauer, pensaram em introduzir mais pontos de elástico ao tecido do tipo Jersey, já produzido pela empresa, que resultou numa espécie de malha³⁷. O resultado foi um tecido mais leve, mais ligado ao corpo, e considerado pelos nadadores como mais funcional para natação³⁸. A demanda pelas *swimwear* aumentou e não demorou para que os proprietários optassem por se especializar na produção de trajes de banho para a natação. Desta forma, em 1918 setorizaram a produção e passaram a adotar a marca *Jantzen*. É neste período que se populariza o modelo desenvolvido pela empresa, aquele que: "gives that wonderful fit"³⁹.

[37] Da qual deriva o nome do traje de banho maiô: "Na língua portuguesa, a palavra maiô se originou a partir do francês *maillot*, que por sua vez deriva do termo *maillé*, que significa "malha" (Fonte: acesso realizado em 03/11/2015: <http://www.dicionarioetimologico.com.br/maio/>).

[38] Acesso realizado em 03/11/2015: <http://www.jantzen.com/timeline.html>

[39] Ibid.

As polêmicas envolvendo a empresa começaram a partir da década de 20, quando buscaram aprimorar seus modelos femininos, o que para muitos seria uma ousadia. É neste período que a "*Red Diving Girl*" internacionaliza a marca que passa a ser consumida na Europa, Américas e Ásia. A logomarca da empresa é uma menina vestida de vermelho em um salto para um mergulho, que afinal seria a única forma de utilização da roupa pelas mulheres, que não podiam ser utilizadas fora do mar (ver figura 22).



Figura 22: Red Diving Girl no catálogo da Jantzen na década de 20. Fonte: <http://www.jantzen.com/timeline.html>

A produção visual dos catálogos da *Jantzen* seguia a “philosophy of flattering the female form”⁴⁰. Os desenhos já contornavam o corpo e direcionavam às novas formas de se ir à praia. Mas as tensões aumentaram quando na década de 30, principalmente, a empresa resolveu inovar ao comercializar o revolucionário *Shouldaire* (ver figura 23). Este modelo, diferentemente dos demais, apresentava-se como um traje que não era para a prática do nado, bem como não era especificamente para usar na água. O *Shouldaire* fora desenvolvido para qualquer mulher, não apenas para as nadadoras, e pensado para proporcionar a exposição ao sol, pois apresentava um dispositivo que permitia a mulher abaixar as alças para um bronzeamento completo dos ombros, o que tornaria o traje de banho um modelo tomara-que-

[40] Ibid.

caia. Além de apresentar uma diminuição na parte de baixo, expondo ainda mais as pernas, esta era coberta com uma espécie de saia que inibia o delineamento das partes íntimas, também suprimiram as meias e as tocas que cobriam os cabelos. Tamanho foi o despudoramento e desavergonhamento da peça que o modelo só foi produzido em grande escala décadas depois.



Figura 23: O modelo shouldaire no catálogo de 1931. Fonte: <http://www.jantzen.com/timeline.html>

No entanto, o modelo mais revolucionário de todos os tempos dos trajes de banho, entendido por Diana Vreeland⁴¹, editora de moda Norte Americana, que também é considerado como a invenção mais importante desde a invenção da bomba atômica, é o do *bikini*:

O designer francês Louis Réard (1897-1984) foi quem, na década de 1940, mais revolucionou o conceito de moda praia em todo o mundo. Foi dele a criação de um traje de duas peças, mínimo, batizado de biquíni. O nome aludia ao atol de Bikini, no sul do Pacífico, que havia sido palco de testes nucleares naquela mesma época. (PERLINGEIRO, 2008, p. 18)

[41] Disponível em: <http://legacy.dianavreeland.com/page/posts/op/read/id/93>. Acesso realizado em 23 de jun. 2015.

Contrariando todas as normas de conduta femininas em público, o novo traje provocou estranhamento. Embora uma peça muito parecida com o biquíni já estivesse um limitado uso na Europa, antes mesmo de seu lançamento, Réard não conseguiu modelos profissionais que tivesse interesse em apresentar sua criação, as mesmas o entendia como demasiado vulgar para a época. Lembrando que os modelos já existentes deveriam ser utilizados no ambiente da praia, Réard necessitava de alguém que o vestisse e o apresentasse em outros ambientes da cidade. Coube a Michele Bernadini, dançarina do Cassino de Paris, apresentar a criação às bordas da piscina Molitor (ver figura 24).

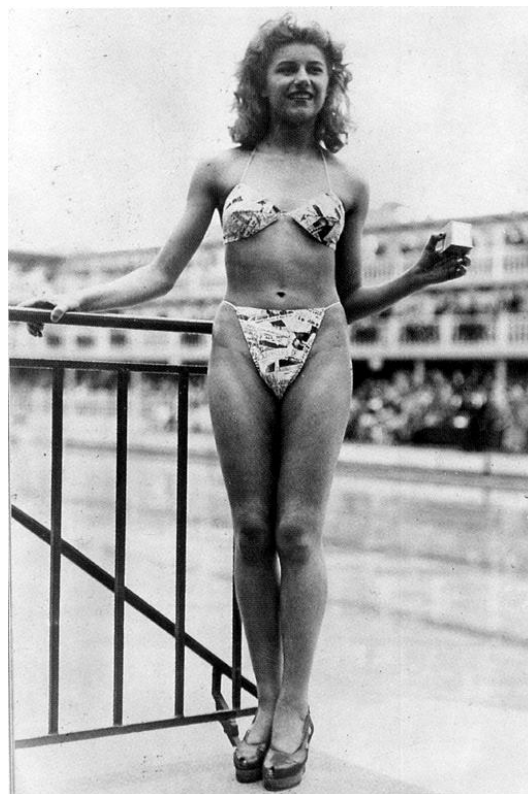


Figura 24: Michele Bernadini vestindo o menor traje de banho já fabricado. 1946, Paris.

O biquíni sempre foi uma peça polêmica e no Brasil não seria diferente. Segundo Marcia Disitzer (2012), os brasileiros começam a experimentar os efeitos bombásticos do biquíni mesmo antes do seu lançamento oficial na França. Miriam Etz, uma artista plástica alemã, que estabeleceu residência no Brasil, consagrou-se como a primeira pessoa a utilizar o biquíni no país. Embora este ato tenha sido de forma despretensiosa, como assim afirma a própria Miriam Etz : “Quando Leila Diniz colocou a barriga de fora grávida foi por uma convicção, já para mim usar duas peças era natural”⁴². O desinteresse pelos maiôs da época e influenciada pelo modelo duas peças que surgia na Europa, Etz, artisticamente, cortou um maiô em duas partes e vestiu, agora, em duas peças, pela primeira vez na praia do Diabo, no Rio de Janeiro em 1938.

Não satisfeita, em 1948, Etz resolve diminuir três dedos de tecido da parte de baixo:

Em reportagem do jornal O Globo de 2007, Miriam, falecida em 2010, contou ao jornalista Renato Lemos que seu feito foi inconsciente, talvez fruto de sua educação europeia e movido em boa parte pela preocupação com a saúde: ‘Minha mãe ensinou que o sol no umbigo fazia bem, minha família sempre foi liberal. Eu queria apenas pegar sol, mas sei que muitos homens se

[42] <http://avozdaserra.com.br/noticias/morre-a-artista-plastica-miriam-etz>

escondiam nas pedras e se masturbavam enquanto me olhavam na praia". (MARINHO M. M., 2008, p. 97)

As duas pequenas peças que compunha o mais novo traje de banho feminino não foram uma tendência prontamente aceita pela sociedade brasileira. Para Disitzer, o biquíni:

Exigiu um tempo de maturação de ideias, de absorção de novos conceitos, de revisão de comportamentos. Antes que emplacasse de vez, foi precedido por maiôs feitos sob encomenda, modelados em cetim, algodão ou brocado, arrematados com elásticos. Os de duas-peças traziam detalhes, estampas, franzidos, laços, babados e saíotes. Avança-se nas cavas e nos decotes, sempre um passo de cada vez, sem pressa de mudar. O biquíni teria seu tempo. (DISITZER, 2012, p. 97)

As pequenas peças só passam a ser aceitas, ainda de forma polêmica, na década seguinte, quando atrizes de cinema aparecem em filmes e em praias utilizando o modelo. Entre as aparições que incentivaram o uso do biquíni está a da atriz Jane Mansfield, que transitava com as duas pequenas peças em praias norte-americanas. O uso do biquíni ganha repercussão maior com a exibição do filme “E deus criou a mulher”, no qual Brigitte Bardot estreava o traje de banho no cinema, bem como a legitimação do possível uso do biquíni no Brasil com sua visita à praia de Búzios, no Rio de Janeiro, também na década de 50.

Afinal, no Brasil, o biquíni só era utilizado por bailarinas, em concursos de beleza e por vedetes, como Carmem Verônica e Norma Tamar, que atraíam olhares em suas exibições em frente ao Copacabana Palace. Na década de 60, Helô Pinheiro, eternizada na música “Garota de Ipanema”, chama a atenção da mídia e dos transeuntes pelo uso de biquíni no calçadão da praia de Ipanema. Este também é o momento em que o então presidente do Brasil, Jânio



Figura 25: Leila Diniz em 1971 exibe sua barriga de grávida na praia de Ipanema.

Fonte: <http://blogs.ne10.uol.com.br/social1/2015/03/25/os-70-anos-de-leila-diniz-simbolo-da-revolucao-feminina/>

Quadros, proíbe o uso do biquíni em concurso de beleza e em praias. Nada que proíba efetivamente o uso, apenas torna a prática desafiadora. Entre as aparições mais escandalosas

para a sociedade brasileira, quanto ao uso do biquíni, deu-se na década de 70, foi quando a atriz Leila Diniz exibiu sua barriga de oito meses também na praia de Ipanema utilizando um biquíni (ver figura 25).

Desde então o Brasil não abandona a peça, que se torna mais desejada entre as brasileiras, o biquíni precisou do seu tempo para aceitação, em muito era considerado usos ousados. O traje se populariza entre as brasileiras e sua exposição nas praias são capturadas em imagens que são exportadas para variadas parte do mundo. Seria este um dos motivos que levam o país se torna referência no ramo têxtil de “moda praia”. Aqui se difundiu modelos que foram variadas vezes remodelado e reapresentado ao mundo, o Brasil torna-se efetivamente uma referência neste ramo na última década do século XX.

Entre esses modelos, destaca-se o “biquíni de lacinho”, criado pela marca carioca *Blue Man* no final da década de 70. Após a finalização de uma linha inteira da produção de um modelo de biquíni feito com o tecido do tipo jeans, verificou-se que não era possível que a calcinha entrasse de forma tradicional, diante do problema, resolveram cortar os lados e alongar as pontas do tecido, desta forma a parte de baixo do biquíni seria fechada com laços nas laterais⁴³. Posteriormente, foi lançado nas praias



Figura 26: A modelo Monique Evans vestindo um modelo asa-delta. A modelo foi considerada a musa do asa-delta na década de 90. Fonte: <http://marianakalil.com.br/turma-da-mari/um-passeio-pela-vida-do-biquini-e-uma-galeria-de-modelos-para-o-verao-2016/>

cariocas os modelos “cortinha” em que a parte de cima do biquíni era possível de ser movimentada pelo fio que a sustentava; o modelo “asa-delta” (ver figura 26), que inicialmente surge nas praias entre as próprias usuárias que enrolavam as tangas para a tornarem mais cavadas, apenas posteriormente passou a ser comercializado. Em outro momento, as laterais da parte de baixo do biquíni foi aumentada, o que possibilitava ser levantada até a cintura, tornando as partes inferiores do biquíni mais cavadas. Por fim, o modelo que até hoje ainda é motivo de polêmica entre as usuárias, é o modelo “fio dental”, que deixa toda a nádega à mostra. Este modelo não seguiu como preferência para exportação, em geral, as europeias e as norte-

[43] Conteúdo disponível em: <http://modices.com.br/moda/um-pouco-sobre-historia-biquini-brasil/>

americanas, maior grupo consumidores de biquínis brasileiros, entendem que os glúteos devem estar cobertas em sua grande parte⁴⁴.

As duas pequenas peças do traje de banho ainda não deixaram de diminuir. Na década de 60 a designer norte-americana Rudi Gernreich, que também criou a sunga, deixou de fora a parte de cima do biquíni em uma de suas criações, era então criado o monoquíni, momento que se entende como marco para o surgimento do *topless*, o qual passa a ser um atrativo para as mulheres. Afirmase que Gernreich libertou o corpo feminino *collant de ballet*⁴⁵. O modelo foi utilizado pela primeira vez para uma peça publicitária pela atriz norte-americana Peggy Moffitt, a imagem chamou a atenção do mundo (ver figura 27). Posteriormente, o modelo teria sido utilizado por um seletivo grupo entre norte-americanas, francesas e britânicas, não se encontra registro no Brasil do uso do monoquíni. A sunga, diferentemente do biquíni nunca alçou à mesma popularidade do biquíni. O modelo criado na década de 50 só foi produzido em grande escala na década de 70, os homens em geral frequentavam as praias utilizando calças e, posteriormente, bermudas, as quais ainda são utilizadas, sungas, bermudas e shorts são as preferências masculinas na atualidade para o traje de banho.



Figura 27: Peggy Moffitt com o monoquíni criado por Rudi Gernreich em 1964. Imagem disponível em: <http://www.messynessychic.com/2014/03/05/the-first-monokini-trying-to-make-the-topless-swimsuit-happen-in-1964/>

Diante da progressiva diminuição dos tamanhos dos trajes de banho, os governos sentiram-se obrigados a estabelecer normas referentes aos horários de banho, a delimitação de uso da praia a partir do gênero e mesmo a proibição de determinados trajes, principalmente quando este se torna diminuto. Tais proibições demonstram o processo inverso que o desnudamento proporcionaria: se a diminuição dos trajes representava, principalmente para as mulheres, a expressão da liberdade, por outro, o controle institucional passa a tomar as práticas à beira-mar como fato de valor normativo e processam normas que buscam limitar a subversão

[44] Conteúdo disponível em: <http://modices.com.br/moda/um-pouco-sobre-historia-biquini-brasil/>

[45] Conteúdo disponível em: <http://global.britannica.com/biography/Rudi-Gernreich>

às normas sociais, cujo uso de determinados trajes de banho venha a confrontar. A partir de então, as práticas à beira-mar jamais perderam sua capacidade de produzir normas legais e muito menos a capacidade de promover debates e questionamentos acerca dos usos que comportam uma permanente dinâmica de modificações.

Desta forma, retomando o questionamento inicial, seria mesmo possível afirmar que o uso da praia se torna uma moda? Considerando o que foi exposto acerca dos controversos usos da praia a partir do banho de mar, e mesmo dos trajes que começam a surgir em conflito com as regras que buscam manter os corpos cobertos e escondem seus contornos, além de tentar preservam, principalmente, as mulheres em suas modéstias, podemos afirmar que houve uma expansão da “moda praia”? A resposta só pode ser positiva se for considerado que a moda não corresponde a uma unanimidade ou homogeneidade, mas como elemento que evidenciam opostos que buscam diferenciar-se, como diria Simmel (2008), ou um conflito entre o velho e o novo, como aponta Benjamim (1997). As análises sobre a praia evidenciam a noção de "moda praia" enquanto a popularização do uso da beira-mar, tais reflexões admitem que houve primeiramente o uso pela elite econômica, e, posteriormente, uma segunda fase, a qual reconhece-se como "moda praia". Neste sentido, retoma-se algumas reflexões no âmbito da teoria social que podem contribuir para pensar em quais possibilidades pode se reconhecer a praia como "moda" e atentar aos aspectos da tensão que este novo, que é a praia, revela.

Na sociologia clássica de Georg Simmel (2008), em seu ensaio “Filosofia da moda”⁴⁶, o autor afirma que moda é “produto da divisão de classes e comporta-se como muitas outras configurações, sobretudo como a honra, cuja dupla função é formar um círculo social fechado e, ao mesmo tempo, isolá-lo dos outros” (p.24). O entendimento do autor decorre de sua percepção dualista do homem:

e isto de nenhum modo impede a homogeneidade do seu fazer, antes ele ostenta justamente, como resultado da sua multiplicidade de elementos, uma poderosa unidade. Uma manifestação a que faltasse semelhante ramificação de forças radicais seria para nós pobre e vazia. Só porque cada energia íntima impele para lá da medida da sua exteriorização visível é que a vida ganha aquela riqueza de possibilidades inexauríveis, que completa a sua realidade fragmentária; só assim as suas manifestações deixam pressentir forças mais profundas, tensões mais insolúveis, luta e paz de tipo mais vasto do que deixa adivinhar o seu dado imediato. (SIMMEL, 2008, p. 21)

[46] O livro “Philosophie der Mode” foi publicado em 1905.

Este dualismo, afirma Simmel, não pode ser descrito, mas sentido nas “oposições singulares” típicas da nossa existência e, sobretudo, configuradoras. Os indícios das oposições singulares podem ser encontrados nos fundamentos fisiológicos de nossa natureza, na vida do espírito e na vida do sentimento. Tais oposições são as tendências que antecedem a moda, a qual “une duas tendências sociais características: a tendência à diferenciação e mudança e a tendência à igualdade e união” (WAIZBORT, 2000, p. 186) Simmel afirma que: “A história inteira da sociedade pode desenrolar-se na luta, no compromisso, nas conciliações lentamente adquiridas e depressa perdidas, que surgem entre a fusão com o nosso grupo social e o esforço individual por dela sair”. (SIMMEL, 2008, p. 22)

Diante desta dualidade que expõe oposições singulares, surge a imitação como expressão humana: “No interior da materialização social destes opostos, uma das vertentes dos mesmos é sustentada sobretudo pela tendência psicológica para a imitação” (SIMMEL, 2008, p. 22). Essa imitação pode designar uma transição da vida do grupo para a vida individual e seria, assim, uma transmissão psicológica. O fascínio da imitação consistiria na possibilidade de um fazer significativo mesmo quando não cria ou se individualiza pessoalmente. Para Simmel, o ato de imitar não apenas desloca-se a exigência da energia produtiva para o outro, como também a responsabilidade por este agir: “ela liberta assim o indivíduo da dor da escolha e deixa-o, sem mais, aparecer como um produto do grupo, como um receptáculo de conteúdos sociais” (SIMMEL, 2008, p. 23). Na condição de princípio, o impulso imitativo “caracteriza um estágio evolutivo, no qual está vivo o desejo de actividade pessoal conveniente, mas falta ainda a capacidade de a esta fornecer conteúdos individuais” (SIMMEL, 2008, p. 23)

É possível observar já em Simmel, as inerentes divergências sociais que a noção de moda constitui. Não sendo condizente com uma noção uniformizante que vezes parece compor o entendimento daqueles que reafirmam o momento em que a moda se torna moda como algo que uniformiza. Em Simmel, a imitação não segue uma linearidade pacífica, pois revela opostos que buscam diferenciar-se, revelando dois grupos, os promotores de moda e os que imitam a moda, em geral, o primeiro grupo é aquele que ocupa posições altas na sociedades, são consideradas elites, o segundo, os imitadores, estão em grupos economicamente inferior. Afirma Simmel, que quando o grupo que está na posição superior lança uma moda é porque quer se diferenciar, porém, não demora para que o grupo inferior a imite, o que faz surgir nova moda, sempre com a intenção de diferenciar-se:

Mas onde a mudança se busca, pelo contrário, no permanente, a diferenciação individual, o separar-se da generalidade, a imitação é o princípio negador e inibidor. E porque o anseio de se arrimar ao dado, de fazer o igual e de ser como os outros é o inimigo irreconciliável da ânsia que quer avançar para novas e específicas formas de vida, a vida social surgirá então como o lugar de batalha, onde cada palmo é disputado por ambos, e as instituições sociais como conciliações – nunca duradouras – em que o seu antagonismo persistente toma a forma externa de uma cooperação. (SIMMEL, 2008, p. 24)

Embora a análise de Simmel uma percepção hierarquizada e fixa da produção de moda, quando condiciona a dois grupos situações que não podem ser alternadas, afinal o grupo economicamente favorável não pode ser colocado na condição de imitador, o autor afirma que moda:

significa, pois, por um lado, a anexação do igualitariamente posto, a unidade de um círculo por ela caracterizado, e assim o fechamento deste grupo perante os que se encontram mais abaixo, a caracterização destes como não pertencendo àquele. Unir e diferenciar são as duas funções básicas que aqui se unem de modo inseparável, das quais uma, embora constitua ou porque constitui a oposição lógica à outra, é a condição da sua realização.

Em Walter Benjamin (1997), “a moda está em conflito com o orgânico” (p. 67). Com o objetivo de compreender a modernidade através da análise de elementos do cotidiano, percebe que a “forma dos novos meios de produção, que ao princípio, era ainda dominada pela dos antigos (Marx), correspondem, na consciência coletiva, imagens nas quais o novo e o antigo se interpretam” (BENJAMIN, 1997, p. 68). Percebe uma dinâmica comum na produção e caracterização da modernidade, a qual envolve o arcaico, o novo e o sempre igual. Embora, entenda o autor, que as imagens procurem se distanciar do que é antiquado, ou seja, de um passado recente, mesmo que “estas tendências orientam para o passado antigo a imagem plástica activada pelo novo” (BENJAMIN, 1997, p. 69). É possível verificar, também em Benjamin, que tendência adquire a posição que antecede a moda, e que se esvai na medida em que a moda se estabelece.

Para Benjamin as imagens se constituiria na consciência coletiva em busca do novo, em um processo de interpretação do novo com o antigo: “estas imagens são imagens ideais e nelas o coletivo procura, a um tempo, suprimir e transfigurar a imperfeição do produto social, bem como as deficiências do sistema social de produção” (BENJAMIN, 1997, p. 68).

Tais imagem geram desejo e, entre outros, também gera desejo pela moda. A moda é entendida como uma forma de configuração da vida, estando ela submetida às “traças” produzidas das utopias que decorrem desse tipo de sociedade que é depositada no inconsciente coletivo e misturada com o novo na produção de utopias.

Contudo, é nas Exposições Universais que o autor encontra as disposições propícias à transfiguração do valor de troca da mercadoria enquanto fetiche, cria-se um quadro de subalternização do valor de uso. Promovida para a classe operária, as exposições tinham como objetivo que as mesmas se tornassem exemplares de festas de emancipação. Os trabalhadores figuram como clientela. Neste sentido, a moda “prescreve o ritual de acordo com o qual o fetiche que é a mercadoria pretende ser idolatrada” (BENJAMIN, 1997, p. 72). Observa que a exposição de: “Grandville estende a autoridade da moda aos objetos de uso cotidiano, bem como ao cosmos [...] ela une o corpo vivo ao inorgânico” (BENJAMIN, 1997, p. 72). A moda defende o direito do cadáver, em uma percepção analítica com a morte, entende que: “O fetiche que sucumbe à atracção do inorgânico é o nervo vital da moda. O culto da mercadoria coloca-o ao seu serviço” (BENJAMIN, 1997, p. 72). Para o autor, a moda compromete toda a indústria. A produção de variados objetos seria impulsionada por uma condição espiritual ou mesmo pelo aspecto subjetivo, na qual a magia envolveria o sistema de produção e o desejo em possuir algo estaria muito além da utilidade que algum objeto poderia vir a ter.

No entanto, se as noções de tendência, moda e usos abordam de forma regular as dicotomias que delas surgem, há uma base única que engloba todos os aspectos, que é o “aparecer”, mais do que se mostrar (que resguarda uma noção pura de desnudamento), diferentemente de mostrar-se, para Benjamin (1997), aparecer encontra-se para além do que se mostra, mas do mostrar-se, é a ideia de que se veste para se aparecer, para assim ser visto, e não em uma perspectiva do retirar para mostrar. Desta forma a moda transita para o “aparecer”, que corresponde à uma sociabilidade fundada no “aparecer”, são indivíduos que consomem a moda para o outro, para aparecer ao outro. Neste sentido a estética do insólito busca expressar aquele que aparece para questionar e afrontar o outro, ou aquele que se sente afrontado quando o outro se faz aparecer.

Assim, a moda de praia corresponde a uma percepção do ambiente praiano como o outro que se deseja, pelo o qual quer-se aparecer. Seria, assim, uma negação à cidade que se desenvolve a esse querer aparecer pela praia, em muito motivado pela possibilidade de diferenciar-se do ambiente urbano. O que indica ao entendimento de que embora, como se pode

perceber, a praia estivesse distante geograficamente deste outro, que é a cidade, estavam simbolicamente perto, na medida em que a cidade produz e reproduz a praia pela moda que impõe. Todavia, a cidade se expande e se torna fisicamente próxima da praia, momento em que a problemática dos usos da praia toma novos rumos relacionados à própria praia que se constitui como *praiana*. Mas, para avançarmos no estudo sobre a praia que se entende urbana, e mesmo sobre a esta cidade que se diz praiana, e ainda, sobre aspectos que relacionam as próprias práticas a beira-mar e àquilo que se define como estilo de vida praiano, torna-se necessário entender de qual cidade estamos falando, a que comporta uma dinâmica própria sobre a qual emergem desejos. Desejos estes que em muito eram considerados como insólitos, que sugerem libertar-se da roupa, do cotidiano e das obrigações, revelando, para além desses desejos, um possível "estilo de vida" específico, que se entende estar em oposição ao estilo urbano de viver.

1.3 TEMPO DA POLISSEMIA: O MEU LUGAR

Tem o sal que lhe tempera
 O ar é pura sedução
 Tem jangadas no mar
 Mareia meu amor, mareia
 Eu vou deitar e rolar
 Gostoso e deslizar na areia
 Oh! Natal
 Meu Deus do Céu, eu nunca vi tanta beleza
 Obra da mãe natureza
 Cartão postal do meu Brasil⁴⁷

[47] Samba enredo da Salgueiro, escola de samba carioca, do ano em que homenageou a cidade de Natal. Acesso realizado em 12/11/2015 link: <http://www.vagalume.com.br/salgueiro/samba-enredo-1999.html#ixzz3rJyYVnhJ>

Este outro lugar que já se pode chamar de praiano abre espaço para sua aproximação com a cidade. Acessível e comum, a praia torna-se mais um espaço da cidade. A perspectiva sobre a história do banho de mar, por ora apresentada, e sobre a apropriação da praia em suas tensões, que em muito nos revela uma cidade na praia, sugere que os valores da cidade são reproduzidos neste novo espaço que se sobrecarrega também de modéstias. Vale sublinhar que não houve aqui a intenção de uma apreensão linear do processo de aproximação do homem com a praia, muito menos uma tentativa de construir uma narrativa concisa e relativa ao banho de mar, mas tão somente uma percepção crítica acerca de uma apropriação que revela mais um espaço da cidade.

Ao se considerar que a praia é uma expressão da natureza, a cidade seria, por outro lado, a expressão do desenvolvimento cultural humano. No entanto, trabalhar com a dicotomia natureza e cultura colocaria a discussão em um terreno movediço, pois quando falamos dessa natureza da praia, falamos das formas de apropriação desta natureza pelo homem, que embora seja a utilização da natureza, é a expressão de uma cultura apropriando-se de uma natureza. Seria, assim, a praia, a cultura do uso do litoral, da qual se pode falar como praiana. Ter-se-ia uma a cultura cidade e a cultura praia, que em termos não contribuiria ao entendimento dos aspectos relacionados a convivência pública na praia, considerando a dificuldade de estabelecer parâmetro diferenciados entres ambas culturas.

Desta forma, aceita-se por um lado a natureza, evidente aspecto expresso na praia, e por outro a técnica, considerando a cidade como exemplar da expressão do desenvolvimento técnico da modernidade. Assim, entende-se que uma análise que apreenda os elementos da natureza praiana e da técnica urbana se tornam notadamente compreensíveis. Verifica-se como os equipamentos urbanos vão adentrando ao litoral e como os elementos praianos são expressos na estrutura arquitetônica urbana, aspectos que serão aprofundados no segundo capítulo cujo entendimento sugere que a praia em suas práticas é urbana, e, no terceiro capítulo, como o praiano permeia a arquitetura urbana de cidades que se adjetivam como praianas.

Para tanto, neste item, analisa-se esta cidade que se aproxima do litoral, ou seja, como foi estabelecido o processo de aproximação pelo desenvolvimento do turismo e do avanço imobiliário da segunda morada, e, ainda, o que se pode entender acerca da cidade que se aproxima da praia a partir do que se reconhece como "modo de vida urbano". O qual expressa valores e condutas que avançam à faixa-de-areia e impõe-se com força expressiva, mas que vezes parecem passar despercebidos, ao que se pode afirmar: A praia é urbana. Ou ainda, sobre

esta cidade que indica a fonte dos variados desejos expressos na praia, se a praia é expressão do desejo de liberdade, é porque esse outro, a cidade, aprisiona. Quando se busca a praia é porque se deseja relaxar, isto porque é a cidade que tensiona. Se na praia deseja energizar-se, é porque a cidade esgota. Esta é a cidade que se apresenta por sua arquitetura, pelas práticas que se desenvolve em seu contexto e que muito tem a dizer sobre os valores que emergem na modernidade, valores estes que estão relacionados ao trabalho, consumo, estudo, obrigações cotidianas e da convivência com o outro no trânsito, nas filas, nos bancos, nas ruas, nas lojas, que em muito gera estresse, fadiga e intolerância. Esta é a cidade exaustiva.

Porém, no âmbito do que se questiona nessa tese, a praia também é cidade, e poderia emergir como um contraponto às práticas urbanas. Neste sentido, pensa-se o urbano a partir de uma noção multifacetada de cidade. Esta cidade que comporta o “meu lugar” é a mesma que comporta o lugar do outro, gerando variados usos e sentidos que são atribuídos na composição da cidade. Entendendo, aqui, lugar como “demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentido de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente” (LEITE, 2007, p. 35).

Desse modo, o que se observa na praia, como parte constitutiva da vida urbana é que estas demarcações correspondem a dinâmicas distintas. Por um lado, tem-se aquelas voltadas ao cotidiano e, por outro, aquelas que são tentativas de rupturas a este cotidiano. O cotidiano faz-se de obrigações; as rupturas, de subterfúgios para a liberdade das obrigações. A modernidade que emerge como promessa de liberdade aos indivíduos, impõe obrigações que estes mesmo sentem-se aprisionados, uma das contundentes expressões deste aprisionamento é o trabalho. É no bojo desta mesma modernidade que se apresenta aquilo que se chama de “tempo livre”, ou seja, o tempo da liberdade, no sentido de que o indivíduo se desobriga de uma determinada obrigações e adquire a possibilidade de escolha do que se pretende fazer.

Desta forma, tais subterfúgios adquirem uma dinâmica peculiar em relação a outros espaços cidade. Considerando o aspecto deliberado do subterfúgio, este torna-se o “meu lugar”. Pode-se falar de dois tipos de lugares próprio, os privados e o público. Enquanto o primeiro reserva à convivência com poucos, em público convive-se com muitos. Desta forma, a deliberada ação de busca do lugar próprio, pressupõe ao mesmo tempo o desejo de livrar-se do ambiente cotidiano e de compartilhar um espaço e aparecer para o outro. O outro que se encontra no outro lugar, que não o do cotidiano, é também a expressão do compartilhamento do tempo livre. Este tempo livre, em muito, é comprometido com o tempo voltado ao lazer, a

praia seria mais um desses lugares da cidade que dele se apropria para o lazer, tais como praças, shoppings e parques.

A praia só adquire tamanha expressão na cidade a partir de meados do século XX, “com a edificação da praia lúdica é que o ‘prazer do ar livre e do contato com os espaços naturais vai ser canalizado para o espaço da praia em si mesmo” (FREITAS, 2007, P. 111). A praia resguarda o que seria a mais contundente possibilidade de experienciar a natureza na cidade. Não apenas por se estar em contato com a natureza, mas por ser possível um contato intenso, exatamente porque, através do processo de desnudamento, permite-se um maior contato do corpo com elementos naturais, assim é possível banhar-se por inteiro na água, expor-se ao sol e revirar-se na areia. Enquanto espaço socialmente realizado e apropriado, a praia, como possível à efetivação da liberdade diante do imperativo “cidade”, apresenta-se como iluminador da relação que o homem estabelece com às configurações urbanas atuais e sua complexa relação de busca pela liberdade junto à natureza. O desafio que se coloca à análise é de deslocar o homem do centro provedor e evidenciá-lo no âmbito do ambiente constitutivo enquanto praia. Exatamente porque a praia, passa a ser percebida, não apenas como mais um espaço da cidade, mas como um espaço natural da cidade. Por isso, ressalta-se o aspecto técnico na relação homem e natureza praiana. Porém, não deixando dúvidas quanto a influência urbana na determinação contemporânea do uso na faixa-de-areia.

Esta é a praia que ao menos desperta ao desejo de libertar-se da cidade. Praia é lazer. A abertura de ruas, as construções de bairros habitacionais, de áreas de comércio e avenidas, proporcionaram a aproximação geográfica dos núcleos urbanos às praias. No entanto, pensa-se, para além desta delimitação, em analisar a apropriação social que passa a ser estabelecida na praia a partir da aproximação do urbano, o qual é compreendido como um estilo de vida, capaz de espriar-se a onde quer que cheguem os mais variados aspectos que compõem a cidade.

O processo de aproximação física da cidade ao mar decorre do avanço dos equipamentos urbanos sobre a faixa-de-areia. Minimizados, ou sublimados, ao menos em tentativas, por uma arquitetura que sugere remeter ao “design”⁴⁸ de uma noção do que é praiano, compondo o estilo praiano, densa discussão que será retomada no terceiro capítulo. As

[48] A noção de design será discutida no último capítulo, a categoria contribuiu para pensar e definir a noção de estilo.

estruturas são erguidas em tons de azuis e com traços que se desalinham para representar o movimento do mar, em contraponto à noção do que seria a cidade, sendo está estruturada em traçados alinhados e curvilíneos. Conquanto, parecem ser estas intervenções insuficiente, uma vez que as mesmas transformam a paisagem ambiental e expõem um complexo arquitetônico que, em alguns pontos do litoral, suprime, inclusive, a possibilidade de uso da praia. O que mais uma vez revela às tensões desta aproximação.

O litoral passa a ser entendido no âmbito da cidade, como urbano, no início do século XX. Como afirma Silvio Macedo (2004), em estudos para o Projeto Orla⁴⁹, ao ponderar que:

Apesar da urbanização das áreas costeiras no Brasil acontecer com a ocupação territorial do país, foi somente no início do século XX que o loteamento de trechos significativos da orla marítima passou a ser socialmente aceito como uma figura urbana. Podemos dizer que a criação do bairro de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, é um marco desse processo (2004, p. 47).

O entendimento de Macedo (2004) corrobora ao entendimento que se tem sobre o desenvolvimento urbano de Natal e sua ocupação do litoral. A construção de uma área balnear é um exemplo disto, atestando o entendimento de que a cidade tem praia, o que se intensifica com as políticas de turismo na década de 70 do século XX. Torna-se importante ressaltar que Natal compreende o *trade* turístico nordestino do chamado “caribe brasileiro”⁵⁰, composto pelas cidades de Salvador, Recife e Fortaleza. Dois fatores são evidenciados no desenvolvimento litorâneo destas capitais a partir da década de 70: 1) o expressivo aporte financeiro para o desenvolvimento do turismo na região; e, 2) a demanda pela vilegiatura

[49] “O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, surge como uma ação inovadora no âmbito do Governo Federal, conduzida pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, e pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, buscando implementar uma política nacional que harmonize e articule as práticas patrimoniais e ambientais, com o planejamento de uso e ocupação desse espaço que constitui a sustentação natural e econômica da Zona Costeira” Marijane Vieira Lisboa (2004).

[50] A expressão decorre de tentativas de associação das praias com água quente do nordeste brasileiro com as temperaturas das praias caribenhas. O Caribe torna-se expressivo destino turístico nas décadas de 70, enquanto o turismo voltado às praias nordestinas começa a se difundir nas décadas seguintes, temática que retomada na discussão no terceiro capítulo.

marítima expressa na expansão da “segunda morada”, cujo desenvolvimento se dá pela construção de casas de veraneio - comumente chamadas de “casas de praia”.

Natal apresenta importância referencial particular para este estudo, pois é exemplar da apropriação dos gestores públicos e, conseqüentemente, privados, que buscam desenvolver a região para atingir, inicialmente, a valorização do imobiliário local, e, posteriormente, atrair consumidores do turismo de “sol e mar”. Natal urbaniza-se e metropoliza-se. O processo de ocupação da zona litorânea de Natal dar-se da zona norte para à zona sul da cidade, como já exposto. A zona norte comporta a praia do Meio, Areia Preta e Redinha.

No fim do século XIX e primeiras três décadas do século XX, as “casas de veraneio”, passam a se concentrar na nova área de expansão urbana de Natal, no bairro Cidade Nova (atuais Petrópolis e Tirol), nas praias de Areia Preta e Redinha. Entretanto, com a expansão urbana de Natal no sentido sul, gradativamente esses domicílios de uso sazonal tornam-se residências de uso permanente ou prédios comerciais, com ressalva para a praia da Redinha, onde ainda atualmente existem alguns poucos domicílios de veraneio. (SILVA, 2010)

A zona sul, considerada área nobre da cidade, compõe-se da praia de Ponto Negro, região que tem um crescimento pontual e acentuado a partir da segunda metade da década de 40, em consequência da instalação das bases norte-americanas e brasileiras em Natal (DANTAS, 2003). Fator que se torna importante para pensar as formas de apropriação da beira-mar, considerando que os estrangeiros contribuíram para o intercâmbio de práticas culturais que influenciaram também no resultado da convivência na faixa-de-areia. Mesmo período em que esta praia é percebida a partir de um olhar sobre o seu potencial de veraneio: “Na década de 1940, a Vila de Ponta Negra é descoberta como novo reduto dos veranistas natalenses, sendo então transformada de vilarejo de pescadores a lugar frequentado pela elite potiguar, nos fins de semana e férias” (SILVA, 2010, p. 02)

Na primeira fase de apropriação da região, verifica-se, como apresentam as imagens abaixo (ver figura 28), um tímido processo de modificação da paisagem. Poucos são os mobiliários urbanos que compõem a paisagem praiana.

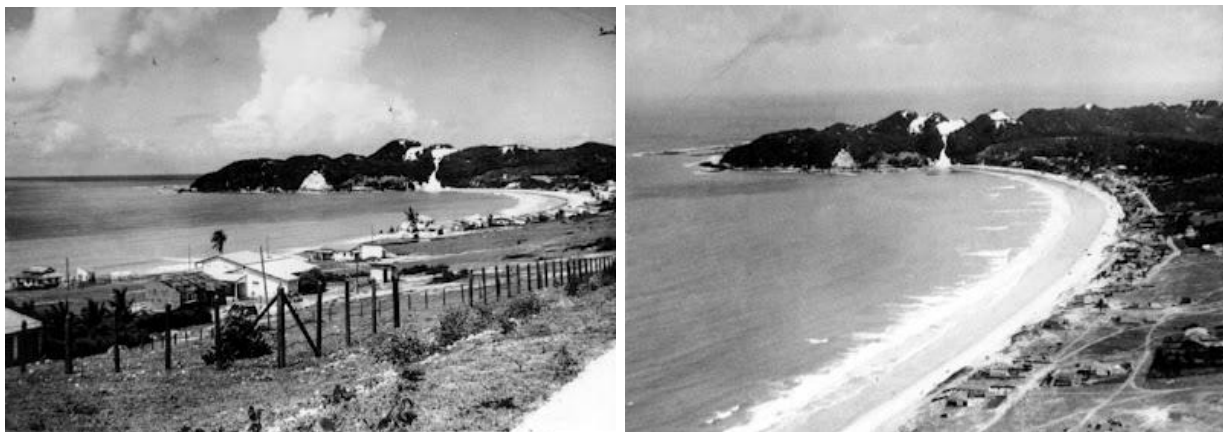


Figura 28: Ponta Negra na década de 60. Foto: Jaeci Emereciano. Fonte: memóriaviva.com.br.

No entanto, apenas décadas mais tarde, o processo de intervenção se intensifica:

Nos anos de 1970, a partir da construção dos conjuntos habitacionais Ponta Negra e Alagamar e com a inauguração do Parque das Dunas/Via Costeira-PD/VC, em meados da década de 1980, o bairro passa por processo de urbanização “turística”, implicando a transformação dos domicílios de verão em prédios comerciais, estabelecimentos de hospedagem, casas de uso permanente, boates, etc. (SILVA, 2010, p. 02)

Natal tem um processo de desenvolvimento considerado tardio se comparado aos processos de desenvolvimento urbanos das demais capitais nordestinas já citadas, principalmente na região que comporta a praia do Meio, a qual encontra-se no centro urbano-comercial da cidade, e a praia de Ponta Negra, que se tornará iconográfica à cidade praiana: “Nos anos 1970, a Praia de Ponta Negra, extremo sul do litoral de Natal, é transformada em espaço de lazer, principalmente pela vilegiatura marítima” (PEREIRA, 2014, p. 82). O tardio desenvolvimento decorre da existência de:

uma área militar, conformada pela linha de praia e por um conjunto de dunas, denominada posteriormente de Parque das Dunas (estabelecida legalmente em 1977), situação essa que se transformou em empecilho à formação de uma paisagem à beira-mar semelhante ao que aconteceu nos trechos da Praia de Boa Viagem e da Praia do Meireles (com presença de uma avenida à beira-mar e verticalização contínua paralela à linha de costa). (PEREIRA, 2014, pp. 82-83)

Conquanto, o desenvolvimento da região necessitou de ações administrativas do Estado que viabilizassem a neutralização de normas impeditivas. Desta forma:

Para contornar esse condicionante, em 1983 foi construído o projeto Via Costeira/Parque das Dunas, composto principalmente por uma via de trânsito rápido (em forma de avenida) com extensão de 12 quilômetros, ligando Ponta Negra à Praia do Pino. Induzidos pelas políticas públicas, a partir de então os equipamentos de hotelaria concentram-se nesse espaço produzido para adequar a cidade ao modelo já seguido pelas demais cidades litorâneas nordestinas. Esse planejamento, vinculado ao fenômeno social da maritimidade moderna, reestruturou a cidade, colocando-a em destaque no cenário nordestino. (PEREIRA, 2014, p. 83)

O litoral, a partir de então, comporta um longo e dinâmico processo de transformação de sua paisagem, que passa de ambiente natural para um ambiente de expressão fisicamente estruturado. Um fenômeno comumente observado, no que se demarca no Brasil como Orla Marítima, é o processo de verticalização da região que, em geral, correspondem a hotéis, reafirmando uma demanda turística. No entanto, a paisagem da orla compõe-se, não apenas de hotéis e pousadas, mas de moradias fixa e ocasionais:

Ao examinar o contexto metropolitano, mais indícios são demonstrados da influência da maritimidade na localização de segundas residências. Para as metrópoles litorâneas do Nordeste, tal ambiência relativiza a variável distância, posto, como é permitido observar, não haver uma distribuição equidistante ou setores homogêneos constituintes de anéis concêntricos de segundas residências. Melhor dizendo, os municípios não litorâneos não apresentam dinâmica atrativa semelhante a dos litorâneos.

Ainda nesta discussão, é preciso observar que mesmo com a transformação das orlas das capitais, via verticalização, em espaços do lazer e concentradoras dos serviços turísticos (principalmente hotelaria), é crescente o número de domicílios de uso ocasional nessas cidades. Situação que contraria modelos que exprimem somente o movimento centrífugo, ou seja, aquele que envia os vilegiatistas para lugares cada vez mais distantes do centro. (PEREIRA, 2014, p. 159)

A paisagem litorânea em núcleos urbanos tem uma recorrência de composição em prédios, pousadas, moradias fixas e temporárias, além da faixa-de-areia, que comporta barracas, guarda-sóis e toalhas entre tantos outros utilitários que são diariamente postos e retirados da areia (ver figura 29). Todos querem seu lugar ao sol, compondo uma paisagem dissonante e polissêmica. Os estudos realizados por Macedo (2004)



Figura 29: Praia de Ponta Negra em 2013. Foto: Autora. Fonte: Acervo pessoal.

indicam que: “Na maioria dos polos turísticos do litoral não se encontram estruturas verticalizadas completas, mas sim estruturas mistas, onde edifícios de apartamentos, agrupados ou isolados, são construídos em meio a um tecido horizontal convencional” (p. 52).

A cidade passa, então, a ser comercializada através da promoção da vista privilegiada para a praia com o mais comum *slogan* “de frente para o mar”. O ar fresco adquire potencial de atrativo comercial e a brisa que advém do mar e avança à cidade permite o contato com a natureza à partir dos próprios prédios e casas. A cidade sufocada pela dinâmica de carros particulares, transportes coletivos e pedestres, parece recuar diante da faixa-de-areia. A paisagem é evidenciada com o objeto a ser consumido, desfrutar desta praia justifica os elevados preços. A praia da cidade é apropriada sob a ótica do consumo, o qual se estabelece a partir de uma tensão relação entre a cidade e a praia. Consumo⁵¹ este promovido por agentes públicos e privados com o objetivo de obter ganhos a partir da valorização simbólica do uso da praia. São aspecto facilmente perceptíveis visualmente. Verifica-se determinadas investida no intuito de valorização de elementos naturais:

“Morfologicamente essas situações urbanas procuram trabalhar com os elementos existentes com baixos índices de processamento, mantendo a princípio intactas parcelas consideráveis da paisagem nativa, que é utilizada por seus empreendedores como chamariz de turistas – tanto compradores como visitantes” (MACEDO, 2004, p. 52).

[51] Segundo Canclini (1999), consumo é "o conjunto de processos socioculturais nos quais se realizam a apropriação e os usos dos produtos" (p. 77).

As cidades, em suas estruturas arquitetônicas recebem variadas denominações quando se aproximam do litoral. Natal, por exemplo, é comercializada como “Cidade do Sol”⁵² ou “Noiva do Sol”. Mas o que é esta cidade que passivamente pode ser adjetivada como praiana, deixando todo o seu imperativo urbano esvair-se? Durante o período de veraneio⁵³ a prefeitura de Natal mobiliza-se em torno da intensificação da segurança e da mobilidade urbana, ao mesmo tempo em que convida os turistas para a “belíssima Cidade do sol”, onde poderá frequentar suas praias urbanas, que conta com “excelente infraestrutura”⁵⁴. É esta Cidade do Sol que nos serve para pensar acerca do processo de produção de uma cidade praiana e verificar o processo de alteração da paisagem natural.

O reconhecimento do litoral enquanto urbano entende-se como um processo de “Enobrecimento Litorâneo” (ARAÚJO, 2012), corrobora ao o modelo de desenvolvimento que a literatura especializada em estudos urbanos entende por *Gentrification* ou Enobrecimento Urbano. Estudos desenvolvidos sobre o tema verificam um tipo específico de intervenção urbana, a qual objetiva alterar a paisagem urbana por meio da acentuação modificação das estruturas que compõem o ambiente ou da transformação arquitetônica com forte apelo visual. A paisagem passa então a adequar-se às demandas imobiliárias e turísticas, nas quais se tornam evidentes a segurança, o ordenamento e limpeza urbana. Em geral estas intervenções são direcionadas a um público específico, o qual se apropria dos espaços e os demarcam, tornando o espaço segregacionista (LEITE, 2007).

O enobrecimento litorâneo congrega, além da segurança e higienização, a peculiar característica de apropriação da natureza através de um duplo movimento, a saber, na medida em que suprime elementos da natureza, os evidencia paisagisticamente como mote comercial. A natureza é apropriada tecnicamente, enquanto a comercialização desta paisagem modificada é valorizada como natural, além de comprimir os antigos moradores das regiões litorâneas, que

[52] Durante a pesquisa não foi identificada a forma de obtenção do título, fala-se que advém dos seus 300 dias de sol a cada ano, de sua proximidade com a linha do equador e mesmo por chegar a ter dias com 15h de sol em determinados períodos do ano. No sítio da prefeitura, explica-se que “É também conhecida como Cidade do Sol, porque o sol brilha durante o ano todo e só descansa nos períodos de chuva entre março e julho”. Outra titulação conferida à cidade é a de ar mais puro das Américas, atribuição feita pela NASA-EUA em 1994. (Conteúdo disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/natal/ctd-669.html>. Acessado em 12/11/2013).

[53] “Ato de veraneiar”, que designa “passar o verão” (AURÉLIO, 1998). Embora Natal tenha em média 300 dias de sol no ano, este período de veraneio destaca-se no período de verão do hemisfério sul.

[54] Informação retirada do sítio: natal.gov.br, matéria publicada em 13/01/2014.

em geral são pescadores, que são removidos ou intercalados pela estrutura urbana que avança ao litoral.

A aproximação da cidade à praia decerto não se problematiza apenas pela aproximação do complexo conjunto arquitetônico que passa a englobar o litoral, mas pela extensão dos usos que decorrem na cidade às práticas na faixa-de-areia. Envolve-se desta forma, discussões pertinentes no âmbito da sociologia urbana, que evidenciam na esfera dos traços arquitetônico da cidade a configuração de um modo de vida que, diante dos traços urbanos, emerge-se enquanto urbanismo.

No entanto, dificilmente, como atenta Louis Wirth, seria possível uma delimitação do urbanismo enquanto apreensão social, o autor recusa-se em admitir a delimitação de zonas urbanas a partir de um recorte geográfico e o coloca como um “modo de vida”, similar ao que se problematiza nesta tese acerca do “estilo praiano”, o qual será analisado no capítulo III: “[...] o urbanismo, enquanto modo de vida, encontra-se caracteristicamente em lugares que preenchem os requisitos que estimularemos para a definição da cidade, mas, por outro lado, não se restringe a tais locais e manifesta-se, em graus variáveis, onde quer que cheguem as influências da cidade” (WIRTH, 1997, p. 49).

Tal aspecto apresentado por Louis Wirth, vem a corroborar com a problematização colocada acerca do sentido público da praia e a delimitação de culturas como praianas, não se estar com isso exaurindo a questão na obviedade de que a praia, assim, seria um simples reflexo do urbano, mas ao contrário, busca-se compreender a constituição de práticas que decorrem e recobrem-se de variados sentidos e tensões próprias e, ainda, capazes de revelar condições outras que na dinâmica diária na cidade comumente não se verifica.

Analisando a primeira parte da afirmação de Wirth, observa-se que o urbanismo tem seu melhor terreno nos limites da cidade, que se distingue na modernidade pela “concentração em gigantescos agregados, ao redor dos quais outros centros menores se aglomeram e a partir dos quais irradiam as ideias e as práticas a que chamamos civilização” (WIRTH, 1997, p. 45). Atenta que a possibilidade de mensurar o grau de urbanidade não decorre de elementos quantitativos, nem mesmo pela concentração de trabalho e moradia, mas por ter se tornado “o centro que põe em marcha e controla a vida econômica, política e cultural” (WIRTH, 1997, p. 45). Soma-se a isto o fato de ter atraído para sua órbita, o que se estende

para além de seus limites geográfico, “as mais remotas regiões do globo, configurando um universo articulado de enorme variedade de áreas, povos e atividades” (WIRTH, 1997, p. 45).

Um dos aspectos relevantes à difusão do modo de vida urbano, segundo Wirth (1997), decorre da expansão dos sistemas de transporte e de comunicação. A cidade apresenta-se pelos seus atrativos equipamentos urbanos que variam entre centro político e econômico e espaço de lazer e consumo. Seriam também estes, observa-se, os elementos iniciais de aproximação de centros populacionais às praias, como verificou-se no item anterior.

O autor ainda afastando qualquer possibilidade de reconhecimento do urbanismo enquanto processos de industrialização ou de níveis de desenvolvimento capitalista, afirma que a cidade pode ser definida como “um agregado relativamente extenso, denso e estável de indivíduos socialmente heterogêneos” (WIRTH, 1997, p. 50). A cidade é um espaço “onde historicamente se fundem raças, povos e culturas e um terreno altamente favorável à criação de novos híbridos biológicos e culturais” (WIRTH, 1997, p. 51). Há de se convir que a definição de cidade do autor pode ser alargada a variadas situações espaciais, ou ao mesmo tempo pensar geograficamente o mundo como urbano.

Ao caracterizar o modo de vida urbano, apresenta como uma das características a dimensão do agregador populacional cuja principal orientação decorre do fato de que as pessoas passam a se reconhecer pelo status que ocupa na sociedade, revelando uma relação superficial ou, para utilizar a expressão do autor, “menos profunda” entre os habitantes. Acentua, ainda, nestas características, o anonimato e o caráter transitório das relações que opta por denominar de urbano-sociais, e reforça a compreensão de ser este um modo de vida reconhecidamente pautado pela sofisticação e racionalidade. As relações utilitárias são evidenciadas, considerando que os papéis sociais passam a ser desempenhados para um fim, em busca de um objetivo particular. Um dos problemas apontados por Wirth decorre da tensão entre individualidade e personalidade:

Se, portanto, o indivíduo ganha, por um lado, um certo grau de autonomia e de liberdade relativamente ao controle pessoal e emocional exercido por grupos próximos, por outro lado, perde a expressão espontânea da sua personalidade, a postura moral e a sensação de participação, inerente à vida em sociedade. (WIRTH, 1997, p. 30)

Embora o indivíduo envolva-se do anonimato, não é possível descartar que novas formas de identificação e relação sejam apresentadas. Na praia as formas do corpo que se expõe tornam-se um identificador. Haveria uma forma de modificação de identificação, o que de certa forma elimina a “autonomia e liberdade” que o autor diz ser adquirida.

Referente à densidade como característica, aponta aos afeitos sobre a complexidade das relações, decorrentes da aproximação de variados grupos que compõem a cidade como um mosaico de mundos sociais (1997). Este é um aspecto que requer atenção, pois, da mesma forma que discute o modo de vida urbano, apresenta-o como um agregado de modos de vida, afirmando ser abrupta a transição entre esses mundos. Afirma, ainda, que a justaposição de modos de vida tende a produzir um sentido de tolerância e uma perspectiva relativista (WIRTH, 1997).

A perspectiva analítica de Louis Wirth (1997) possibilita uma percepção da cidade e do urbanismo enquanto modo de vida, considerando que a noção de “modo de vida” torna-se relevante a discussão, uma vez que a pesquisa se direciona ao entendimento da problemática que transita meio a construção de modos e estilos de vida na contemporaneidade, em referência aos espaços públicos e a possibilidade de constituição de um cotidiano alternativo, principalmente em relação a noção de “Cultura Urbana” e a possibilidade outra de um “estilo de vida praiano”.

Todavia, como já colocado, o autor nega quaisquer possibilidades de reconhecimento do urbanismo enquanto processo de industrialização ou de níveis de desenvolvimento capitalista, embora seja perceptível que os fatores apresentados sejam indiscutivelmente relacionados ao desenvolvimento técnico da modernidade. A relevância de correlacionar a cidade ao desenvolvimento técnico assinala-se pela necessidade de eliminar os conflitos analíticos como os de Wirth, quando se evidencia que a cidade é consequência do desenvolvimento técnico-racional da modernidade, podendo ser considerada seu exemplar de domínio e controle da natureza, que é administrado diariamente.

É um caminho possível para problematizar o objeto estudado. Ora, se este outro espaço é compreendido como natural, em oposição tem-se a cidade alicerçada por aspectos técnicos. Desta forma, tem-se de um lado a pretensa natureza a beira-mar e do outro a cidade como expressão do desenvolvimento técnico e correspondendo ao que se entende, para fins deste trabalho, de modernidade. A recorrente oposição entre natureza e cultura não permitiria

compreender ambas as situações, cultura urbana e cultura praiana, as quais são comumente reconhecidas como culturas. Toma-se nesta fase da pesquisa como uma oposição entre técnica e natureza, revelando dois aspectos: 1) por favorecer um olhar genérico sobre as praias, uma vez que o conceito de modernidade técnica tem como característica a universalidade; e 2) revelar, além dos aspectos técnico da cidade, os limites técnicos que a praia pode nos revelar, o que possibilita emergir seus aspectos culturais.

Franz Brüseke, ao questionar o que há de comum nas sociedades modernas de todo o globo, propõe “o conceito da modernidade técnica para evidenciar o que nos parece essencial, isto é, seu caráter técnico, e falamos sobre a emergência desta modernidade para evocar, por um lado, seu advento processual e histórico, e, por outro, seu alto grau de instabilidade e imprevisibilidade” (BRÜSEKE, 2002, p. 135)

E, completa, afirmando que:

A técnica moderna deixou, há muito, de ser simplesmente um meio. Nós pensamos tecnicamente e desocultamos o mundo tecnicamente, supondo que este mundo se deixa reduzir àquilo que denominamos matéria; supondo também um mundo objeto que esteja à espera de que o homem descubra os seus mecanismos internos, para desmontá-lo e recompô-lo ao seu gosto. (BRÜSEKE, 2002, p.140)

A definição de modernidade técnica decorre da própria noção do que é técnico, ambos os conceitos estão relacionados a própria ideia de desocultamento, sendo este entendido como a forma que o homem se relaciona com o mundo. O que se torna interessante para pensar o processo de aproximação do homem à praia, que a revela e nela impõe seu modelo técnico. Acerca deste entendimento, afirma Brüseke que:

Definir a técnica como uma maneira de desocultamento significa entender a essência da técnica como a verdade do relacionamento do homem com o mundo. A técnica não é mais algo exterior e exclusivamente instrumental, mas a maneira pela qual o homem se apropria e aproxima-se da natureza. Esta maneira não é algo fixo, todavia possui temporalidade e, assim, história. Na história das diversas populações, culturalmente distintas, encontramos diferentes modos de desocultamento. Estes, por sua vez, são, na sua diversidade, somente possíveis, porque o Ser permite diferentes maneiras de desocultamento. Em um certo sentido, podemos dizer que o Ser se mostra no processo do seu desocultamento sempre de um ângulo diferente. (BRÜSEKE, 2002, p. 140)

Ao pensar a praia no âmbito desta percepção de modernidade, pode-se, por outro lado pensar o que caracteriza e diferencia as praias em todo o mundo, além de pensar o aspecto da liberdade para além de seu aspecto político no âmbito de cada cultura. Se a técnica caracteriza a realização e definição de um espaço, por outro sugere que equalizar e entender cada sociedade por este aspecto demanda uma análise de aspectos culturais.

Se procurarmos compreender a modernidade como algo essencialmente técnico, evitaremos uma discussão sem parâmetros sobre os ideais iluministas, em que uma boa ideia se opõe a outra. Difícil, embora não impossível, é contestar os paradigmas da modernidade com sua razão centrada no sujeito, sua racionalidade e cientificidade, seu clamor pela igualdade, liberdade e justiça, seu humanismo e sua moralidade universal, sua valorização do direito, da ordem e do progresso da humanidade. (BRÜSEKE, 2002, p.138)

Não seria possível nivelar ou mensurar a liberdade no âmbito da sociabilidade pública se partíssemos de aspectos culturais, mas pode-se abarcar a diversidade e polissemia das praias urbanas contemporâneas quando se percebe o aspecto técnico da modernidade. Seria arbitrário afirmar que o uso do modelo de biquíni “fio dental” em praias cariocas expressaria um maior grau de desejo pela liberdade do que o uso de um “burkíni” em Tel Aviv. No entanto, pode-se afirmar que ambas são expressões de desenvolvimento técnico, na medida em que utilizam artefatos técnicos e pensam tecnicamente na possibilidade de uso de algo que fornece liberdade, comportando particularidade culturais incomensuráveis enquanto àquela que se sente mais livre, ou mesmo livre diante do nível de aprisionamento que a cultura impõe, observa-se, assim, o quanto os aspectos culturais relacionados a religião e a valores sociais estão expressos em ambas situações.

Mesmo a partir desta compreensão generalizante de que o que caracteriza a modernidade é o desenvolvimento técnico e que este tensiona com a natureza da praia, cabe ressaltar que, assim como atenta Louis Wirth acerca da possibilidade de mensuração da urbanidade, o uso da praia a partir da cidade, só poderá ser mensurada a partir de variados elementos culturais que correspondam a dinâmica social que envolve o uso de determinada praia. Ou seja, a praia só pode ser compreendida a partir da análise do contexto sociocultural que está inserida. Se por um lado aponta-se que a cidade põe em marcha o controle da vida econômica, política e cultural, decorre que, no âmbito do desenvolvimento técnico, as configurações sociais não são por elas determinadas, mas correlacionadas à valores culturais, sendo estes delimitados por aspectos religiosos e legais.

Um aspecto relevante para pensar a noção de “Cultura Urbana” em seu processo de expansão, mesmo que não possa ser confundida com a história do urbanismo, pode ser compreendida como uma evolução linear que “corresponde à constituição hesitante, feita de avanços e recuos, daquilo o que chamamos cultura urbana” (FORTUNA, 1997, p. 03). Uma ideia geral de Cultura Urbana a entende “como um campo teórico, centrado em redor de um conjunto específico de práticas sociais mentalidades e estilos de vida que se forjam, comunicam e reproduzem na cidade” (FORTUNA, 1997, p. 04), similar a aspectos apresentados por Wirth, acerca da perspectiva analítica do urbanismo, porém, já expondo elementos de ordem culturais próprias.

No sentido apresentado por ambos, a elasticidade contida na própria noção de “cultura urbana” possibilitaria um encaixe às práticas realizadas na praia como simplesmente urbana. Conquanto, o sonar da praia aparenta ter uma frequência mais intensa e ativa em relação a outros espaços apropriados pelo urbano que se asseguram simplesmente como passivos às suas emissões. Tais tensões promovem uma polifonia na cidade, apresentam-se variados sentidos a uma mesma cidade. Similar à noção de polifonia das cidades de Massimo Canevacci (1997), que afirma, a partir da ideia de polifonia de Mikheil Bakhtin, que a objetiva visualidade da cidade emite uma extrema ambivalência emotiva.

Canevacci (1997) utiliza-se metaforicamente de aspectos cinematográficos na busca de apresentar um instrumento teórico capaz de apreender as variadas cenas urbanas através de suas vozes. Na tentativa de refletir sobre o *ethos* da cidade, congrega perceber as cenas em arquitetura, situações e personagens. Desta forma, ao observa o que considera como cenas urbanas, busca apreender os elementos que a compõem, as quais, as cenas, seriam montadas pela arquitetura, pelos rituais que contemplam a vida urbana, pelas variadas situações decorrentes da vida na metrópole, e, principalmente, sobre os personagens que compõem as cenas da cidade.

Assim como o cinema, para Canevacci (1997) a cidade comunica-se através de vozes, não apenas dos personagens, mas por toda sua estrutura física e simbólica, que provoca uma “irrepresentabilidade simbólica”. A noção de polifonia decorre deste entendimento, cuja cidade expõe variadas vozes de forma simultânea através de suas avenidas, shoppings, lojas: “a cidade em geral e a comunicação urbana em particular comparam-se a um coro que canta com uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, relacionam-se, sobrepõem-se umas às outras, isolam-se ou se contrastam” (CANEVACCI, 1997, p. 07). Sua estrutura de exposição

do pensamento em muito lembra as percepções de Georg Simmel (2007) acerca da metrópole, a qual era compreendida por seus variados estímulos. A metrópole de Canevacci é polifônica pela simultaneidade das diversas vozes, e o seu objetivo é expor teorias e uma metodologia capaz de apreender tamanha diversidade.

Na perspectiva de Canevacci, diante das multiplicidades das vozes, pode-se pensar na praia como mais um elemento fônico da cidade, a qual “falaria” através de seu sistema arquitetônico e simbolicamente singular e com rituais próprios, bem como do seu estilo de vida. O que se coloca em discussão é exatamente a noção difônica da praia, ou seja, o deslocamento que se estabelece simbolicamente entre a praia e a cidade. Nesta perspectiva, a praia se coloca como mais uma voz da cidade polifônica. É, como salienta Canevacci, um objeto de múltiplas formas, um canto de variadas vozes, cuja compreensão seria possível pressupondo que a metrópole expõe intenção comunicativa, legalidade ou ilegalidade e características estéticas comuns, especialmente uma sensibilidade estética. Seguindo o entendimento que a metrópole tem uma linguagem própria, percebe-a como um organismo subjetivo, fomentadora de valores e modelos comportamentais.

A estética da paisagem construída no litoral remete a própria noção de praia. Canevacci permite-nos pensar a possibilidade de assimilação dessa paisagem arquitetônica como praia quando nos fala de memórias afetivas, considerando que se participa da cidade como atores ou espectadores, e assimilamos determinado fragmento da cidade de maneiras próprias:

Uma cidade se constitui também pelo conjunto de recordações que dela emerge assim que nosso relacionamento com ela é restabelecido. O que faz com que a cidade se anime com nossas recordações. E que ela seja também agida por nós, que não somos unicamente espectadores urbanos, mas sim também atores que continuamente dialogamos com os seus muros, com as calçadas de mosaicos ondulados, com uma seringueira que sobreviveu com majestade monumental no meio de uma rua. (CANEVACCI, 1997, p. 22)

Diante da uma fonia diluviana da praia, esta começaria a se estabelecer como um lugar de distinção, além ser elemento de apropriação individual: “este é o meu lugar”⁵⁵. O que

[55] Banhista em entrevista realizada em novembro de 2014.

nos sugere o reconhecimento deste espaço enquanto inserido no cotidiano das pessoas, dos moradores da cidade, e não mais como um lugar outro, de acesso ao mar ou de subversão.

Muitas pessoas estão na praia, considera-se uma das mais contundentes experiências da modernidade de convivência pública, porém, cada um quer seu lugar. Para George Simmel, “os problemas mais complexos da vida moderna decorrem da vontade do indivíduo de preservar a sua independência e individualidade perante os poderes supremos da sociedade” (1997, p. 31). O problema em preservar a independência decorre da base psicológica que a individualidade metropolitana passa a se constituir: “é a intensificação da vida emocional decorrente da mudança brusca e continuada dos estímulos internos e externos” (1997, p. 31). O espaço urbano caracteriza-se pela densidade de estímulos, principalmente os visuais, fazendo com que o indivíduo busque uma reserva mental que inconscientemente traduza em sua individualidade.

Os contextos urbanos, em Simmel, são perturbadores ao “espírito”, isto porque a “metrópole promove estas condições psicológicas contrastantes - em cada atravessar de rua, no ritmo e na variedade da vida social, econômica e ocupacional” (1997, p. 31). Em contraste a esta percepção, a praia parece permitir uma fuga a estes estímulos, resguardado pelo horizonte do mar, porém não menos perturbador diante das relações de consumo que afetam a faixa-de-areia. Não hesitaria, por esta perspectiva, em afirmar que a praia corresponderia, em seu contexto natural, ao sossego necessário ao espírito de quem direciona seu olhar e sua mente ao mar, o que faria resvalar qualquer conturbação urbana que se impõe à praia pela cidade.

Para Mike Featherstone, a sociedade, em decorrência dos processos de urbanização, estrutura-se em princípios mercadológicos, definindo-se no âmbito de uma “cultura de consumo”, o que envolve um foco duplo: “em primeiro lugar na dimensão cultural da economia [...] os bens como comunicadores e não apenas como utilidades; em segundo lugar na economia dos bens culturais [...] que opera dentro da esfera dos estilos de vida” (FEATHERSTONE, 1997, p. 122). Nesta perspectiva, similar aos demais autores, quanto central ao desenvolvimento econômico como estímulos à vida urbana, entende e apresenta que o consumo “não deve ser compreendido apenas como consumo de valores de uso, de utilidades materiais, mas primordialmente como consumo de signos (FEATHERSTONE, 1997, p. 122).

Dentre todos os aspectos, da cidade deve-se falar pela observação do cotidiano trilhado pelos seus moradores diariamente, pela discursividade das ações e pela interação

lúdica. Não se descarta os aspectos mencionados, dando luz às novas interações, que possibilitará nas interpretações da cidade, diferentemente das recorrentes análises sobre as cidades, que como saliente Fortuna (2009), na maioria das vezes restringem-se a análises dos centros urbanos e dos seus processos econômicos, as quais eliminam outros espaços e outras perspectivas de análise das cidades, como a ritmanálise (LEFEBVRE, 1992) e *affective turn* (CLOUG; HALLEY, 2007).

Ao considerarmos os aspectos relacionados ao desenvolvimento técnico da modernidade, assinalado por Brüseke (2002); a evidencia sobre a cidade de Canevacci (1997), o qual afirma a visualidade que emite uma extrema ambivalência emotiva; e, ainda, a cidade valorativa de Simmel, que identifica a intensificação da vida emocional decorrente da mudança brusca e continuada dos estímulos internos e externos, seria conveniente a pesquisa pensar a “cultura urbana” enquanto a expressão máxima do desenvolvimento técnico, um design que expressa a racionalidade, o cálculo e a contingência nas relações humanas. Seria esta uma cidade percebida enquanto modelo de desenvolvimento tecnológico que agrupa uma ordem de fluxos orientados pelo “desejo”.

É nesta perspectiva de entendimento da cidade que se guia a compreensão da praia que é margeada por esta, e como, percebe-se, passa a comportá-la. E, mais do que isto, a praia torna-se parte desta cidade, deixando o questionamento acerca das sociabilidades desta praia, que é natureza na cidade. Inicialmente passa-se a percebê-la, ao que a análise desperta, como espaço de lazer, o que de fato se revela inicialmente diante desta cidade é apenas mais um ambiente voltado ao lazer. Nesta perspectiva avança-se quando se analisa a noção de lazer e do próprio lazer praiano, atribuindo elementos do que foi exposto até o momento para problematizar a partir da noção de lazer praiano sua relação com a cidade polissêmica.

O efetivo reconhecimento da aproximação da praia à cidade, permite olhar para a faixa-de-areia a partir da observação de elementos que pressupõem a dinâmica que configura a vida na sociedade moderna através do lazer. O lazer se configura como uma modalidade que pode refletir ou muito dizer sobre a cidade que vivemos. Neste sentido, questiona-se que tipo de cidade tem no lazer seu modelo de liberdade?

Analisar a praia é, em parte, perceber uma dinâmica reconhecidamente voltada ao lazer, embora esta mesma praia comporte relações de trabalho, as quais são necessárias a sua própria manutenção, aspecto que será retomado no último capítulo. No entanto, a praia

apresenta-se prioritariamente e indubitavelmente como espaço de lazer. Desta forma, analisa-se em que medida a ideia de lazer na contemporaneidade pode contribuir para pensar o modo de vida urbano do qual decorre a convivência que se estabelece na faixa-de-areia. O que nos revela uma cidade que corresponde a uma dinâmica exaustiva, cuja noção de liberdade em muito está relacionada a possibilidade de realização de atividades de lazer.

Libertar-se de uma “sociedade do cansaço”, de uma cidade exaustiva, tem como possibilidade de fuga a praia. Byung-Chul Han (2010) entende que vivemos em uma sociedade de produção e de atividade, a qual produz um cansaço e um esgotamento excessivo. São estes estados psíquicos caracterizados por um mundo pobre em “negatividade” e dominado pelo excesso de positividade: “o aumento excessivo de produção leva ao enfarte da alma” (p.52). Para o autor, tais estados produzem cansaços individuais que têm como consequência o isolamento e a separação. Entende este cansaço como mudo, alienante e que se abre para o “eu”. Curiosamente, revela o autor, que o cansaço pode ser verificado por dois aspectos, o cansaço de inspiração e o cansaço de esgotamento. Salienta que: “o cansaço fundamental não tem nada a ver com o estado de esgotamento que inibe toda e qualquer iniciativa individual” (HAN, 2010, p.53). Pelo contrário, diferentemente da ideia de imobilidade e prostração, afirma que o cansaço pode na realidade ser “apresentado como uma faculdade especial, em cansaço que inspira, que deixa brotar o espírito” (HAN, 2010, p.53). É desta perspectiva de cansaço que a tese expõe a praia, isto na medida que percebe a cidade como inspiradora do indivíduo ao desejo de libertar-se pela praia, não apenas pela praia, mas pelas possibilidades de atividades de lazer, tendo a praia características que a fazem despontar como o ambiente mais significativo de lazer da contemporaneidade, afinal a praia pode ser considerada também como um lazer de baixo custo e acessível.

Nesta perspectiva, o cansaço enquanto inspiração, o qual será compreendida pelo autor como “inspiração do cansaço”, é compreendido como o “não-fazer”: “O cansaço habilita o homem para um não-fazer especial, para um não-fazer sereno. Não se trata de um estado que torne todos os sentidos embotados. Na realidade, através dele desperta uma visibilidade especial” (HAN, 2010, p.54). Seria este o estado da potência negativa, do não-fazer que inspira a fazer outra coisa. Por outro lado, o cansaço associado ao esgotamento, conclui o autor, está relacionado a um cansaço da potência positiva, que torna o homem incapaz de fazer algo.

Na cidade exaustiva que se apresenta entre o desenvolvimento técnico e a apropriação de todas as suas margens, principalmente àquelas que se compõem pela natureza,

decerto, na perspectiva de Han (2010) apresentaria, em relação a praia, uma potência negativa, ou seja, a cidade que se expõe por uma dinâmica que cansa o homem e o faz desenvolver uma inspiração pela busca de algo que o possibilite um afastamento daquilo que o exaure. Neste sentido, o lazer emerge como alternativa, e no âmbito deste lazer, a praia se apresenta.

Nas Ciências Sociais, o lazer é analisado em uma vasta bibliografia que condensa discussões sobre trabalho, tempo livre, tempo liberado, tempo desocupado, tempo de lazer, semilazer ou mesmo tempo-orçamento. De certa forma, o trabalho, no âmbito da problemática colocada nesta tese, presume-se como dinâmica cotidiana do ambiente denominado “cidade”, ou, ao menos, compreendido de uma configuração que exponha obrigações produtivas.

Quando o indivíduo não está ocupado com o tempo de trabalho, resulta no que se considera como tempo livre. Pode-se perceber que a diferença do tempo de trabalho e determinadas ocupações no tempo livre resulta em tempo de lazer, o qual interessa. Afinal, *priori*, a praia que se estuda é a praia voltada ao lazer e de convivências que são estabelecidas no âmbito do tempo livre. Torna-se importante ressaltar que o tempo de lazer é resultante não apenas do tempo livre, mas também do direcionamento do tempo total que se tem, ou seja, daqueles que não dispõe de trabalho ou de tempo de trabalho.

Atenta-se, por considerar controverso em determinadas bibliografias, que a categoria “turismo” decorre, não do tempo livre, mas do tempo de lazer, realocado como atividades de lazer, importa destacar que entende-se que o turismo é um processo de industrialização ou promoção do lazer e uma tentativa de apropriação cada vez maior do tempo livre para o lazer. Considerando a correlação do turismo à cidade, pode-se reconhecer que o mesmo busca a produção de uma imagem a partir de um imaginário, que neste caso, reafirma a percepção do Brasil como um paraíso (GOMES, 2009). Neste sentido, a cidade busca na praia a consolidação de uma imagem que a informa como um paraíso brasileiro.

Mas, o que é o lazer? Para Dumazedier (1979), que faz uma observação do lazer a partir do trabalho, esta não é uma questão tão simples de ser respondida. Isto porque, confunde-se aspectos anteriores do lazer que não condizem com a noção de lazer na contemporaneidade. Primeiramente porque se entende que o homem sempre experienciou o lazer e, segundo, porque não se sabe ao certo o que é o lazer nas análises sociológicas que, segundo o autor, são dispersas: “após um século e meio, os sociólogos ainda não conseguiram entender-se, nem sobre a

dinâmica, nem sobre as propriedades específicas do fenômeno "lazer", nem sobre suas principais implicações” (DUMAZEDIER, 1979, p. 20).

Inicialmente, o autor destaca a impossibilidade de associação de quaisquer vinculações da noção de lazer às sociedades arcaicas ou pré-industriais. Afirma que nas sociedades arcaicas o trabalho e as atividades de jogo estavam integrados ao trabalho, sendo através destas atividades que o homem se relacionava com o mundo dos ancestrais. Era este o momento em que não se apresentavam distinções ou segmentações entre diferentes atividades, o que o leva a afirmar que não havia uma clara oposição entre trabalho e lazer. Enquanto que nas sociedades pré-industriais o lazer, assim como o trabalho, se inscrevia pelos ciclos naturais das estações e dos dias, a sua intensidade era determinada por períodos bons ou ruins. Além de não haver uma nítida distinção entre trabalho e repouso. (DUMAZEDIER, 1979)

Por outro lado, também descarta a possibilidades de o ócio dos filósofos gregos estar associado ao lazer. Primeiro porque não se define pelo trabalho: “Ele [ócio] não é nem um complemento nem uma compensação, é um substituto do trabalho” (DUMAZEDIER, 1979, p. 27). E, segundo, porque “o lazer não é a ociosidade, não suprime o trabalho, o pressupõe” (DUMAZEDIER, 1979, p. 28).

Considera-se desta forma que o lazer pressupõe uma dinâmica social específica. Dumazedier elenca duas condições necessárias ao se falar em lazer, as quais só coexistem nas sociedades pós-industriais, o que reforça, ainda, o conceito de lazer inaplicável às sociedades arcaicas e pré-industrial:

A) As atividades da sociedade não mais são regradas em sua totalidade por obrigações rituais impostas pela comunidade. Pelo menos uma parte destas atividades escapa aos ritos coletivos, especialmente o trabalho e o lazer. Este último depende da livre escolha dos indivíduos, ainda que os determinismos sociais se exerçam evidentemente sobre esta livre escolha.

B) o trabalho profissional destacou-se das outras atividades. Possui um limite arbitrário, não regulado pela natureza. Sua organização é específica, de modo que o tempo livre é bem nitidamente separado ou separável dele. (DUMAZEDIER, 1979, p. 28)

Desta forma, o trabalho passa a ser condição necessária a realização do lazer, um pressupõe o outro. Karl Marx considera o trabalho uma necessidade primeira, a humanização deste trabalho só seria possível com a conquista do tempo livre (espaço de desenvolvimento

humano), sendo este atingido com a apropriação coletiva das máquinas. Seria este tempo liberado do trabalho que possibilitaria a superação da antinomia entre trabalho e lazer na busca da realização do homem total. Auguste Comte e C. Proudhon desenvolveram concepções diferenciadas de Karl Marx acerca do lazer, porém para Dumazedier: “todos atribuíram a mesma importância à conquista do lazer pelo progresso técnico e pela emancipação social. Todos associaram o desenvolvimento do lazer ao progresso da cultura intelectual dos trabalhadores e ao aumento de sua participação nos negócios da cidade” (DUMAZEDIER, 1979, p. 20).

As relações de lazer no século XX, segundo o autor, seriam muito mais complexas e ambíguas. Dumazedier evidencia que o primeiro panfleto a favor do lazer dos operários, escrito por P. Lafargue contra a mística do trabalho, impõe uma questão que perdura até o nosso tempo: se seria o trabalho um meio ou um fim. Porém, embora nos Estados Unidos T. Veblen (1889) se dedicasse a uma “sociologia do lazer”, revelando mais o ócio das diferentes classes do que o lazer, para Dumazedier, a temática só passa a ser evidenciada a partir das décadas de 20 e 30 do século seguinte:

Na U.R.S.S., uma política de organização dos lazers é acompanhada por pesquisas sobre os "orçamentos-tempo", sob o estímulo de Strumiling. O Bureau Internacional do Trabalho de Genebra organiza, em 1920, o 19 Congresso Internacional acerca do Tempo Livre dos Trabalhadores; trezentos membros de dezoito nações participam dele. A necessidade de uma organização dos lazers é colocada como corolário da diminuição do tempo de trabalho. São empreendidas enquêtes nos Estados Unidos. Em Middletown, R. e H. Lynd reservam um largo espaço ao estudo dos lazers tradicionais, dos lazers modernos e da organização dos lazers. Em 1934 surge a primeira grande enquête centrada no lazer, a de Lundberg e Komarowsky. (DUMAZEDIER, 1979, p. 20).

Este último seria, para o autor, um marco no início da sociologia do lazer. A análise apresentava o lazer em oposição às atividades caracterizadas, por Lundberg e Komarowsky, pelo seu de alto grau de obrigatoriedade e necessárias a vida humana. Dumazedier apresenta um interessante percurso da sociologia do lazer, embora tenha ele mesmo atingido a posição de sistematizador de uma “sociologia do lazer”. Os estudos percorrem caminhos que relacionam o lazer, inicialmente, ao trabalho, mas perpassam por discussões relacionadas à família, ao status de mulher, a jovens, religiões, cultura, vida cotidiana e sistema de valor (DUMAZEDIER, 1979).

A problemática ainda decorre da relação quantitativa do tempo livre. Tinha-se, então, um cenário de demandas por mais tempo livre e discussões acerca do que se fazer no tempo livre. Se por um lado alguns autores entendiam a necessidade do aumento do tempo livre, outro entendiam desnecessário, considerando o fato de que o trabalhador aproveitava seu tempo livre para outros trabalhos, seria esta a oportunidade de complementar a renda com os “bicos”⁵⁶:

De um lado, a sociedade pós-industrial ou científico-técnica, apesar do aumento de possibilidades de tempo livre, não será para todos uma sociedade marcada pelo tempo livre. Uma parte dos trabalhadores, seja porque o trabalho é para eles fonte de criação cultural, ou de responsabilidade social, seja porque as necessidades de consumo as mais fortes, seja por desinteresse para com as atividades do tempo livre, assumirão jornadas, semanas, longos anos de trabalho como na sociedade anterior. (DUMAZEDIER, 1979, p. 35)

Uma atividade realizada em momento de não-trabalho, ou de semitrabalho, corresponderia além do “bico”, às atividades familiares e religiosas. E, quando voltado à “função recreativa familiar” a noção de lazer ser-lhe-ia menos útil. As demandas impostas pela família necessitavam da ação do trabalhador em seu momento livre. Este é um debate que se amplia na década de 70 ao protagonismo da mulher diante de tais obrigações, discutindo-se não apenas as duplas jornadas de trabalho das mulheres, como também, o compartilhamento dos homens nesta dupla jornada. No entanto,

Hoje, após os progressos das técnicas do trabalho doméstico, do controle da natalidade e da ação dos novos movimentos de libertação das mulheres e dos jovens, este direito ao lazer se afirma explicitamente em substituição a uma parte das antigas obrigações domésticas, conjugais, familiares; para muitos, o tempo em que o poeta podia descrever ‘o dever de uma esposa é parecer feliz’ (Destouches) parece já estar distante. (DUMAZEDIER, 1979, p. 45)

Neste sentido, o tempo de libertação do trabalho é triplamente destinado às obrigações domésticas, conjugais e familiares. No entanto, pautar uma percepção da família com fim nela mesma seria, segundo Dumazedier, um impedimento à compreensão dos movimentos de libertação feministas e de domínios autoritários, os quais não derivariam de uma supressão dos deveres familiares, mas ao contrário a reivindicação de limites.

[56] O termo bico no Brasil está associado a realização de um trabalho temporário ou a pequenos serviços.

No âmbito religioso, Dumazedier afirma que em “todas as sociedades industriais avançadas, para a grande maioria da população, é fato que a extensão do tempo livre é acompanhada de uma regressão do tempo dedicado às atividades controladas pela autoridade religiosa” (DUMAZEDIER, 1979, p. 47). Assim, os trabalhadores têm mais autonomia diante das atividades a serem realizadas no tempo livre, ao menos em relação a determinações institucionais, como no caso da igreja.

Diante do que se apresenta, fica evidente que no trabalho há autoridade, e que o tempo livre pressuporia a ausência deste. No entanto, observa-se que as ocupações familiares e religiosas também pressupõem autoridades, e, juntamente com estas, a existência de normas e limites estabelecido. Assim, ambas situações de ocupações do tempo livre evidenciam a autoridade, na medida em que o lazer, ou seja, o espaço de tempo livre que não corresponde nem a família e nem a religião, também podem pressupor a inexistência de autoridade: Seria possível afirmar que no tempo livre voltado ao lazer afirma-se sobre a ausência de autoridades?

Dumazedier afirma que há um aumento no número de atividades escolhidas pelo próprio indivíduo. Esta afirmação torna-se dúbia. O que o autor está considerando não é mais o direcionamento diante da utilização do tempo, seja pela autoridade familiar ou religiosa, mas pressupondo a escolha do que fazer neste tempo livre. Assim, não eliminaria necessariamente a autoridade do tempo dedicado ao lazer, apenas entenderia que a direção ao que fazer no tempo livre se daria pelo próprio indivíduo, o que não sugere ser o lazer desprovido de autoridade, os quais podem surgir através de dispositivos de controle de autoridades, que, como veremos, podem estar difusos e, de certa forma, tolerante nos espaços de lazer.

O lazer é tomado como um processo de laicização do tempo livre, o qual, segundo o autor, não há que se duvidar que, diante das possibilidades de utilização do tempo livre, foi o lazer aquele que mais aumentou. Desta forma, compreende que o tempo livre, o qual contém-se de tempo de lazer é “o resultado de um progresso da produtividade, proveniente da aplicação das descobertas científico-técnicas” (DUMAZEDIER, 1979, p. 55). Obviamente que esta percepção não resulta em uma lógica pura, mas como argumenta o autor, é fruto de reivindicações e problematiza-se para além do tempo livre do trabalho, mas do trabalho doméstico e familiar.

Dumazedier apresenta a hipótese de que “o lazer é resultado de dois movimentos simultâneos: a) o progresso científico-técnico apoiado pelos movimentos sociais que libera uma

parcela do tempo de trabalho profissional e doméstico; b) a regressão do controle social pelas instituições básicas da sociedade (família, sócio-espirituais e sócio-políticas) que permitem ocupar o tempo liberado principalmente com atividades de lazer” (DUMAZEDIER, 1979, p. 53).

Neste sentido, entende-se que o lazer decorre do progresso técnico e da diminuição do controle familiar. Enquanto o desenvolvimento de técnicas de industrialização forneceu mais tempo ao indivíduo, inclusive relacionado ao esgotamento físico, cujas máquinas favoreceram melhores condições para manutenção da saúde do corpo; a diminuição do controle permitiu ao indivíduo maior possibilidade de escolha de atividades a serem realizadas no tempo livre, o que só fez aumentar o tempo voltado ao lazer. Atenta-se, ainda, como já colocado, a partir da hipótese do autor, que o aspecto autoridade volta-se a um relaxamento às demandas ou obrigações diárias, o que pressupõe que o trabalho e a família são dotados de autoridade, deixando-nos a obscuridade de interpretar a ausência de autoridades durante o lazer.

O autor entende que o lazer dar-se em decorrência de uma demanda de foro privado, mas não, necessariamente, quando esclarece que tais demandas partem de movimentos sociais, os quais questionam o autoritarismo que “ameaçam a liberdade e o que chamamos de ‘vida privada’, que inclui o lazer” (DUMAZEDIER, 1979, p. 56). O autor apresenta uma certa confusão ao afirmar que as demandas privadas decorrem da conquista de movimentos sociais, ou mesmo quando entende tais movimentos como sendo de foro privado, evidenciando uma total relação com as demandas individuais dos trabalhadores.

Dumazedier (1979), volta a questionar, quando ressalta que a maior parte do tempo livre é destinada ao lazer, se não haveria uma força positiva que orientasse a este fim, ou seja, a esta predisposição de ocupar a maior parte do tempo livre com o lazer. Questiona, assim, qual a fonte desta atração ao considerar o momento pós-industrial, desconsidera caminhos que afirmam a heterogeneidade das ações ou mesmo o aspecto fantasioso e de modismo. Diante disto, opta por seguir o caminho da construção do conceito de lazer para identificar às forças que o orientam. Para tanto, entende-o por seus limites, seja de suas estruturas internas ou mesmo de suas estruturas externas.

Neste sentido, buscando entender de onde emerge a força que orienta a demanda pelo lazer, entende que uma:

nova necessidade social do indivíduo a dispor de si para si mesmo, gozar de um tempo cujas atividades antigamente eram em parte impostas pela empresa, pelas instituições sócio-espirituais, sócio-políticas e familiares. Como a necessidade de um trabalho prolongado se faz sentir menos, como o controle das instituições constitutivas da sociedade é menos extenso, um tempo marginal é liberado: sua razão de existir não é mais o funcionamento de uma instituição, mas a realização do indivíduo (DUMAZEDIER, 1979, p. 57).

E, completa com uma citação de R. Richt de que “na sociedade do lazer a subjetividade do indivíduo torna-se em si mesma um valor social” (DUMAZEDIER, 1979, p. 57).

Desta forma, o lazer constitui uma expressão de direcionamentos impostos pelo próprio indivíduo. Diferentemente da percepção de Han (2010) que entende a possibilidade de a cidade ser o centro propulsor da demanda de lazer, ou mesmo capaz de esgotar o indivíduo que não buscará nenhuma outra atividade para fazer em seu tempo livre. De outro modo, Dumazedier toma como hipótese central o entendimento de uma nova norma social que constitui o indivíduo, sendo ela, a realização e expressão de si mesmo, não sendo, assim, a finalidade do indivíduo a eficiência técnica, a religião ou engajamento político. (DUMAZEDIER, 1979).

O lazer, defende Dumazedier, deve ser estudado pela sociologia tanto em “relação a libertação do trabalho familiar quanto em relação a libertação do trabalho profissional” (DUMAZEDIER, 1979, p. 236). Esta afirmação nos insere no centro da discussão da tese, uma vez que considera-se à pretensa liberdade necessária àqueles que estão submetidos às obrigações diárias, e ainda, que a mesma pode resultar em espaços voltados ao lazer. Decerto estar na praia corresponde, por esta perspectiva, estar livre, seja do trabalho profissional e, o mais questionável, trabalho familiar. No entanto, questiona-se o que é estar livre neste espaço que pressupõe a ausência de obrigações. O lazer deixa de ser visto como uma possibilidade de melhoria do trabalho e passa a ser visto sob a perspectiva do “florescimento pessoal”, torna-se de domínio da vida privada e passam a ser moldados pelas leis de mercados e criticados pelos movimentos sociais (DUMAZEDIER, 1979).

A mudança de perspectiva que torna o lazer uma atividade privada e revela a noção de “qualidade de vida” enquanto referencial analítico para além da noção de “estilo de vida”, faz retomar a discussão para se pensar em que medida um espaço de lazer é capaz de definir e moldar um “estilo de vida” ou mesmo proporcionar uma “qualidade de vida”. Dentre a noção

de lazer e de uma suposta qualidade de vida, espaços são designados como detentores desta capacidade, a de promover o lazer. Mas quais seriam estes espaços? Diferentemente da busca pela excitação que levavam os viajantes à novas experiências em cidades e aldeias diferentes, Luís Batista (2005), argumenta que a existência de espaços lúdicos nas cidades “faz-se em directa relação com a existência de promotores dessas iniciativas e da criação de um mercado alargado e permanente de consumidores” (p.94). Ou seja, seriam estes espaços tornados lúdicos em decorrência de uma demanda econômica sistemática, inclusive acerca do turismo de “sol, praia” (BATISTA, 2005). Esta perspectiva apresenta os “promotores” como sendo os fomentadores da ludicidade da cidade. A assertiva não encontra equívocos até o momento em que espaços vazios são transformados em espaços de lazer, como por exemplo um parque aquático, que é construído em um espaço vazio para tal fim, o mesmo não pode ser dito sobre a praia, cuja utilização dar-se por um processo de apropriação que apenas depois utiliza-se desses usos para promovê-la turisticamente.

A ideia de lazer enquanto oposição ao trabalho também é questionada por Norbert Elias (1992), ao considerar que oposição se dar entre trabalho e “tempo livre”, sendo este último dividido entre atividades outras que não o lazer, tais como, os cuidados com a família, sendo o lazer caracterizado pela “diminuição da rotina”, momento em que o indivíduo poderia se submeter a uma atividade “nova”, estariam então, assim, na “busca pela excitação” (ELIAS, 1992). Elias apresenta cinco elementos que compreenderiam o tempo livre, os quais dividem-se em trabalho privado e administração familiar, repouso, provimento das necessidades biológicas, sociabilidade e atividades miméticas ou de jogo (ELIAS & DUNNING, 1992).

Assim como em Batista, pode-se perceber as limitações apresentadas por Elias e Dunning quando expõem os elementos componentes do tempo livre: 1) porque não são distinguíveis enquanto necessidade e possibilidade; 2) e, dentro das possibilidades não se distingue desejos e obrigações. Ou seja, cada elemento disposto no tempo livre carrega condições que podem ser elencados enquanto necessidade, o que leva a questionar se este mesmo estaria na condição de tempo livre. As necessidades biológicas, por exemplo, podem estar condicionadas às necessárias.

As sociabilidades, miméticas ou de jogo, compreende as atividades de jogo que pressupõem uma sociabilidade. Tais sociabilidades desenvolvem-se em variados espaços da cidade, para além dos forjados por promotores da ludicidade. Sabe-se que entre os mais procurados estão os shoppings, ou seja, os espaços de sociabilidade pública fechados. No

entanto, a praia ainda continua sendo pródiga em termos de atração do tempo voltado ao lazer, as faixas-de-areia em variadas parte do globo comportam milhões de frequentadores durante todo o ano. Embora se reivindique uma sociologia dos espaços em que se desenvolvem o lazer, ou mesmo uma sociologia própria do lazer, e da mesma forma uma percepção exclusiva do lazer correlacionadas a outros âmbitos analíticos da sociologia como a política, o trabalho e a economia, ainda se verifica uma recorrência nos trabalhos que se dedicam a análise do lazer a partir do turismo ou, ainda, subordinados às análises sobre o trabalho.

Tenta-se pensar o lazer a partir de uma análise que componha questionamentos típicos da sociologia, o que revela uma abordagem muito mais complexa, não fazendo do campo em questão uma sociologia específica, ou seja, uma sociologia do lazer. Desta forma, já compreendendo o lazer enquanto um aspecto da modernidade e sabendo da possibilidade de estes espaços voltados ao lazer serem fruto de “promotores” ou não, questiona-se quem são estes frequentadores e o porquê deste tempo livre acabar sendo voltado em sua maior parte ao lazer.

Desta forma, a obviedade da afirmativa acerca dos frequentadores, de serem estes, aqueles que estão em tempo livre, não responde de forma sociológica o questionamento, nem possibilita pensar a complexidade que é delimitar ou restringir tais usuários. No Brasil, os trabalhos que se dedicam a análise do turismo ou mesmo que se destinam a pensar o tempo de lazer, verifica-se uma expressiva aceitação dos estudos que delimitam, não apenas os usuários, como também os espaços de lazer, por uma perspectiva de “classes sociais” e a disputa realizada pelos ocupantes destas classes na configuração das sociabilidades, o mesmo que se repete nas análises sobre o litoral.

Isto não é de se estranhar quando consideramos a vinculação do lazer ao tempo do não-trabalho. Todo o pensamento e reflexões orientam-se pelo viés antagônico entre burgueses e proletariados. Verifica-se o gosto de determinada classe e o uso desta de determinado espaço, e os conflitos quando as classes estão sujeitas a ocuparem o mesmo espaço. Desta possibilidade do compartilhamento de espaços comuns por classes diferentes, cria-se, por exemplo, a ideia de praia “democrática” ou mesmo limita o que poderia ser uma reflexão mais dinâmica do objeto observado.

No âmbito destas discussões, há uma recorrência na observação da sociedade a partir da análise dos “*habitus*” e “gostos” presentes na teoria de Pierre Bourdieu (2007), a qual

evidencia uma análise estanque, pelo olhar de pesquisadores, que não abarca sua dinâmica e que, ao contrário, insiste em verificar as evidentes disputas econômicas e aposta na utilização do espaço como um fim em si mesmo. Pressupõe, ademais, que todos experimentam e determinam seus prazeres, o que possibilita a delimitação da sociedade pela aquilo que se consome.

Esta seria uma abordagem estética da dinâmica social, a qual é tomada enquanto categoria de análise que encontra significativa expressão na “teoria das práticas” de Pierre Bourdieu. Embora o reconhecimento do objeto empírico por ora colocado, a praia, exija uma reflexão voltada à evidenciação ou busca pela objetivação de uso, que em muito expressa a subjetividade em desejos individuais, não se toma Bourdieu como base teórica. A propósito do descrito, as pretensões de Bourdieu decorrem da intenção de dirimir a dicotomia indivíduo e sociedade que estão presentes no âmbito do estruturalismo. Ao mesmo tempo, o autor enfatiza a realização da sociedade a partir do capital cultural adquirido, o que coloca a formação individual como condicionante de suas práticas: “A hierarquia socialmente reconhecida das artes - e, no interior de cada uma delas -, dos gêneros, escolas ou épocas, corresponde a hierarquia social dos consumidores. Eis que predispõe os gostos a funcionar como marcadores privilegiados da "classe"” (BOURDIEU, 2007, p. 09). E afirma que:

De fato, por intermédio das condições econômicas e sociais que elas pressupõem, as diferentes maneiras, mais ou menos separadas ou distantes, de entrar em relação com as realidades e as ficções, de acreditar nas ficções ou nas realidades que elas simulam, estão estreitamente associadas às diferentes posições possíveis no espaço social e, par consequinte, estreitamente inseridas nos sistemas de disposições (*habitus*) características das diferentes classes e frações de classe. O gosto classifica aquele que procede a classificação: as sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas” (BOURDIEU, 2007, p. 13).

Bourdieu (2007) não apresenta dúvidas quanto ao seu entendimento acerca da escolha do gosto como elemento capaz de explicar as determinações e dinâmicas da sociedade. Uma percepção crítica das experiências, a partir do gosto, de determinadas classes implica, para ele, em uma hierarquização de efetivação da sociabilidade contemporânea. Além, claro de promover a arte a uma condição indiscutível, cujo autores expressivos da escola da Frankfurt já problematizavam diante do avanço técnico. Bourdieu parece desconsiderá-los quando afirma que:

A negação da fruição inferior, grosseira, vulgar, venal, servil, em poucas palavras, natural, que constitui como tal o sagrado cultural, traz em seu bojo a afirmação da superioridade daqueles que sabem se satisfazer com prazeres sublimados, requintados, desinteressados, gratuitos, distintos, interditados para sempre aos simples profanos. É assim que a arte e o consumo artístico estão predispostos a desempenhar, independentemente de nossa vontade e de nosso saber, uma função social de legitimação das diferenças sociais. (BOURDIEU, 2007, p. 14)

O autor questiona a estética e a arte enquanto conceitos difusos e se propõe a investigar o que o estatuto de ambas poderiam nos dizer sobre o social que, segundo Bourdieu, são materializações. O delineamento teórico de Bourdieu não permita avançar analiticamente no objeto empírico em questão, considerando o aspecto do enrijecimento teórico. Bem como, a presunção do "gosto" que pressupõe experienciar ou um escalonamento de "gostos" determinados e o acoplamento às classes. No entanto, ao contrário, busca-se evidenciar a difusão das ações à beira-mar e sua incompletude diante do olhar do pesquisador, que revelam na diversidade das ações aos variados “desejos” pela liberdade como delineador da estética da praia.

A abordagem de Bourdieu admite a estética enquanto determinação da subjetividade individual a partir da análise do "gosto". No entanto, entende-se que o autor pressupõe que há, na base da noção de "gosto", a experiência prévia ou o acúmulo de capital cultural, o que direcionam grupos e os coligam naquilo que pressupõe "gostar". Neste sentido, busca-se para a compreensão da noção de "praiano", as distinções estabelecidas no âmbito filosófico sobre arte e estética, que se cindem na tentativa de se falar sobre aquilo que se observa e não a partir de análises que iluminam o que se vê. Neste primeiro capítulo a perspectiva estética decorre exatamente deste entendimento final, buscou-se no âmbito das narrativas sobre a praia, estabelecer a estética da praia em determinados momentos. Porém, para avançar na análise da praia na contemporaneidade, exige um olhar voltado para o que se observa na atualidade e não um olhar iluminado por teorias que podem ofuscar a realidade.

Neste sentido, considerando o que foi analisado neste primeiro capítulo, pode-se concluir que uma análise sobre os usos da praia exige, inicialmente, um entendimento do processo de reconhecimento do ambiente litorâneo enquanto praia e as tensões estabelecidas com os valores que emergem na cidade urbanizada. Desta forma, evidencia-se um melhor diálogo entre a natureza da praia e a técnica, enquanto expressão no urbano, que avança a faixa-

de-areia e impõe-se enquanto modelo de se estar na praia, resguardando uma problemática acerca do entendimento de ser uma cidade urbana, que é contornada por uma praia, adjetivada como praiana. Pode-se, ainda, compreender a praia como um espaço de lazer da cidade, a qual se entende polifônica, capaz de abarcar toda e qualquer manifestação, sendo esta uma caracterização do urbano, o urbanismo, enquanto modo de vida, é a expressão de um conjunto de práticas distintas, que não estão necessariamente relacionadas a questões de classes econômicas ou de gostos, mas de desejos que têm como fonte de dispositivos o cotidiano de obrigações gestado na cidade moderna.

Dito isto, diante da análise do processo de aproximação da cidade à praia, segue-se, no próximo capítulo, à faixa-de-areia, aporta-se na praia que é urbana e busca-se apreender as práticas que nela se apresentam. Seriam estas as práticas que sustentam a afirmação da existência de uma “cultura praiana” e que se amplia a um “estilo de vida praiano”. Neste sentido, questiona-se sobre a dinâmica que se estabelece em uma praia que circunda uma cidade. As tensões foram dirimidas diante da aproximação da cidade à praia, afinal não seria praia parte da cidade? Quais são os aspectos que possibilitam diferenciar as práticas praianas das práticas urbanas? Dentre outros aspectos, a análise da faixa-de-areia apresenta uma sociedade que, antes mesmo de experimentar, deseja, que mesmo depois de gostar, deseja, e que mesmo estando na praia, deseja. A praia se apresenta como a expressão de desejos que encontram nela a retroalimentação necessária para que se deseje mais.

CAPÍTULO 2 AS PRÁTICAS PRAIANAS NA CONFIGURAÇÃO PRAIA

O processo de aproximação da cidade à praia e o estabelecimento dos usos sociais na beira-mar informam sobre uma relação do corpo com a praia, na qual o corpo assume recortes compreensivos relacionados à ocupação do espaço e à sensualidade, é por ele que se identifica dois dos mais significativos aspectos relacionados à praia: o desnudamento e a exposição. A história aqui descrita narra primeiramente uma relação de um desejo pela cura e, posteriormente, segue-se ao desejo pelo lazer que o ambiente da praia proporciona. Em ambas situações, verifica-se que há algo em comum, ou seja, o desejo de afastar-se do ambiente das cidades.

Diante disto, entende-se que a praia que aportamos agora, é àquela que amplia suas possibilidades de usos e de significados. Esta é a praia que não parece curar apenas corpos, mas também mentes. Expressões de desejos que comportam uma vasta história, como já alertava Juvenal, poeta romano, acerca do que as pessoas deveriam desejar em suas orações: *Mens sana in corpore sano*⁵⁷. A frase apresenta aspectos interessantes para pensar a praia na contemporaneidade, que em muito difere do tempo de Juvenal. Antes havia uma passividade do homem que aguardava, de forma pacífica, a escolha dos deuses de sua condição. Eram os deuses que determinavam a sanidade de sua mente e de seu corpo, restaria ao homem aceitar tais determinações e desejar que os deuses lhe garantissem corpos e mentes com capacidade de suportar as mazelas da sociedade. Atualmente, uma pequena condensação da frase projeta diferenças no sentido, hoje fala-se em “mente sã e corpo sã”, na qual o desejo evidencia a busca incessante pelo corpo perfeito e mente tranquila, que se encerram em si mesmos, estaria este corpo mais próximo da percepção de um *kourus*⁵⁸, o qual é compreendido como um conjunto aperfeiçoado do que se entende por mais belo em sua eterna juventude. Entre os gregos, o desejo

[57] “segundo o autor, quem vive muito deve tolerar, além das constantes doenças do corpo e da mente, também os funerais, a prisão, o exílio, as traições. Mesmo a beleza seria causa de infelicidade. [...] Juvenal conclui a sátira afirmando que é melhor deixar aos deuses a decisão do que seja conveniente e útil ao interesse dos homens” (VITORINO, 2003, p. 88)

[58] *Kourus*, do grego homem jovem, é o tipo de cultura à qual os gregos buscavam demonstrar que um homem não deveria ser apenas semelhante ao mesmo, mas, em conjunto, um objeto belo de si mesmo.

da juventude eterna encontrava-se tecnicamente esculpido em esculturas que evidenciavam as melhores partes do corpo, harmonizadas em formas que os tornavam belos; atualmente, verifica-se que este desejo está expresso no próprio corpo, que é redesenhado por intervenções que visualmente buscam projetar a juventude.

Quando se remete à praia, a palavra “corpo” é uma das mais expressivas, principalmente quando se sabe que na praia mostra-se mais o corpo. Decerto que não se toma o corpo para fins desta análise enquanto percepção dualista de corpo e mente, mas como o corpo que está lançado no mundo, não o corpo mecânico subordinado a racionalidade cartesiana, nem a inferioridade platônica da alma irascível e da alma concupiscível, mas aquele que exprime e corresponde às relações que coisificam o corpo. O “corpo de praia” é o padrão de *kouros*, o corpo político, que demarca seu espaço na areia, sempre jovem e torneado, moldado por cirurgias, hormônios, exercícios físicos, meditação, yoga e mesmo pela própria praia, uma vez que em muito se deseja o corpo bronzeado. O corpo moldado e o corpo pós-praia são o corpo erotizado, que carrega em si todo a expectativa deste bom corpo de praia, e expressa um continuo movimento circular de aspectos relacionados ao praiano que sustentam a expectativa de formas a serem exibidas na praia.

Enquanto em Atenas, como relata Richard Sennett (2003), o símbolo da liberdade estava na exposição de corpos nus, contemporaneamente, embora se discuta em muito a possibilidade da nudez, a liberdade se expressa pelo processo de desnudamento, que não se torna completo, mas evidente de um processo de tentativa de liberdade atingindo pelo litoral. A fisiologia dos moradores de Atenas aponta à possibilidade de dominação, homens, que são mais quentes e fortes do que as mulheres, sendo estas frias e fracas, detinha a natureza do poder de argumentação e assim impunham regras de dominação. A cidade era moldada e organizada a partir de uma imagem padronizada do corpo e de sua fisiologia, isto não acontecia, segundo Sennett, apenas em Atenas, mas também em outras *polis* grega. Atualmente observa-se que a relação da fisiologia do corpo não corresponde a determinação da composição político-dominadora nos espaços públicos, mas como formas de exposição e expressão da possibilidade de redesenhar o corpo, e enquanto fomentadores de orientações da cidade, ao que interessa, poderiam ser relacionados à composição de um “estilo de vida praiano”, que corresponderia a uma expressão do consumo de uma forma de viver na cidade.

O processo de desnudamento que decorre do uso da praia, exposto pelas pequenas peças de roupas de banho, que permitem apresentar a totalidade das silhuetas do corpo, em

muito se afirmou ser um avanço para a liberdade do corpo. A diminuição progressiva do traje de banho sempre esteve ensejada pelo entendimento da efetiva liberdade do corpo, que então abandonava o pudor relacionado a necessidade da exigência de não se mostrar. A praia é descrita como um ambiente propício à exposição uma vez que se justifica pela possibilidade de banhar-se ao mar e bronzear-se ao sol.

Observa-se na praia uma co-vivência que demanda atenção do outro: mostra-se para, exhibe-se para, aparece-se para. Como também se observa que alguns apenas estão na praia, independente da necessidade de expor-se e ser visto. É importante destacar a complexidade que comporta a praia enquanto expressão do uso da faixa-de-areia e mesmo como expressão de um estilo de vida. A análise observou que os usos da praia decorrem de uma indeterminada pluralidade de usos que só pode ser condensada pelo desejo de libertar-se da cidade, e que o "estilo de vida praiano", só pode ser percebido pela cidade, não sendo possível estabelecer um estilo por um ambiente natural, mas apenas, em decorrência dele. Desta forma, entende-se que a praia pela faixa-de-areia apresenta uma dinâmica plural, nela encontra-se os mais variados desejos como justificativas de se estar na praia, os quais não deixam dúvidas que emergem da cidade.

Porém, entre aqueles que encontra na praia o melhor ambiente para a exposição, o corpo não se constitui apenas como um elemento de desejo de uma anatomia perfeita, mas como algo para ser visto, principalmente pelo entendimento que cada um tem do que se é, e como individualmente se deseja ser visto. Desta forma, a aparência física ganha contornos decorrentes de uma certa autonomia do homem sobre a sua própria anatomia, em decorrência, principalmente, do aprimoramento da medicina estética e das indústrias de cosméticos e farmacológicas, que permitiram ao indivíduo a possibilidade de delinear o próprio corpo, e, ainda, a possibilidade de eliminar o tempo que se mostra em novas marcas no corpo, a juventude deve ser prolongada na medida em que é preciso interromper a natural impermanência. A ideia de projeção do corpo, de expor visualmente sua própria ideia de "melhor boa forma", coloca a noção de corpo biológico sob uma penumbra, tornando-o modelado por intervenções cirúrgicas, treinos e medicamentos.

No âmbito das relações estabelecidas por estes corpos na praia, questiona-se o que é uma "cultura praiana", da qual se fala com normalidade e que se tem como algo comum do cotidiano brasileiro. Simbolicamente, fala-se que a praia é exposição do corpo. É este mesmo corpo que se torna um fio condutor da comunicação pública na beira do mar. A liberdade, aquela

que representa o libertar-se da cidade, também corresponde à possibilidade de modificação e exposição deste corpo que se liberta do trabalho e das obrigações diárias. Neste sentido, analisa-se que corpo é este que se expõe e quais as tensões que perduram diante do desnudamento do corpo na praia urbana.

A compreensão do corpo enquanto elemento simbólico de uma cultura tem despertado a curiosidade de pesquisadores que buscam compreender o modelo de corpo que tem prestígio (GOLDEMBERG, 2007). Conquanto, neste trabalho, busca-se compreender que tipo de cultura prestigia modelos de corpos como aspecto de elevada importância para o estabelecimento das relações com o outro. Ao entender que é esta uma sociedade desiderativa, de interesses diversos, que encontra na busca da realização desses desejos o ponto máximo de sua liberdade, considera-se que não é uma simples manifestação de vontades, mas uma complexa relação de mediação no âmbito da co-vivência pública.

Este corpo pode ainda falar em muito do espaço, como entende Sennett (2003), suas relações no espaço é que determinam suas mútuas reações, como se ouvem, se olham ou se distanciam e como os espaços moldam estas ações. Para o autor, o ambiente influencia nas percepções, são corpos passivos. Os espaços fragmentados, em que há variados equipamentos públicos, como praças, shoppings, cinemas, acabam por enfraquecer os sentidos e tornam o corpo cada vez mais passivo, o qual se subordina a dinâmica do espaço. A faixa-de-areia se coloca à disposição desses corpos que vão orientando o espaço é configurando à realização da praia enquanto urbana, são vendedores ambulantes, barraqueiros e banhistas, que se deslocam e se apropriam de determinados espaços da praia.

Deste espaço, deriva o que comumente se reconhece como “cultura praiana”. Porém, pouco se sabe sobre a própria praia, para além do corpo e de sua afirmação enquanto aspecto relevante à praia. Neste sentido, neste capítulo busca-se responder o que podemos entender por praia na contemporaneidade. Em uma relação simbiótica diz-se sobre a praia o mesmo que se diz sobre uma cultura praiana. Afirma-se, em geral, sobre a praia e sobre a cultura praiana que ambas se colocam em contraponto às práticas urbanas e a cultura urbana; também permitem estar em público com uma vestimenta que cobre apenas pequenas partes do corpo – biquíni, maiô, sunga; além de possibilitar um contato intenso com a natureza que envolve todo o corpo, quando se mergulha ao mar ou sente o sol tocar a pele; que embeleza o corpo com marcas sensuais; e, por fim, que por elas é possível descansar e relaxar. São compreensões que

entendem a praia como um paraíso que liberta, que energiza, que recompõe, que reorganiza, são percepções positivas que despertam, além de tudo, desejos de estar na praia.

A compreensão do questionamento colocado segue ao entendimento da faixa-de-areia como expressão de variados desejos que a praia desperta e do corpo como um comunicador relevante ao ambiente litorâneo, entende-se o aparecer e a sexualidade como características que devem ser problematizadas diante do processo de desnudamento que resulta na seminudez exposta. Assim, a análise das relações constituídas na praia deve, nesse momento, ressaltar dois aspectos: 1) a apropriação do espaço e a verificação do desnudamento; e, 2) os elementos da sensualidade que compõem os aspectos simbólicos do corpo seminu.

Para tanto, busca-se compreender a praia a partir da noção de configuração, noção esta que será discutida em um item específico que elucida a ideia de praia que se passa a descrever nesta tese. As práticas à beira-mar resultam na configuração praia, entendimento este que permitiu ao final pensar a noção não de cultura praiana, mas de prática praiana, a qual avança no próximo capítulo à noção de “estilo de vida praiano”. Considerando o aspecto polifônico da cidade, entende-se também que a praia é a expressão desta cultura que a circunda, ou seja, ao mesmo tempo em que a cidade comporta a dimensão praia, as variadas dimensões de práticas da cidade acabam por se apresentar na praia. A cultura urbana está na praia, inibindo a possibilidade, como já apontado, de se falar de uma “cultura praiana”.

Para tanto, a análise segue no primeiro item a descrição das práticas que se estabelecem na faixa-de-areia, utiliza-se metodologicamente a compreensão antroposférica de Peter Sloderdijk (2003). Tal compreensão assegura uma percepção da vida humana que se realiza no espaço a partir de uma esferologia. Ao entender que o espaço é um infinito, o qual só passa a ser delimitado pela co-vivência que o interpreta, o autor apresenta o espaço por esferas, as quais descreve em nove dimensões (*topoi*), a saber: *quirotopo*, *fonotopo*, *uterotopo*, *termotopo*, *erototopo*, *ergotopo*, *alethotopo*, *thanatotopo* e *nomotopo*. A análise da praia, considerando a abrangência analítica de Sloterdijk (2003) apresentou-se compreensível a partir da análise de cinco das dimensões conceituais que o autor apresenta. Optou-se por desmembrar os topos para um olhar mais direcionado à praia, neste sentido, analisa-se as seguintes dimensões expressas na faixa-de-areia: a *quirotopo*, *fonotopo*, *erototopo*, *ergotopo* e *nomotopo*. A definição de cada dimensão será apresentada em detalhe a partir da análise das composições esféricas, que estão na base da realização do espaço. A partir de tais dimensões adentra-se no

ambiente da praia e descreve-se as práticas em esferas que vão se espalhando como a espuma do mar pela areia da praia.

No item seguinte, busca-se apreender a praia em sua totalidade a partir de sua relação esférica, apresentada no item anterior. Atentando que se pensa a praia enquanto uma configuração humana e sua relação com o ambiente, diferentemente de pensar a praia pelos aspectos geográficos e físicos. Para tanto, discute-se sobre a própria noção de “configuração”, assegurando a perspectiva analítica de Sloterdijk, que compreende a configuração como um conjunto das dimensões antroposférica e as forças psicodinâmicas que sobre elas atuam. Definir “configuração” assegura o entendimento do “clima” deste espaço e, conseqüentemente, do “clima” praiano. A noção de “clima” ameniza a ideia de “cultura”, que é uma consolidada categoria analítica das ciências sociais, a qual congrega uma robustez analítica necessária para se pensar o conjunto de práticas em suas relações, principalmente entre grupos sociais distintos e de excepcional contribuição em trabalhos de cunho comparativos. Neste sentido, considera-se que usos da praia não se apresentam como destoantes de práticas do seu entorno, ao contrário, como será verificado, representam-se enquanto permeabilidade de práticas e sentidos que são tensionados entre as práticas urbanas e as práticas praianas. Analisar o “clima” praiano corresponde a percepção das dimensões dos *topos*, sobre as quais atuam duas forças psicodinâmicas, *Thymos* e *Eros*, pelos quais ressoam os aspectos urbanos que sobressaem na praia. Assim, compreende-se a configuração praia enquanto uma “espuma”, similar a noção de cidade polissêmica, a qual é composta por esferas plurais. *Thymos* é entendido por Sloterdijk (2003) como aquilo que se quer ser na co-presença, enquanto *Eros* está relacionado com o que se tem, é o campo do domínio do desejo-insular humano.

E, por fim, no último item, saindo do âmbito da “espuma” praia, a qual passa a ser compreendida como configuração de esferas plurais e frágeis, analisa-se sua posição na cidade em que se insere. Estar na praia é um mimo para aqueles que vivenciam o cotidiano das cidades, não é diferente para aqueles que se entendem viver numa cidade praiana, ou poder desfrutar de um estilo de vida praiano. Adentra-se, então, na análise dos desejos que emergem na cidade praiana, na qual a praia está contida. Intui-se a possibilidade de compreensão, pela praia, do que se pode reconhecer como convivência pública na contemporaneidade, a qual expressa-se de desejos múltiplos que se ajustam ao desenrolar da vida em comunidade. E, mais, considerando a fragilidade do “clima” da praia, e mesmo da própria praia, em decorrência de ser este um espaço de lazer, suscetível a variações climáticas, tanto ambientais como sociais, e de convivência entre muitos indivíduos, representados pela ameaçada de ofensivas entre esferas

ou pelas forças psicodinâmicas, pensa-se no desejo como mantenedor da convivência pública ou da “imunização”, para usar uma expressão de Sloterdijk (2003), e a sua manutenção depende do clima que nela é estabelecido.

2.1 ESFEROLOGIA DA PRAIA: A CO-VIVÊNCIA PÚBLICA NA ESPUMA PRAIANA

De tarde quero descansar, chegar até a praia e ver
 Se o vento ainda está forte vai ser bom subir nas pedras
 Sei que faço isso pra esquecer
 Eu deixo a onda me acertar
 E o vento vai levando tudo embora. (Renato Russo)

A praia começa a ser vivenciada nas primeiras horas da manhã. Ou melhor, a praia não tem início, muito menos fim, para quaisquer delimitações de seus usos. A praia é utilizada durante 24 horas e nela é possível encontrar frequentadores a qualquer hora, o que também informa que se pode ter variados usos, em variadas horas. Os usos variam entre caminhadas matinais ou ao entardecer, o banho de mar em quaisquer dos turnos, banhos de sol, banho de lua, contemplação da paisagem, até luaus noturnos à beira-mar - desde luaus intimistas, com fogueira e violão, aos mega-luaus, com shows artísticos e estruturas de palco, luz, som e segurança, que fecham a praia e delimitam acesso de usuários. Um perfeito cenário que possibilitaria certo afastamento da realidade do continente, das determinações da vida cotidiana. De um lado a cidade que aprisiona, do outro, o mar que liberta aos mais variados desejos que efetivam o livrar-se de algo.

A análise da configuração da praia dar-se-á a partir do entendimento de uma “síntese turístico-civilizada” que busca superar a habitual dialética do espaço, a qual relaciona

mundo e ilha como teses e antítese reciprocamente. O que interessa: “[...] es uma teoria esferológica de la isla, com la que se pueda mostrar como resultan posibles mundos interiores animados y como pluralidades de mundo de tipo análogo forman um bloque em forma de archipiélagos o rizomas del mar” (SLOTERDIJK, 2003, p. 237).

A noção de rizoma, que o Sloterdijk (2003) apresenta, decorre da mesma noção descrita por Deleuze e Guattari (1997), o qual é entendido como um sistema aberto que “não começa nem conclui, [que] se encontra sempre no meio [...] é aliança, unicamente aliança” (p. 36). O que pode ajudar a situar o leitor que procura um início geográfico da praia ou mesmo de seus usos, poderia se buscar saber de onde se começa uma descrição sobre a Praia de Ponta Negra, ou em qual ponto do litoral seus usos começam a definir o ambiente-praia, se do Morro do Careca ao Ocean Palace Beach Resort (ver figura 30), ou vice-versa, ou da primeira barraca que delimita seu espaço na areia, ou do primeiro usuário nas primeiras horas da manhã.



Figura 30: Imagem areia da Praia de Ponta Negra, no alto do canto esquerdo o morro do Careca. Fonte: <http://www.aerovista.com.br/category/cidades/>. Acesso realizado em: 02/12/2014

Mas a praia, que não tem um ponto fixo de início e pode nem ter um fim, é sempre um novo reiniciar contínuo. A praia não se inicia com um usuário que chega a faixa-de-areia, entre os moradores do bairro, que afirmam ter um estilo de vida praiano, a praia já se mostra aos olharem dos que estão distantes. Em qualquer parte geográfica, o espaço declina de sua

infinidade pelos usos que vão se estabelecendo na faixa-de-areia como um rizoma, sem início ou fim, mas em qualquer parte, ou, como comumente se fala, em qualquer “altura” da praia.

Um dos aspectos interessantes a se pensar o início da configuração da praia na perspectiva do rizoma, advém de sua definição originária da morfologia botânica, a qual esclarece o entendimento dos autores citados: “caule subterrâneo e rico em reservas, comum em plantas vivazes, caracterizado pela presença de escamas e gemas, capaz de emitir ramos floríferos, floríferos e raízes” (Hoauiss, 2005). Diferentemente de outras raízes, o rizoma não se fixa na terra como a base de sustentação, ao contrário, dela pode emergir novas raízes, caules, flores ou folhas. Da praia não se extrai inícios, meios ou fins, dela não se pode tornar estanque sua dinâmica. Seu início dar-se em quaisquer lugares, por quaisquer usos em impermanente centralidades, a qualquer momento qualquer coisa pode se tornar a raiz da praia.

Dada a impossibilidade de apreensão a partir de um início geográfico, toma-se as temporalidades diárias como base para a descrição. Inicia-se pelo período da manhã, segue-se ao período da tarde e finaliza-se com o noturno. A descrição de determinados usos em certos períodos não significa que o mesmo não pode estar presente em outros períodos, apenas evidencia-se as práticas que se tornam mais evidentes em certos horários. Dizer que no período da manhã há uma recorrência de caminhantes, não significa que em outros horários não seja possível encontrar caminhantes. Inicia-se pelas primeiras horas da manhã. Comumente vê-se caminhantes e “profissionais da praia” logo ao nascer do sol, são as primeiras horas da manhã. Os caminhantes deslocam-se ao longo da faixa-de-areia, pelo calçadão, ou mesmo pela avenida. Os profissionais da praia começam cedo a delimitar suas zonas de trabalho. Neste mesmo horário, tem-se a chegada tímida de alguns banhistas que vão se alocando ao longo da faixa-de-areia. São estas práticas que se repetem na praia de Ponta Negra, Do meio, Areia Preta e Da Redinha, nesta última, acrescenta-se a movimentação no mercado do peixe, onde vendedores e compradores começam cedo as negociações.

Inicia-se por aqueles que caminham ou correm enquanto prática de atividade física na faixa-de-areia. O público é diversificado, é possível encontrar moradores do bairro Ponta Negra que chegam caminhando pelas ladeiras que dão acesso à praia; moradores de outros bairros, que se deslocam, em geral, de carro até a praia e iniciam sua caminhada pelo calçadão; e, turistas, que seguem das pousadas e hotéis próximo à praia. A abordagem deste público não é muito fácil, afinal estão em um ritmo acelerado e contínuo ao objetivo. É preciso acompanhá-los e esperar uma parada em um quiosque para o consumo de água de coco ou mesmo água

mineral. A opção pela caminhada na praia justifica-se pelo contato com a natureza e a possibilidade de ar puro. Além disto, justifica-se também pela possibilidade de um caminhar contínuo, a areia da praia e o calçadão são extensões contínuas e livre de obstáculos, até que o fluxo de pessoas se intensifique, é possível realizar uma caminhada ou corrida ininterrupta, afirma uma caminhante⁵⁹ que:

Não, sei, acho melhor. A paisagem me acalma. Caminhar na praia é muito bom, prefiro do que pelas ruas da cidade. Lá [em outros bairros da cidade] tem muito carro, muita gente. Aqui eu caminho mais tranquila. Venho cedo, não tem muita gente. Mas já já você vai ver muita gente aqui. Também prefiro caminhar na areia. Não sei, acho melhor⁶⁰.

Embora a maior recorrência de pessoas que buscam a praia para prática de caminhada e de corrida dê-se no período inicial da manhã e no final da tarde, este tipo de usuário aparece durante todo o dia. Tem como maior fluxo nos períodos citados, os quais intercalam o período de maior confluência de banhistas⁶¹. Um primeiro olhar sobre os caminhantes, percebe-se que estão cedo na praia, muitos pouco permanecem, caminham de um extremo ao outro, são os usuários que vezes se entendem *fitness*, os quais afirmam que estão em busca de uma boa forma – um equilibrado estado físico e mental, vestem, em geral, roupas e tênis de *running*, e têm seus caminhos delimitados pela própria natureza com suas pedras, areias e plantas, ou mesmo pela arquitetura urbana que também passa a delinear a praia. Caminhar este que não é linear, embora a faixa-de-areia assim aparente. São passos desviantes, que estabelecem seus próprios caminhos, mas que vezes se inibem diante do outro, seja de outros caminhantes, dos necessários desvios da água que segue à areia pelas ondas, das barracas que se espalham ao longo da areia, da bola da criança, ou mesmo de vendedores ambulantes.

O vento que liberta, a brisa que refresca, poetizada e cantada por vários artistas, de Hemingway à Drummond, de Tom Jobim à Renato Russo, muitas vezes justifica o ato de caminhar a beira-mar. O caminhar na praia ocasionalmente remete a esse imaginário popular

[59] Entrevista realizada em novembro de 2014.

[60] Entrevista realizada em novembro de 2014.

[61] Considera para fins desta análise, o banhista enquanto àquele frequentador que usufrui da faixa-de-areia, o qual tem uma permanência, mesmo que mínima. Embora em variadas possibilidade, o que apenas toma um banho de mar, apenas o que caminha, observa-se um usuário típico, àquele que se apropria de uma pequena extensão da faixa-de-areia, caminha, consome produtos à beira-mar, e ali permanece por determinado tempo.

que o apresenta como uma das maiores expressões de estar na praia, cujo sentido é comumente representado como o de refrescar-se com a brisa que se direciona do mar ao continente, que atinge o caminhante sem as barreiras urbanas erguidas na extensão da cidade. O caminhar também é justificado pelo “espairecer”. O contraponto a dinâmica agitada das cidades, é o desestressar dos ares da cidade. E, além de se liberar de algo, para muitos adquire-se, no olhar romântico sobre a praia, o alimento da alma, a energia para o espírito, admitem que neste momento paira uma certa paz interior, permite o respirar profundo que alimenta o desejo pelo prazer e a pela liberdade.

Quando Walter Benjamin expõe suas observações sobre as galerias de Paris, aponta as contradições entre aqueles que consomem, que estão dentro das galerias, e os que sonham em consumir, e que estão fora delas. Na praia, há um movimento similar, entre aqueles que caminham em uma condição de lazer e aqueles que caminham por uma condição de trabalho. Caminham juntos, tanto os que se deslocam pausadamente contemplando a natureza e o ambiente praiano, quanto os que caminham freneticamente, admirando seu próximo alvo para mais uma venda. Estes últimos são os vendedores ambulantes, os quais são retomados no último capítulo quando se analisa uma “economia da praia”.

As horas se passam e as caminhadas não param, apenas recebem novos contornos. Agora, comumente vê-se caminhanes mais desprentensiosos, aqueles que caminham ao lazer, transitam entre os outros, em grupos ou sozinhos (ver figura 31). O olhar do caminhante não vagar ao infinito, pois parece vasculhar outros olhares, nisto percebe, estranha, associa e reconhece, em uma dinâmica de contato com o outro. São caminhadas que se iniciam de



Figura 31: Caminhanes na praia de Ponta Negra em 09/11/2014. Fonte: Acervo pessoal. Autor: Foto da autora.

onde se estar e finalizadas onde se deseja, não se parte de um ponto que é marco inicial, muito menos existe um ponto fixo para finalizá-la, não se fixa inícios nem fins.

As pessoas caminham pelo aglomerado de pessoas, que não necessariamente representam um extenso grupo, muito menos entre pessoas que interagem de forma constante.

O limiar do contato restringe-se ao olhar, desviar, tensionar, esquivar e mesmo disputar, o que fica mais explícito quando estas pessoas demarcam seus limites na areia, mas cada passo denota uma demarcação fluida e dinâmica, mas não menos tensa, apenas menos explícita. São espécies de “contratos pragmáticos sob a forma de movimento” (CERTEAU, 1998, p. 177). São movimentos lentos, o caminhar não precisa de artifícios para que assim se torne, tal como relata Benjamim sobre as mulheres que caminhavam com tartarugas na Paris do século XX, o que possibilitava passos propositalmente morosos. A areia, enquanto elemento natural, provoca esses passos mais lentos, um caminhar que remete ao imaginário da praia como relaxante, são contatos com a natureza que retiram a tensão, a areia massageia os pés e, segundo os caminhantes, proporciona calma.

A praia dos caminhantes é aquela que proporciona saúde, não apenas aquela prescrita pelos médicos, que indicam a caminhada matinal, mas também capaz de acalmar a alma, limpar os pulmões e promover uma experiência espiritual. Ao caminhante que busca um bom condicionamento físico, em suas atividades *fitness*, junta-se àqueles que buscam relaxar em uma breve caminhada com os pés em contato com a areia da praia.

Estes caminhantes, que transitam em breves caminhadas e descalços, já se apresentam enquanto “esferas”, que se estabelecem à realização da praia. Enquanto uns caminham, outros acomodam-se na areia e preparam-se para desfrutar da paisagem e ter um dia de lazer, ao tempo em que se observam (ver figura 33). A apropriação de cada espaço está bem representada ao que Sloterdijk (2003) entende por “esfera”. Ao



Figura 32: Mulheres caminham e observam as pessoas sentadas, ao tempo em que são também observadas. Fonte: Acervo Pessoal. Foto: Autora

considerar a infinitude do espaço, o autor sugere a possibilidade de análise à partir de “esferas humanas”, as quais não correspondem a uma ocupação individual, mas percebe-a a partir de definições da geometria em que uma esfera gira ao redor de pelo menos dois polos, que são mediados por coisas. Atentando que, para Sloterdijk, a “coexistência precede a existência”, entende que a vida é sempre vida-em-meio-à-vida. As esferas são “el rango de um concepto

fundamental, que se ramifica em aspectos significativos topológicos, antropológicos, imunológicos, semiológicos” (p.15).

A utilização de um ambiente público pressupõe a convivência entre pessoas, a dinâmica está sempre relacionada ao co-compartilhamento do ambiente. Assim, sua *esferologia* fornece os instrumentos necessários para perceber a praia enquanto espaço de convivência pública, em que inúmeras pessoas compartilham e disputam o mesmo ambiente. Estas esferas formam espaços compartilhados, mas também estabelecem barreiras e isolam-se, porém, o clima do ambiente vai estar sempre vinculado às manipulações que decorrem dentro e fora das esferas. Nossa atenção volta-se inicialmente a análise da composição das esferas e as manipulações que nelas decorrem. O “clima” social das relações entre as esferas será analisado no próximo item, o qual se tem como resultado as manipulações que ocorrem nas esferas.

Cada usuário apropria-se de pequenos trechos da faixa-de-areia e assim vão formando suas esferas, cobrem-se e recobrem-se para proteger-se e delimitar o seu espaço. A imagem de uma praia do litoral Português (ver figura 33) torna-se elucidativa a análise proposta, pois retrata a proteção dos banhistas que inicialmente se dá em decorrência do forte vento, os quais buscam se proteger de todas as formas, colocam barreiras e sombreiros, e com isso criam suas esferas aparentemente impenetráveis, estas são capazes de ilustrar a formação de esferas e a delimitação espacial determinada e apropriada por cada grupo. Na tentativa de livrarem-se de uma rotina diária⁶², acabam por estabelecer pequenas e frágeis muralhas que



Figura 33: Banhistas em praia portuguesa. Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora

[62] Afirmação comumente observada em falas de frequentadores da praia, os quais afirmam com frequência que estão “cheios” do trabalho e da vida “cansada” do dia-a-dia, demonstram a partir de frases, tais como: “preciso de praia”; “praia urgente”; “por favor, praia”. No mês de abril de 2015, uma fanpage publicou um post com uma imagem que continha a frase: “Urgente, preciso de praia”. Este post, coleciona 212.000 curtidas, 354.000 compartilhamentos e 8.000 comentários que reafirmam a

ajudam a proteger da brisa e da areia que o forte vento empurra contra os corpos semidesnudo e até mesmo de outras esferas. A ilustração nos serve para perceber a existência de películas que revestem cada esfera, mesmo que não estejam fisicamente protegidas, como acontece em praias brasileiras, onde não se utiliza proteções do tipo. Ao apropriar-se de determinado zoneamento pelos usos, observa-se a delimitação de pequenas áreas, que de público, torna-se próprio, ao menos de forma impermanente. Tais práticas vão revelando a apropriação da faixa-de-areia, de forma que podem ser identificadas como atividades voltadas ao lazer.

Nas praias natalenses, as barreiras não são físicas, como na imagem anterior, mas simbolicamente erguidas (ver figura 34). Aqui, considerando os ventos mais brandos, decorre uma apropriação com menos proteções físicas na ocupação da faixa-de-areia, no entanto deixa evidente barreiras simbólicas. Inicialmente observa-se que os próprios corpos se comportam como delimitadores do espaço,



Figura 34: Um olhar sobre a configuração esférica na praia Areia Preta. Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora

seguido de sombreiros, toalhas e utensílios que se espalham pela areia, e determinam o proprietário, ao menos momentaneamente, daquele espaço.

Toma-se, assim, o corpo como a primeira dimensão delimitadora da faixa-de-areia, que encontra na *esferologia* do espaço de Peter Sloterdijk (2003) a possibilidade necessária de apreensão da apropriação do espaço. A primeira dimensão⁶³ de sua *esferologia* apreensível é a dos limites das mãos, a qual Sloterdijk entende como *quiirotopo*, definida a partir de sua

necessidade de praia. Fonte: <https://www.facebook.com/sitecifras/photos/a.266509970056040.67296.166351633405208/1203566386350389/?type=3&theater>.

[63] Dimensão poderia ser substituído por estratos: “si la imagen de los estratos no sugiriera una superposición de niveles sin um punto; si preferimos la expresión simensión es porque permite imaginarse que todas las dimensiones se ramifican a partir de um interfaz comum o de um ponto cero (de um aqui-ahora-nosotros-estrelazados)” (SLOTERDIJK, p. 685)

percepção antropológica da *co-existência* necessária a vida humana, que em sua teoria analítica da sociedade, prefere chamar de "espuma". O *quirotopo* corresponde ao topo relacionado àquilo que está à disposição de suas mãos, seria para o autor o primeiro ato de produção do mundo, é um campo de ação autêntica e originária, cujos “olhos-seguidor” comprovam o que as mãos são capazes de fazer. Para esta tese, serve-nos o *quirotopo* como uma forma de observar o primeiro ato de apropriação da praia a partir dos próprios usuários, originários a cada estadia na praia, a cada dia e a cada configuração que se forma na faixa-de-areia. A praia inicia a configuração que nos interessa com a chegada dos seus usuários, tanto banhistas como comerciantes, que se estabelecem na faixa.

Algumas pessoas chegam à praia e simplesmente sentam na areia, observam o mar e assim permanecem um bom tempo. Estas pessoas, em geral, são acessíveis e se permitem longos diálogos, conversam de forma despretensiosa e são solícitas. O olhar que vaga para o mar é de quem diz precisar dele:

Vim “desencanar”⁶⁴. To com problemas e aqui é o único lugar que encontro tranquilidade e paz. Não são poucos os problemas e aqui eu consigo ficar em paz. A natureza é muito grande, e tento ver que meus problemas são pequenos. Veja o tamanho desse mar, não é lindo? A vida poderia ser assim, como a praia. Ta tudo bagunçado na areia, veja. Ai a onda vem e arruma tudo, leva o que ta sujando.⁶⁵

Questionado sobre outros lugares da cidade que gostava de fazer a mesma coisa, diz não haver, e justifica pela segurança e pelo contato com a natureza: “Eu não consigo ficar sentado em uma praça, a cidade está muito violenta. Aqui eu fico tranquilo. Não muito tranquilo, sempre fico de olho, mas é diferente. Mas também onde vou poder ver a natureza?”⁶⁶

Outras pessoas, colocam uma toalha no chão delimitam suas esferas até onde sua mão alcança. Os movimentos das mãos representam a inteligência social, definida como “uma serie de separaciones y recobinaciones de operaciones discretas” (p. 288), os movimentos em muito servem à hidratação, alimentação e proteção do corpo. Ao lado encontram-se alguns

[64] No Brasil a expressão desencanar está relacionada a esquecer um problema, deixar pra lá algo que incomoda, não ligar mais, despreocupar, ficar tranquilo ou relaxar em relação a alguma coisa ou alguém.

[65] Entrevista realizada em novembro de 2015 na praia de Ponta Negra.

[66] Entrevista realizada em novembro de 2015 na praia de Ponta Negra.

cosméticos, como bronzeador, produtos para o cabelo, garrafa com água e equipamentos eletrônicos. Em geral, banha-se ao mar e depois volta à toalha estendida na areia, passam bronzeador ou protetor e se deitam. As práticas nas praias da zona sul e da zona norte se diferenciam em determinados aspectos. Dificilmente vê-se na zona sul pessoas “dourando os pelos” do corpo, algo que se observa facilmente nas praias da zona norte. Observei um homem e uma mulher que se lambuzam com uma mistura para descolorir os pelos, após aguardar um pouco a secagem com os braços afastados do corpo e as pernas distanciadas, deitam-se e aguarda o sol completar o trabalho de descoloração. Questiono o porquê dessa descoloração ser feita na praia, a mulher afirma que é mais barato, além de gostar de praia, então aproveita o momento para fazer os dois, se divertir e descolorir os pelos (ver figura 35). Obviamente que tem o objetivo de atingir o padrão de beleza que pedem pelos dourados que contrastam com a pele bronzeada. Houve, também, a possibilidade de observar o consumo de droga na faixa-de-areia, algo que não observei na praia de Ponta Negra durante o dia. Em uma descrição evidente, preparam cigarros de maconha e compartilham entre o grupo. Em certo momento, é possível observar que algumas pessoas sutilmente se levantam e seguem a outro espaço da praia, enquanto muitos não se incomodam.



Figura 35: Banhistas douram os pelos na praia Areia Preta. Ao fundo rapazes observam o movimento e fumam maconha. Em 09/11/2014. Fonte: Acervo pessoal. Autor: Foto da autora

Um casal joga frescobol, prática comum nas areias natalense. É comum também encontrar pessoas brincando com bola de futebol. Mais afastado do aglomerado de pessoas, um grupo joga futebol, delimita o campo e as traves com riscos na areia e sandálias. Entre estes jogadores o trânsito de outras pessoas fica dificultado. Estar na sua esfera pressupõe a possibilidade de se fazer aquilo que deseja, vezes se vê pessoas que passam protetores solar, outras não utilizam proteção química – a pele começa a avermelhar-se - e outras já iniciam o dia com a pele avermelhada por óleos bronzeadores, outras bebem água, refrigerante, cervejas, cachaças preparadas com caju, ou consomem frutas e queijos que circulam com os ambulantes.

Outras pessoas aguardam a colocação das mesas e a montagem dos guarda-sóis. Os barraqueiros chegam cedo e iniciam a montagem das barracas e espalham mesas e cadeiras pela faixa-de-areia. Em Ponta Negra as barracas ficam acima de uma barreira de pedras, que foi

construída para conter o avanço da água do mar em direção à avenida. Logo acima dessas pedras foi construído um calçadão, no qual ficam as barracas. Os serviços oferecidos pelas barracas são em sua maioria desenvolvidos na faixa-de-areia, enquanto as bebidas e alimentos são guardados nas barracas. Desta forma, para que consigam comercializar seus produtos é preciso que transitem sobre as pedras, o que em geral fazem de forma habilidosa. Os atendentes, na tentativa de agilizar o serviço, transitam sobre as pedras, embora tenha escada entre as pedras para passagem. Nas praias Areia Preta e Redinha há barracas na areia e suas mesas e cadeiras circundam-nas, o que facilita a prestação do serviço pelos barraqueiros e demais atendentes.

Mesas e cadeiras montadas, os banhistas começam a escolher seus lugares (ver figura 36). Alguns preferem à frente, mais próximo ao mar e sem nenhum obstáculo que atrapalhe a visão, outros preferem ficar um pouco mais recuados, privando-se principalmente dos vendedores ambulantes. Em geral, os frequentadores das barracas primam pela higiene e optam por consumir produtos vendidos pelas barracas. Os barraqueiros reclamam que eles estão sujeitos a uma



Figura 36: Banhista aguarda a colocação das mesas pelos barraqueiros. Em 10/11/2014. Fonte: Acervo pessoal. Autor: Foto da autora

série de exigência de higiene e manipulação de alimentos, pagam impostos e competem com os ambulantes, que driblam a fiscalização. Os banhistas já têm uma certa proximidade com os barraqueiros, mantêm uma relação de confiança, embora atentem: “é bom conferir a conta certinho, eles colocam coisas que a gente não consome”⁶⁷. Os barraqueiros já conhecem muitos de seus clientes, sabem onde querem sentar, o tipo da bebida e o alimento preferido.

[67] Entrevista realizada em novembro de 2014.

Há banhistas que optam por posições mais reservada na faixa-de-areia, por vezes têm como propósito inibir as insistentes investidas dos ambulantes para que os banhistas comprem seus produtos. Os que sentam à frente, acabam por utilizar estratégias para inibir a prática comum de venda de produtos. O uso de óculos de sol, fone de ouvido ou mesmo simular que estão dormindo, são algumas das estratégias para afastar os ambulantes (ver figura 37).



Figura 37: É comum a utilização de fone de ouvido entre os banhistas que estão sozinhos. Fonte: Acervo pessoal. Foto: autora

Porém, obviamente que esta é uma proteção setorizada, ou seja, para alguns. Enquanto se espera preservar de alguns, busca-se se apresentar para outros. Neste momento as mãos parecem bailar, movimentam-se para o outro, buscam se destacar em movimentos que chamem a atenção. O olhar dos ambulantes é atento a estes movimentos e logo se aproximam, não apenas o que foi efetivamente chamado, mas tantos outros que viram o movimento e passam a reconhecer neste banhista um potencial cliente, logo se aproximam e oferecem seus variados produtos.

É esta mesma mão, que chama o ambulante, que passa a desnudar o corpo, organiza as roupas à mesa, guarda documentos e solicita ao garçom uma bebida. O corpo que atrai olhares se acomoda na cadeira e parece esnobar a atenção de alguns olhares mais curiosos. Os limites estão circunscritos pela apropriação do seu corpo, os braços chegam ao bronzeador ou protetor, ou mesmo, protetor e bronzeador, que se voltam à pele para o colorido perfeito: Protetor no rosto, pescoço e embaixo das partes cobertas pelo biquíni e bronzeador no braços, barriga e pernas.

Estar na praia apresenta-se como uma experiência que parece contrapor outros espaços da cidade. A vestimenta típica da praia, em roupas “leves” e biquínis, insinuam uma percepção contrária a outros espaços da cidade, diferentemente da praça ou do shopping, que remetem ao equivocado contraponto diante da noção de espaços “democráticos”⁶⁸. Enquanto

[68] A ideia de democrático, comumente utilizada no Brasil para se referir a “espaços públicos”, não se aceita como referência analítica para fins deste trabalho, explicitado na problematização do objeto.

os shoppings são considerados espaços economicamente privados, seria a praia o único espaço economicamente acessível da cidade, efetivamente aberto ao uso de todos. A vestimenta é valorada neste aspecto, enquanto para a praia, comumente se afirma ir “de qualquer jeito”, fazendo referência ao despojamento da roupa, em outros ambientes da cidade haveria exigências por roupas “mais arrumadinhas”, que cobrem mais o corpo.

Ao longo do dia, as movimentações em cada esfera decorrem em muito de aspectos externos. O sol é um desses, o qual parece ser o detentor do movimento, ao menos quando se toma a terra como referencial, e guia em muito a dinâmica interna das esferas. Muitas são as expressões que justificam determinados movimentos e mesmo a hora de ir embora: “viro-me para o lado de cá, quando o sol está para lá”, “vou embora quando o sol se for”, “o sombreiro segue o sol”, “não gosto da praia quando o sol está no meio”, “gosto de ver o sol indo embora, gosto da praia ao entardecer”.

A discrição eleva-se a condição da existência do espaço, suprimido pelas práticas, que expõe a praia. Desta forma, cada um vai estabelecendo sua esfera, se colocando no mundo, alguns cercam-se e protegem-se da forma que podem, outros expõem-se, comunicam-se com maior intensidade, os olhos transitam ao encontro de outros olhos. Os banhistas que se sentem incomodados com as “invasivas” investidas contra suas esferas, que podem desorientar o clima interno, seja por vendedores, como já colocado, ou por pessoas próximas, deslocam-se ao longo da faixa-de-areia em busca de um outro espaço que comporte sua esfera e lhe permita manter o clima interno desejado, sem maiores influências externas.

Tais investidas dos vendedores e a estratégia utilizada pelos ambulantes já direciona a outra dimensão da esfera, *Phonotopo*. Diz Sloterdijk (2003), que “quien alcanza las islã antropógenas hace inmediatamente una experiencia acústica: el lugar suena a sus habitantes” (p. 290). E, não apenas, pois, uma *soundscape*, constitui-se da sonoridade do ambiente. *Priori*, poder-se-ia afirmar que a *soundscape* praiana é o natural, porém, no âmbito das esferas, as quais são sonoramente complexas, agrupa-se acusticamente os sons naturais, humanos e tecnológicos.

Afirmam banhistas⁶⁹ sobre os sons naturais da praia, que: “A praia é o melhor lugar do mundo, aqui fico em paz, adoro o som que vem do mar”⁷⁰; “gosta do barulho que o vento faz”; “de ouvir o mar na concha”; “gosto desse chiado [Swishh] das ondas”. Indubitavelmente a praia parece ter sons que acalmam, que comumente se desejam ouvir, seriam estes os sons naturais da praia. O barulho da onda quebrando na praia e do vento são os mais desejados por aqueles que estão à beira-mar. Tais sons são efetivamente desejados pelo efeito de acalmar e relaxar. Ir à praia e ouvi-los é para muitos o objetivo. A eficácia do relaxamento por tais sons parece inquestionável, ao ponto de os mesmos serem gravados e disponibilizados em longas horas para serem ouvidos em qualquer ambiente⁷¹.

No entanto, a apreensão destes sons em uma praia urbana, decorre de um processo de introspecção e mesmo de muita concentração, afinal, os sons que emanam do mar ao continente a todo instante encontra ruídos continentais, os sons humanos e tecnológicos a todo momento invadem o clima interno da esfera, quando esta busca inicialmente uma *soundscape* natural.

Os sons humanos estrondeiam na voz do vendedor ambulante, do barraqueiro, das crianças e de conversas informais:

lo más presente es el sonido casi incessante de las voces: de voces de infantiles, que se alegran y gimotean, de voces maternas, que amonestan, consuelan, sugieren, de las voces de los hombres cooperantes, que se animan, aconsejan y asimilan, de las voces de los mayores, que dan órdenes, sentencian, amenazan, se enjoan. (SLOTERDIJK, 2003, p. 291).

Os vendedores ambulantes oferecem seus produtos para além do campo visual, uma das características da dimensão do *fonotopo* é exatamente estender-se para além dos limites das mãos e mesmo do olhar. Não sem propósito, os vendedores ribombam suas vozes, fazendo ecoar ao máximo que possam alcançar, sempre atentos, tanto ouvidos, como olhares, para os mais distantes sons e movimentos que pareçam chamá-lo. Os barraqueiros a todo instante são chamados, “Maradona!!”, chama uma cliente pelo barraqueiro, que responde: “- Opa, já estou

[69] Entrevista realizada com banhista em novembro de 2014.

[70] Entrevista realizada com banhista em novembro de 2014.

[71] Pesquisas em sites de buscas com palavras-chave, tais como, mar, som, praia, relaxar, dormir, guia a longos áudios e vídeos com a sonoridade da onda arrebatando na praia e de ventos marinhos.

indo”. Maradona é o dono da barraca (quiosque) 07, o frenético dia de trabalho fazem ressoar frases como “Traga uma cerveja aqui, oh!”, “Menino, manda fazer uma macaxeira frita”, “Um *refri* aqui”, “Mesa 06”, “Quer sentar aonde? Arrumo agora uma cadeira” e sorrindo diz “A conta é comigo”.

A percepção deste ambiente sonoro que está além dos desejados sons da natureza da praia, vezes fazem parecer que não se estar na praia. Todavia, no mesmo instante é possível o questionamento sobre outro possível ambiente na cidade que comportaria os altos tons dessas vozes, e mesmo esta forma de servir e ser chamado a servir. Uma breve reflexão sobre outros possíveis ambientes da cidade com estas características na prestação de serviços, conclui-se que é uma dinâmica própria da praia, ou seja, assim como os sons naturais que emanam do mar, os tons das vozes na prestação dos serviços, compõem a *soundscape* da praia.

As crianças também querem ser ouvidas nesta paisagem sonora. Nesta acústica da praia, elas chamam pelos pais ou pelos vendedores de picolés, queijo, bolas, e não arriscam que não sejam ouvidas, correm em direção ao objetivo com repetidos pedidos de atenção. Guiam suas falas, sempre em tons mais altos, equiparados aos sinais sonoros, para alertar e chamar a atenção de alguém. As conversas informais, em geral, têm um tom mais baixo, mas não demora muito para que alguém se levante e entoe altas falas ou risadas, chamando a atenção de todos que compõem uma das muitas paisagens sonoras que se distribuem ao longo da praia, as quais são delimitadas pela potência da fala, até onde o som possa ser ouvido.

Meio a estes sons, encontram-se os tecnológicos, que correspondem ao contínuo barulho de carros e de motos, principalmente os que ecoam de canos para motos que substituem os que contêm silenciadores. Estes já compõem a acústica básica de uma praia urbana e deles não tem como se esquivar, são ouvidos em toda faixa litorânea. Outro som, que corresponde ao tecnológico, advém dos carrinhos de som. A utilização de equipamentos de som servem para ampliá-lo, tornando o som mais potente. Estes dividem opiniões, enquanto alguns gostam e pagam para ouvir as músicas que são tocadas nos carrinhos, outros não toleram e reconhecem como algo muito ruim para a praia. Os que gostam, ou não se incomodam, afirmam que é mais uma forma de diversão na praia: “Eu gosto, adoro a Janaina, ele é demais, me divirto”; “Eu não ligo muito, se alguém colocar do meu lado pra tocar eu saio, ando um pouco, depois volto”⁷². Entre aqueles que contratam os serviços, é possível que os ambulantes consigam uma gorjeta,

[72] Ambos relatos foram colhidos entre banhista em entrevistas realizadas em novembro de 2014.

os vendedores danças e fazem performances para os clientes, que, além de comprarem o cd, ainda dão mais algum dinheiro pela diversão proporcionada. A folclórica Janaina, a “rainha do cd pirata” (ver figura 38), é reconhecida na cidade pela sua irreverência, trabalha em Ponta Negra desde 2009, de domingo à domingo, das 7h00 às 24h00, suas músicas ecoam pela praia em alto volume.



Figura 38: A performance de Janaína para atrair clientes, o ambulante oferece o serviço de som e venda de cd pirata (não são originais). Fonte: acervo pessoal. Foto: da autora.

Por outro lado, muitos não gostam do barulho feito pelos carrinhos de som e acham que não podem optar por ouvir ou não as músicas tocadas. Uns dizem ser muito alto, outros não gostam do estilo musical: "Eu acho isso um desrespeito, eu não sou obrigado a ouvir o que não quero, muito menos na praia"⁷³; "Um ponto ruim é que tem muito vendedor ambulante e pedinte. Os ambulantes com os carros de som são os piores, além de vender pirataria ainda passam o tempo todo com funk, sertanejo e outras tranqueiras tocando alto"⁷⁴. Decerto, esta sonoridade não se ajusta àqueles que prefeririam os sons naturais, que entendem a impossibilidade de se preservarem da invasão sonora, a esfera, neste momento, tem seu clima interno abalado. A saída para alguns, utilizando também de aparelhos tecnológicos, é escutar

[73] Relatos colhido em entrevistas com banhista na Praia de Ponta Negra realizada em novembro de 2014.

[74] Comentário que sintetiza muitas das opiniões colhidas, disponível em https://www.tripadvisor.com.br/ShowUserReviews-g303518-d312458-r154502758-Praia_de_Ponta_Negra-Natal_State_of_Rio_Grande_do_Norte.html#. Acesso realizado em 01 de dez. 2013.

músicas pelo fone de ouvido, desta forma inibem os sons humanos e as músicas indesejadas, porém, privam-se do som que seria natural ao ambiente.

Um morador fez uma curiosa afirmação sobre a praia de Ponta Negra, diz ele em tom saudoso sobre a praia que: “Essa não é mais a minha Ponta Negra”. Seu entendimento decorre de basicamente três aspectos que mudaram nos últimos anos. O primeiro está relacionado a diminuição da faixa-de-areia, o segundo corresponde a necessidade de pagar por mesas e cadeiras para consumir em uma barraca, e, por fim, diz que a praia se tornou muito barulhenta. O resultado foi o seu afastamento desta praia: “tem muito tempo que não vou à Ponta Negra, prefiro ir para Genipabu”.

A convivência em uma espuma, que para Sloterdijk é a soma de cantos recitados, é decerto o compartilhamento das diversas sonoridades que emanam das *antoposferas*. Neste sentido, poder-se-ia afirmar que todos que estão na praia concordam com a sonoridade pujante? Não necessariamente, ao contrário, as negativas diretas são sintomáticas de tensões entre o que se deseja do espaço, que corresponde as expectativas criadas, e as frustrações dos prazeres, cuja experiência difere da expectativa. Sloterdijk afirma que “La función fonotópica, entendida como autoafinación del grupo por el oído, tiene relación con las promesas, con las que quienes viven en común se ponen de acuerdo sobre sus perspectivas” (SLOTERDIJK, 2003, p. 293). Desta forma, “el panorama sonoro del grupo ofrece algo así como un efectivo informe sobre la situación, o un expediente acústico permanente, con el que los reunidos se manifiestan sobre si están en tono alto o em tono bajo, o en ninguno de ambos (SLOTERDIJK, 2003, p. 293). Assim, a paisagem sonora, além de informar sobre a situação de como o grupo se manifesta, indica as expectativas acústica de determinadas esferas e, conseqüentemente, as situações que frustram tais promessas. Enquanto se diz que se busca na praia uma acústica específica, relacionada aos sons da natureza, encontra-se, em muito, sons humanos e tecnológicos.

Interessante notar, ainda, que, os que gostam e os que não gostam dos carros de som podem estar numa mesma esfera, o que nos atenta que o clima interno também deve ser calibrado. A esfera se compõe de indivíduos com diferentes interesses, a interação entre estes contribui para o clima interno. Esta dimensão interativa interna é compreendida por Sloterdijk (2003) como *Erototopo*, que corresponde: “al campo do domínio de desejos insular-humano, porque el deseo erótico ofrece el paradigma de cómo la competición afectiva em los grupos estimula y controla, a la vez, la vida del deseo de quines viven juntos” (SLOTERDIJK, 2003, p. 311).

Para o autor, o desejo erótico “oferece el paradigma de como la competición afectiva em los grupos estimula y controla, a la vez, la vida del deseo de quienes viven juntos” (SLOTERDIJK, 2003, p. 311). Nesta dimensão se manifesta o Eros, “no como tensión dual-libidinosa entre ego y alter, sino como provocación triangular. Te quiero, me excita tu bela figura, si puedo suponer que outro te quiere y le gusta tu bela figura lo suficiente omo para querer poseerte” (SLOTERDIJK, 2003, p. 311). As esferas compõem-se de indivíduos distintos com desejos específicos, o que provoca uma dinâmica específica e apresenta a esfera como heterogênea. A dinâmica expressa a equação entre aprovações, desaprovações, ciúmes, inveja, constituindo “la forma fundamental de la competencia, desencadenada por la observación imitativa del esfuerzo de otros por la adquisición de ventajas de ser, posesiones e influencia” (SLOTERDIJK, 2003, p. 312).

Importa, ainda, evidenciar um aspecto apresentado pelo autor que pode ser considerado como um desregulador do *Erototopo*, o qual consiste na experiência da modernidade: “por lo que respecta a las condiciones de consumo y competencia, há conducido a una desregulación casi ilimitada del erototopo” (SLOTERDIJK, 2003, p. 315). Entende o autor, que em nenhuma formação social anterior a moderna se havia evidenciado tão explicitamente a motivação de conduzir provocação sistemática do desejo de possuir todo o resto. A sociedade de consumo consegue conectar todas as energias a tudo, equiparadas a uma central elétrica, o que evidencia a rivalidade e o antagonismo

Desta forma, é preciso pensar o que pode calibrar o clima dentro da esfera, diante de desejos pulsantes. Para tanto, Sloterdijk apresenta dois importantes topos que trabalham como mediadores do clima: o *Ergotopo* e o *Nomotopo*. Como dito, ambos estão relacionados a manutenção da esfera, afinal, entende o autor que não há esfera humana que não tenha um propósito, sendo o primeiro deles, a própria manutenção da esfera. A primeira dimensão, o *Ergotopo*, corresponde ao contrabalanceamento interno das ameaças externas, são as forças controladoras da ordem pública. A segunda, a dimensão *Nomotopo*, está relacionado ao conjunto de regras que orientam a interação dos indivíduos no interior das esferas.

Ao observar os processos de desnudamento, percebe-se como as três últimas dimensões se intercalam e ajudam a pensar a praia enquanto configuração humana. O semidesnudamento, social e legalmente aceito nas praias brasileiras, pode ser tomados como uma ação comum, que não gera estranhamento. O movimento é repetido diversas vezes na

praia, em um fazer simples que possibilita sentir o sol, banhar-se ao mar, refrescar-se com o vento, e, para muitos, mais do que isso, é preciso marcar o corpo com o bronzado.

Mas, uma observação mais detalhada, pode revelar desejos em pequenos gestos que insinuam, em olhares que consomem e em expressões que denotam vontades. Por outro lado, observa-se reprovações, censuras, invejas e soberbas. Tais aspectos são facilmente observáveis pela forma do corpo que o semidesnudamento revela, o “corpo de praia” pode ser visto por todas estas dimensões. Este é um dos momentos em que as esferas começam a ser invadidas. Pela lógica do “corpo de praia” não deveria ser qualquer corpo colocado a mostra, porém é possível observar na praia os mais variados tipos de corpos, embora seja perceptível que, alguns se escondam, pois todos parecem estar sendo julgados, ou ao menos observados. Tem-se o corpo erotizado, que em sua própria esfera vê-se a reprovação ou aprovação da exposição; tem-se o corpo que a outra esfera censura; e, ainda, tem-se as proibições, afinal, o corpo nu não pode ser mostrado.

Diz uma banhista, que estava sozinha na praia e que dividiu comigo a mesa, pois tomaria apenas uma água de coco e não queria pagar pelo aluguel da cadeira, requerendo a minha atenção: “Veja como eu venho, não tiro a roupa, estou gorda, não tenho mais idade pra isso. Venho de bermudinha, camiseta, venho até com o biquíni por baixo, mas não tiro a roupa. Veja aquilo ali, que coisa mais feia, velha e gorda, eu não ando daquele jeito”⁷⁵. Questionei a idade e me afirmou que estava com 39 anos, retruquei acerca do peso, afinal não aparentava estar acima do peso e a mesma afirmou que tinha o corpo do tipo morango, larga em cima e fina embaixo, não tinha cintura definida e como tinha engordado um pouco, achava seu corpo muito estranho. Questionei então se teria um modelo de corpo que poderia ser mostrado, ela apontou para uma jovem que caminhava em direção ao mar: “aquele ali, veja que corpo bonito, aquele sim dá gosto de mostrar”. A fala da natalense demonstra uma série de proibições e aceitações ao padrão do corpo, ela mesma, além de se autocensurar, assume o papel de verificação e classificação dos corpos que transitam na praia.

Acerca do padrão “corpo de praia”, Miriam Goldenberg (2007), a partir de pesquisas realizadas nas praias do Rio de Janeiro, afirma que o corpo que está na praia não é o corpo natural, mas as categorias que são representativas do corpo, na faixa-de-areia eles estão expostos e pretensos a conceituações. Fala-se do corpo magro, gordo, “em forma”, “fora de

[75] Entrevista realizada em novembro de 2014.

forma”, malhado, trabalhado, bronzado, “que não se mostra”. Segundo a autora, a cidade do Rio de Janeiro é vitrine da moda praia brasileira e do modelo que em muito é aceito como padrão, cujas formas aceitáveis são aquelas formas que estão na mídia. Porém, observa-se que nas praias natalenses as categorias representativas do padrão a ser seguido servem apenas como padrão classificatório, não estão claramente expressos nos corpos. Não estão nas praias apenas corpos plastificados e moldados, mas todos os tipos de corpos, estando estes sujeitos a tais padrões classificatórios.

A autora explica que o corpo é “naturalmente cultivado, já que trazem em si a marca de uma cultura [...] No caso do Rio de Janeiro, uma cultura que parece ter horror à gordura e a velhice” (2007, p. 16). Uma cultura que cultiva a “boa forma” e se estabelece numa moral transformadora de corpos esteticamente bonitos. Tirar a roupa na praia, por este aspecto, pode não representar a conclamada liberdade à beira-mar, mas um aprisionamento à modelos e formas. A banhista que se autocensura, e julga outros corpos, possibilita pensar os argumentos apresentados por Goldemberg, o qual segue a linha de raciocínio de Norbert Elias, ao expor que:

“só em uma sociedade que o auto grau de controle é esperado como normal, e na qual as mulheres estão, da mesma forma que os homens, absolutamente seguras de que cada indivíduo é limitado pelo autocontrole e por um rigoroso código de etiqueta, poderiam surgir trajes de banho e esporte com esse relativo grau de liberdade” (2007, p.189).

Ou seja, embora Elias apresente o aspecto favorável ao desnudamento, corroborando às últimas dimensões apresentadas de controle dos desejos, também evidencia a inserção de padrões de corpos que podem ser expostos.

A observação sobre a exposição do corpo entrelaça um movimento entre o que Elias entende por “relaxação de um padrão civilizado”, a utilização deste tipo de traje de banho, na sociedade do século anterior, cairia em ostracismo; e o estabelecimento de novos padrões, que segundo Goldemberg se estabelece como um “corpo capital”, diante da moral da “boa forma”. A cultura do corpo na praia, descrito pela autora, revela a “boa forma” enquanto “um corpo trabalhado, cuidado, sem marcas indesejáveis (rugos, estrias, celulites, manchas) e sem excessos (gorduras, flacidez), é o único que sem roupa está descentemente vestido” (GOLDENBERG, 2007, p. 29). É conveniente “vestir-se” com a moral da “boa forma”.

O corpo de praia também exige o bronzeado. Clínicas oferecem bronzeamento artificial com a justificativa da chegada do verão, ou seja, deve-se ir à praia como o corpo já bronzeado. Essa cor do bronzeado, para a autora Patrícia de Farias (2006), coloca a praia na condição de liminaridade, pois seria a praia o local do bronzeado. Em seus estudos realizados em praias do Rio de Janeiro a autora estabeleceu as relações raciais como objeto de análise, Farias afirma que a “cor” de pele atingível com o bronzeamento possibilita o entendimento da praia, em relação a cidade, como um espaço que não é nem do “branco” e nem do “negro”, mas do “moreno” (FARIAS, 2006) e do “bronzeado” (BARICKMAN, 2009), tornando-o inteligível como espaço liminar. O bronzear-se remete a valorização de uma aparência corporal. Para David Le Breton, a aparência corporal “responde a uma ação do ator relacionada com o modo de se apresentar e se representar” (2007, p.69).

Estas perspectivas analíticas parecem recobrirem-se da noção de ir à praia a partir de um “mostrar” o corpo, correlata a noção estabelecida por Walter Benjamin (1997). Ou seja, estes corpos despem-se ou vestem-se para a praia. No entanto, se pensarmos que as pessoas simplesmente vão à praia, pode-se evidenciar que há uma base única que engloba todos os aspectos do estar na praia e todos que vão à praia, na contemporaneidade, que é o “aparecer”, apresentado no capítulo anterior, quando se problematizou acerca da noção de moda praia. Mais do que se mostrar, que parece ser esta a perspectiva apresentada pelas autoras, o aparecer apresenta-se como revelador da dinâmica do despir-se para a praia. As pessoas antes querem aparecer, mais do que se mostrar.

Porém, questiona-se em que medida o corpo pode ser problematizado e evidenciado na análise de um espaço público. O corpo sempre esteve presente na teoria social, entre os clássicos da Sociologia não, Simmel, atenta ao sensível, ao que é sensório e fisionômico. A corporeidade assume a percepção do corpo no âmbito da sociologia, embora passivo, comportando-se como portador da imposta modernidade, para o autor “a mente do homem moderno se tornou mais e mais calculista” (1997, p.14), expondo sua relação com as transformações sociais que o mundo moderno apresentava: “O homem não termina com os limites de seu corpo ou a área que compreende sua atividade imediata. O âmbito da pessoa é antes constituído pela soma de efeitos que emana dela temporal e espacialmente” (1997, p. 23). Apresenta o corpo passivo diante do mundo, os quais estão subordinados aos modelos de vida impostos pela modernidade.

De forma sistemática, o “corpo”, enquanto categoria analítica, aparece nos trabalhos de Maurice Merleau-Ponty e Marcel Mauss. Os estudos sobre o corpo surgem bifurcados entre a fenomenologia de Ponty e as técnicas corpóreas de Mauss, embora ambos estivessem preocupados em superar o dualismo cartesiano que separa mente e matéria.

Merleau-Ponty critica as teorias que observam o homem como objeto e não como sujeito que é, entende não ser possível apreender o sujeito por determinismos científicos. A percepção do autor acerca da possibilidade de compreensão do homem em sociedade resulta de pressupostos fenomenológico, “o mundo é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável” (1999, p. 14). Para Merleau-Ponty o sujeito deve ser apreendido a partir do mundo vivido e não do mundo pensado: “a consciência de si é o próprio ser do espírito em exercício. É preciso que o ato pelo qual tenho consciência de algo seja ele mesmo apreendido no instante em que se realiza, sem o que ele se romperia” (1999 [1945], p. 497). Nesse sentido entende que o corpo é “o veículo do ser no mundo, e ter um corpo é, para um ser vivo, juntar-se a um meio definido, confundir-se com certos projetos e empenhar-se continuamente neles [...]” (p. 122).

O corpo para Mauss (1974) expõe um conjunto de aspectos que envolve o social, o psicológico e o biológico. Para o autor, a ação individual, que pode estar relacionada a repetição da ação de outro, diferencia-se da ação da outra pessoa exatamente por conter significação específica da sociedade em que está inserido. Para Mauss, o “corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo”. (1974, p. 407).

Enquanto Merleau-Ponty percebe o corpo como uma obra de arte e pensa a possibilidade de compreensão do sujeito a partir de um movimento que parte do sujeito para o indivíduo, para Mauss a análise inicia-se na construção social e finaliza-se no processo de particularização realizado pelo indivíduo.

Interessa a esta sociologia uma análise da corporeidade humana, não do corpo biológico, ou seja, como realização social e cultural, enquanto simbólica e representativa de um imaginário coletivo: “as ações que tecem a trama da vida quotidiana, das mais fúteis ou das menos concretas até aquelas que ocorrem na cena pública, envolvem a mediação da corporeidade” (LE BRETON, 2010, p. 07). Entende Le Breton que o corpo é um “vetor

semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída” (2010, p.07). Observa que a existência é corporal antes de qualquer coisa, defende que cabe à sociologia dedicar-se “ao inventário e à compreensão das lógicas sociais e culturais que envolvem a extensão e os movimentos do homem” (p. 07).

Porém, o corpo que se movimenta na praia também informa sobre a percepção cultural do biológico que pode ser alterado, mantido ou modelado. O corpo é no seu contexto de significação, não como passivo à uma dinâmica social, mas, como se observa da praia, o produtor do espaço enquanto ações individuais e coletivas, o mesmo indivíduo que molda o corpo para a praia, estabelece o corpo de praia na medida em que julga, exige e se faz de corpo de praia. É um jogo, em expectativas previsíveis do uso público, não como assinala Norbert Elias, quando observa a necessidade de se conhecer as regras do jogo para que o mesmo seja compreendido e jogado, no qual o indivíduo apenas se insere, mas quando o indivíduo é o próprio jogo, como assegura Georg Gadamer, o qual se insere, estabelece, esquia-se, aceita, ou nega o jogo social.

O corpo está no mundo e neste mundo se faz e refaz a todo o momento (SLOTERDIJK, 2003). O mundo é fruto do reconhecimento de objetos e seres que se relacionam em uma dinâmica que não apenas se submetem a regras coletivas, que não expõe uma condição *priori* ao seu reconhecimento. Neste sentido, a apreensão da realidade se encontra na percepção dos movimentos que circunscrevem diariamente a areia da praia, uma dinâmica que possibilita pensar o espaço urbano para além das delimitações arquitetônica, das quais fala Sharon Zukin (2000) acerca das paisagens enquanto expressão das desigualdades econômica, ou do corpo enquanto vetor comunicativo. A praia é um cenário propício para revisitar tais teorias, exatamente porque congrega elementos naturais e agrega em apenas um ambiente a pluralidade de “esferas”, o que fornece aspectos importantes para se pensar a convivência públicas nas variadas dimensões, como apresenta Sloterdijk (2003).

O espaço que decorre do movimento do corpo é o espaço de “ressonância” (SLOTERDIJK, 2003), enquanto impulsos diário que não são apreensíveis no olhar, mas que são expostos em movimento e apreendido em seus limites que configuram o espaço. São “esferas” próprias, de aparente domínio do corpo, que delimita a superfície e a torna porosa similar ao que Deleuze e Guatarri apresentam como espaço “estriado”, mas que não se delimita por esta porosidade, é a todo o momento permeado por outros movimentos que também demarcam a superfície, a permeabilidade pode em alguns momentos representar apenas

tensionamentos ou podem estourar, provocar o estouraremos da esfera do outro, expondo um intenso conflito em uma ilha.

A dinâmica social da faixa-de-areia pode ser comparada metaforicamente as ondas do mar que deslizam sobre a areia da praia em variados formatos. A espuma, que junto a onda decanta na areia e forma linhas irregulares, inconsistentes, tece-se em bolhas que se aglutinam em sua formação e posteriormente estouram a cada choque entre bolhas, em uma tênue e tensa harmonia, que, ao tempo em que consiste em uma espuma, se autodesfaz quando o encontro é intenso. A configuração da praia pode ser percebida assim como se orienta a dinâmica das ondas. O movimento dos corpos que transitam pela faixa-de-areia, que formam bolhas de subjetivação e posteriormente as espumas de configuração humana, que se agrupam, que se chocam, que se tencionam e que se desfazem. Mas não em si mesmas, são bolhas que representam uma extensão, um prolongamento de subjetivações que se configuram em outros espaços da cidade, que se estendem a tantos outros, como discutiremos a seguir.

A dimensão do corpo semidesnudado pode ser analisado a partir do erotismo e das regulações que sugerem, mas principalmente pelo aspecto da ressonância. Porém, o semidesnudamento não é uma questão estanque e resolvida. Há discussões em vários países sobre a proibição e permanência do uso da roupa de banho, ou mesmo de sua completa retirada, o que ressoa de francas discussões sobre a liberdade individual e de exposição do corpo. Pode-se verificar o quanto esta discussão pode dizer sobre a praia que representa a exposição de desejos que emergem na cidade contemporânea. O libertar-se das roupas, da cidade, do cotidiano de trabalho e estudo, não decorre de um simples semidesnudamento ou da convivência entre aqueles que buscam o mesmo objetivo, homogeneizando-se em uma espuma. Ao contrário, salienta Sloterdijk (2003) que a espuma, assim como a do mar, tem uma dinâmica fluida. Neste sentido, a praia apresenta uma dinâmica capaz de revelar o tipo de cultura que está inserida, representando as silhuetas em formas definidas da cidade que a circunda, com tensões que caracterizam o modo de vida urbano. Diante do reconhecimento da fluidez e impermanência da paisagem social que se estabelece à beira-mar e da caracterização das "esferas" a partir da observação das práticas na faixa-de-areia, segue-se, no próximo item, ao entendimento do resultado destas práticas ao que se pode chamar de praia ante a compreensão daquilo que Sloterdijk apresenta como "clima".

2.2. A ESPUMA PRAIANA: O QUENTE CLIMA NA AREIA DA PRAIA

A praia, como já apresentado, corresponde em muito ao seu entorno, podendo ser considerada expressão da regulação social ou clara exposição de contraposição a uma ordem vigente. Desta forma, considerando as dimensões apresentadas que tornaram possíveis um olhar sobre a dinâmica das praias natalenses, amplia-se o *locus* empírico no sentido de tornar evidente a ideia de que a praia é uma espuma que corresponde a pluralidade de esferas, que se delimitam pelo contexto social no qual estão inseridas. Dito isto, questiona-se o que é possível entender por praia e quais características podem ser entendidas como praianas. O que é praia? O que se pode compreender acerca da configuração praia e da sociabilidade à beira-mar?

Antes de analisar os aspectos estudados até o momento sobre a praia, na medida em que outros serão apresentados, questiona-se a própria noção de "sociabilidade" e de "configuração". O que se pode entender por "configuração" e o que se pode tornar evidente ao entendimento de uma "configuração" que se denomina como "praia". Assim, só posteriormente, entende-se poder adentrar ao entendimento da configuração praia, na medida em que se buscará, em outras experiências de convivência pública em praias, evidências das ressonâncias da vida urbana que permeiam e caracterizam as práticas à beira-mar, as quais se demonstram comuns e mesmo contrastantes ao ambiente da praia urbana, a qual nos interessa, na medida em que permitem estranhar práticas que são tomadas como naturais. Desta forma, pensa-se na possibilidade de compreensão da praia urbana, e conseqüentemente, apresentando fundamentos para as afirmações já colocadas de que a praia corresponder ao seu entorno, e da impossibilidade de se afirmar que as práticas que se estabelecem na praia podem ser entendidas como uma "cultura praiana".

A compreensão da praia enquanto uma "configuração" pressupõe que a análise já designa seu caminho analítico. A noção de compreensão nos coloca no universo antrópico e limitador, diferentemente das tradições das ciências da natureza, capazes de "entender" em sua totalidade um objeto. Abarca-se compreensões temporalizadas e geograficamente limitada, porém, com a pretensão da generalização da compreensão de um tipo, aparentemente, apenas geográfico, que só a utilização humana faz denominar como praia.

A delimitação e representação acerca de um determinado espaço prolonga debates sobre a centralidade de estruturas ou de indivíduos diante daquilo que resulta. A relação que os indivíduos estabelecem entre eles e com o espaço é a discussão central da presente reflexão, importante à pesquisa na medida em que se discute a "co-vivência" (SLOTERDIJK, 2003) pública resultante no espaço e sua relação com a cidade a partir das práticas desenvolvidas pelos indivíduos na faixa-de-areia.

Aborda-se, de forma relacional, a noção de sociabilidade e configuração, nas linhas que seguem, expõem-se as noções apresentadas pelos autores que em muito recorrem a forma que os indivíduos estabelecem suas relações ao resultado que se entende como configuração. Os autores selecionados apresentam a “configuração social” como consequência de interações sociais entre os indivíduos. Inicialmente analisa-se como Georg Simmel e Norbert Elias empreenderam caminhos analíticos para se pensar a realidade social, e, posteriormente, em mais recentes possibilidades analíticas, por autores que também se utilizam da noção de “configuração” para expressar a culminância dos processos de interação, ou como prefere Simmel, de socialização e sociabilidade, dos quais destacam-se os trabalhos de Hans-Georg Gadamer e Peter Sloterdijk.

Notadamente, um dos primeiros autores a se dedicar ao entendimento do processo de sociabilidade é George Simmel. A sociedade para Simmel (2006) é entendida como uma abstração, sendo o indivíduo o que existe concretamente, o qual também acaba por se tornar, em determinado momento, uma abstração. A sociabilidade é, então, compreendida pela distinção entre forma e conteúdo. Para o autor, forma é a interação entre os indivíduos, enquanto a ideia de conteúdo é entendida como os variados elementos que interferem na forma, tais como o impulso, objetivos, interesses e mesmo instintos. Ambos elementos, forma e conteúdo, resultam na sociação, a qual pode apresentar-se por inúmeras combinações. Para Simmel:

Toda sociabilidade é um símbolo da vida quando esta surge no fluxo de um jogo prazeroso e fácil. Porém, é justamente um símbolo da vida cuja imagem se modifica até o ponto em que a distância em relação à vida exige. Da mesma maneira, para não se mostrar vazia e mentirosa, a arte mais livre fantástica e distante da cópia de qualquer realidade se nutre de uma relação profunda e fiel com a realidade (SIMMEL, 2006, p. 80).

Neste sentido, compreende que a sociabilidade é uma forma lúdica de “sociação”. Na percepção de Simmel, a modernidade satura o indivíduo de formalidades, que na tentativa de esquivar-se de regras e objetivos diretos, encontra na sociabilidade a possibilidade de livrar-se dos aspectos formais. Desta maneira, adentra na brincadeira e no coqueterismo. Assim, configuração para Georg Simmel é resultado da sociação, ou seja, um campo de forças e uma modalidade de formas. A “sociação” é sua proeminente representação no âmbito destas duas caracterizações. Enquanto campo de força, o autor entende a disputa entre indivíduo e sociedade, onde ambos buscam ser autônomos. Por outro lado, as formas decorreriam das interações sociais enquanto jogo, no âmbito da forma lúdica, é o se-determinar-mutuamente (WAIZBORT, 2000). Entre outras caracterizações da ideia de forma, ressalta as formas lúdicas autonomizadas, as quais seriam formas das realidades desenvolvidas na vida, como a arte e o jogo, porém entende que são esvaziadas de vida, seu conteúdo é inexistente, sendo este possível apenas quando suas expressões estão cheias de vida. Neste sentido, a configuração é o resultado de um único propósito que não se equipara a um conteúdo, sendo este o de participar da vida da sociedade.

Entende que o dinheiro promove a interação, que por sua vez promove dinheiro. É este, para Simmel, um componente fundamental à socialização, relevante ao entendimento da forma, esvaziada em conteúdo, ao considerar a impessoalidade do dinheiro, que não se restringe a ele mesmo, mas que torna impessoal tudo que atinge. A condição humana de sociabilidade parece ter sido dominada pelas forças da sociedade, deixa de ser uma condição humana e passa a ser uma condição social. Simmel é mais um dos autores da modernidade que se atem ao antagonismo entre indivíduo e sociedade, partindo do indivíduo percebe o domínio deste pelas forças conflitivas da sociedade. Desta forma, estabelece Simmel, as formas mais evidentes de ideia de liberdade, cabendo ao indivíduo livrar-se das imposições da sociedade.

Diferentemente de Simmel, Norbert Elias utiliza-se do conceito de “configuração” para limitar um antagonismo. Para o autor, sua noção de configuração serve como instrumento para entender o afrouxamento do constrangimento social. De forma cautelosa, a qual entende ser exigida à todos aqueles que pretendem apresentar um novo conceito, expõe que entende “configuração” enquanto o resultado da interação entre os indivíduos, constituídas de ações interdependentes. Ao criticar a tendência de se colocar certas configurações como tendo uma existência própria, apresenta o jogo de cartas entre quatro pessoas como exemplo de uma configuração. Autores como Simmel e por Hans-George Gadamer, também trabalham a noção de “jogo” em suas análises, embora não seja a intenção de Elias conceituar “jogo” como fizeram

estes autores que a utilizaram como categoria analítica, mas ao contrário, utiliza-a como exemplo de configuração social. Para Elias, a configuração torna-se autônoma ao indivíduo, entendimento que não poderá ser encontrado em Simmel ou em Gadamer.

Elias entende que o “decurso tomado pelo jogo será obviamente o resultado das ações de um grupo de indivíduos interdependentes” (ELIAS N. , 1999, p. 142), observa que o decurso de um jogo é consequência da relativa autonomia de cada jogador, considerando que a força de cada um é aproximadamente a mesma. E, explica:

Mas este decurso não tem substância, não tem ser, não tem uma existência independente dos jogadores, como poderia ser sugerido pelo termo “jogo”. Nem o jogo é uma ideia ou um “tipo ideal”, construído por um observador sociológico através da consideração do comportamento individual de cada um dos jogadores, da abstração das características particulares que os vários jogadores têm em comum e da dedução que destas se faz de um padrão regular de comportamento individual. O “jogo” não é mais abstracto do que os “jogadores”. (ELIAS N. , 1999, p. 142)

Neste sentido, afirma que o mesmo se aplica a noção de configuração, afinal o jogo é uma configuração. Argumenta que, se “concreto” tiver um significado, é possível afirmar que “a configuração formada pelos quatro jogadores é tão concreta como os próprios jogadores” (ELIAS N. , 1999, p. 142). Assim, apresenta que por configuração entende “o padrão mutável criado pelo conjunto de jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas acções nas relações que sustentam uns com os outros” (ELIAS N. , 1999, p. 142).

Afirma, ainda, que: “Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários” (ELIAS N. , 1999, p. 142). A percepção de configuração em Elias parece estar condicionada a existência prévia da sociedade, a qual indicaria e possibilitaria os comandos do jogo, há sempre algo que antecede.

Ainda tomando o jogo como exemplo, agora um jogo de futebol, argumenta que uma configuração, assim como um jogo, pode ter uma hierarquia. A noção de jogo em Elias expressa um pré-entendimento do jogo, para que tenha sentido para quem joga e mesmo para quem o assiste: “se se pretende que os espectadores compreendam e gostem do jogo, terão que

estar aptos a compreender o modo como estão relacionadas as disposições mutáveis de cada lado - para seguir a configuração fluida de cada uma das equipes” (ELIAS N. , 1999).

A preocupação de Elias remete à apreensão de abstrações como totalidades reais, e ainda da indicação do pré-entendimento, mesmo às configurações fluídas de cada equipe só podem ser compreendidas pelos espectadores quando estes entenderem como estão relacionadas as disposições.

Assim, ainda se torna mais evidente o pouco sentido que teria a consideração de cada jogador formada pelo conjunto dos jogadores como algo de “abstrato”; ou encarar cada jogador individual como “real” e o grupo de jogadores (na configuração fluida que formam quando em campo) como “irreal”. Mas, tornam-se mais claro, porque é que o conceito de poder se transformou de um conceito de substância num conceito de relação. No seio das configurações mutáveis – que constituem o próprio centro do processo de configuração – há um equilíbrio de poder, que se move para diante e para trás, inclinando-se primeiro para um lado e depois para o outro. Este tipo de equilíbrio flutuante é uma característica estrutural do fluxo de cada configuração. (ELIAS N. , 1999, p. 125)

Neste sentido, fica evidente que as configurações decorrem de disposições estruturadas, que mesmo quando configurações fluídas, partem de disposições previamente compreendidas pelos espectadores e não seria diferente para aqueles que jogam. A noção de configuração em Elias (1999) tem um caráter de previsibilidade, considera-se, para manter o exemplo do jogo de cartas, os previsíveis fins entre ganhar, perder, empatar ou desistir. Desta forma, todos que assistem (espectador) podem entender o que ocorre. Diferentemente disto, ficariam atônitos, possibilidade descarta por Elias, ficar atônito significa não entender o que acontece, isso não implica afirmar que não vai existir. Assim, todas as mais possíveis variáveis estariam fora da configuração.

Quando Elias (1999) amplia da noção de jogo sua ideia de configuração a um bairro ou mesmo uma cidade, amplia também sua compreensão das interdependências de forma indireta. A atenção de Elias está voltada a desumanização de substantivos que são utilizados numa análise, assim, o jogo não pode ser percebido como indiferente ao jogador, que particulariza os aspectos de determinado jogo. Preocupa-se com as abstrações desenvolvidas em torno da realidade vivenciada pelo indivíduo. Questiona-se sobre o que liga as pessoas na sociedade, critica as teorias que se limitam à libido (biológicas e psicológicas) e àquelas que não expõem o indivíduo independente das relações que estabelecem com o macrossistema social.

Há, na perspectiva gadameriana, uma inversão da concepção de Elias, uma vez que os jogadores pouco se mostram, embora seja o jogo jogado por eles, ou seja, o que é preponderante é o próprio jogo. O jogo transforma-se em configuração (*Gebild*), isso ocorre quando o jogo humano se consuma em realidade em ser arte, o que possibilita a compreensão do jogo, ou seja, quando este atinge sua idealidade. É o momento em que, segundo Gadamer, mostra como se liberta “da representatividade o jogador (ator) e constitui-se no puro fenômeno daquilo que eles jogam (representam). Assegura que, como configuração, liberto do sujeito que joga, o jogo é, por princípio, repetível e, por isso, duradouro, mesmo que diante dos imprevisíveis da improvisação. Afirmar que: “tem o caráter da obra de *‘ergon’* e não somente da *‘energia’*. Nesse sentido, é o que chamo de configuração” (GADAMER, 1999, p. 187). A noção de *Ergon* é retirada de Aristóteles, descrito em *Ética a Nicômaco*, que segundo dicionário de filosofia, “*ergon*” é o entendimento da “função do homem enquanto ser racional” (ABBAGNANO, 1998, p. 472), enquanto energia é a possibilidade de produzir algo ou mesmo impulso.

Neste sentido, explica que aquilo que está separado da representação do jogador, permanece vinculado à representação (GADAMER, 1999), vinculação esta que “[...] não significa dependência no sentido de que somente através dos respectivos representantes, isto é, a partir dos representantes ou dos espectadores, é que o jogo (espetáculo) recebe a determinidade de seu sentido, e nem mesmo através de quem, como autor dessa obra, é seu real criador, o artista” (GADAMER, 1999, p. 187).

Em contraposição ao artista, aos representantes e aos espectadores, o jogo possui uma autonomia, entendida por Gadamer (1999) como simples, que comporta outro conceito à esta autonomia: o de transformação. Assim, a configuração decorre do processo de transformação que atribui ao jogo a autonomia necessária à compreensão da sociedade.

É importante atentar que, para Gadamer (1999), transformação não é modificação. Afirmar que quando se pensa em modificação, atribui-se o sentido “de que o que ali se modifica permanece e é fixado concomitantemente como o mesmo” (GADAMER, 1999, p. 188). Pressupõe o entendimento acerca do que se modifica, considerando que é parte do que é modificado, “modifica-se algo nele” (GADAMER, 1999, p. 188), é, utilizando-se de conceitos aristotélicos que busca definir a substância enquanto essencial e acidental, a modificação é um acidente da substância.

Ao contrário, a transformação “significa que algo, de uma só vez e no seu conjunto, se torna uma outra coisa, de maneira que essa outra coisa, que é enquanto transformada, passa a ser seu verdadeiro ser, em face do qual o seu anterior é nulo” (GADAMER, 1999, p. 188). Assim, quando se analisa uma configuração na perspectiva de Gadamer, observa-se algo que se é naquele instante, são representações daquele momento e que não é mais o que se era antes, diferentemente da modificação que é paulatina. Mas atenta que o que se é agora, torna-se uma verdade duradoura, que não se encontrará amanhã. O transformar-se em configuração não é transferências entre mundos, “na medida em que é configuração, encontrou em si mesmo, concomitantemente, sua medida e nada se mensura que seja fora de si mesmo” (GADAMER, 1999, p. 189). É na representação do jogo que poderá ser apreendido o que é, o que não se mostra em outras ocasiões.

Nesta perspectiva, é que expressa o seu entendimento da arte, quando expõe uma crítica à Consciência Histórica⁷⁶ e o determinismo temporal sobre a análise, mas aponta à perduração da representação do jogo enquanto análise hermenêutica. Críticas que são postuladas a partir do entendimento das limitações da compreensão do homem pelo próprio homem, apenas exporia compreensões que os homens têm de si mesmos.

Para Gadamer a arte é, sobretudo, mimeses na medida em que traz à re-presentação do já conhecido e por isso, tornando-o presente. A transformação torna-se um conceito superior à própria noção de configuração, pois é a partir da transformação que se poderá determinar a realidade. Assim, afirma que o sentido do conhecimento da mimese é o reconhecimento. Explica, ainda, que reconhecimento é “uma análise mais exata do fenômeno” (GADAMER, 1996, p. 191), o que permite tornar evidente o sentido de ser da representação (GADAMER, 1999). Assim, o que se torna possível de conhecer “desvincula-se de toda causalidade e variabilidade das circunstâncias que o condicionam, surgindo de imediato como que através de uma iluminação, e é apreendido na sua essência” (GADAMER, 1999, p. 192).

Assim, sua tese, que é contrária à consciência estética, pois o conhecimento estético é mais do que se sabe de si mesmo, “é uma parte do processo do ser da representação e pertence essencialmente ao jogo como jogo” (GADAMER, 1999, p. 195). A consequência ontológica do pensamento de Gadamer (1999) é de que “o espetáculo teatral e a obra de arte, entendida a

[76] “Entendemos por consciência histórica o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião” (GADAMER, 1996, p. 18)

partir dele, não são um mero sistema de regras e de prescrições comportamentais, no âmbito das quais o jogo pode se realizar” (GADAMER, 1999, p. 195). Neste sentido, considerando que o jogo é configuração, o tornar-se-representado, é possível apreendê-lo, em seu sentido, em decorrência de repetições. Porém, considerando que a configuração é também jogo, só atinge esta condição quando torna-se-representado. Não é possível condicionar a experiência presente a um passado, porém a análise do presente perdurará quando do entendimento de seu sentido, ainda mais pelo potencial de repetição possível.

Embora os autores por ora apresentados tenham exposições claras acerca da noção de configuração social e apresentem possibilidades compreensivas da realidade, nenhum interpreta a noção de configuração de forma tão detalhada como Peter Sloterdijk (2003). As *antroposferas*, ou esferas humanas, observadas no item anterior, correspondem à dinâmica da realidade social que pode ser compreendida como configuração. Sua reflexão dispõe sobre a configuração das esferas, em sua *esferologia* do espaço, a qual foi descrita pelos usos da praia no item anterior. Uma das indicações ao entendimento de Sloterdijk (2003) para se pensar a configuração da praia, resulta de sua percepção extensiva das esferas:

Para la reformulacion de la teoria de la sociedade en el lenguaje de las multiplicidades-espacio a espuma tiene una importancia de gran alcance la descripción topológica de la isla antropógena: pues toda célula individual en la espuma ha de ser entendida ahora como micro-insulamiento, que lleva a si mismo el modelo completo de las nueve dimensiones, estrechamente plegadas. (SLOTERDIJK, 2003, p. 379)

A *esferologia* de Sloterdijk difere da perspectiva analítica das esferas sociais apresentada por Max Weber. Weber, em sua compreensão analítico-temporal da sociedade, busca caracterizar as cisões sociais da modernidade, na qual as esferas ganham autonomia na medida em que se desvinculam racionalmente de outras esferas da sociedade, e que seguem uma evolução própria. Um aspecto importante da *esferologia* de Sloterdijk, e que diferencia da conceituação de Weber é que uma esfera não pode ser determinada por outra, elas são autônomas, conquanto, relacionais.

Sloterdijk expõe uma crítica a própria noção de espaço, que para ele, perpassa pela configuração antroposférica do humano a partir de seus movimentos e da tentativa de erradicação da penúria, importa-lhe as relações esféricas, e, conseqüentemente, os vínculos que são estabelecidos pelos humanos a partir de seus movimentos. A análise de Sloterdijk tem início

com uma reflexão sobre o isolamento, oferece uma percepção de cápsulas, ilhas e estufas, sugere que deixemos de lado o entendimento dialético do espaço que relaciona mundo e ilha como síntese e antítese, reciprocamente. Importa-se com uma teoria esferológica das ilhas, cujo objetivo é mostrar como o mundo resulta em mundos interiores e como a pluralidade dos mundos resulta em um arquipélago.

Para o autor, a vida, diferentemente de pensá-la por uma definição metafísica ou holística, não pode ser vista como um meio de simplificar a complexidade da realidade, “si ‘vida’ actúa ilimitadamente, conformando espacios de diversas maneras, no es sólo porque cada una de las mónadas tenga su próprio entorno, sino más bien porque todas están ensambladas com otras vidas y se componen de innumerables unidades” (SLOTERDIJK, 2003, p. 23). A vida, assim, que se articula em cenários simultâneos que estão imbricados uns com os outros, é produzida e consumida em oficinas interligadas. A vida produz o espaço em que está e que está nele.

A “espuma humana”, que começa com a entrada no contexto antropológico e da teoria cultural, sugere a compreensão de que o homem estar-lançado-no-mundo. A pretensão com o conceito de espuma é apresentar a descrição de bolhas, em que cada uma representa um contexto: “um espacio-sentido íntimo, tensionado por ressonâncias diádicas o multipolares, o um ‘hogar’ que bulle em su animaciónm que bulle em su animación própria, sólo experimentable por él y em é mismo” (SLOTERDIJK, 2003, p. 47). Apresenta que a sociedade só pode ser compreendida como associações agitadas e assimétricas de múltiplos-espacos e múltiplos-processos, atenta que as células, as bolhas, não podem estar nem realmente unida e nem realmente separadas. Neste sentido, a configuração “sociedade” é entendida como:

Um agregado de microsferas (parejas, hogares, empresas, asociaciones) de formato diferente, que, como las burbujas aisladas em um monton de espuma, limitan unas com outras, se apilam unas sobre y bajo otras, sin ser realmente accesibles unas para otras, ni efectivamente separables unas de otras. (SLOTERDIJK, 2003, p. 50)

A partir da dinâmica de isolamento, seja por incluir-se em um grupo ou por autorreclusão que cria distâncias, é que Sloterdijk (2003) assinala a possibilidade de apreensão da configuração humana no espaço. A *antroposfera* é determinada por um espaço de nove dimensões, todas configuradoras do mundo, as quais foram descritas anteriormente e utilizadas metodologicamente para descrever a praia. Os topos apresentados por Sloterdijk (2003) expõem

a configuração da sociedade a partir de extensões, que se metamorfoseiam. Para o autor, não é possível apreender a realidade a partir das rígidas definições que se impõe a interpretação de determinado agregado, mas a partir da análise extensiva do homem no espaço, que resulta em espaços de ressonâncias. Desta forma, a praia comportaria, embora comumente se afirme que é um espaço outro, diferente da cidade, ressonâncias do urbano.

Assim, pode-se entender a configuração praia enquanto um agregado de esferas que se intercomunicam e sobre as quais incidem as forças psicodinâmicas de *thymos* e *eros*. Para uma definição empírica da praia, necessita-se compreender as forças psicodinâmicas, as quais, entende-se, são ressonâncias dos contextos sociais nos quais as praias estão inseridas, as quais não atuam de forma pura, mas em um processo de metamorfose com a ambiente praia, o que corrobora ao entendimento que se fará no próximo capítulo acerca do estilo praiano, ou seja, aquilo que se metamorfoseia à que se reconhece como “cultura praiana”. Para tanto, busca-se reconhecer aspectos que revelam *eros* e *thymos*, os quais ressoam do contexto social mais amplo que comporta a praia. Na tentativa de evidenciar estas forças, optou-se por analisar outros contextos que representam extremos correspondentes ao processo de desnudamento e que revelam aspectos relacionados à ressonância do urbano em tais ambientes: 1) verifica-se, na praia não-urbana, o banho de mar pelos naturistas, na qual se pode encontrar o desnudamento completo, ou seja, a nudez; e, 2) analisa-se, desta vez em praias também urbanas, o banho de mar pelos mulçumanos, o qual, embora não pareça para um ocidental, afinal há pouca exposição do corpo, também pode ser compreendido como processo de desnudamento.

Busca-se, neste sentido, verificar elementos que compõem tais forças que ressoam na praia. Mas o que se entende pelas forças psicodinâmicas que atuam sobre as esferas? Para Sloterdijk (2003), “El aire de la islã hace libre”, sendo este, o ar, a atenção que lhe é devida, pois é ele que climatiza o ambiente poliesferológico. O que compõe este ar são as forças psicodinâmicas de *eros* e *thymos*. Neste sentido, pode-se observar como na praia tais aspectos tornam-se evidentes, na medida em que melhor delineia os impulsos e os desejos do homem moderno.

A primeira força psicodinâmica cabe a *Eros*, àquela que direciona à busca dos “objetos”, das coisas, ou das pessoas, sempre no intuito de preencher vazios deixado pela ausência do útero. Esta busca gera a completude necessária ao sentimento. Tal força transita entre o acúmulo egoístico e a vontade, ao tempo em que se deseja compartilhar, sendo revelado o lado altruístico de *Eros*. Em uma percepção política, *Eros* se apresenta como dominador, ao

mesmo tempo em que compartilhar sugere atitudes de solidariedade. Apresenta-se com uma força capaz de estabelecer a generosidade, mas também com a capacidade de impor o ressentimento e a inveja.

A segunda força, para Sloterdijk (2003), advém de uma perspectiva platônica. Coube a Platão, em “A República”, apresentar que a alma humana se constitui de três partes, sendo elas a razão, o apetite e *thymos*. Conquanto, este último, no sentido apresentado por Platão, seria a parte responsável pelo orgulho e pela necessidade de reconhecimento e, quando as reivindicações expostas por esta parte não são atingidas, expõe-se a ira e a vergonha. Esta força, em especial, impulsiona a ira, demonstrativo da expressão de orgulho e a busca pela sua apresentação ao mundo, isto se dá na medida em que impõe respeito. Porém, não são áreas racionalmente livres, embora estejam em campos distintos da razão, não estariam subordinados ao apetite.

O equilíbrio buscado entre ambas as forças é o que garantirá o clima adequando na esfera. *Thymos* expõe-se mais do que *Eros*, sendo primordial para a manutenção da esfera, o controle de *Thymos*. A co-vivência permite ressoar a exposição de diferenças entre si ou entre outras esferas, buscando atingir uma autoestima positiva. Tal busca pode ocorrer por dois caminhos, seja negando ou afirmando o outro. Quando se nega, reverencia-se um mecanismo de vingança, a agressão ao outro dar-se com o objetivo de reestabelecer a autoestima. Quando se afirma o outro, o ato de misericórdia repõe o respeito próprio.

Quando se verifica a praia, a partir da perspectiva esferológica de Sloterdijk, observa-se, no processo de utilização da beira-mar, bem como em seus usos na atualidade, uma dinâmica que envolve ambas as forças, na medida em que se deseja estar na praia e se busca alcançar determinados padrões para se atingir este desejo. Retomando a ideia de jogo, na perspectiva de Sloterdijk, o mesmos seriam estabelecidos na co-vivência da praia, seja entre aqueles que se mostram e aqueles que sentem vergonha de se mostrar; ou entre a generosidade da permissibilidade de qualquer corpo e a exigência do "corpo de praia"; ou, ainda, entre desejos de mais se apresentar e proibições que imperam sobre os desejos. A praia urbana apresenta-se como reveladora de variados aspectos que podem ser melhor evidenciados em outras realidades praianas, como a praia de nudismo e a praia em países de tradição mulçumana, as quais podem contribuir para pensar aspectos relacionados a *eros* e *thymos*, que se analisa nas praias urbanas evidenciadas para a presente análise.

A seminudez seria a melhor climatização para a praia na contemporaneidade, o que não significa que a mesma não seja motivo de polêmicas. Porém, não mais do que a própria nudez. Obviamente que a noção de nudez é a mais clara possível, ou seja, diz-se daquele desprovido de quaisquer vestimentas. No entanto, falar de seminu, não é tão simples e envolve uma gama de aspectos, como por exemplo a aparição do semivestido, que, embora a palavra não exista em português, comumente se utiliza na tentativa de abrandar a noção de seminu. Pois, enquanto o seminu encontra-se meio nu, o semivestido encontra-se meio vestido, sendo esta uma tentativa de se retirar o peso do estar nu quando se há uma certa resistência em aceitar o nu. Mas, decerto, a semântica apenas indica a problemática de se querer estar nu ou seminu em um ambiente com nus ou seminus, o resultado em uma praia urbana, em geral, caminha ao seminus, em uma percepção do semivestido, que em muito se reivindica estar cada vez mais seminu.

Verifica-se que nem toda praia tem corpos desnudos, seja por motivos climáticos ou mesmo religiosos, mas em geral, tem-se o seminu; bem como é perceptível que nem todo desnudamento está relacionado a praia, mas também a praças e parques⁷⁷. Como se observou, sobre a praia sempre recaiu discussões acerca da vestimenta do banho de mar, revelando desejos de livra-se de roupas e de se "aparecer" pelo corpo. Neste sentido, que assegura o uso da praia enquanto espaço de lazer, deixar a cidade seria livrar-se de variados aspectos que envolvem o cotidiano, deixava-se o trabalho e a escola, junto a reiterada tentativa de abandonar valores e obrigação da cidade, entre estas, as roupas. Junto a este "aparecer-se", revelam-se pessoas que se comunicam com o corpo e expõem desejos.

Na medida em que as pessoas buscam realizar seus desejos, revelam tensões que são estabelecidas entre esferas, entre as esferas na própria faixa-de-areia ou entre a cidade em sua dinâmica própria, o que informa que a praia é, como já se afirmou neste trabalho, parte desta cidade que comporta variados "sons". Assim, analisar a nudez na praia permite pensar os aspectos relacionados aos valores culturais que nestes ambientes afirma-se poder ter, que na cidade não é possível. Desta forma, verifica-se a partir da praia de nudismo as expressões de *Eros* e *Thymos* na tentativa de reconhecimento de ambos na praia urbana.

[77] Em abril de 2014 a cidade de Munique na Alemanha liberou 6 pontos da cidade para a prática de nudismo.

Para tanto, a discussão se inicia pelos aspectos legais relacionados à possibilidade de prática do nudismo, que em muito podem corresponder aos valores culturais vigentes. Salienta-se que em termos legais, no Brasil, tem-se por regra a proibição de se tráfegar desnudo. Todavia, é este um entendimento doutrinário, o qual compreende o nu como ato contra os bons costumes e a moral, já que ao legislador coube tipificar na norma apenas como ato obsceno, não sendo estabelecida outras caracterizações. Consta no capítulo VI do Código Penal Brasileiro, que trata do “ultraje público ao pudor”, em seu artigo 233, que “Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa”⁷⁸. Porém, deixa margem a discussões uma vez que não se definiu o que é a prática de um ato que possa ser entendido como obsceno, o legislador foi omissivo quando não definiu ato obsceno, o que seria a prática deste ato ou mesmo lugar público, e, ainda, complica-se ainda mais porque a punibilidade de ato obsceno não se encontra no capítulo de crimes contra a dignidade sexual, mas em um suscito capítulo sobre o pudor.

Desta forma, o doutrinador, mesmo que tenha buscado definir tais atos, deixa ainda possibilidades de questionamentos. A caracterização de um ato como obsceno será determinado a partir da avaliação moral de determinada época. Conforme saliente o jurista Damásio de Jesus, o “legislador vem visar a proteger o sentimento de moralidade sexual vigente numa sociedade em determinado momento”⁷⁹. Neste sentido, a moralidade, que por vezes recebe a adjetivação de sexual, ou seja, a moralidade sexual, está diretamente relacionada ao pudor público e corresponde ao entendimento da coletividade que sofre o ato. O que dá margem a variadas interpretações ou mesmo a tentativa de se expor um entendimento acerca dessa moral que justificaria a exposição de partes do corpo como algo aceito socialmente. É o que tem acontecido no Brasil acerca do *topless*. Há tentativas de se demonstrar que a sociedade brasileira não mais se constrangeria com os seios à mostra. Grupos desenvolvem ações e convocam a sociedade a participar de atos que tem o intuito de demonstrar um corpo não sexualizado, ao tempo em que buscam apresentar que a moralidade do brasileiro não se reveste de pudor em relação ao tronco feminino desnudo.

No primeiro sábado do verão de 2013 ocorreu na praia de Ipanema um “toplessaço”, que segundo a organizadora, a atriz Ana Rios, tinha como propósito o fim da criminalização

[78] Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso realizado em 04/05/2014.

[79] JESUS, Damásio. Código Penal Anotado, 17ª Ed. atual, São Paulo: Saraiva, 2005, p. 233.

das formas do corpo feminino. A atriz argumenta que: “nosso corpo não é única e exclusivamente objeto de desejo, posse e sexualidade. Pelo direito do corpo natural, não criminalizado, nem sacralizado, nem consumido”⁸⁰.

A reunião de todos em um “único *topless*” teria sido motivada pelo que as ativistas entendem como repressão o fato de uma amiga da organizadora, a atriz Cristina Flores, ter sido abordada por policiais que solicitaram que a mesma cobre-se os seios (ver figura 39). A abordagem se deu na praia do Arpoador, a atriz posava para as fotos que fariam parte do material de divulgada da peça “Cosmocartas”. Segunda a atriz:

— Do nada, vieram três policiais, mais do que um por seio. O que falou conosco parecia assustado. Disse que havia crianças e famílias ali, e que o que eu estava fazendo era obsceno. Fiquei muito constrangida, me senti pega num delito — conta Cristina, que tem 37 anos, não costuma ir à praia e nunca havia feito *topless*⁸¹.



Figura 39: A atriz Cristina Flores vestindo a camisa após abordagem policial. Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/peitando-moral-topless-no-rio-10920327>. Acesso realizado em dezembro de 2013.

A ação da polícia ganha contorno questionável porque em 19 de janeiro de 2000, o então secretário de Segurança Pública da cidade do Rio de Janeiro, Josias Quintal, oficializou a liberação do *topless* em praias cariocas. O fato se deu em decorrência da autuação sofrida pela

[⁸⁰] Extraído da fanpage da atriz, no facebook, em 17/12/2013.

[⁸¹]Entrevista concedida ao “O Globo”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/peitando-moral-por-que-topless-ainda-causa-mal-estar-e-reprimido-pelo-estado-10920313#ixzz3wZ65ZQuM>. Acesso realizado em dezembro de 2013.

vendedora Rosimeri Moura Costa, a qual optou por se bronzear sem a parte de cima do biquíni na Reserva Biológica do Recreio e se negou a vestir a roupa quando abordada. Não são poucos os comentários sobre este fato. Em relação ao ocorrido com Rosimeri, alguns acham absurdo um policial se preocupar com isso, ao tempo em que entendiam que as pessoas que reclamavam e reprimiam o topless eram aquelas invejosas. A detenção de Rosimeiri levou um grupo de estudantes a protestar no Posto 9, as meninas tiraram a parte de cima do biquinho em solidariedade à vendedora. Afirma uma das estudantes que diante do ocorrido criou coragem para tal ato e defende o topless pela justificativa de que não ver "nada demais em mostrar uma das partes mais bonitas do corpo da mulher", diz a estudante Paula Moretti, 26 anos”⁸².

Em 2013 a proibição ganha outros contornos, embora no verão de 2000 o topless tenha ocorrido com frequência nas praias cariocas, não perdurou nos verões seguintes. Para o historiador Luiz Antônio Simas, em entrevista ao jornal “O Globo” “o topless ficou restrito a uma minoria por ser um comportamento que nunca se adequou à moralidade dominante na cidade: — É preciso quebrar o mito tropical do carioca como um libertário em relação ao corpo. É uma construção ilusória, uma imagem turística da cidade, especialmente no carnaval. O Rio nunca foi o Posto 9”⁸³. O historiador faz referência ao posto 9⁸⁴ por ser esta uma região da praia de Ipanema que sempre agrupou pessoas que se auto-definiram como vanguardistas, libertárias e de predileção política de esquerda.

Foi neste local que Fernando Gabeira aportou no verão de 1980 vestindo uma diminuta sunga de crochê na cor lilás. A sunga ficou conhecida como tanguinha e está guardada no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), no Rio de Janeiro⁸⁵ (ver figura 40). Após a volta do exílio com a anistia política assinada pelo então Presidente João Figueiredo, Gabeira assume

[82] Informação disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/31996_O+VERAO+DO+TOPLESS

[83] Entrevista concedida ao “O Globo”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/peitando-moral-por-que-topless-ainda-causa-mal-estar-e-reprimido-pelo-estado-10920313#ixzz3wZ65ZQuM>. Acesso realizado em dezembro de 2013.

[84] Posto de Salva Vidas localizado na praia de Ipanema no Rio de Janeiro, por extensão, entende-se a faixa-de-areia em seu entorno como Posto 9 ou apenas 9.

[85] Informação disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/o-retorno-de-gabeira-9566249>

uma postura questionadora nas praias carioca. O jornalista aponta uma contradição em sua fala quando justifica tal ato. Primeira afirma que estava acostumado a ir nu às praias gregas, posteriormente fala que teve o intuito de questionar o machismo. Um costume decerto não pode ser colocado como um ato racional com o fim de protestar contra o machismo e a diversidade sexual, ou "variedade sexual" como apontavam os jornais da época. Os jornais da época estamparam a foto de Gabeira de tanguinha e os questionamentos a sua atitude levantou o debate sobre a liberdade e o machismo no Brasil.



Figura 40: Imagem de Gabeira com a tanga que foi reproduzida em vários jornais da época. Disponível em: <http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2>

Foi também no Posto 9 que Leila Diniz expõe de biquíni sua barriga de grávida. Onde também ocorreram os apitaços para avisar os usuários de maconha que a polícia estava próxima. Entre tantos atos de questionamento da moral instituída, verifica-se que alguns seguiram a naturalização de seus usos no ambiente da praia, ou mesmo fora dele, a perduração de proibições se dão antes por aspectos morais e não legais, como muitos movimentos pela liberdade do topless sugerem ser. Enquanto se verifica facilmente mulheres grávidas de biquíni em toda e qualquer praia brasileira, ou mesmo a comum utilização de maconha no Posto 9, o *topless* não se tornou expressivo em nenhuma praia carioca ou brasileira, nem na pequena zona do Posto 9, mesmo no período de liberação citado acima, e, ao que demonstra, ainda não há respaldo social para a liberação dos seios em sua completa exposição.

É o que se pode observar nos eventos realizados em favor da descriminalização dos seios nus, os quais tiveram números insignificantes de participantes. Embora mais de oito mil pessoas tenham “confirmado” presença no evento através da *fanpage* no *facebook*, poucas estavam presentes. Em contrapartida, os profissionais da mídia estavam apostos, aguardavam a exposição natural dos seios siliconados. Ainda que não fosse um dia qualquer, afinal as ativistas pela liberdade do corpo, que enveredaram a uma crítica ao consumismo, parecem ter exagerado na produção visual para o momento (ver figura 41). As aparições em poses programadas e o visual montado com adereços que se pressupõe valorizar a aparência, reafirmavam a

desnaturalização do ato de mostrar os seios. O evento não apresentou nenhuma crítica ao consumo, como propunha, além de ser possível verificar que a auto-exposição sobrepôs o próprio propósito, ou seja, mostrar seus seios nus. Correlato a noção de "aparecer" de Benjamin (1997), as ativistas mais do que mostraram os seios, pelo um simples ato de desnudar-se.



Figura 41 – Foto de manifestantes no Toplessaço em Ipanema. Imagem das manifestantes. Foto 1 - Portal G1; Autora: Renta Soares. Foto 2 - Portal G1-21/12/2013; Autor: Ricardo Moraes/Reuters.

Alguns outros estados, como Santa Catarina, também realizaram atos pela naturalização do corpo feminino, mas nenhum com adesão significativa, sempre atraindo mais curiosos do que ativistas. A pouca participação de expositoras dos seios demonstra como o equilíbrio entre forças thymóticas e eróticas vão sendo moldadas. Se por um lado a coragem de mostrar-se torna-se evidente, o desejo de expor-se tensiona com os valores morais de uma sociedade que sexualiza os seios, ao tempo em que reforça a proibição de sua exposição.

Enquanto no Brasil é perceptível que não há uma aceitação social do desnudamento dos seios, em Portugal, o “tronco nu”, que é uma prática comum nas praias portuguesas e não corresponde a legislação específica, tende a diminuir. Afirma-se que há uma tendência de diminuição dessa prática nas praias, ao ponto em que, segundo a socióloga, Ana Cristina Santos, o vazio legal é “elucidativo e ilustra a falta de centralidade do tema, que não é considerado problemático”⁸⁶.

[86]http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1354425

Todavia, o tema não é desprovido em sua totalidade de uma problemática. O art. 171 do código penal português expõe que: “Quem importunar outra pessoa praticando perante ela actos de carácter exibicionista ou constrangendo-a a contacto de natureza sexual é punido com pena de prisão”⁸⁷. O problema do texto legal é que a mensuração de tal prática e a motivação de enquadramento legal cabe àquele que se sente importunado, como descrito anteriormente. Desta forma, qualquer pessoa que esteja na praia e entenda que uma mulher que se encontrar com o “troco nu”, assim como em outros espaços da cidade, caracterize, em sua subjetividade como exibicionismo, pode solicitar uma ação policial.

Diante da lei complementar que alterou o Código penal em 2007, o grupo parlamentar “Os verdes”, apresentou um projeto de lei⁸⁸ que estabelece áreas naturistas - “praias, campos, piscinas e unidades hoteleiras e similares” - que possibilitariam a prática de nudismo ou mesmo a possibilidade de se estar com o “tronco nu”. Desta forma, tais ações não estariam mais submetidas ao código penal, passariam a ser áreas com legislações próprias e submetidas às normas da Federação Portuguesa de Naturismo.

Atenta-se que não apenas em um trecho da faixa-de-areia, mas comportando a delimitação inteira de uma praia, tem-se a possibilidade de desnudamento completo do corpo nas praias portuguesas. O nudismo também pode ser visto como uma prática que gera polêmica no Brasil. Não é possível em praias urbanas, mas naquelas mais afastadas dos centros, o nudismo, que é colocado como um aspecto de um contexto mais amplo compreendido como naturismo, é considerado um “estilo de vida”. Tal estilo compõe-se de variados aspectos que sugerem representar o desapego às coisas materiais, a busca pela natureza, um retorno ao ser animal, a naturalização dos seios em enquanto mamas e não como órgão sexualizado e a possibilidade de exposição do corpo nu em totalidade.

Porém, assim como o topless, os valores morais emergem, não apenas daqueles que detém a ação, mas também daquelas cujas ações ressoam, estar de topless na praia urbana sugere que o ato ressoará em todos que ali estão e que não aceitam tal ato. Na praia de nudismo comporta apenas uma diferença, o que torna o desnudamento total ainda mais complexo, todos que estão nesta praia compartilham do mesmo entendimento e querem estar nus, aceitando a

[87] http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/codigo_penal.pdf

[88] <http://www.osverdes.pt/pages/posts/projecto-de-lei-nordm.-23xi-regime-da-pratica-de-naturismo-e-da-criacao-de-espacos-de-naturismo-3183.php>

nudez do outro. No entanto, o estilo de vida naturista e a expressão deste estilo, que é evidenciado através da nudez na praia, congregam, além das regras morais instituídas que também ressoam nas praias de nudismo, as regras constituídas pelos naturistas, que são entendidas como necessárias a todos que compartilham tal estilo de vida naturista. O que se verifica neste aspecto é que as normas estabelecidas pelos próprios naturistas são mais rigorosas, inclusive em seu aspecto punitivo, do que as normas expressas no direito brasileiro, que em muito são criticadas por eles mesmos.

A vivência de um estilo de vida naturista torna evidente que a "co-vivência" denota a necessidade de normas, e que a coragem de romper determinadas regras em busca de satisfazer um desejo pode resultar em regras mais rigorosas. As situações que emergem deste estilo de vida remetem a uma lógica limitadora do quanto menos roupa, mais regras, mas ao mesmo tempo que expõe discussões sobre a posição do corpo na sociedade contemporânea, revelando as significações e a forte capacidade comunicativa que o mesmo apresenta. Além de clarificar, a partir dos elementos normativos, que os aspectos culturais de determinadas localidades ressoam na praia, esta, que vezes é percebida como o lugar onde é possível ser o que se é, nu e livre das obrigações da cidade.

No Brasil existem oito praias⁸⁹ oficiais para a prática de nudismo, nenhuma delas urbana, mas advém destas as discriminações detalhadas de normas de conduta em público, as quais descrevem o comportamento necessário à possibilidade de frequentar tais praias. Para tanto, foram instituídas normas com certo rigor de punições, as quais chegam a impor a exclusão e impossibilidade de se frequentar uma praia naturista, algo que não decorre em praias que não são naturistas.

Estas normas estabelecem punições severas, diferentemente de uma punição de atos públicos obscenos a partir do código penal brasileiro, o qual em geral não restringe o retorno ao local em que o ato foi praticado, uma advertência em praias naturistas pode ter como consequência a expulsão imediata do local, a proibição de retorno ou a cassação da carteira de acesso, o que impossibilita a entrada em qualquer praia naturista no país, e mesmo em outros

[89] Massaramdupió (Bahia); Barra seca (Espírito Santos); Tambaba (Paraíba); Abricó (Rio de Janeiro); Olho de Boi (Rio de Janeiro); Galheta (Santa Catarina); Pedras Altas (Santa Catarina) (site da FBrN). O nudismo encontra-se proibido na praia de Abricó por determinação judicial (TJRJ).

países que mantenham filiação em comum com a instituição reguladora. A própria necessidade de uma carteira de acesso ao local já demonstra a diferenciação no controle dessas praias.

No livro “Naturismo: a redescoberta do homem: a conquista do nudismo na praia do pinho”, Celso Rossi descreve o que considera o início de práticas naturista no Brasil e a criação da fundação da Federação Naturista (FBrN). Explica que o naturismo busca: “Simplesmente o resgate, para as pessoas poderem aceitar o seu corpo como é, por inteiro, sem censurar determinadas partes” (1993, p. 16). Argumenta que se Deus quisesse que andássemos vestidos, teríamos nascido de fralda, e, ainda, que talvez sejamos os únicos animais do planeta que censura o corpo.

Em entrevista⁹⁰, Rossi afirma que tirar a roupa é como um “banho de inocência”, e conclui dizendo que, “a praia naturista é conservadora”. Seus argumentos transitam por aspectos religiosos e naturais: “tirar a roupa é um perdão, sobre todos os anos que ela [pessoa] passou carregando, é a carga do pecado do corpo, de ser feia e tudo mais”. Para Rossi, estar na praia é uma forma de contato com a natureza e que só é possível total integração quando se tira a roupa: “É a experiência mais clara de se integrar com a natureza, seria tirar o calção e se enrolar na areia. Resgatar o direito de ser criança, resgatar a inocência da pessoa”.

No entanto, para tirar a roupa e expor a inocência é preciso que se esteja submetido a um código de ética elaborado pela FBrN. Não se alonga muito na leitura do código para que se verifique as tipificações dos desvios de comportamento e as respectivas punições. Logo se identifica o que entendem por “falta grave” e “comportamento inadequado”, que ocasionalmente possa ser praticado pelos usuários, enquanto o primeiro provoca a expulsão do quadro de associados e das áreas naturistas, o segundo implica em advertência, suspensão e até expulsão, considerando a reincidência. Todos os casos devem ser analisados em duas instâncias, inicialmente pelo Conselho Deliberativo dos Clubes e posteriormente pelo Conselho Maior da FBrN.

Tal redescoberta do homem também parece estar relacionada ao próprio reconhecimento da necessidade de regras, a propaganda liberdade a beira-mar exige comportamento delimitado, não é possível “ter comportamento sexual ostensivo”; “praticar atos de caráter sexual ou obscenos em áreas públicas”; “portar ou utilizar drogas tóxicas

[90] Entrevista concedida ao Programa “Jô onze e meia”, em 1994.

ilegais”; “causar dano à imagem pública ou das áreas naturistas”; “fotografar, gravar, ou filmar outros naturistas, sem a permissão dos mesmos”; “apresentar-se vestido em locais e horários exclusivos de nudismo, sendo tolerado às mulheres de topless, durante o período menstrual” (C. E., 1996).

Entre tantas outras proibições, o grupo particulariza partes do litoral e impõe suas próprias normas. Estas áreas não são de livre acesso e em geral são patrulhadas por segurança privada. Além de definirem o que entendem por naturismo e mesmo o padrão do corpo nu, que não é este o “corpo de praia”, mas apenas o “corpo nu”, os quais devem negar as intervenções técnicas no corpo e a valorização de um padrão específico. Diferentemente das praias naturista, as praias urbanas não estão atualmente submetidas a uma conduta normativa específica, devem seguir, assim como outros espaços da cidade, as normas legais vigentes no país e cabe às práticas determinar os usos estabelecidos em cada praia, desde que estas práticas não sejam consideradas ilegais.

A federação Brasileira é afiliada da Federação Portuguesa de Naturismo (FPN), país em que também o estar em público nu é controverso. Em Portugal tem-se por regra o direito de transitar desnudado, porém, corrobora ao direito de se reclamar do desnudamento, caso alguém se sinta incomodado pela observação do "outro nu". No entanto, a praia de nudismo restringe o direito de reclamar, ou seja, pode-se andar nu sem a possível surpresa de ser abordado por um policial. Segunda a Federação Portuguesa de Naturismo (FPN) há 7 praias oficiais para a prática de nudismo e 30 outras que comumente se pratica o nudismo, mas que não são oficialmente reconhecidas. Entre as oficiais estão: Bela Vista; Meco; Salto; Alteirinhos; Adegas; Deserta; e, Barril.

O site da federação afirma que entendem por naturismo “o conjunto das práticas de vida em que é utilizado o nudismo como forma de desenvolvimento da saúde física e mental dos cidadãos, através da sua plena integração na natureza”⁹¹. A estrutura organizacional é muito parecida com a da associação brasileira. E, da mesma forma, cassa-se o direito de frequentar praias de nudismo quando se infringe as obrigações descritas no Regulamento Interno, no capítulo que trata dos deveres dos associados. Todavia, as punições no Brasil decorrem de direitos negativos, como por exemplo a possibilidade de ação, como fotografar alguém no perímetro delimitado à área de nudismo. Já em Portugal, decorre de um direito positivo, entre

[⁹¹] Fonte: consulta realizada em 20/03/2015

eles estão: “Manter bom comportamento moral e disciplinar dentro das instalações da Federação e das organizações referidas na alínea c) deste número. Identificando-se quando lhes for solicitado” (FPN). Porém, as sanções decorrem do mesmo sentido das brasileiras, as quais podem variar, a depender do entendimento subjetivo do Conselho Consultivo, entre: “a) Eliminação de associado; b) Repreensão registada; c) Suspensão de um (1) ano; d) Suspensão de dois (2) anos; e) Expulsão”.

A FPN apresenta uma distinção entre naturismo e nudismo que se faz relevante na medida em que uma se coloca como uma prática (nudismo) e um estilo de vida (naturismo). Por Naturismo entende-se: ‘Uma forma de viver em harmonia com a Natureza caracterizada pela prática da nudez colectiva, com o propósito de favorecer a auto-estima, o respeito pelos outros e pelo meio ambiente. b) Por Nudismo entende-se: A simples prática da nudez, de preferência quando em contacto directo com a Natureza”. Na perspectiva naturista é explícita uma problemática legal acerca do desnudamento, ao tempo em que informa que livrar-se das vestimentas não corresponde necessariamente às práticas que libertam, mas ao contrário, que estão submetidas a novas lógicas de controle e limitação, tira-se a roupa, mas reverte-se de novas regras de conduta.

A polêmica acerca da forma de como se estar na praia não decorre especificamente do livrar-se totalmente da roupa, mas também de parte dela, não decorre apenas de problemas de foro íntimo, coletivo e legal, da exposição do corpo inteiramente nu ou apenas de parte dele. Não é uma questão apenas de estar-se nu, seminu ou como são as pequeninas roupas de banho: biquínis e sungas. O ambiente praiano comporta uma relação de tensões culturais em diversas situações, a praia incomoda, ou determinados comportamentos em praias incomodam, são foco de discussões, isto porque estão diretamente relacionados à cultura que a envolve. Tecnicamente o corpo apropriou-se da praia em um processo de desnudamento, conquanto, aspectos culturais apresentam problemáticas específicas.

Nos países ocidentais há a inegável exposição de grande parte do corpo e cujo foco específico volta-se ao corpo feminino, o que não elimina um olhar para o corpo masculino. Em decorrência dessa exposição comumente aceita de braços, pernas, rostos e cabelo, os problemas ocorrem quando da exposição do que se entende por parte íntima, seja apenas do tronco ou da que resulta em todo o corpo. Todavia, em países de tradição mulçumana, em que há uma privação religiosa e legal (vezes esta decorre daquela) de exposição de partes do corpo que não são consideradas íntimas, ou seja, não sendo permitido a exposição do rosto, braços, pernas ou

pés, devendo a pessoa manter sua “modéstia mulçumana”, o processo de desnudamento torna-se extremamente sutil, mas não menos problemático. O debate migra culturalmente da exposição de “partes íntimas” do corpo, para a manutenção da “modéstia”. Tomar banho de burca e mostrar os pés já é uma transgressão as regras e um processo de desnudamento polêmico, uma vez que as silhuetas ficam à mostra. As polêmicas não se restringem ao mostrar partes do corpo, mas também as silhuetas que são reveladas com um banho de mar com burca, aqui também apresenta-se problemas com o corpo vestido e molhado pela água do mar.

Em 2005, a muçulmana Mecca Laalaa⁹² resolveu acompanhar seu irmão no Projeto “*On the Save Wave*”⁹³, programa financiado pelo Governo Federal e realizado pelo instituto “*Surf Life Saving Australia*”. O programa visa, além da formação de salva-vidas, a integração cultural e o aumento da diversidade étnica entre os seus profissionais, o que reafirma a diversidade cultural das praias australianas. Laalaa decide participar e é confrontada pelo grupo durante o treinamento em decorrência de sua vestimenta, que era a burca. Motivada pelos pais, Laalaa seguia suas vontades profissionais e desportivas sem se afastar de seus valores familiares e religiosos.

A situação de Laalaa, que tinha a pretensão de se tornar uma salva-vidas e a postura de seus colegas de treinamento, aliado as limitações provocadas por suas próprias vestimenta, motivaram Aheda Zanetti⁹⁴, design que já trabalhava desenvolvendo roupas para a prática de



Figura 42: Aheda Zanetti ao lado de Mecca Laalaa vestidas com o Burqini em praia australiana. Fonte: powerhousemuseum

[92] Acessado em 21/03/2015: <http://www.powerhousemuseum.com/faithfashion/women-in-profile/mecca-laalaa/>

[93] Expressão que segundo o *Urban Dictionary* significa: “Being on the same wavelength is similar to the expression “We’re totally on the same page” or “Great minds think alike” It means that you and the other person are similar in thinking at that very precise moment. Often this happens when you voice a thought and someone else says the exact same thing or something similar. It just means you had the same opinion on something about a certain topic, issue or whatever.” Fonte – acessado em 21/03/2015: <http://www.urbandictionary.com/define.php?term=on+the+same+wavelength>

[94] Acessado em 21/03/2015: <http://www.powerhousemuseum.com/faithfashion/the-business-of-modest-fashion/ahiida/>

esporte pelas muçulmanas, ao desenvolvimento do Burquíni (*Burkini*) (ver figura 42), que se tornou uma marca registrada pela “*Ahiida Burqini Swimwear*”⁹⁵ e viria a se consagrar como uma das marcas de “moda praia modesta”, ou “moda praia islâmica”, mais conhecida do mundo.

Laalaa é a primeira mulher a se apresentar em público com um Burquíni. Sua imagem viralizou e, no mês de lançamento no mercado Australiano, foram vendidas 9.000 unidades. A salva-vidas tem a vestimenta como consagração de sua liberdade, foi a partir dela que pode desenvolver sua atividade desejada, além de poder ser muçulmana neste esmo ambiente de trabalho. Laalaa afirma, em entrevista concedida a um site de moda Australiana, o “*Faith, fashion, fusion*”, que: “Somebody who’s used to not being so covered up might feel a little bit restricted but for me it gave me all the freedom”⁹⁶.

Este é um vestir que liberta, é um processo de desnudamento que veste para a liberdade e que apresenta a mulher muçulmana não como uma oprimida, como expressa o próprio site da marca que produz os Burquínis:

By providing the appropriate clothing for the Muslim woman, who complies with religious, cultural and sports obligation, we are helping to bring out the best in Muslim woman, to prove that a Muslim woman is a role model to other women in the world, not an oppressed, no name, and no face being⁹⁷.

A praia que exige uma vestimenta que liberta é uma atração para variadas culturas, e como caminho de análise desta tese, é um espaço (a praia) que possibilita um olhar sobre a dinâmica de uma determinada cultura diante de seus valores e sua liberdade possível, ou ao menos, de um espaço que permite livrar-se de algo, o qual permite estar “na mesma onda”.

Tirar a roupa na praia pode representar não a conclamada liberdade a beira-mar através do livrar-se da roupa, mas um aprisionamento à modelos e formas. E muito menos um

[95] Entre os valores da marca está a liberdade: “Freedom – The freedom to choose to participate in any sporting activity. By providing suitable specialized sports wear, for the active Muslim female, that will give her the freedom to choose in either starting or to continue in any sporting activities and keeping active”. Fonte – acessado em 21/03/2015: <http://ahiida.com/pages.php?pageid=2>.

[96] Acessado em 21/03/2015: <http://www.powerhousemuseum.com/faithfashion/women-in-profile/mecca-laalaa/>

[97] <http://ahiida.com/pages.php?pageid=2>

contato pleno com a natureza, pois este decorre não apenas do ambiente natural, mas da possibilidade de práticas que representem o estado de liberdade natural das pessoas. Os exemplos citados inicialmente possibilitam pensar pelos argumentos já aqui apresentados por Goldemberg, que relaciona a rigorosidade de códigos de ética e o tipo de traje de banho e esporte que representam os relativos graus de liberdade.

Posteriormente, pode-se guiar a uma reflexão sobre a nudez. Engana-se Celso Rossi quando afirma que Deus nos fez nus, uma defesa a nudez pelas vias teológicas não logra êxito, não por esta perspectiva. Segundo Giorgio Agamben (2014), não há no cristianismo uma teologia da nudez, mas ao contrário, uma teologia da veste. Adão e Eva teriam percebido a nudez após o pecado, está em gênesis: “Então abriram-se os olhos de ambos e viram que estavam nus”. Agamben corrobora o entendimento de teólogos quando estes afirmam que isto não se deu por ignorância, a qual teria sido anulada pelo pecado, mas porque não estavam nus, mesmo que não estivessem com nenhuma veste: “estavam cobertos por uma veste de graça, que os envolvia tal como um traje glorioso (na versão judaica dessa exegese, que encontramos, por exemplo, no *Zohar*, fala-se de uma ‘veste de luz’)” (AGAMBEN, 2014, p. 92). Seria desta veste sobrenatural que o pecado os desnuda, sendo que logo em seguida foram obrigados a se vestir, o que os leva a cobrirem-se com folhas de figueira entrelaçadas que formam tangas e, posteriormente, quando da expulsão do paraíso, cobriam suas nudezes com vestes de carneiro feitas por Deus. Assim, pode-se perceber que:

[...] a nudez se dá para os nossos progenitores no Paraíso terrestre somente em dois momentos: uma primeira vez, no intervalo, presumivelmente muito breve, entre a percepção da nudez e a confecção da tanga, e uma segunda vez, quando se despem das folhas de figueira para se vestirem com a t[única] de pele. E mesmo nesses instantes fugazes, a nudez só acontece, por assim dizer, negativamente, como privação da veste de graça e como presságio da resplandecente veste de glória que os bem-aventurados irão receber no Paraíso. (AGAMBEN, 2014, pp. 92-93)

Desta forma, considerando os aspectos bíblicos, sugere Agamben, que uma nudez plena talvez só fosse possível no inferno, ideia completamente oposta que surge sobre a praia, que se revela mais como um paraíso na terra. Apenas seria plenamente exposto o corpo do “danado irremissivelmente oferecido aos tormentos eternos da justiça divina” (AGAMBEN, 2014, p. 93). Porém, atenta que não foi o pecado que introduziu o mal no mundo, apenas o teria revelado. O pecado seria, assim, apenas o retirar da veste, revelando a nudez, a nua

corporeidade, sendo esta, o resíduo gnóstico irreduzível que insinua uma imperfeição constitutiva que se busca reparar em todo momento de se cobrir. Ao que contribui para pensar a nudez na praia, contrapondo ao entendimento dos naturistas, em um nexo teológico evocado pelos próprios defensores da nudez, é que a nudez não é um estado, mas um acontecimento:

Como pressuposto obscuro da adição de uma veste ou resultado súbito da sua subtração, dom inesperado ou perda imprevidente, ela pertence ao tempo e à história, não ao ser e a forma. Na experiência que podemos ter a partir dela, a nudez é sempre desnudamento e pôr a nu, ou seja, nunca forma e posse estável. (AGAMBEN, 2014, p. 101)

Ao provocar a nudez, não se pode exigir uma posição naturalizada daquilo que não se tem por natural, enquanto acontecimento é possível esclarecer as regras e determinações necessárias e que posse ser analisado como algo que nega o natural. Tenta-se, pelo nudismo praiano, inquirir mudanças de uma consciência que respalda o nu como algo a ser coberto. Embora a própria noção de nu seja controversa, que se estende aos mini-bikinis ou mini-sungas (ver figura 43), não é difícil encontrar posicionamentos que entendem minúsculos biquínis ou sungas como expressão da própria nudez. Os modelos abaixo são expressões disto, diante de tais imagens, pode-se facilmente ouvir a expressão: “mas estão nus!”.



Figura 43: Modelos mais diminutos de trajes de banho, todos lançadas em 2014. Fonte: fmimpacto107.com.ar; chilanguerias.com/penekini; www.dogguie.net/bikini-super-mini

Agamben (2014) atenta que diante da perspectiva teológica que defende a resistência de Eva em aceitar as vestes de carneiro divina, seria a mulher a guardiã da nudez. O que se observa na história do traje de banho e, posteriormente, nos usos realizados na praia na atualidade, é que primeiramente o homem logra êxito no processo de desnudamento, embora as mulheres tenham fundamentalmente iniciado o processo de diminuição das roupas, os

homens apresentavam menos itens a serem retirados e logo seguiram a diminuição do traje de forma mais rápida. Por outro lado, de forma lenta e pausada a mulher diminuiu suas vestes, mantendo-se em duas peças, enquanto os homens assumiram apenas uma. Porém, o traje de banho feminino se torna diminuto, revelando toda a região glútea e grande parte dos seios, ao ponto de se poder retirar toda a parte superior do biquíni. Neste momento, a guardiã da nudez, a mulher, ultrapassa o desnudamento masculino.

Por isso, não é pela seminudez que Fernando Gabeira scandaliza a sociedade carioca com sua “tanguinha” de crochê na década de 80, mas pela vestimenta que se apresenta. O fio dental masculino não é comumente aceito nas praias e em geral causa polêmica. O casal Bobby Cole Norris e Harry Derbidge (imagem acima), conhecidos no Reino Unido pela participação em um reality show, chamou a atenção da imprensa europeia e gerou polêmica na internet quando ambos apareceram usando um novo modelo de traje de banho, o “penekini”, uma pequena peça para praia produzida pela marca JQK, que é especializada em trajes de banho.

Ainda, corroborando a este entendimento, verifica-se variados vídeos disponíveis na web, que destacam a situação de exposição dos glúteos masculino, os quais sempre são apresentados como uma flagra e vezes de forma jocosa. Dentre estes vídeos, um se destaca ter o propósito de apresentar o espanto de muitos diante do fio dental masculino, diferentemente dos demais vídeos, em que pessoas estão na praia e se deparam com homens que transitam de fio dental, e então resolvem filmar a situações e publicar como sendo esta uma circunstância inusitada. Neste outro vídeo, em uma situação pré-programada, um homem posta-se em trajes de banho com uma pequena sunga fio dental na areia de uma praia chilena. O vídeo tem como propósito apresentar a forma que os chilenos percebem as situações cotidianas através do humor. Sob risos altos e constrangedores o homem caminha ao mar, jovens o seguem insinuando o andar homossexualizado e os olhares de reprovação são constantes, até que é abordado pelos salva-vidas que solicitam seu afastamento da parte mais movimentada da praia, informando que há zonas menos densas e que o mesmo poderia ficar à vontade: “se pone tangas e toda esas huéas”⁹⁸. O rapaz volta-se a um grupo de pessoas e pergunta-lhes se os salva-vidas solicitaram que eles fossem para o lado mais calmo da praia, então ouve que ele não é uma mulher para vestir-se daquela forma, e o orientam a vestir a calça e ficar no local, ao tempo em

[98] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hQVLU9tTj4E>. Acesso realizado em novembro de 2013.

que outro atenta que se permanecer com a sunga os salva-vidas podem chamar a polícia. Então o rapaz se vira para umas moças que usam fio dental e questiona se elas acham que ele deve sair. As moças entendem que não, justificando que a praia é pública. Segue perguntando porque elas podem utilizar e ele não, e as meninas entendem que a sociedade chilena é machista.

Obviamente que o desnudamento do corpo não está apenas associado a sexualização do mesmo, o que em muito ocorre com as formas femininas, mas a um modelo preconcebido de como se deve ser, este tipo de seminudez para os homens sugere uma ponderação do padrão esperado de como ser um homem. Expor os glúteos masculinos, afirma uma banhista: “não é coisa de macho, quero ver um homem mesmo mostrando a bunda”⁹⁹. Tornear o corpo, depilar-se, estilizar o cabelo, atentar a cosméticos e a acessórios, não seriam para a denominação homem, mas para pequenas categorias que se delimitam no espectro masculino, tais preocupações se restringem aos metrossexuais e spornossexuais exatamente porque os cuidados com o corpo, entende-se, pode revelar sua orientação sexual. Porém, a preocupação com a masculinidade pelo visual também gera questionamento, depois de determinações que sugerem a feminilização do homem, como os metrossexuais, fala-se, mais recentemente, dos lumberssexuais - *lumberjack* (lenhador) com sexual – que não se preocupa com os cosméticos ou grandes marcas de roupas e seus acessórios. Porém, estes estão preocupados em mostrar uma aparência despojada, consoante ao estilo *hipster*¹⁰⁰, e reafirmar a masculinidade em barbas grandes, cabelos despenteados e camisas de flanela quadriculada, além de mochilas e botas¹⁰¹. Na praia os lumberssexuais mostram-se de “sungão” ou bermudas, buscam valorizar a musculatura com trajes que reforçam a sua masculinidade, tanga masculinas não são para os lumberssexuais.

Desta forma, verifica-se que o desnudamento não está necessariamente associado a uma dessexualização do corpo, mas a uma ponderação dos padrões esperados entre homens e mulheres. No entanto, a maioria dos autores no Brasil, apostam na sexualização como o

[99] Entrevista realizada em novembro de 2014.

[100] “Hipster é uma palavra inglesa usada para descrever um grupo de pessoas com estilo próprio e que habitualmente inventa moda, determinando novas tendências alternativas”. O termo é comumente utilizado entre grupos de jovens urbanos que figuram entre o estilo “vintage” e “moderno”, dizem contrapor ao *mainstream*. O termo deriva “hip”, que significa “inovador” ou “descolado”. Conteúdo disponível em <http://www.significados.com.br/hipster/>

[101] O termo deriva “hip”, que significa “inovador” ou “descolado”. Conteúdo disponível em http://lifestyle.publico.pt/noticias/341694_metrossexuais-spornossexuais-e-agora-lumberssexuaisDispon

problema das restrições de vestimentas nas praias brasileiras. E, complementam, afirmando que a tentativa de dessexualização, necessária a possibilidade do topless ou nudez, exige uma mudança mais complexa na percepção da sexualidade que está além da simples exibição. Não há que se duvidar que seria preciso uma mudança mais complexa dos padrões sociais, mas não que atingisse apenas a noção de sexualização de partes do corpo, mas que estaria relacionada ao entendimento do padrão esperado do comportamento em sociedade para ambos os sexos, tanto feminino como masculino, que revelam o que é ser homem e o que é ser mulher para esta sociedade.

Para Sennett (2003), existem fatos e acontecimentos que medeiam a experiência corporal com os espaços que habitam, cita desde aspectos simplórios, como a inauguração de um monumento, a outros mais complexos, como a eclosão de uma guerra. Para Sennett (2003), a sexo é apresentado como um hábito entres os homens, tal qual o banhar-se ou o vestir-se.

Ao contrário dos modernos moralistas, os atenienses pensavam que a sexualidade era um aspecto básico positivo da cidadania, extrapolando a simples observância de proibições sexuais, como a crença de que só escravos se masturbavam, ou de que com eles o amor não seria prazeroso, e imposições legais, que proibiam os escravos de ir aos ginásios, “apaixonar-se por um rapaz livre ou andar em sua companhia”. No ginásio, ensinava-se como usar o corpo de forma que ele pudesse desejar e ser desejado com honra. (p. 42)

No entanto, o autor entende que a "sexualidade" é uma invenção moderna, a qual caracteriza o homem moderno como àquele que busca a liberdade do corpo. Apresenta a Paris revolucionária como o mais recente imaginário de liberdade corporal. Porém, assegura que este imaginário "entrou em conflito com a necessidade do espaço comum e dos rituais comunitários, acarretando sintomas até então desconhecidos de passividade dos sentidos" (SENNETT, 2003, p. 21). Este entendimento leva Sennett a concluir que: "O triunfo da liberdade individual de movimento, simultaneamente ao surgimento das metrópoles do século XIX, levou a um dilema específico e que ainda persiste: cada corpo move-se à vontade, sem perceber a presença dos demais". De tal modo, a sexualidade é apresentada de forma geral em sua teoria acerca da passividade do homem contemporâneo. O autor analiticamente percebe a sociedade contemporânea pela insensibilidade que os homens apresentam.

Entende José Machado Pais (1996) que a sexualidade, os corpos e seus fazeres, possuem um significado cultural, embora atente que a sexualidade seja uma experiência

corpórea. A intenção de Pais é afastar qualquer compreensão biológica acerca da sexualidade do âmbito da análise sociológica. Entende que: "As normatividades da vida sexual e amorosa encontram-se, de facto, prescritas e proscritas por diversos espaços, tempos, modos e ritos" (PAIS, 1996, p. 02).

Por outro lado, Bozon percebe a sexualidade pelos olhos da dramaturgia, considerando ser esta orientada por scripts. Entende que a sexualidade é objeto de variadas construções históricas, dentre estas, encontra-se a construção do desejo e as relações do prazer, que são latentes na modernidade. Segundo Michel Bozon (2004), uma nova normatividade técnica tem conduzido as condutas sexuais em detrimento do doutrinação religioso. O autor aponta que as normas de conduta sexual se romperam diante da libertinagem francesa, cita os contos eróticos e a pornografia como elementos que conduziram estas mudanças.

Para Bozon (2004), que pensa a sexualidade pelos componentes da dramaturgia, entende que as relações sexuais: "foram apreendidas, codificadas e inscritas na consciência, estruturadas e elaboradas como relatos" (p. 130). Apresenta distinções acerca dos tipos de scripts, os quais estão relacionadas às condutas. O primeiro é o intrapsíquico, o qual está relacionado a subjetividade, este se desenvolve no plano mental de cada indivíduo. O segundo considera como sendo interpessoal, que está no âmbito das inteirações sociais, as relações sociais organizam-se pela interpessoalidade. E, por último, os scripts culturais, os quais estão relacionadas as prescrições culturais mais amplas. Com a intenção de elaborar uma teoria que verse sobre as orientações íntimas, o autor entende que os scripts culturais orientam a intimidade da sexualidade, sendo possível uma investigação das lógicas sociais que orientam a construção da sexualidade. A teoria está pelo entrelaçamento destes três modelos, os quais estabelecem uma rede estruturada de significadas no que entende como "rede sexual", o desejo individual e a sexualidade conjugal.

Contudo, verifica-se que o clima praiano é a associação agitada e assimétrica de múltiplos-espacos e múltiplos-processos, que ressoam práticas urbanas, as quais também se compõem das ressonâncias da praia. As variadas esferas, que ressoam na formação da espuma humana compreendida como praia, não podem ser verificadas como totalmente unidas ou separadas, afinal, orienta-se pelas forças que as organizam internamente e externamente. A praia mostra-se, assim, como um agregado de microesferas que congregam variedades de forças contidas em *Eros* e *Thymos* (SLOTERDIJK, 2012), apreendidos pela observação das dimensões esferológicas anteriormente apresentadas, que se delimitam umas pelas outras, se chocam e se

refazem a cada nova configuração. O "clima" (SLOTERDIJK, 2003) praiano, ou seja, o ambiente que deriva da praia, não corresponde a um apaziguamento de tensões ao uma pura liberdade das demandas dos centros urbanos, ao contrário, corresponde a uma dinâmica de exposição, vezes corajosa, de desejos de como se quer ser, e de como se deseja viver, cuja efetivação se esbarra nos valores e nas regras morais que o indivíduo, na "co-vivência" (SLOTERDIJK, 2003) com o outro, expõe em seu cotidiano. Isto foi possível perceber nos dois exemplo que destacam aspectos culturais a partir das normas de convivência instituídas, são variações do mesmo desejo de se apresentar na praia a partir de valores que emergem no âmbito da sociedade.

2.3 O DESEJO DE LIBERDADE PELO CLIMA PRAIANO

Considerando o que se expôs sobre o "clima" praiano, diante da dinâmica assimétrica entre o que se é e o que se deseja ser, busca-se ampliar esta noção para pensar tais práticas no espectro mais amplo da “sociedade” em que se está inserido. Se a praia é cidade, e se o “ar” que circula nesta praia é importante para se pensar a configuração praia, como se pode pensar o "ar" que descreve esta cidade de praia e a climatiza? Um dos aspectos relevantes a este entendimento, que ressaltam a análise, é verificar este clima social pelo aspecto do desejo de se estar na praia, de estar em uma “espuma” composta por co-indivíduos que desejam, que expõem sua consciência de vida projetando um futuro próximo retroalimentado em desejos do "eu" que quero emergencial.

O desejo de se estar na praia não pode ser considerado o desejo de um romântico. Um romântico é comumente acometido por recordações do passado, mesmo que de um passado que não tenha vivenciado, é ao mesmo tempo um futurista-otimista, que busca em suas práticas a confirmação do que nunca vivenciou ou anseia. É como a procura pelo poeta medieval pela “flor azul” escrita por Novalis, que se torna símbolo de uma nostalgia romântica dirigida ao

infinito¹⁰². Diferentemente de Heinrich que sonhava com o seu desejo, o de possuir a flor azul, em nossa cidade aniquilam-se os sonhos para um futuro distante ou de desejos a serem realizados a partir de longos planejamentos, que são substituídos por experiências que representam desejos infinitos, os quais provocam um experienciar de contínuo em desejos. Não mais se perdura um sonho, busca-se de imediato realizá-lo, uma vez frustrado, simplesmente o substitui, em um processo de realimentação momentânea de desejos. Ao menos é isto que se percebe quando se observa o ambiente-praia em seus usos. A praia reveste-se desse aspecto, deseja-se a praia, busca-se o mar, o desejo está na base desta configuração que resulta na praia. Antes se deseja a praia, porém, tais desejos não se findam por realizar-se na praia, não se percebe a faixa-de-areia como uma puro e simples realização destes desejos, uma vez que da praia emergem novos desejos, a praia, desta forma, realiza-se em expressões de novos desejos.

O litoral descrito até o momento conduz à orla marítima, em seu processo de urbanização, e à praia, em sua dinâmica de realização do espaço, como já se verificou no capítulo anterior, bem como no item anterior. Ambas descrições permitem evidenciar o “desejo” como elemento central da vida em sociedade, que, não necessariamente, assim como a busca da flor azul, de apenas um sonho, mas de uma gama incalculável de desejos, entre estes, o da busca pela beira-mar. Mas para que se busca a beira-mar? Além do desejo pela liberdade da cidade exaustiva, deseja-se, também, peles bronzeadas, ter contato com o outro, sentir o sol, areia e mar, entre inumeráveis desejos que se tornam inapreensíveis em totalidade. O desejo é claramente desnudado no ambiente praiano, revela-se na natureza praia, o que permite pensar para além dos limites do ambiente praiano, sobre uma sociedade que promove a possibilidade (negativa) de produção do desejo pela liberdade, na medida em que as pessoas buscam a sua realização na faixa-de-areia. Mas porque fala-se mais no desejo do que na realização? Exatamente porque entende-se que a praia é realizada em desejos, ela se encontra realizada em expressões que não se acabam em si mesmas, mas que se movimentam por desejos contínuos. Isto é o que se reconhece, para fins desta tese, como “clima” praiano, cujas sensações climáticas do ambiente levam a proliferação de desejos, tanto internos, nas próprias esferas, como externos, um vez que se quer estar na praia em decorrência da praia ou pelo desejo do clima esférico do outro.

Desta forma, cabe uma reflexão sobre a noção de "desejo", na medida em que nos permite avançar ao entendimento da busca pela liberdade da cidade do "cansaço" (HAN, 2014),

[102] LEXIKON, Herder. Dicionário de Símbolos. Pensamento-cultrix, São Paulo, 1978.

do desejo de se livrar de algo, o que se reconhece em todo o ambiente que se realiza na praia. As práticas praianas que apresentamos até o momento passam a ser analisadas a partir do entendimento de que as múltiplas possibilidades da sociedade contemporânea colocam o indivíduo diante de uma condição de desiderabilidade, categoria que requer uma análise específica, cujo corpo torna-se um condutor de desejos e expressões de silhuetas a partir de uma deliberação que envolve o contexto social no qual está inserido, que demanda expressões da necessidade de se libertar do "urbano" (WIRTH, 1997). Desta forma, entende-se que a noção de desejo pode abarcar a configuração praia em sua realização, na medida em que contempla a diversidade de escolhas na co-vivência pública e a pluralidade de práticas no litoral.

Decerto que a noção de desejo não é uma categorização facilmente controlada, transita por variadas situações e é, em muito, negligenciada pela sociologia. Porém, encontra profundas reflexões na filosofia e se aporta como melhor campo na psicanálise, ao menos em sua ressonância social. Atenta Camille Dumoulié (2005) que, embora seja uma palavra simples, que comumente se acredita conhecer, “[...] quando se acredita tê-la fixado em uma designação única – ‘o desejo’ – ele cessa de ser um conceito claro e se torna um campo de tensões e de contradições” (p.09). Variados são os termos que remetem à noção de desejo no âmbito destas discussões, *Eros*, *Cypris*, *Ephitumia*, *Hormè*, *Orexis*, cujo conceito, segundo Dumoulié (2005) está no coração do questionamento filosófico desde os pré-socráticos à Santos Agostinho, tendo arrefecido durante o período filosófico-cristão, tendo sido retomado pelos modernos, porém, acaba por ganhar evidência na contemporaneidade. As noções de desejo, em geral, seguem duas vertentes analíticas, cujas abordagens se dão de formas distintas, por um lado, uma a concebe como “Desejo do Homem”, por outro, centra-se na “Potência do Desejo” (DUMOULIÉ, 2005), ambas possibilidades de compreensão encontram-se entre os clássicos da filosofia, passando pelos modernos e finalizando nos contemporâneos.

A palavra desejo advém da palavra latina *desiderium*, cujo sentido primeiro remete ao pesar, numa perspectiva que a entende como volta ao passado, sentindo apresentado na vertente que direciona à reflexão ao “Desejo do Homem”. Esta vertente teve início em Platão, apresenta-se na modernidade perpassando o pensamento de Kierkegaard e estando também presente nas reflexões de Schopenhauer (2005)¹⁰³, é o mesmo sentido que será apropriado pela psicanálise, o qual corrobora uma visão negativa do desejo, ligada a falta e a carência. São

[103] Obra publicada em 1819.

compreensões aprisionadoras do indivíduo, as quais limitam-se pelo caráter negativo do desejo frustrado.

Na outra perspectiva está a tradição do pensamento que aponta à “Potência do desejo”, a qual se desenvolve na modernidade com Spinoza, segue-se à autores como Nietzsche, Deleuze e Guatarri, que desde a filosofia aristotélica atribui-se ao desejo o sentido de “apetite”, sendo este uma potência positiva da vida (DUMOULIÉ, 2005). Os indivíduos que conseguem controlá-lo e realizá-lo, ou mesmo experienciá-lo, estão um passo à frente no sentido da liberdade em relação àqueles que, ou se deixam dominar pelo desejo, ou mesmo têm seus desejos controlado em totalidade pela sociedade. Para Dumoulié (2005), “o enigma do desejo pede a cada um que responda com posições de valores que empenham mais que a sua existência pessoal. A cada instante se empenha aí o sentido que se atribui à vida, uma posição estética, ou uma atitude política” (DUMOULIÉ, 2005, p. 09). Muitos destes pensadores apostaram em metáforas como forma de apresentação de suas ideias, e muitas vezes falaram-se da ideia de desejo sem ao menos torná-la evidente. Em geral, encontra-se nos mitos os melhores referências iniciais para apresentação das ideias de desejo e, bem como, suas reflexões, entre estes mitos encontram-se o mito de Andróginos¹⁰⁴ (Platão), o de Édipo (Freud), e, por fim, a negação mesma desta último, com o anti-Édipo (Deleuze).

As reflexões sobre a noção de desejo vão compor as tensões que também advém de um mito, o de criação do próprio desejo. Reconheciam os gregos que o desejo era filho de Penia e Porus. Enquanto Penia descreve carência e pobreza, Porus está relacionado a abundância e riqueza. Desta forma, o desejo nasce ambivalente, por um lado agrega valores relacionados a jovialidade e alegria, com disposição às embriagues e significando, acima de tudo, potência. Por outro, os valores de sua mãe, humilde, carente, sofredor, desorientado, predisposto a solidão, temente das multidões, desconfiado e acusado. Sendo estes últimos valores mais presentes no desejo, pois sua mãe teria seduzido seu pai embriagado à sua concepção, os valores do pai apresentam-se pouco em intensidade (DUMOULIÉ, 2005).

Porém, acerca do mito de Andróginos, Platão (2011) em “O Banquete”, apresenta a noção de desejo em uma perspectiva narcisista, o qual prende-se em si mesmo. Quando se pensa “o desejo” que poderia se apresentar na praia, pode-se de pronto remeter ao narcisismo, afinal tem-se o que mais se torna evidente na praia que é a exposição de corpos em um

[104] Palavra formada pelos termos gregos *andro* (masculino) e *gyne* (feminino)

deslumbre do “admire-me excessivamente”, porém, observa-se que a praia tem muito mais a dizer sobre o desejo na sociedade contemporânea do que a exposição do corpo, que nesta perspectiva, torna-se um mero comunicador social. Os homens que desejam, não podem ser resumidos à uma libido voltada para si próprio, afinal encontra-se em um contexto de exposição para o outro. O mito apresentado por Platão, relata a gênese do amor e do desejo, o qual deriva de três gêneros humanos, o masculino, o feminino e o andrógino, sendo este último comum aos dois gêneros anteriores.

Depois, inteiriça era a forma de cada homem, com o dorso redondo, os flancos em círculo; quatro mãos ele tinha, e as pernas o mesmo tanto das mãos, dois rostos sobre um pescoço torneado, semelhantes em tudo; mas a cabeça sobre os dois rostos opostos um ao outro era uma só, e quatro orelhas, dois sexos, e tudo o mais como desses exemplos se poderia supor. [...] Eis por que eram três os gêneros, e tal a sua constituição, porque o masculino de início era descendente do sol, o feminino da terra, e o que tinha de ambos era da lua, pois também a lua tem de ambos; e eram assim circulares, tanto eles próprios como a sua locomoção, por terem semelhantes genitores. (PLATÃO, 2001, p. 11)

Para Dumoulié (2005), a tradição viu neste mito a mais perfeita expressão do desejo, o qual teria como objetivo tornar-se um só com o ser amado:

Como o atesta, nos séculos XVII e XIX, o mito do Anjo andrógino presente em iluministas, como *Swedenborg*, ou em numerosos relatos fanáticos. O sucesso desse mito também se deve à glorificação da esfera, que, do *Sphairos* de Empédocles à figura geométrica do círculo ou a forma dos planetas, sempre representou a perfeição de uma espécie de gozo auto-suficiente. O desejo não teria como alvo um objeto ou um outro, mas buscaria a si mesmo no outro. (DUMOULIÉ, 2005, p. 24)

Desta forma, a origem do desejo, compartilhando a noção de mundo de Platão, o qual sugere a existência do mundo sensível e inteligível, estaria, assim, relacionado à separação, à ruptura, à divisão e, até mesmo, à castração. Por outro lado, apresentava, pois, um elogio ao amor em sua completude (DUMOULIÉ, 2005). Reflexão esta que, de certa forma, encontra-se no pensamento de Byung Chul Han (2014), tendo este trabalhado o aprisionamento do homem em si mesmo pelo neoliberalismo pujante em um duelo entre Eros e a depressão.

No entanto, neste mesmo diálogo, Sócrates argumenta com Agatão acerca do desejo e o amor, ao concluir que o desejo substitui o amor, e acaba, desta forma, por projetar o desejo para a carência, não sendo mais a expressão da ruptura, mas de ausência:

Disse então Sócrates: - Não é isso então amar o que ainda não está à mão nem se tem, o querer que, para o futuro, seja isso que se tem conservado consigo e presente?

- Perfeitamente - disse Agatão. - Esse então, como qualquer outro que deseja, deseja o que não está a mão nem consigo, o que não tem, o que não é ele próprio e o de que é carente; tais são mais ou menos as coisas de que há desejo e amor, não é? (PLATÃO, 2001, p. 18)

A relação do homem com o ser é a base da filosofia grega, que tomava os conflitos das faculdades e a oposição entre alma e corpo para explicar as contradições do desejo, o qual correspondia a uma noção que evidenciava o bem e o prazer. Noção de desejo que será invertida pelo cristianismo, inovando com esclarecedoras formas de dualismos que atravessam ao mesmo tempo a alma e o corpo. O que, para Dumoulié (2005), vai significar a catástrofe do desejo e, conseqüentemente, seu arrefecimento. Coube ao cristianismo revelar a mulher nas reflexões sobre o desejo, que antes não compunha o pensamento grego, a qual passa a ser concebida, não apenas como fator preponderante à percepção de desejo, mas como a mesma é colocada diante da condição do pecado. Juntos, o diabo, a mulher e o pecado, compõem a tríade do desejo do cristianismo. O desejo é então entendido como *de-siderium*: “Afastamento de deus, queda do céu e dos astros (*sidera*), desastre. O sentido do primeiro, o sentido mais concreto do verbo latino *desiderare*, é cessar de contemplar os astros” (DUMOULIÉ, 2005, p. 83). Perde-se, assim, a possibilidade de aproximação com Deus.

A tradição do pensamento filosófico cristão, de Agostinho à Tomás de Aquino, apresenta uma dualidade conceitual em relação ao desejo, se por um lado com Deus os homens estabelecem um laço de “amor-desejo” (DUMOULIÉ, 2005), com as coisas do mundo o desejo será relacional a partir de diabólicas libidos. Desta forma, o desejo passa a ter a capacidade de evidenciar tanto a intimidade do homem, bem como a própria ideia de mal.

Para Dumoulié (2005), é esta a razão que motiva Freud a utilizar o termo “libido”, com a pretensão de falar da potência do desejo: “numerosas noções psicanalíticas, como por exemplo pulsão de morte, compulsão de repetição, inquietante estranheza, possuem conotações diabólicas” (p.83). O entendimento é permeado pela ideia de que mesmo as carências do

homem podem se transformar em potência. Variados são os autores que trabalharam esta perspectiva, tais como Hegel, que entende a força negativa como motor da consciência e da história, e Sartre, que observa no nada a força do ser (DUMOULIÉ, 2005).

Em Platão, tem-se o desejo que remete ao andrógino, o cristianismo admite a mulher como àquela que inspira desejos, sendo o gênero masculino preservado entre estas tradições do pensamento filosófico, uma vez que o mesmo só passa a integrar a história da filosofia na modernidade. O homem só vai permear as noções de desejo a partir de Kierkegaard, não limitando seu pensamento ao homem, mas também a sensualidade erótica: “tendo introduzido o espírito no mundo, como único princípio positivo, o cristianismo dele excluiu a sensualidade erótica. Em assim fazendo, porém, erigiu o erotismo e a sensualidade em princípio” (DUMOULIÉ, 2005, p. 86). Decorre desta exclusão uma força até então inaudita sobre a potência masculina, o que segundo Dumoulié, encarnou em duas figuras míticas novas do período medieval: Fausto e Don Juan.

Coube a Michel de Certeau, segundo Dumoulié (2005), considerar os aspectos religiosos e dom-juanescos na medida em que estabelecia um paralelo entre os desejos contrários, entre aquele que se refere aos céus e aos que correspondem ao inferno. Seria este um paradoxo aparente, pois: “o místico (ou melhor, a mística) e Don Juan são como o espelho invertido um do outro” (p.97). Enquanto uma percepção busca se aproximar de Deus, a outro se afasta infinitamente, mas ambos buscando dar respostas para a mesma crise do espírito: “Para o conquistador ou para o sedutor, a degradação dos poderes humanos e da lei divina justifica que se imponha ao mundo a lei do próprio desejo. Para o(a) místico(a), essa degradação o(a) incita a procurar a Deus segundo o caminho do desejo e da lógica do coração”. (DUMOULIÉ, 2005, p. 97)

A ruptura com a estrutura do pensamento filosófico até então adveio do criticismo kantiano, o qual expressava o caráter incognoscível da coisa em si, que torna inviável uma análise pela categoria da razão e mesmo dos a *priori* da sensibilidade. Entre os pós-kantianos optou-se por uma reação retornando à noção da coisa em si por vias diversas: “No mesmo momento em que Hegel, na universidade de Berlim, procurava a sua expressão na Ideia, Schopenhauer a encontrava manifestando-se na vontade (DUMOULIÉ, 2005, p. 100).

Diferentemente de Kant, Schopenhauer entendia que a coisa-em-si era cognoscível, penetrável. Desta forma, o número era compreendido pelo autor como aquilo que reconhecemos

como “vontade”: “o mundo como representação é o espelho da vontade, no qual a vontade se reconhece a si mesma com uma clareza e uma precisão que vão gradualmente crescendo” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 13). Coube, desta forma, a Arthur Schopenhauer (1819) tornar evidente o desejo em sua compreensão da coisa-em-si pela vontade.

Tal vontade revela-se, enquanto coisa em-si-mesma, inconsciente. Considerada como um impulso irracional, resume-se à autoconservação. O autor expõe sua reflexão acentuando a diferença entre a vontade como coisa-em-si, a qual não se submete à razão, e a vontade como fenômeno, momento em que o homem começa a ter consciência de seus desejos. Ao fenômeno, percebe que lhe “é assegurado à vontade, assim lhe é assegurado o presente, única forma da vida real” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 22). E, acrescenta que:

A vontade, considerada puramente em si mesma, é inconsciente; é uma simples tendência, cega e irresistível, a qual encontramos tanto na natureza do reino inorgânico e do vegetal e nas suas leis, como também na parte vegetativa da nossa vida: mas pelo acréscimo do mundo da representação que se desenvolveu pelo seu uso, ela adquire a consciência do seu querer e do objeto do seu querer; reconhece que aquilo que quer não é outra coisa senão o mundo e a vida como são; dizemos, por isso, que o mundo visível é a sua imagem ou a sua objetividade; e como o que a vontade quer é sempre a vida, pois que a vida para a representação é a manifestação da vontade, resulta que é indiferente e constitui puro pleonasmo se em vez de dizer simplesmente “a vontade”, dissermos “a vontade de viver” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 13)

A vontade se manifesta a partir das forças naturais, e só passa a adquirir consciência no próprio homem. Este homem que tem vontade, percebe a impossibilidade de contemplar todas as suas vontades e, junto a isto, vem o sofrimento. É, então, a partir da impossibilidade racional de efetivar seus desejos que os mesmos se apresentam enquanto sofrimento, afinal o homem adquire a consciência de um desejo insatisfeito:

O desejo é simplesmente a consequência necessária da impressão atual, seja quando esta derive da excitação externa, seja quando derive da disposição interna transitória; é tão necessário diretamente e tão considerado quanto a ação do animal e como esta, efetivamente, exprime apenas o caráter específico e não o individual; quero dizer que manifesta o que seria capaz de fazer o homem em geral e não o indivíduo que deseja. (SCHOPENHAUER, 2005, p. 57)

Aquele que deseja nunca estará satisfeito porque o desejo é infinito. A postura pessimista do autor se apresenta quando o mesmo distingue desejo da noção de “ação”, que considera como uma atividade racional do desejo, que representa a vontade, condição tal que só seria possível no fenômeno e não na coisa-em-si. Expõe, ainda, acerca da ação, que o homem não é absolutamente livre, pois ele não pode escolher suas vontades, equipara a todo e qualquer fenômeno da natureza que seguem leis próprias. Considera o autor que os homens vivem em busca de satisfazer seus desejos, acreditando estarem a serviço deles, conquanto agem pela vontade cega:

Como a ação, enquanto é ação humana, requer sempre uma certa premeditação; como além do mais, o homem é, ordinariamente, senhor da sua razão, isto é, reflete, ou em outros termos, se decide em virtude de motivos abstratos e meditados, segue -se daí que não há mais que o ato executado que exprima a máxima inteligível da sua conduta, que seja o resultado da sua mais íntima vontade: a ação comparece como uma das letras da palavra que desenha o seu caráter empírico, que outra coisa não é, mais que a manifestação no tempo, do seu caráter inteligível. Eis a razão por que, quando o espírito não é doentio, somente os atos e não os desejos pesam na consciência. Isto porque eles representam, aos nossos olhos, o espelho da nossa vontade. Quanto a essas ações de que falamos anteriormente, cometidas sem reflexão alguma no ímpeto cego duma paixão, elas são qualquer coisa de intermediário entre o simples desejo e a resolução: por isto um arrependimento sincero, um arrependimento que se manifeste com fatos, pode cancelá-las como ato falho, da imagem da nossa vontade, ou seja, da nossa existência (SCHOPENHAUER, 2005, p. 57)

Desta forma, o desejo, em Schopenhauer (2005), nasce de uma carência e quando a vontade encontra barreiras, surge o sofrimento: “Quando surge um obstáculo entre ela e o seu escopo momentâneo, chamamos a tal obstáculo sofrimento; seu bom sucesso ao invés é o que chamamos satisfação, bem-estar, felicidade” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 75). Sendo algo perverso, caberia ao conhecimento suplantar o sofrimento através do próprio conhecimento. Nesta perspectiva, ao desejo cabe o controle pelo esclarecimento e não a realização deles todos, sendo uma vez impossível e doentio ao corpo. Sugere Schopenhauer (2005), que “a vontade se determina a si mesma e determina com isto a conduta e o mundo, por isso que sem ela nada existe: Compreendida assim, a vontade é verdadeiramente autônoma” (SCHOPENHAUER, 2005, pp. 8-9). O que impede o homem de prover em liberdade, pois a autonomia da vontade é concebida como uma necessidade.

Assim, sugere duas possibilidades de se escapar da vontade, através da estética e da moral: “Pode suceder [...] que a inteligência venha a romper o curso duma existência inalterada, quando, libertando-se do serviço da vontade e compreendendo a natureza do mundo em geral, o conhecimento lança o homem, seja à contemplação na ordem estética, seja à renúncia na ordem moral” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 109). E, sugere, ainda, uma possibilidade de anular a vontade, através do nirvana: “O que resta depois da supressão total da vontade, para aqueles a quem, todavia, a vontade ainda anima, efetivamente é o Nada. Mas vice-versa, para aqueles em quem a vontade foi suprimida e convertida, o Nada é este mundo, tão real com os seus sóis e as suas viaslácteas”. (SCHOPENHAUER, 2005, p. 270)

Como é possível verificar, a noção de desejo Schopenhauer está relacionado à vontade enquanto essência da vida. No contexto de suas reflexões, apresenta o desejo como um aprisionamento que causa dor. Logo em seguida surge a noção de liberdade, a qual só seria atingível através do nirvana, que suprimiria a vontade. Ao pensar em aspecto da praia por esta perspectiva, seria este o ambiente do nirvana, capaz de permitir o libertar-se de um desejo que se tem como negativo, algo que se posicionaria de forma contrária ao que se observa, pois se deseja a praia de forma positiva diante do cotidiano negativo da cidade. Ao contrário, pensa-se que a praia corresponde a expressão do desejo, que comporta a vontade de liberdade. O que só seria possível por Schopenhauer se sua sequência analítica fosse invertida, onde se teria a percepção da praia inserida num contexto social que aprisiona o indivíduo, sendo este contexto a cidade, o homem demandaria por liberdade, cujo o uso da praia se expressaria como desejo da vontade de liberdade. Todavia, admitir-se-ia pelo autor a existência de uma noção de praia em si mesma, independente da ação do indivíduo, a qual só seria utilizada a partir da relação fenomênica do indivíduo com o contexto social.

Seguindo uma reflexão sobre o desejo, entende-se prudente seguir cronologicamente o caminho sucessório do pensamento de Schopenhauer, que é o campo analítico da psicanálise. Embora Sigmund Freud tenha sido reticente em falar das influências de Schopenhauer, Dumoulié (2005) apresenta três pontos de contato entre ambas as teorias, bem como nas reflexões de Lacan, cuja a teoria galgou ser a mais científica de todas as ciências do desejo, mas que foi suplantada pela reflexão de Deleuze e Guattari, a qual é considerada como a mais contundente análise do desejo na contemporaneidade.

Para Dumoulié (2005), nas teorias de Freud fica claro que a “libido” resguarda uma série de características da noção de vontade de Schopenhauer. Ambos, a libido e a vontade,

repousam sobre a pulsão - não conhecem o tempo, vivem eternamente o presente, cuja temporalidade da manifestação é a repetição; a diferença estabelecida entre representação e afeto – desde Schopenhauer, seguindo a Freud, as funções intelectuais passam a estar subordinadas as funções afetivas, ligadas à vontade; e, por fim, a noção de loucura – nesta se encontra uma teoria do recalçamento.

Embora Lacan também pouco cite Schopenhauer, as teorias de ambos apresentam vários pontos de contato, bem como em relação ao pensamento de Nietzsche. Para Doumulié (2005) um primeiro ponto seria a negação da dualidade das pulsões, a qual se dividiria entre pulsões da vida (*Eros*) e pulsões da morte (*Thanatos*), divisão que está presente na teoria freudiana. Como já vimos, a pulsão da vida para Schopenhauer e Nietzsche são pulsões da morte:

A pulsão, aquela que move a vida, o desejo e a sexualidade, é fundamentalmente pulsão da morte. Esta é precisamente a natureza da vontade: ela encarna a potência cega e eterna da vida à qual os indivíduos nunca obedecem tão bem como quando se encaminham inconscientemente para a própria morte. (DUMOULIÉ, 2005, p. 110)

O segundo ponto faz referência ao objeto do desejo, presente já em Platão com o *agalmata*, e que na psicanálise é compreendido como objetos dos fantasmas, ou seja, como causas do desejo. Para estes autores, o objeto de desejo só pode ser assim entendido porque se torna, antes, objeto de desejo do Outro: “esses objetos não são desejáveis a não ser na medida em que o sujeito os representa a si mesmo como sendo desejados pelo outro” (DUMOULIÉ, 2005, p. 110). Tais teorias expressam a inserção de um terceiro na constituição do desejo, o “eu” adquire a colocação necessária no campo do desejo.

Diferentemente de Schopenhauer, Freud modela seu pensamento em perspectiva positiva, embora também não tenha escapado à teoria finalista, que não pôde abandonar quando buscou explicar o ponto central do impulso. Assim, em sua metapsicologia, entende que os impulsos advêm dos “seres místicos”, os quais denomina de pulsões. A partir das análises de tais impulsos, que não são entendidos como instintivos, Freud buscou determinar o que move o desejo do homem. Para isto estabeleceu que o desejo advém de pulsões e energia.

Neste sentido, a ideia de “catexia” assume lugar central para se entender a noção de desejo na perspectiva de Freud. Antes mesmo de estabelecer uma teoria da psicanálise, em suas

obras consideradas como pré-psicanalíticas¹⁰⁵, Freud aponta ao conceito de desejo, que vai desenvolver na obra “A interpretação dos sonhos”. Partindo de fundamentos da física e da biologia do corpo humano, Freud inter-relaciona uma série de entendimentos ao reconhecimento do que entende por “mola mestra do mecanismo psíquico”. Afirma que até então as descrições sobre a consciência eram incompletas, pois, além das séries de qualidade sensoriais, exibiria a série de prazeres e desprazeres, a qual entende necessária uma explicação. Freud atenta que já seria sabido que há uma tendência da vida psíquica de evitar o desprazer, sendo isto tentador em identificar a inércia como uma tendência primária. Desta forma, o prazer e o desprazer seriam sensações ligadas a própria catexia, a qual estaria relacionada à sensação de descarga, e assim chegaríamos ao desejo. Ou seja, Freud entende que há neurônios nucleares que estão em conexão com as vias que ascendem as quantidades endógenas de excitação, os quais, uma vez preenchidos, desencadearia uma propensão a descargas, a qual tem a característica de urgência, que é liberada pela via motora (FREUD, 1990).

Entre a experiência da satisfação e da dor, surgem resíduos que entendem como afeto e estados de desejos. Ambos tensionam-se, uma vez que o afeto consiste na liberação súbita, e o desejo, que corresponde à soma. Desta forma, o estado de desejo:

resulta numa *atração* positiva para o objeto desejado, ou mais precisamente, por sua imagem mnêmica; a experiência da dor leva à repulsa, à aversão por manter catexizada a imagem mnêmica da dor leva à repulsa, à aversão por manter catexizada a imagem mnêmica hostil. Eis aqui a *atração de desejo* primária e a *defesa* [repúdio] primária. (FREUD, 1990, p. 288)

Este entendimento será desenvolvido posteriormente em outras obras pelo autor, como já mencionado. Sua percepção do desejo decorre de uma perda, quando o ser humano experimenta uma perda, ao tempo em que se esforça para reviver determinada situação que lhe foi prazerosa:

Um componente essencial dessa vivência de satisfação é uma percepção específica (a da nutrição, em nosso exemplo) cuja imagem mnêmica fica associada, daí por diante, ao traço mnêmico da excitação produzida pela necessidade. Em decorrência do vínculo assim estabelecido, na próxima vez em que essa necessidade for despertada, surgirá de imediato uma moção psíquica que procurará recatexizar a imagem mnêmica da percepção e reevocar a própria percepção, isto é, restabelecer a situação da satisfação original. Uma moção dessa espécie é o que chamamos de desejo; o reaparecimento da

[105] "Projeto para uma psicologia científica", publicado em (1895)

percepção é a realização do desejo, e o caminho mais curto para essa realização é a via que conduz diretamente da excitação produzida pelo desejo para uma completa catexia da percepção. (FREUD, 2001, p. 150)

Assim, considera-se que as energias são fenômenos intrapsíquicos, sendo as lembranças e a relação fantasiosa e pensamentos sobre determinado objeto as representações mentais catexizadas. A catexia refere-se ao direcionamento de energia psíquica para um determinado objeto, sendo que este corresponde a uma concentração de energia advinda de uma pulsão em uma representação mental ao objeto, seja esta consciente ou inconsciente, considera, assim, o entendido como uma imagem, fantasia ou mesmo ideia.

O desejo e a necessidade encontram-se distintos na teoria freudiana, uma vez que o desejo decorre da necessidade, já que esta não foi suprida por inteiro. Porém, resguarda neste entendimento uma sutileza conceitual, enquanto há necessidade, exatamente por ser suprida por inteiro por um objeto, o desejo não corresponde a objetos reais, mas a traços mnésicos¹⁰⁶. Neste sentido, explica-nos Dumoulié que:

a realização de um desejo não é portanto a posse de um objeto real, mas a reprodução alucinatória de uma percepção cuja imagem mnésica é de novo investida. Estamos precisamente, com o desejo, no mundo como representação: nunca temos uma relação direta com o real, ou com as pulsões, mas sempre com representações de afetos, ou até com representações de representações (DUMOULIÉ, 2005, p. 120)

Disto isto, compreende-se que o desejo é endógeno na medida em que as pulsões correspondem às percepções individuais do mundo. É, acima de tudo, recalcamto, daí que apresenta o complexo de Édipo. Freud entende que na primeira infância a criança tem os seios da mãe como objeto erótico, é este que lhe alimenta. A percepção da criança amplia-se para a mãe em sua totalidade, através de cuidados que geram sensações prazerosas e desagradáveis, decorre deste momento o modelo, ou protótipo, das relações futuras desta criança.

[106] Termo derivado do grego *mnesis*, que significa memória. Em Freud designa como os estímulos inscrevem-se na memória. Podem ser identificados nos variados sistemas, seja no inconsciente ou consciente. Torna-se importante ressaltar que o “traço mnésico” seria próximo ao que Hegel entende como coisa-em-si, um registro puro, diferenciando-se da noção de representação.

No entanto, na segunda infância, sendo esta a fase fálica, o falo assume um papel principal, quando a criança passa a reconhecê-lo, manipulá-lo e diferenciar-se dos demais. Nesta mesma fase se desenvolve o complexo de Édipo, o qual está relacionado à percepção da proibição pelos adultos acerca de sua mais nova descoberta. A partir do entendimento da reprovação de tal comportamento, o menino sente-se castrado. Desta forma, torna-se possível compreender porque o desejo para a psicanálise não está verdadeiramente constituído, exatamente por compor-se em fases de constituição das estruturas psíquicas. Desta forma, observa-se que a frustração se encontra na fase estrutural da psique, tornando o ser humano estruturalmente castrado.

Distante desta visão castradora da noção de desejo, encontram-se autores que o percebem como potência, noções estas que se relacionam ao apetite. Coube a estes autores livrar o desejo de seu aspecto puramente negativo e restituir-lhe, como fez Espinosa, a positividade. Ou, restituir ao próprio homem a inocência perdida no pecado, como pensou Nietzsche. E, ainda, a impossibilidade de fazer do desejo um objeto de saber e de poder, assim como assegura Deleuze e Guatarri (DUMOULIÉ, 2005).

Buscando superar a dicotomia expressa por Aristóteles acerca da noção de substância e do acidente, esclarece Dumoulié, que Espinosa entendeu que: “Se a substância se define como causa de si mesma em relação aos acidentes que só subsistem graças a ela, só existe substância infinita cuja essência implica a existência: Deus” (DUMOULIÉ, 2005, p. 146). Porém, entende que esta substância única se compõe de inúmeros atributos, dos quais demos a possibilidade de conhecer apenas dois, a extensão e o pensamento. Assim como Aristóteles, entende que a essência é energia. Conclui que a essência de Deus é potência, bem como o desejo deste de a tudo dar energia. Desta forma, o esforço de tudo que existe para conformar o ser com sua essência, essa força, a qual é determinada da potência infinita de Deus, é chamada por Espinosa de *conatus*, diz-nos que: “Toda a coisa se esforça enquanto está em si, por perseverar no seu ser [...] O esforço pelo qual toda a coisa tende a perseverar no seu ser não é senão a essência actual dessa coisa” (ESPINOSA, 1992, pp. 275-276). Assim, o *conatus* faz referência a auto-preservação, bem como a todos os atos praticados pelo ser, os quais lhe mantem. Seria, assim, uma pulsão do seu estado primário, é o único fundamento da virtude. Neste sentido, atingiria a liberdade o homem que agisse de acordo com a sua natureza, desta forma, com ações para se auto-preservar.

Entende Espinoza que se deseja o que se julga bom para si, não em busca do bem socrático, mas o juízo da existência primitiva. Para o autor:

O desejo considerado absolutamente, é a própria essência do homem, ou a sua natureza, enquanto é concebida como determinada de qualquer modo a fazer alguma coisa; e, por conseguinte, o desejo que nasce da Razão, isto é que se produz enquanto agimos, é a própria natureza do homem, enquanto se concebe como determinada a fazer aquilo que se concebe adequadamente só como essência do homem (ESPINOSA, 1992, p. 418)

Desta forma, o desejo, enquanto desejo, enquanto "o apetite de que se tem consciência" (ESPINOSA, 1992, p. 331), é infinito e é a própria potência divina, o que atribui ao desejo a determinação positiva. Entende Dumoulié que o desejo é pura positividade:

O que implica duas consequências: em primeiro lugar, o desejo não nasce de uma carência (ou falta), mas, ao contrário, de um infinito extravasamento de potência que procura e cria as condições necessárias ao seu incremento. Em segundo lugar, a força vital não comporta nenhuma limitação nem negatividade interna. (DUMOULIÉ, 2005, p. 148)

Espinosa não concebe o desejo pelo *thanatos*, muito menos por limitações internas à condição de se ser, toda negatividade que recai sobre o ser advém de influências externas. Os desejos estão sempre canalizados à necessidade da natureza, o que Espinosa entende como "impassibilidade". Desta forma, o desejo racional, não está subordinado ao intelecto, é um desejo que encontra um guia na razão, o que o torna autônomo e ativo. Estabelece que o critério da ética está relacionado ao grau de potência, não se pode dizer que àqueles que não conseguiram a liberdade encontrada na autonomia são culpados, mas, ao contrário, que são impotentes, ou seja, incapazes de dominar os afetos externos (DUMOULIÉ, 2005).

A partir desta percepção do desejo enquanto manutenção de si, Nietzsche trabalhará a ideia de desejo como potência para ampliá-lo além da noção de auto-preservação. Embora apresente duras críticas ao pensamento espinosiano, uma relacionada a ideia de desejo enquanto conservação e outra referente à destruição das paixões pela análise e vivisseção, Nietzsche entende a vida pela capacidade de afetar e ser afetado:

Antes de afirmar que o instinto de conservação é o instinto motor do ser orgânico, dever-se-ia refletir. O ser vivo necessita e deseja antes de mais nada e acima de todas as coisas dar liberdade de ação à sua força, ao seu potencial.

A própria vida é vontade de potência. O instinto de conservação vem a ser uma consequência indireta, e em todo caso, das mais frequentes. Resumindo, neste ponto como em outros deve-se desconfiar de princípios teológicos inúteis tais como o instinto de conservação e o esforço de preservar o ser que se deve à inconsequência de Spinoza. Assim o exige o método, que deve ser essencialmente parco de princípios. (NIETZSCHE F. W., 2001, p. 23)

[...] ou ainda no não rir e no não chorar de Spinoza que propugnava pela destruição das paixões através da análise e vivissecação das mesmas, trata-se enfim do abaixamento a um nível inócuo que permita satisfazê-las [...] (NIETZSCHE F. W., 2001, p. 110)

Em Nietzsche, a vontade de potência assume contornos metafóricos, porém, em perspectiva do desejo apresentado na figura de Apolo e Dioniso, os quais são tomados como estados fisiológicos distintos. São estes os princípios metafísicos de expressões de desejos, enquanto o poeta lírico sempre diz “eu”, apresenta diante de nós uma escala cromática de suas paixões e de seus desejos. Em seus estudos sobre a tragédia grega, o autor não se dedica apenas a pensar seu aspecto estético, mas anunciar as bases de suas reflexões sobre ética.

Enquanto o impulso apolíneo, que tem os afetos dominados pela inteligência, corresponde a criação do sonho, o qual é entendido pelo autor como uma bela ilusão: “Tudo o que na parte apolínea da tragédia grega chega à superfície, no diálogo, parece simples, transparente, belo” (NIETZSCHE F. , 1999, p. 63). Neste, o superego controla seus desejos, primando por ordem e mediação. Ao mesmo tempo que a figura apolínea parece ser a medida certa da boa vivência, exposta em um véu tranquilizador das aparências, protegendo da violência dos afetos, também corresponde a proteção da terrível verdade que a existência se assenta.

Mas tampouco deve faltar à imagem de Apolo aquela linha delicada que a imagem onírica não pode ultrapassar, a fim de não atuar de um modo patológico, pois do contrário a aparência nos enganaria como realidade grosseira: isto é, aquela limitação mensurada, aquela liberdade em face das emoções mais selvagens, aquela sábia tranquilidade do deus plasmador. Seu olho deve ser “solar”, em conformidade com a sua origem mesmo quando mira colérico e mal-humorado, paira sobre ele a consagração da bela aparência. (NIETZSCHE F. , 1999, pp. 29-30)

Por outro lado, a figura dionisíaca, deus do desregramento, representa as intensidades pulsionais, encontro o indeterminado e se distancia desse “eu” apolíneo, que descreve a aparência, para buscar suas forças naturais. No ápice do seu êxtase e de sua embriaguez pode inclusive apor-se a integridade do seu ser, sua pulsão não encontra limites. A noção de liberdade em Nietzsche relaciona-se a adesão à vida dionisíaca, o homem só pode ser livre quando interage com seus impulsos. Pretende nos convencer do eterno prazer da existência, as quais não podem ser encontradas na aparência, mas por trás delas (NIETZSCHE F. , 1999). É compreensível para Nietzsche (1999), que devemos reconhecer, que tudo que nasce precisa estar preparado para um doloroso acaso, não é tolerável o estarecimento, uma vez que somos forçados a adentrar nos horrores da existência individual

Nós mesmos somos realmente, por breves instantes, o ser primordial e sentimos o seu indomável desejo e prazer de existir; a luta, o tormento, a aniquilação das aparências se nos afiguram agora necessários, dada a plethora de incontáveis formas de existência a comprimir-se e a empurrar-se para entrar na vida, dada a exuberante fecundidade da vontade do mundo; nós somos trespassados pelo espinho raivante desses tormentos, onde quer que nos tenhamos tornado um só, por assim dizer, com esse incomensurável arquiprazer na existência e onde quer que pressintamos, em êxtase dionisíaco, a indestrutibilidade e a perenidade deste prazer. Apesar do medo e da compaixão, somos os ditosos vivos, não como indivíduos, porém como o uno vivo, com cujo gozo procriador estamos fundidos. (NIETZSCHE F. , 1999, pp. 102-103)

Com essa dinâmica, entre a figura dionisíaca e apolínea, Nietzsche busca descrever todo processo criativo, inclusive relacionados a qualquer forma de vida. Porém, ambas são manifestamente distintas, enquanto forma de expressão, diante dos variados tipos de indivíduos e mesmo culturas. Este processo criativo garante ao homem gerar novos valores sociais. Em determinadas situações, pode-se emergir a sobreposição apolínea à dionisíaca, que se torna recalcado. Embora exalte a cultura dos gregos arcaicos, por entender que esta acolhia ambas as forças, entende que posteriormente adoece em consequência da evidência da filosofia com Sócrates, que passa a privilegiar a moral em detrimento da pulsão (NIETZSCHE F. , 1999). Neste momento, fica evidente que Nietzsche coteja Dionísio, por entender que nele está a vontade verdadeira, a qual compreende como o fundamento da vida, porém, o que também se apresenta diante do entendimento do autor é que o desejo é sempre falta, Dionísio sempre quer algo.

Porém, Nietzsche supera o dualismo da metafísica artística e afirma a unicidade dionisíaca, o que possibilita fazer de Dionísio um verdadeiro mitema filosófico próprio, pelo qual seria possível exprimir sua fé em uma transmutação dos valores e uma superação da metafísica (DUMOULIÉ, 2005):

Enquanto certas páginas de *O nascimento da tragédia* parecem autorizar a identificação do dionisíaco com uma pulsão ou um desejo de morte, e a do apolíneo como a pulsão de vida, o sentido profundo da figura de Dioniso [...] consiste na alegre integração da morte por e para a vida, a afirmação da vida até a morte. (DUMOULIÉ, 2005, p. 158)

O que não deve ser confundido com as inclinações cristãs, pois Nietzsche sustenta que “Dionísio só contra o crucificado”, pois ambos se encontram em polos opostos quanto o significado de suas paixões. Enquanto Cristo expõe que a morte deve ser desejada como condição de vida, em um perpétuo renascimento, coloca a crueldade e a dor como condições da existência. Porém, em Nietzsche, deve destruir permanentemente seu sistema de valores, ilusões e poder, com o intuito de se esforçar para alcançar a potência, o que possibilita criar, tanto para si, quanto para os outros, novas interpretações e novas perspectivas. Neste sentido, entende Dumoulié (2005), que Nietzsche inverte a ética schopenhaueriana e resgata a positividade do desejo que está presente na ética de Espinosa.

Assim, a superação da metafísica decorre da restituição ao corpo de sua inocência, o que possibilita livrar o desejo do pecado, o que lhe assegura dizer que se deve colocar a fé no corpo e não no além, torna-se o próprio homem objeto da fé, e, ainda, livrar este homem do pensamento da morte. Desprezar o corpo, o que caracterizaria a humanidade por muitos séculos, é uma doença do desejo, pois “o recalçamento dos afetos, e em primeiríssimo lugar da “vontade de potência”, estava na origem da má consciência e havia produzido essa neurose generalizada que se chama civilização” (DUMOULIÉ, 2005, p. 160).

Libertar o homem do pensamento da morte é sempre de novo nascer, por isso Dioniso destaca-se, pois consegue demonstrar que o verdadeiro imoralismo, sendo este o mais generoso de todos e o mais libertador, consiste exatamente em tornar o homem digno da eternidade. Segundo Dumoulié, esta já era a lição de Espinosa, considera que ambos dizem sim a vida e ao desejo. Estas lições deixadas por ambos autores, comporão o pensamento de Gilles Deleuze e Felix Guatarri (DUMOULIÉ, 2005).

O que está no cerne da discussão apresentada por Deleuze e Guattari, em “Anti-édipo”, é a positividade do desejo, o que consiste em elemento de ligação ao pensamento de Espinosa e Nietzsche. O Anti-édipo nasce em contraposição ao que os autores entendem como a edipianização da sociedade moderna, castradora e limitadora do indivíduo, mas necessariamente recai uma crítica à psicanálise, entretanto sobre às estruturas que limitam o homem e seus desejos. Apresentam o que reconhecem como equizo-análise, que tem por objetivo: “analisar a natureza específica dos investimentos libidinais do económico e do político, e assim mostrar como o desejo pode ser determinado a desejar a sua própria repressão no sujeito que deseja” (DELEUZE & GUATTARI, 2004, p. 109). Pela qual propõem “desfazer o inconsciente expressivo edipiano, sempre artificial, repressivo e reprimido, mediatizado pela família, para conseguir atingir o inconsciente produtivo imediato” (DELEUZE & GUATTARI, 2004, p. 103).

Deleuze e Guattari atentam que não buscam estabelecer um carácter naturalista à esquizofrenia, entende que o que é vivenciado pelo esquizofrênico de forma específica e genérica, não se situa de maneira alguma no polo específico da natureza, mas a natureza como processo de produção. A noção de processo é compreendida a partir de três sentidos. O primeiro sentido é o de “inserir o registo e o consumo na própria produção, torná-los produções de um mesmo processo”; o segundo, entende que o “homem e natureza não são dois termos distintos, um em face do outro, ainda que tomados numa relação de causação, de compreensão ou de expressão (causa/efeito, sujeito/objeto, etc.), mas uma só e mesma realidade essencial: a do produtor e do produto”; e, por fim, a terceira, a qual entende “a produção como processo [que] não cabe nas categorias ideais e forma um ciclo cujo princípio imanente é o desejo” (DELEUZE & GUATTARI, 2004, p. 10). O esquizofrênico é um produtor universal, os autores entendem que não se pode distinguir o produzir, muito menos o seu produto; ou, pelo menos, o objeto produzido leva o seu aqui para um novo produzir. O esquizo é percebido pelos autores como detentor de modos muito próprios de referência, seus códigos delirantes ou desejantes, apresenta uma fluidez extraordinária, o que percebem como positiva em contrapondo à edipianização da sociedade.

Desta forma, entendem que a esquizofrenia é o universo das máquinas desejantes produtoras e reprodutoras. São estas máquinas binárias, de regime associativo, entendendo que uma máquina está sempre ligada a outra. Asseguram que há sempre uma máquina produtora de fluxos, os quais se ligam pelo desejo: “O desejo faz constantemente a ligação de fluxos contínuos e de objectos parciais essencialmente fragmentários e fragmentados” (DELEUZE &

GUATTARI, 2004, p. 11). Desejo é produção. Os autores percebem na esquizofrenia uma forma de apresentar um meio pelo qual é possível desvencilhar-se das amarras do pensamento filosófico e analítico que concebem o homem como um ser moldado e castrado.

O homem é um conjunto de órgãos, para qual presume-se uma função, quando não é possível estabelecer uma funcionalidade, busca-se a cura. É então que surge a figura do corpo sem órgão (CsO) capaz de driblar as funções que lhes são concebidas:

O corpo sem órgãos não é o testemunho de um nada original nem o resto de uma totalidade perdida. Mas sobretudo o que ele não é, de modo algum, é uma projecção: não tem nada a ver com O corpo de cada um nem com uma imagem do corpo [...] O corpo pleno sem órgãos é anti-produção; mas é ainda uma característica da síntese conectiva ou produtiva ligar a produção à anti-produção, a um elemento de anti-produção” (DELEUZE & GUATTARI, 2004, p. 14).

Assim, entendem que o corpo sem órgãos se rebate sobre a produção desejante, atraía-a, apropria-se dela. A autonomia do CsO permite seguir suas próprias determinações desejantes. A mesma mão que secretaria, que transcreve, que aperta um parafuso, deveria se permitir tocar uma música. Ou seja, os corpos com órgãos recebem funções das máquinas sociais, enquanto os CsO poderiam esquivar-se de funções, já que são desprovidos de órgãos fundamentais a tais determinações. Entendem que o corpo sem órgão é o corpo pleno, o qual é produzido como Anti-produção:

O corpo sem órgãos, o improdutivo, o inconsumível, serve de superfície para o registro de qualquer processo de produção do desejo, de modo que as máquinas desejantes parecem emanar dele no movimento objectivo aparente em que se relacionam com ele (DELEUZE & GUATTARI, 2004, p. 16)

Seríamos, antes de qualquer castração edipiana apresentada pela psicanálise, máquinas desejantes, que desejam infinitamente: “As máquinas desejantes fazem de nós um organismo; mas no seio desta produção, na sua própria produção, o corpo sofre por estar assim organizado, por não ter outra organização ou organização nenhuma” (DELEUZE & GUATTARI, 2004, p. 13). Os autores não trabalham a noção de máquina como metáfora, seríamos mesmo máquinas em pleno processo de produção. Para os autores, tanto quanto desejos tenhamos, ainda seria pouco.

Observam que a psicanálise, ou sua fundamentação em bases edipianas, a partir de suas interpretações do triângulo edipiano – eu, papai e mamãe, em nada inova:

Ora, na medida em que a psicanálise envolve a loucura num “complexo familiar” e redescobre a confissão de culpabilidade nas figuras de auto-punição que resultam do Édipo, não inova, mas conclui o que a psiquiatria do século XIX começou. Deste modo, em vez de participar num empreendimento de efectiva libertação, a psicanálise participa na obra mais geral da repressão burguesa, aquela que consistiu em manter a humanidade europeia sob o jugo do papá-mamã, e a não acabar de vez com esse problema. (DELEUZE & GUATTARI, 2004, p. 52)

Questionam-se acerca do que quis dizer Freud quando descobriu Édipo. Entendem sarcasticamente que Freud descobriu algo que o motivou a dizer que parecia com Édipo. Este algo, seria uma variante do “romance familiar”, como o registo paranoico através do qual o desejo estoura com as determinações de família. Desta forma, a produção desejante é personalizada, ou antes personalogizada e estruturalizada, a produção, passa a ser produção de fantasias:

E no entanto qualquer psicanalista devia saber que sob o Édipo, através do Édipo, atrás do Édipo, estão as máquinas desejantes, que são afinal aquilo com que ele tem de se haver. No princípio, os psicanalistas não podiam deixar de ter consciência do *forcing*, realizado para se poder introduzir o Édipo, para o injectar em todo o inconsciente. Depois, o Édipo rebateu-se sobre a produção desejante, apropriou-se dela como se todas as forças produtivas do desejo emanassem dele. O psicanalista tornou-se o cabide do Édipo, o grande agente da antiprodução no desejo. (DELEUZE & GUATTARI, 2004, p. 58)

Atentam que a castração e edipianização produzem uma ilusão fundamental, a qual nos faz crer que a produção desejante real depende das altas formações que a integram, as quais se “submetem a leis transcendentais e a obrigam a servir uma produção social e cultural superior: aparece então uma espécie de ‘descolagem’ do campo social em relação à produção de desejo, em nome da qual todas as resignações estão antecipadamente justificadas” (DELEUZE & GUATTARI, 2004, p. 77). Com Édipo é introduzido o desejo na triangulação, ao mesmo tempo em que proíbe o desejo de se satisfazer com os termos da triangulação. Desta forma, o desejo é forçado a tomar as pessoas parentais diferenciadas como objeto, e em nome das mesmas exigências interdita o “eu” que deseja satisfazer o seu desejo nessas pessoas, acabam por ameaçá-lo com o indiferenciado.

Assim, evidenciam um problema acentuado pelo descobrimento do Édipo, ele desloca o limite, colocando-o para dentro, interioriza-o. Todavia, apenas uma forma de pensar, que a psicanálise entende conturbada, seria para Deleuze e Guattari capaz de estabelecer uma fuga dos padrões estabelecidos pela psicanálise, que seria a esquizofrenia. Édipo, pela psicanálise, é muito bem aceito pela sociedade, afinal, o “desejo é, na sua essência, revolucionário - o desejo, não a festa!” (DELEUZE & GUATTARI, 2004, p. 121). Apresentam a hipótese, que entendem como divertida, a de que se a sociedade se confunde com as suas estruturas, é preciso entender que o desejo é essencialmente uma ameaça, cabendo a esta sociedade se proteger reprimindo desejos ou mesmo encontrando algo melhor do que a própria repressão, em que até a repressão, a hierarquia, a exploração e a sujeição sejam desejadas. E, sentenciam, aos lamentos, pois entendem lastimável a necessidade de se dizer algo tão elementar, que: “o desejo não ameaça a sociedade por ser desejo de dormir com a mãe, mas por ser revolucionário” (DELEUZE & GUATTARI, 2004, p. 121).

Mais recentemente, Byung-Chul Han (2014), retoma a perspectiva narcísica de Platão, para pensar o que entende por “agonia de Eros”. Para Han, Eros volta-se ao outro que é sua própria percepção deste outro, é uma espécie do eu no outro, sendo que este eu projetado no outro nunca será alcançado. Este Eros desterritorializa este outro desejado, o que o autor entende por *atopos*, ao tempo em que o direciona para o seu *topo*, ou ao menos o deseja em seu topo. O autor vê, por esta transmissão de si para o outro, a cultura atual, a qual consiste em um constante igualar, que não permite nenhuma negatividade do *atopos*. Seria esta negatividade uma expressão contrária deste “outro” acerca daquilo que o “eu” projetou sobre ele: “comparamos continuamente tudo com tudo, e assim tudo nivelamos a fim de o tornar igual, uma vez que precisamente perdemos a atopia do outro” (HAN, 2014, p. 10). Neste igualar, entende que a alteridade é eliminada pelo consumo, há o desaparecimento da negatividade, tudo se achata ao consumo (HAN, 2014).

Nesta perspectiva, Han (2014) retorna à crítica ao narcisismo e percebe que a sociedade manifesta uma tendência cada vez mais narcisista: “o sujeito não é capaz de reconhecer o outro na sua alteridade, nem de o reconhecer na alteridade. Só há significações onde o sujeito de algum modo se reconhece a si mesmo. É como uma sombra de si mesmo que deambula por todo o lado, até se afundar em si mesmo” (HAN, 2014, p. 10). Este sujeito que não encontra esse eu-outro que projeta, sente-se abandonado, exausto e fadigado de si mesmo, tornando-se depressivo. O que diferencia este sujeito narcísico do apresentado na filosofia clássica platônica é que este se tornou um sujeito do rendimento, que visa acima de tudo o

sucesso. Cabe a Eros libertar o “eu” do seu auto-afogamento: “Em contrapartida, Eros torna possível uma experiência do outro na sua alteridade, arrancando o eu do seu inferno narcísico” (HAN, 2014, p. 11). Eros consegue tornar o eu também atópico, esvazia o eu e inicia um processo de desconhecimento voluntário de si. A única condição libertadora desta condição do igual, seria um apocalipse. Similar ao que considerou Schopenhauer acerca do nirvana, sendo esta a única forma possível de liberdade.

A sociedade que Deleuze e Guattari apresenta é uma sociedade disciplinadora e reguladora, que busca controlar o mais revolucionário aspecto da vida humana quando lança condições limitadoras a ação humana fruto do desejo. A sociedade que fala Byung-Chul Han é a do rendimento, a qual está dominada pelo verbo “poder”. O sujeito desta sociedade vive a ilusão da liberdade: “o sujeito do rendimento, como empresário de si mesmo, é sem dúvida livre, na medida em que não está submetido a um outro que o comanda e o explora; mas não é de facto livre, porque se explora a si mesmo, por mais que o faça com inteira liberdade. O explorador é o explorado” (HAN, 2014, p. 17). Este entendimento de Han advém da ampliação da percepção de Michel de Foucault quando admite que *homo economicus* neoliberal não mais habita a sociedade disciplinar, pois é um sujeito de si mesmo na medida em que é o empresário de si mesmo. Han, seguindo este entendimento, observa que o empresário não é livre, apenas crê nesta liberdade, pois se auto explora.

Han sustenta uma crítica ao pensamento de Foucault, que entende, que o regime neoliberal, enquanto “sistema de Estado mínimo”, possibilita a liberdade do cidadão. Afirmando que “escapa-lhe por completo a estrutura de poder e coação que a proclamação da liberdade neoliberal comporta [...] interpreta-a como liberdade para a liberdade” (HAN, 2014, p. 18), entendendo que o autor se cega diante da violação da liberdade que se encontra no fundo da exploração de si mesmo. Han evidencia o modelo neoliberal como pernicioso, pois esconde sua estrutura coerciva atrás da aparente liberdade, embora o autor não apresente uma análise comparativa com o que chama de “sistema de Estado” ou regime. Falhar no sistema neoliberal é sinônimo de culpa, a qual será carregada aonde quer que o indivíduo vá. Também não há no capitalismo a possibilidade de não se endividar: “A impossibilidade de desendividamento e da expiação é também responsável pela depressão do sujeito do rendimento” (HAN, 2014, p. 19). Desta forma, entende que a depressão e a síndrome do esgotamento representam uma insolvência física, ou seja, um fracasso insuperável do poder.

Neste sentido, Eros está além do rendimento e do poder, em sua relação com o outro, cujo verbo modal é o “não poder poder”, que entende constituir-se em uma experiência erótica. É uma relação com o outro fracassada, pois o outro aparece “somente no não poder poder”. O amor é entendido em sua positivação como sexualidade, ou seja, todos percebem o outro pelo olhar nivelado da sexualidade, a qual também está subordinada ao imperativo do rendimento. Desta forma, sexo é rendimento e a sensualidade um capital, o quanto deve sempre aumentar. Assim, o corpo é visto como uma mercadoria, quando observado pela possibilidade de exposição. O eu e o outro estabelecem uma espécie de relação comercial, pois: “o outro é sexualizado como objeto excitante. Despojado da sua alteridade, o outro já não é uma pessoa, porque foi fragmentado em objetos sexuais parciais. Não há personalidade sexual” (HAN, 2014, p. 20).

O que não fica explícito no trabalho de Han é a problemática da relação do Eros que é estabelecida entre o eu e outro, uma vez que ambos se estabelecem em unidade enquanto relação erotizada de consumo. Não há uma tensão entre o alter com o outro consumista, mas são condições únicas cujos sujeitos estão envolvidos, ambos se projetam. A única problemática posta é a observação de um terceiro, que os observa aprisionados em uma relação que transforma o amor em consumo e, ao que parece, não é percebida pelo eu ou pelo outro, que vivem a ilusão da liberdade de desejar o outro como si mesmo ou estabelecer uma relação fracassada. A tensão só se estabeleceria na negatividade, que segundo o autor não encontra espaço na sociedade neoliberal.

Han atesta que a negatividade é algo faltante, na medida em que defende que é esta a força vivificante que falta à positividade. O amor tornou-se uma fórmula de satisfação, a qual poderia ser salva pela negatividade, abrindo espaço na sociedade do rendimento para feridas e paixões. Atenta que o desejo erótico tem um caráter futurístico, liga-se a uma presença especial do outro, o apetite se alimenta do que ainda não é: “A ausência do outro no meio da comunidade de sentimento constitui também a força e a intensidade do desejo” (HAN, 2014, p. 24). Neste sentido, pode-se apreender que, se o outro acaba por ser suprimido pela projeção do “eu”, há sempre a ausência do outro, logo um crescente aumento do desejo. Porém, se assim o for, não é possível falar de um desejo pelo outro, pois este desejo seria direcionado para o consumo. Afinal, como indica Han: “A sociedade, como máquina de procura e consumo, suprime o desejo orientado para o ausente, que, enquanto tal, não pode ser encontrado, captado e consumido [...] o capitalismo elimina por toda a parte a alteridade para tudo submeter ao consumo” (HAN, 2014, p. 24).

Apreende-se assim, que o capitalismo opera sobre o desejo e o determina, eliminado qualquer negatividade, em favor à positividade do consumo. Enquanto o capitalismo se torna obsceno, tal entendimento decorre da aceitação de que: “[...] o processo do capital e da produção acelera-se até ao infinito, uma vez que se desliga da teologia da vida boa. O movimento acelera-se até ao extremo ao despojar-se de direção” (HAN, 2014, p. 29). Mais do que isto, o mundo torna-se pornô, isto quer dizer que o mundo é profanado. O pornô é antípoda de Eros, porém, não significa, para Han, o excesso de sexo, mas ao contrário, a ausência dele, pois a pornografia exclui a sexualidade.

Argumenta que Platão entende que Eros domina as três partes da alma, *epithymia*, *thymos* e *logos*, ao entender que o desejo (*epithymis*) domina a experiência do prazer, as quais são poucas vezes impelidas pelo ânimo (*thymus*), a não ação tímótica faz com que as coisas permaneçam no âmbito do igual, falta-lhe a negatividade. A ausência de *eros* também degenera *logos*, que se torna orientado por dados, perde a capacidade de prever acontecimentos. Obviamente que se observa que Han diferencia Eros de desejo, Eros sobrepõe o desejo. Estas não são distinções conceitualmente fechada quanto a interpretação de Platão. Em “Fedro”, Platão toma Eros como sinônimo de Desejo, em “Crátilo”, desejo assume-se como fluxos de desejos com *Eros* e *Pothos*, onde *eros* significa fluxo e *pothos* o sentimento em relação a perda de algo que se deseja, uma espécie de lamento. E, por fim, em “A República”, onde defende que o desejo deve aceitar a razão como guia e permanecer sob a vigilância de *thymus*. O que se pode concluir, por Han, é que há uma supressão destes aspectos pela sociedade do rendimento, fruto de um modelo neoliberal de controle da vida humana (DUMOULIÉ, 2005).

No entanto, uma observação das práticas praianas revela a dinâmica de desejos que guiam à beira-mar. As pessoas buscam a praia, desejam estar na praia, de forma deliberada e expressamente clara afirmam de variadas formas que querem (queriam, preferiam) estar na praia. Seria este aspecto, que se entende estar na base de uma compreensão da praia. As pessoas desejam o clima praiano, buscam se libertar, talvez dessa tentativa de aprisionamento positivante que atenta Han, e, para isso, dizem sonhar, almejar, programar, somar, direcionar, invejar, tenta-se poder usufruir desse clima que sugere uma certa liberdade. Este entendimento encontraria respaldo nas próprias reflexões de Han (2010), quando apresenta em sua reflexão sobre a “sociedade do cansaço” a possibilidade de o indivíduo desenvolver àquilo que chama de “cansaço de inspiração”, como apresentado no primeiro capítulo, o qual inspira a busca de novas possibilidades diante do cansaço apresentado em uma sociedade de consumo.

Neste sentido, a perspectiva apresentada por Sloterdijk permite pensar alternativamente o clima da praia, que é atrativo para as pessoas, como uma produção de seus desejos: onde *eros*, enquanto impulso egoístico acumulador e de compartilhamento altruístico, está sob domínio de *thymus*, que não permite oscilar para àquilo que não se quer ser. Assim, a praia representa uma co-vivência entre àqueles que desejam estar naquele ambiente. Leva-se a pensar, um questionamento postulado por Sloterdijk, acerca da possibilidade de um espaço que responda às motivações. Neste sentido, ao entender que a praia é possível na medida em que as pessoas compartilha expressões múltiplas a partir de motivações que demandam equilíbrio e controle. Na praia expressam-se egoísmo e compartilhamento; apresentam-se àqueles que dizem este é o meu corpo, o "corpo de praia", e que também dizem que é este meu corpo, na ideia de que o corpo de praia é qualquer um; ou delimitam um espaço como seu, que se sabe, pouco impermeável pelas outras esferas; resulta, ao que foi possível entender pelas observações, em uma dinâmica de tensões entre as exacerbações de desejos, que se expressam em aspectos que invadem os micro-isolamento, os quais são equilibram-se pelo *thymus*, que assume um aspecto de orgulho de si mesmo, na medida em que evidencia a experiência de um desejo.

Portanto, o desejo que permeia o "ar" da cidade praiana, desnuda-se na praia e mostra-se, não numa perspectiva edipiana, que internaliza a culpa, nem nas possibilidades apresentadas por Deleuze, Guattari e Han, que chegam ao extremo de suprimir o indivíduo, e consequentemente suas forças desejantes. Não se entende, assim como Deleuze e Guattari que todo desejo é revolucionários, deve o revolucionário ser um desejante, mas nem todo desejante é um revolucionário. Percebe-se, na história do banho de mar e nas tensões que ainda se estabelecem acerca dos usos da praia, como os desejos esbararam-se diante de suas possíveis realizações em forças outras, inclusive internas, timóticas, mas também externas. Há sempre forças externas que delimitam os desejos, sobre os quais surgem o poder regulador do estado, aspectos econômicos e mesmo os valores e moras de outros que se deparam com os desejantes revolucionários. Não se verifica na praia uma positividade como observa Han na sociedade, talvez a praia possa ser percebida como uma negatividade em relação a cidade, em uma perspectiva relacional, e expressasse em ressonâncias da positividade da cidade, noção que já se deslocaria da compreensão do autor, uma vez que na sociedade de rendimento não se encontra espaço para a negatividade. Porém, no âmbito da urbanização e estando a praia inserida na cidade, pode se considerar que a praia se envolve de aspetos da positividade, mas, por outro lado, não se pode afirmar que todos os aspectos relacionados ao uso da faixa-de-areia

correspondem a esta positividade, muito menos que envolveria a subjetividade daqueles que se esquivam do urbanos e buscam na praia a possibilidade de abstração diante do mundo que o cansa, apenas pelo simples olhar que se perde diante da grandiosidade do horizonte marinho, são aqueles desejanter de liberdade que dizem encontrá-la na praia.

Ressalta, que ante a praia revela uma sociedade desejanter, que ressoa no ambiente praiano seu desejo de liberdade em relação ao cotidiano sufocante das cidades. Margear a cidade pelo litoral já é um respirar saudável para a co-vivência permanente de rotinas exaustivas impostas pelas obrigações diárias. Esta liberdade denota a possibilidade de se direcionar ao vivenciar conjuntamente. Sendo a praia algo desejanter, a liberdade dá-se quando conjuntamente atinge-se a praia, embora seja perceptível que a praia é utilizada de variadas formas, inclusive experienciada de formas economicamente distintas, porém o estar-se na praia, para muitos, denota a possibilidade de livrar-se de afazeres e obrigações.

Diz Sloterdijk, que o campo dos privilégios econômicos se introduz nas correntes do refinamento do desejo, que elabora e canaliza as aspirações de muitos em direções inumeráveis, porque o processo de mimos não tem limite. Porém, estar na praia, diante de uma cidade exaustiva, já pode ser considerado um mimo na contemporaneidade, mesmo que não represente um refinamento do desejo, afinal na praia é possível encontrar pessoas.

CAPÍTULO 3 O CONSUMO E O ESTILO DE VIDA PRAIANO

Mar, metade da minha alma é feita de maresia
Pois é pela mesma inquietação e nostalgia,
Que há no vasto clamor da maré cheia,
Que nunca nenhum bem me satisfaz.
É é porque as tuas ondas desfeitas pela areia
Mais fortes se levantam outra vez,
Que após cada queda caminho para a vida,
Por uma nova ilusão entontecida.

E se vou dizendo aos astros o meu mal
É porque também tu revoltado e teatral
Fazes soar a tua dor pelas alturas.
E se antes de tudo odeio e fujo
O que é impuro, profano e sujo,
É só porque as tuas ondas são puras.

Sophia Andresen

Considerando os aspectos verificados sobre a praia, acerca de sua dinâmica esferológica e de sua realização por desejos de libertar-se da exaustiva cidade, seria possível afirmar, por esta perspectiva, que a esferologia da praia revela o reconhecido “estilo de vida praiano”? Ou ainda, que a co-vivência pública na faixa-de-areia é o que se pode reconhecer como um “estilo de vida praiano”? Certamente que as respostas à ambos questionamentos não serão totalmente positivas, primeiro porque a noção de “estilo de vida” amplia a possibilidade de convivência pública na faixa-de-areia; e, segundo, porque um estilo de vida não abrangeria apenas aspectos relacionados ao tempo livre, mas sim, um cotidiano que envolve todas as condições necessárias para a existência humana. Seria limitado, desta forma, afirmar que a análise da faixa-de-areia define a complexidade que envolve a vida humana em suas obrigações de trabalho e estudo e, ainda, de tempo livre, embora seja considerada parte fundamental da ideia de estilo de vida praiano. Resulta, assim, ao questionamento do que se pode compreender sobre um “estilo de vida praiano”, em sua ampliação para além da faixa-de-areia.

Neste sentido, entende-se que para uma análise do que comumente se afirma ser um “estilo de vida praiano”, torna-se necessário, inicialmente, retirar a palavra vida e apreender o que se pode compreender por “estilo praiano”, o qual se expande para além do aspecto

aparentemente natural da praia e adentra a técnica em seu aspecto arquitetônico, como imagem que define adornos que afirmam a possibilidade de adjetivação de um ambiente – de cidades à bares - como praiano. Todavia, verificou-se que o aspecto econômico cruza transversalmente todos os demais aspectos relacionados ao ambiente praiano, isso fica evidenciado através do turismo e do consumo na faixa-de-areia, dando fundamento para pensar as modificações que transcorrem no litoral.

Desta forma, neste capítulo, volta-se à apresentação de aspectos relacionados à “economia da praia” e discute-se o que se pode considerar como “estilo de vida praiano”, adentrando neste universo pelas práticas de consumo. Verificou-se, ainda, que este aspecto é correlato e co-dependente da relação estabelecida entre a cidade e a praia, entre o continente e o mar, na medida em que as paisagens das praias urbanas decorrem do processo de aproximação dos centros urbanos à margem litorânea, e principalmente do desenvolvimento do turismo de “sol e mar”. A paisagem que resulta do litoral é de um agregado funcional das necessidades de, por um lado, intervir urbanisticamente na paisagem natural com a instalação de equipamentos público e, por outro, a conveniência de manutenção da “natureza praiana”, o que resulta em uma paisagem arquitetônica “decorada” pela temática praiana.

Considerando os aspectos até agora discutidos em relação ao processo de aproximação física e simbólica da cidade à praia, e acerca das práticas desenvolvidas na faixa-de-areia hodiernamente, cabe abordar então, os aspectos praianos em contextos gerais, em relação ao litoral e a partir dos seus usos econômicos. Não são poucas as atividades econômicas que se desenvolvem na zona costeira e que comprometem a natureza do ambiente. O ministério do Meio Ambiente (MMA) destaca uma série de atividades que comprometem a naturalidade das praias, estuários e manguezais litorâneos, entre tais atividades destacam-se: “o turismo, a aquicultura, a implantação de parques eólicos, as grandes estruturas industriais, portuárias e logísticas; ligadas, sobretudo, à exploração petrolífera *offshore*, e seus efeitos multiplicadores, como os produzidos pela descoberta e exploração da Formação Pré-Sal”¹⁰⁷. Ainda segundo o MMA, um dos principais problemas gerados por estas atividades é a “[aceleração] da expansão urbana irregular, com todos os problemas e impactos dela decorrentes, como o lançamento de

^[107] Conteúdo disponível em: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/a-zona-costeira-e-seus-m%C3%BAltiplos-usos>. Acesso realizado em: 07 de julho de 2015.

esgotos e efluentes industriais costeiros e continentais e a ocupação de áreas públicas e de preservação permanente, em um ambiente marcado por diversos sistemas de paisagens”¹⁰⁸.

Neste sentido, verifica-se, a partir de elementos que compõem a análise sobre a economia da praia, os aspectos relacionados às demandas legais de proteção ao meio ambiente marinho e suas tensões com o desenvolvimento econômico da região. Atenta-se, nesta reflexão, sobre o turismo de “sol e mar” e às demandas econômicas locais que influenciam no processo de expansão urbana. Neste sentido, é possível apreender aspectos que se tornam evidentes em uma análise sobre a praia, os quais estão representados nas estruturas físicas que avançam sobre o ambiente litorâneo e reorientam a região. Resultando, desta forma, em uma paisagem aparentemente técnico-natural, pela qual se busca comercializar o praiano.

Para a empreitada do capítulo, este divide-se em três itens. No primeiro, discute-se sobre a economia da praia no âmbito das modificações e práticas no litoral. Neste, buscou-se expor aspectos legais que correspondem a preservação do litoral, o qual é compreendido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um “bien national de grand valeur” (RUFINO, 2004, p.63), para além de se evidenciar o desenvolvimento do turismo litorâneo, que se estabelece a partir da promoção de espaços a serem utilizados no tempo voltado ao lazer, sugerindo formas de ocupação do tempo livre, numa abordagem específica do turismo de “sol e mar”.

Para tanto, apresenta-se dados relevantes para problematizar acerca da economia que envolve a praia, a qual não se concentra na faixa-de-areia. A utilização de dados prospectados de fontes secundárias, decorre, principalmente, do objetivo de oferecer atenção à uma análise de cunho qualitativo, proposta desta tese, para além das anotações já referidas na metodologia. Portanto, buscou-se dados quantitativos de pesquisas realizadas por instituições de já conhecida credibilidade, pelas quais foi possível apreender o objeto em números. A praia pode então ser analisada a partir da dinâmica que corresponde, não apenas o consumo do usuário comum, como também abordando o trabalhador da praia, traçando um perfil de ambos a partir de tais estudos quantitativos, revelando uma dinâmica da “economia da praia”.

No item seguinte, evidencia-se o produto e implicações desta “economia da praia”, agregando fatores discutidos nos capítulos anteriores ao entendimento do que comumente se

[108] Conteúdo disponível em: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/a-zona-costeira-e-seus-m%C3%BAtiplos-usos>. Acesso realizado em: 07 de julho de 2015.

verifica como “estilo praiano”. Percebendo-se inicialmente a possibilidade de adjetivar as cidades pela proposta tipológica-ideal de Antonio Firmino Costa (2002), no entanto, declinando desta na medida em que o campo empírico impõe uma outra dinâmica para além de tal propositura teórica. Para isso, discute-se inicialmente as categorias “estilo” e “modos”, que são utilizadas de forma indiscriminada nas ciências sociais, ainda mais quando adjetivada pela palavra “vida”. Observa-se que “modo” pode remeter a noção de modelo, fixada à uma prática, enquanto que “estilo” pode submeter-se a transcrição de uma realidade vivida na discursividade da cultura contemporânea. Porém, deixando ainda margem à uma discussão de como a praia adentra ao urbano em agregação à um “estilo”, no intuito de responder como se agrega um estilo ao modo de vida urbano, buscou-se na história da arte a compreensão de tal entendimento, uma vez que, “estilo”, enquanto categoria analítica, advém, das análises sobre as obras artísticas.

Neste estudo, verificou-se que, inicialmente, o espaço adentra a arte como perspectiva, e que, posteriormente, a arte adentra o espaço, e desta forma agrega elementos que delineiam e definem a arquitetura e a cidade. Assim, correlaciona-se a noção de “arte” ao entendimento da noção de “praia” e a ideia de “obra de arte” àquilo que se verificará como “praiano”, a relação, estabelecida desta forma, possibilitou a compreensão de um estilo contemporâneo que se revela na cidade, foi o caminho possível, verificável no momento, para se pensar como o ambiente-praia adentra a cidade e, conseqüentemente, a define.

E, enfim, o último item, no qual se analisa a correspondência da noção de estilo praiano associada à palavra vida, o que guia ao entendimento da noção de “estilo de vida praiano”, o qual emana de uma compreensão dos usos estabelecidos na praia e do deslocamento dos usos da faixa-de-areia, que se amplia para além dos limites da praia. Desta forma, depreende-se que o praiano, enquanto estilo de vida, é mais uma possibilidade de se vivenciar a cidade. Para uma definição de estilo que possibilitasse abarcar todo o espectro passível de entender-se como praiano, buscou-se na noção de “*design*” os componentes necessários à sua definição, sendo o estilo de vida um *redesign* do urbanismo como modo de vida, que busca “imunizar” os aspectos do exaustivo cotidiano das cidades.

3.1 ECONOMIA DA PRAIA: UMA GUERRA DE LUGARES

Quando se fala em Economia da praia, confere-se os elementos que compõem os aspectos que fazem da praia um meio de subsistência econômico, e, que permite percebê-la como resultado de uma política de turismo que busca desenvolver o turismo de “sol e mar”. Diante da apresentação de tais elementos, evidencia-se pela análise sociológica desta dinâmica, uma “guerra” entre àqueles que vivenciam a economia da praia. Neste sentido, fala-se em tensões e disputas pelo espaço, as quais são verificadas diante da necessário de comercialização de variados produtos. As tensões são compreendidas como sendo os problemas decorrentes das metas governamentais para manutenção do ambiente costeiro, ratificadas em tratados internacionais, e a política de desenvolvimento turístico, que provoca uma intensa promoção de particularidades pictóricas de cidades, as quais devem ser vivenciadas pelo conforto possível advindos dos processos de urbanização. Por outro lado, as disputas são observadas como questões cotidianas, entre aqueles que convivem diariamente na praia e desenvolvem o comércio local, o que nos revela a possibilidade de análise e percepção deste espaço do comércio pelas noções de “lugares” e “territorialidade”, das quais se extrai a noção de “guerra de lugares”.

Neste sentido, o presente item expõe uma análise sobre a economia da praia a partir de seus aspectos legais mais gerais, passando pelo turismo e chegando às Atividades Características do Turismo (ACTs), as quais permitem adentrar na dinâmica do comércio desenvolvido na faixa-de-areia. O turismo, entendido no primeiro capítulo como uma possibilidade a ser realizada no âmbito do tempo livre, torna-se questionável na medida em que o processo de desenvolvimento de uma região acaba por intervir nas paisagens e práticas do local, e no caso específico das zonas litorâneas, observa-se a elevada estruturação física, na mesma medida em que degrada o meio ambiente, ou, como melhor se adequa à discussão da presente tese, declina-se da própria praia, abdica-se dos aspectos naturais, ao tempo em que o aceita como ambiente natural apenas para promoção e comercialização da região. É uma controvertida sistemática de comercialização, uma vez que o litoral tem uma promoção intensificada do ambiente natural, pela possibilidade de conforto encontrado nas estruturas físicas, que por vezes o compromete.

Esta sistemática não passa despercebida pelos órgãos que visam a proteção e preservação do meio ambiente, como é o caso da ONU. Para a Organização Internacional das Nações Unidas, o litoral é compreendido como um patrimônio raro e frágil. Enquanto também admite que o turismo corresponde a uma das mais significativas formas de exploração das zonas litorâneas, na medida em que o “turismo de sol e mar” é um dos seguimentos turísticos que mais crescem na atualidade. Também admitem que a costa litorânea é um patrimônio, definido como um “patrimônio costeiro”, o qual deve ser preservado por todas as nações. A noção de patrimônio utilizada pelos seguimentos de proteção do ambiente está direcionada a ideia de “patrimônio natural”, correlato ao que afirma Elisabete Coradini (2008), acerca das necessidades de se perceber o litoral como patrimônio, o que requer uma valorização e preservação do ambiente, “reconhecendo a comunidade como produtora do conhecimento e protagonista na reinvenção da cotidianidade [...]” (CORADINI, 2008, p. 05).

Neste sentido, a ocupação do solo, bem como a gestão do litoral, demandaram urgência na regulamentação do seu uso e proteção, estando na base, como princípio normativo, a busca pela preservação. O que não é diferente e pode ser visto no litoral natalense: “Em Natal, observamos, nas áreas onde se desenvolve a atividade turística de forma mais intensa, uma ocupação desordenada e um descaso com o meio ambiente” (CORADINI, 2008, p. 06). A partir desta afirmação, a autora entende que “urge uma discussão exaustiva sobre o patrimônio natural das cidades litorâneas” (CORADINI, 2008, p. 06).

Considera-se, para pontuar a discussão colocada, que o urbanismo, o qual avança por sobre a praia, acaba por retirar-lhe aspectos que são, indiscutivelmente, essenciais na composição da natureza da praia: mar, areia e sol. No âmbito turístico, que promove e comercializa o turismo de “sol e mar”, e que, para tanto, exige instalações adequadas para os clientes que querem de forma confortável desfrutar da natureza da praia, vê-se claramente as contradições que se apresentam. Verifica-se em determinadas situações o próprio comprometimento da experiência do turismo de “sol e mar”, a qual agrega-se, ainda, as sombras dos prédios projetadas sobre a areia da praia (ver



Figura 44: Sombra dos prédios nas praias de Vila Velha. Disponível em: <http://www.gazetaonline.com.br>

figuras 44, 45 e 46). As figuras apresentadas acabam por bem representar este processo de urbanização, que se aproxima da praia pela possibilidade de promoção da paisagem, ao tempo em que compromete a tripla experiência praiana de mar, areia e sol.

A configuração da praia, que em muito se estabelece pela dinâmica da própria natureza, seja pelo movimento da maré, intensidade dos raios do sol, velocidade do vento, passa também a ser definida pelas estruturas que compõem a paisagem urbana litorânea: “O lugar é bom porque tem várias opções de restaurantes e hotéis, linda visão da Ilha das Cabras mas infelizmente a sombra chega cedo nas areias da praia! Simplesmente é um paredão de prédios à



Figura 45: Final de tarde nas praias do litoral de Recife.

Fonte:

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=393452>

beira-mar”¹⁰⁹. As sombras provocam o uso mais intenso da praia no período da manhã, e durante a tarde os banhistas se aglomeram nas faixas de raios de sol ou utilizam as sombras para a prática de esporte. O fato repete-se em várias praias brasileiras, como na cidade de Vila Velha (ES), Salvador (BA), Praia Joatinga na Zona Oeste do Rio de Janeiro e Recife (PE).

Nestes casos, os gestores públicos, os quais, em geral, são convocados para se posicionar sobre as consequências destas intervenções, afirmam que os problemas se deram em decorrência da permissibilidade de planos diretores, que somente a partir da década passada foram alterados e passaram a contemplar a proibição de construção de prédios altos no litoral. Nestas cidades, havia a possibilidade de construção de prédios sem



Figura 46: Sombra dos prédios na Orla do Balneário Camboriú.

Fonte: gazetadeitapoa.com

[109]Relato de uma turista sobre o Balneário Camboriú. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/ShowUserReviews-g680306-d2401617-r281200834-Central_Beach-Balneario_Camboriu_State_of_Santa_Catarina.html#

limite de andares, atualmente, como no caso de Camboriú, há restrições, embora ainda seja permitida a construção de prédios com até 15 andares¹¹⁰. O mesmo se repete em Vila Velha e em outras cidades, que permitem a construção de prédios com até 13 andares. As regulações ficam a cargo do município, que parece inerte ou igualmente oportunista diante da demanda do turismo e de empresas multinacionais que atuam no ramo hoteleiro. Coradini, afirma que:

A degradação ambiental nas capitais nordestinas já começa a ser percebida, principalmente em função do intenso processo de construção de empreendimentos e moradias nas áreas de preservação. Porém, o que se observa é a falta de um planejamento urbano sustentável, considerando não só o patrimônio natural como às vivências e experiências de seus moradores (CORADINI, 2008, p. 06).

A cidade de Natal teve um intenso processo de verticalização nos anos 2000, principalmente nas praias de Ponta Negra e Areia Preta, o que demonstra, segundo Coradini, o descaso com o meio ambiente e o patrimônio cultural:

As construções próximas ao morro do careca (cartão postal da cidade) ilustram esta situação. Verifica-se a destruição da flora e da fauna de áreas dunares, poluição sonora e visual, aumento da prostituição, turismo sexual, tráfico de drogas. E com relação ao patrimônio imaterial do local não há incentivos as atividades tradicionais, como a pesca, a renda e outras manifestações culturais (CORADINI, 2008, p. 06-07).

Acerca do turismo sexual, o qual é citado por Coradini, embora não seja o foco desta análise, faz-se importante destacar que há uma incessante publicidade contrária a esta prática. Tanto dos Governos locais, quanto do Governo Federal. Além das campanhas permanentes, em 12 de maio de 2014, houve o lançamento de uma sazonal, diante da realização da Copa do Mundo. O prefeito da cidade de Natal, Carlos Eduardo, intensificou as ações de combate à exploração sexual através do lançamento da campanha "Não desvie o olhar", a qual tem como objetivo "sensibilização e mobilização contra a exploração sexual infanto-juvenil durante a Copa do Mundo"¹¹¹.

[110] Informações disponíveis em: http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/01/756277-predios+tiram+4+horas+de+sol+dos+banhistas.html

[111] Conteúdo disponível em: <http://natal.rn.gov.br/noticia/ntc-19011.html>. Acesso realizado em 15 de maio de 2014.

Acerca do turismo sexual, ou exploração sexual de crianças e adolescente no turismo (GOMES, 2008), importa evidenciar que há uma orientação governamental que impõe a necessidade de cuidados diante do marketing turístico sobre o Brasil (GOMES, 2012). Neste sentido, entende Mariana Gomes que "marketing turístico público está colaborando no reposicionamento da imagem do Brasil no exterior, está desconstruindo o imaginário de <mulher brasileira> erotizada" (GOMES, 2012, 518). No entanto, atenta que "alterar uma ordem discursiva, imersa em relações de poder historicamente construídas, é um processo mais longo e complexo de disputas sociais" (GOMES, 2012, 519)

O litoral é em muito utilizado para a produção de uma imagem do Brasil que é um paraíso tropical, porém, este ambiente exige cuidados específico para seu uso, o que resultou em uma legislação de regulação própria. Os aspectos legais que correspondem à natureza jurídica das zonas litorâneas, evidenciam elementos de sua raridade e fragilidade, como admite Gilberto Rufino (2004), quando realiza estudo sobre os fundamentos jurídicos do litoral, embora, ainda, as “praias urbanas turísticas – reclamam muita regulamentação e gestão, aparecendo como verdadeiros *hotspots* na perspectiva do ordenamento territorial dos espaços praias” (MORAES, 2004, p. 34). Tais zonas foram conceituadas pela primeira vez, num texto internacional, apenas em 1972, no Plano de Ação pelo Meio Ambiente, na Conferência de Estocolmo, e em seguida o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) definiu as zonas costeiras como “bien national de grand valeur” (RUFINO, 2004, p.63).

Desde então, a ONU desenvolve ações com objetivo de regionalizar a proteção do ambiente marinho, incluindo em 1981, na Conferência do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Montevideu, a conservação do litoral entre os dez temas que são considerados suscetíveis de coordenação e de efetiva cooperação mundial e regional. Em decorrência das ações, em 1985, é lançado o programa para os oceanos e zonas costeiras, consolidando o trabalho de acompanhamento da gestão de zona costeira, com intuito de preservar o meio ambiental. E, então, na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), é reforçada a necessidade de proteção do litoral, considerado um dos temas capitais a serem tratados pelos países membros.

O Brasil, ratificando as recomendações da ONU, elabora leis específicas de proteção ao meio ambiente, como, também, preconiza a Constituição Brasileira de 1988, no artigo 23, ao elencar as competências da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, prevê, então, no inciso VI: “proteger o meio ambiente e combater a poluição em

qualquer de suas formas” (CF:1988); bem como no artigo 225, no capítulo V, que trata do Meio Ambiente, ao indicar que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CF, 1988).

Inicialmente, foram feitas apenas algumas alterações ao, já existente, Plano Nacional pelo Meio Ambiente, lei 6.938/1981, ajustando-o em algumas determinações da Carta Magna. Com posterior publicação da lei, a qual justifica a exigência de fiscalização dos usos destas áreas.

Diferentemente da legislação francesa e espanhola, por exemplo, que traz a delimitação de distâncias equivalente ao mar para apropriação e modificação da paisagem, a brasileira não apresentou nenhuma inovação em questões fundamentais, como discorre Foster:

o regime do domínio público marítimo ou o regime de concessão de obras públicas, de portos de recreio e dos aterros sobre o mar, entre outros usos da orla marítima; não estabeleceu princípios de ordenamento territorial, não fixou parâmetros obrigatórios de cunho urbanístico, nem disciplinou o aproveitamento dos recursos naturais (Foster, 1986; 309-311).

Porém, em 1988, através da lei 7.661, apresentam-se mudanças significativas nas normas que regulamentam a gestão do litoral. Embora a lei “institua” o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), e que nos demais dispositivos seja indicada a obrigatoriedade de realização do PNGC, que “visará especificamente a orientar a utilização nacional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural”¹¹², o plano só será legalmente efetivado com o decreto 5.300 de 07 de dezembro de 2004, que: “Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

[¹¹²] Conteúdo disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7661.htm. Acesso realizado em: 07 de julho de 2015.

- PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências”¹¹³.

No âmbito do decreto, são apresentadas tipologias que buscam caracterizar a costa marítima, entre os tipos apresentados no artigo 26, é interesse da tese, a que está descrita no inciso IX, o qual dispõe sobre a necessidade de regulação de áreas que compreendem como sendo de “urbanização consolidada”, assim definida:

IX - abrigada com urbanização consolidada: ambiente protegido da ação direta das ondas, ventos e correntes, com médio a alto adensamento de construções e população residente, paisagens modificadas pela atividade humana, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição sanitária, estética e visual;

Em 2002, a União começa a conceber o “Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima” - PROJETO ORLA – desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MOG) e Secretaria de Patrimônio da União (SPU), cujo título é “Roteiro de Plano de Intervenção da Orla Marítima”. Deste projeto, resulta a publicação de 5 manuais que apresentam estudos, conceituações e orientações a serem seguidas na elaboração de Planos de gerenciamento de zonas costeiras, sendo estes:

Projeto Orla – Subsídios para um projeto de gestão (2004)
 Projeto Orla – Guia de implementação (2005)
 Projeto Orla – Fundamentos para gestão integrada (2006)
 Projeto Orla – Manual de Gestão (2006)
 Projeto Orla - Implementação em territórios com urbanização consolidada (2006)

Nessas publicações, estão conceituações que buscam definir os limites físicos e o entendimento acerca da Orla Marítima, com o objetivo de regular a exploração das zonas litorâneas, descentralizando as competências e esclarecendo pontos importantes a serem respeitados pelos governantes locais nos processos de intervenções urbanísticas. No âmbito destas definições, Sílvia Soares Macedo (2004) apresenta uma tipologia de praia através do que entende por “valores paisagísticos e imagens associadas”. Inicialmente, entende que o mar é a estrutura morfológica de maior valor paisagístico da zona costeira, dos quais se retiram atributos

[¹¹³] Conteúdo disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm. Acesso realizado em: 07 de julho de 2015.

que qualificam a praia e apontam a preferência de determinados grupos sociais. Enquanto o mar é considerado um fator de valorização natural primário, o autor aponta os que considera secundários, que não teriam a mesma relevância do mar no direcionamento dos usos da praia. Entre os secundários o autor destaca a vegetação (matas, manguezais ou coqueirais), os morros, lagoas e rios.

Entre as características apresentadas que elevam o valor paisagístico do mar estão a excepcionalidade; a estética; a afetividade; e o simbolismo. Quanto a excepcionalidade, o autor afirma que “é uma estrutura paisagística incomum para a grande parte da população que reside nas terras interiores” (MACEDO, 2004, p. 54). Embora esta investigação também perceba a excepcionalidade do mar, melhor debatida adiante, não seria por tal justificativa que o mar teria um caráter excepcional, de modo bem distinto do citado, o entendimento é que o consequente desenvolvimento urbano, até onde pode se impor a elementos da natureza, possibilita olhar para a praia, ou para o mar, como excepcionalidade, a ser de todo apropriado, ou mesmo diante das impossibilidades de apropriação, o evidencia como um exótico espaço componente da cidade. Já a característica “estética”, dar-se, segundo o autor, pela identificação cultural do mar no século XX, sobretudo pelo seu alto valor cênico. Neste sentido, a noção de estética, que, para esta tese, expõe a praia, decorre da própria compreensão de possibilidades de práticas na faixa-de-areia, são possibilidades que diante da natureza remetem ao desnudamento do corpo e ao contato com a natureza. No que tange a “Afetividade”, esta decorre do entendimento de que o mar é “admirado e respeitado pelas comunidades que residem nas suas vizinhanças” (MACEDO, 2004, p. 54). E, por fim, o simbolismo, que, para o autor, “assume para diversas populações e para muito grupos sociais um valor até mesmo mítico” (MACEDO, 2004, p. 54). Estes dois últimos aspectos, para efeito de realização da pesquisa e pela metodologia aplicada, não serão abordados desta forma, mas sim pela perspectiva do desejo de se estar na praia, que, em certa medida, acaba por revelar tais características.

Em referência as atividades que se desenvolvem na faixa-de-areia, o autor as delimita a partir da forma como o mar espraia na areia da praia. E, é a partir da dinâmica do mar, em suas características naturais, que se delineiam as atividades a serem exploradas, ainda mais quando correspondem ao que o autor entende como trilogia qualitativa, uma configuração derivada de aspectos ambientais, funcionais e estéticos. No entanto, as possibilidades de apropriação, ainda se fixam nas características do mar:

Para o lazer, as praias de mar bravio com arrebentação próxima à areia são mais adequadas aos esportes individuais, como o surfe, e a presença de banhistas fica limitada à beira d'água. Em praias de mar tranquilo, as possibilidades de usufruto da água são maiores para todos e a natação, o remo e demais esportes náuticos podem ser livremente praticados.

Para a produção e pesca, as áreas de estuário apresentam condições excepcionais de trabalho. Entretanto, não são sempre adequadas para as diferentes modalidades de lazer, pois, muitas vezes, suas praias são parcas e lodosas e os turistas normalmente preferem praias mais “limpas” e de águas claras, mesmo que mais distantes ou de difícil acesso.

A presença de recifes de coral e arenito, e a exposição ao vento são outros fatores que condicionam a qualificação das áreas litorâneas ao uso, inibindo ou atraindo a presença das grandes massas turísticas (MACEDO, 2004, p. 55).

Além do mar, a praia também é considerada de grande valor paisagístico, e é nela que “a população permanece durante a maior parte da sua estadia e nas quais as atividades sociais se desenvolvem plenamente. Em termos qualitativos, as praias destacam-se pela presença de inúmeras possibilidades de uso para as massas de veranistas, independente da estação do ano (o que não ocorre com o mar)” (MACEDO, 2004, p. 54).

O elemento definidor da qualidade da praia, segundo o autor, advém do que entende por “valores sociais essencialmente urbanos”. Desta forma, a praia “tanto melhor será (em termos turísticos) quanto mais atrativos sociais oferecer” (MACEDO, 2004, p. 56). Dentre estes atrativos o autor destaca a promoção de feiras de artesanato e festas populares; práticas esportivas como mergulho, surf, windsurf, vela e pesca; passeios de bugre e ultraleve; a manutenção de uma vida noturna badalada; além de condomínios; ou seja, sintetiza Macedo, que os atrativos devem corresponder a tudo que “signifique a presença de gente”. Pois, segundo o autor:

Esses padrões correspondem a estruturas morfológicas urbanas determinadas e estão sempre associados à figura de praia típica brasileira, sendo sua paisagem caracterizada especialmente pela trilogia praia-mar-edificação (MACEDO, 2004, p. 56).

Esta trilogia, praia-mar-edificação, na qual deveria se acrescentar mais um elemento, devendo ficar na ordem que segue, ou seja, mar-praia-sol-edificação, resultará numa

condição de urbanização sobre a qual a publicação do Projeto Orla, intitulada de “Implementação em territórios com urbanização consolidada” irá dedicar seu conteúdo.

O conjunto urbano, constituído na faixa litorânea, decorre principalmente, ou tradicionalmente, como prefere Macedo, para fins de desenvolvimento turístico. O que o autor observa, é que:

o próprio modelo urbanístico favorece a destruição do ambiente. Não existe qualquer intenção que possibilite a formalização de projetos compatíveis com o meio existente. Nas praias, assim como em todos os pontos turísticos, destroem-se os velhos ambientes e habitats e se reconstrói a cidade convencional com os seus bem comportados jardins. (MACEDO, 2004, p. 60)

Neste sentido, o turismo acaba sendo responsável pela paisagem que se verifica atualmente no litoral. Atinge-se o modelo de litoral com uma consolidada urbanização voltada ao turismo. No âmbito do Projeto Orla, entende-se por urbanização consolidada “aquelas em médias e grandes cidades onde há concentração de vários grupos sociais, construções e atividades que usam e ocupam os espaços de formas diferentes, com grande interferência na paisagem”¹¹⁴, enquanto que o Decreto Federal nº 5.300/04, que é fundamento do Projeto Orla, intitulado “Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro”, dispõe em seu art. 26, que “áreas com urbanização consolidada”, são aquelas com “médio e alto adensamento de construção e população, apresentando paisagens altamente antropizadas, com uma multiplicidade de usos e um alto potencial de poluição sanitária e estética”¹¹⁵.

São, portanto, áreas que recebem variados tipos de alterações no meio ambiente, o que resulta em consideráveis impactos sobre o ecossistema e os recursos naturais, considera-se que “é comum haver perda de cobertura vegetal e contaminação do ar, do solo e da água provocada pelas atividades urbanas, resultantes do rápido crescimento e da falta de planejamento, com reflexo na qualidade de vida da população”¹¹⁶. Assim, diante da consolidada

[¹¹⁴] Entendimento apresentado nos Objetivos do Projeto Orla. Conteúdo disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spu/publicacoes/081021_pub_projorla_implementacao.pdf (p.9)

[¹¹⁵] Conteúdo disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm

[¹¹⁶] Entendimento apresentado nos Objetivos do Projeto Orla. Conteúdo disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spu/publicacoes/081021_pub_projorla_implementacao.pdf (p.9)

paisagem, busca-se desenvolver um gerenciamento que visa permitir uma gestão participativa e a manutenção da qualidade de vida no litoral.

O litoral brasileiro acomoda um quarto da população total do Brasil. O mapa representado na figura 47, apresenta a distribuição da população, deixando evidente que há um adensamento das áreas litorâneas e um adensamento das cidades costeiras, principalmente nas capitais.

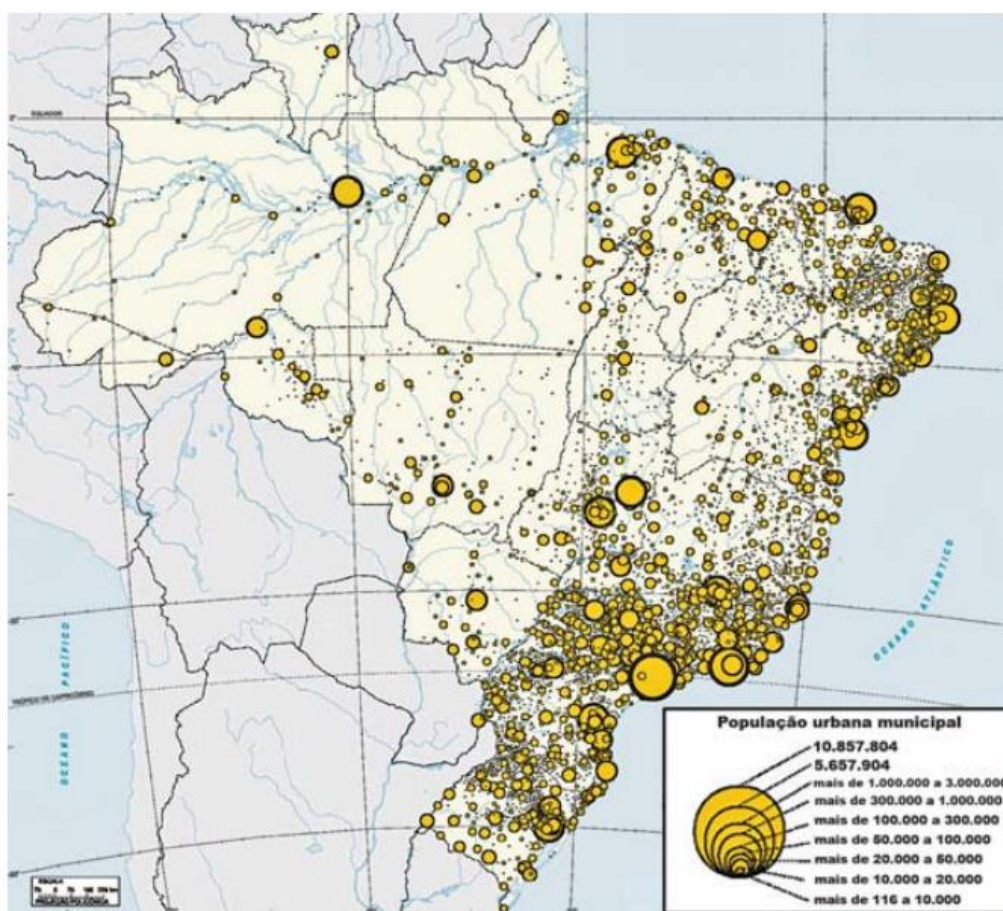


Figura 47: Distribuição da população brasileira por município. Fonte: Projeto Orla: Implementação em território com urbanização consolidada.

Nota-se o acúmulo de grandes e médios núcleos urbanos ao longo da linha litorânea das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, onde vive um quarto da população total. Na Zona Costeira Brasileira, com aproximadamente 388 mil km² de área, extensão de 8.698 km e largura variável, localizam-se 13 das 17 capitais dos Estados litorâneos e cerca de 400 municípios. (SILVA, et al., 2006, p. 12)

A concentração de milhões de moradores nos núcleos urbanos populacionais chega a ser cinco vezes maior do que a média nacional. Neles estão localizadas as bases econômicas e de mercados de trabalho diversificados, pois, “apresentam altos montantes de investimentos públicos e privados, dispõem de vários tipos de serviços e oportunidades de consumo, apresentam atividades portuárias e industriais relevantes e possuem usos turísticos em larga escala” (SILVA, et al., 2006, p. 12), além dos decorrentes do fluxo sazonal proveniente do turismo.

Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), o Brasil tem um fluxo anual de turismo estrangeiro em torno de 5 milhões de pessoas, e a maioria delas seguem para conhecer e visitar o litoral. Quanto ao turismo interno, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) afirma que 32% da população economicamente ativa realiza ao menos uma viagem por ano, e entre os destinos preferidos está o litoral¹¹⁷.

Porém, o maior número de frequentadores de praia corresponde a moradores locais, embora este número mude no período de alta estação, em que o número de turista aumenta significativamente. São dados como estes que levam o governo do Estado do Rio Grande do Norte a investir em propaganda e promoção do turismo na região, intensificando os valores paisagísticos do litoral de Natal, principalmente nos países europeus: “A ideia é que sejam investidos R\$ 9 milhões nos principais países emissores de turistas à região. Nosso pleito é que o Ministério, via Embratur, invista 60% desse valor e os 40% restantes sejam distribuídos proporcionalmente pelos Estados”¹¹⁸. Isto porque, a economia do Rio Grande do Norte tem como principal ramo o setor de serviço, correspondendo a 75% do PIB do Estado. Deste, 8,1% está relacionado ao setor de turismo, este levantamento considerou “o resultado do produto de hospedagem, restaurantes, agências e operadoras, serviços culturais, serviços recreativos e transporte de passageiros, observa-se que 8,1% do valor de toda a produção do Rio Grande do Norte está relacionado com as atividades turísticas” (FIPE, 2011)¹¹⁹. Em números absolutos, o

[117] Conteúdo disponível em: <http://www.fipe.org.br/>

[118] Afirmação feita por Aninha Costa, então presidente da Empresa Potiguar de Promoção Turística, informação disponível em: <http://rnbrasil.tur.br/natal-ja-e-segundo-destino-turistico-em-voos-da-azul/>

[119] Dados disponíveis em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/RIO_GRANDE_DO_NORTE/PDITS_MUNICIPIO_DE_NATAL.pdf

Turismo do Rio Grande do Norte, responde pela geração de 26,5 mil empregos diretos e 78 mil indiretos, o que constitui uma movimentação anual de R\$ 250 milhões¹²⁰.

O turismo é o setor com maior índice de geração de emprego formal no estado, segundo pesquisa divulgada em 2008 pelo IPEA¹²¹. Dados do censo 2010, apresentam “que aproximadamente 12% da população em atividade [econômica] encontra-se na informalidade e que a média da renda dos informais corresponde a pouco mais de 70% dos trabalhadores formais, (média de renda formal de R\$ 1.527 e informal de R\$ 1.101)”¹²². Segundo estudo realizado pelo Ministério do Turismo¹²³, estes dados, em grande parte, refletem o exercício da atividade turística de Natal. A verificação de seu PIB setorial indica que o produto produzido pelo município está fortemente ligado ao setor de serviços.

Todos os aspectos legais e de promoção de atividades voltadas à proteção do ambiente litorâneo contrapõem-se diretamente ao desenvolvimento turístico da região, enquanto por um lado há crescente preocupação com a manutenção da qualidade de vida no litoral, por outro, confronta-se com a significativa demanda econômica da região que se orienta pelo turismo, o que demanda infraestrutura capaz de garantir segurança e conforto dos turistas, bem como dos moradores. Neste sentido, verifica-se que a preocupação do governo em preservar o ambiente é sobreposta pela necessidade de desenvolvimento econômico da região, o que não necessariamente corresponderia a uma degradação do litoral, se o mesmo considerasse os estudos e direcionamentos do Projeto Orla, para citar apenas um, porém, o empreendedorismo na região acaba por ofuscar os aspectos legais e de proteção do ambiente, sendo o próprio governo conivente com a situação, na medida em que libera obras com evidentes altos impactos ambientais, não fiscalizando empreendimentos existentes, que

[120] Dados disponíveis em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicadores_rn.pdf

[121] Ocupação do Setor de Turismo no Brasil: Análise da ocupação nas principais acts nos estados, Regiões E Brasil (2011) disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1580.pdf

[122] Dados disponíveis em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/RIO_GRANDE_DO_NORTE/PDITS_MUNICIPIO_DE_NATAL.pdf

[123] Dados disponíveis em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/RIO_GRANDE_DO_NORTE/PDITS_MUNICIPIO_DE_NATAL.pdf

degradam o ambiente natural, e/ou mesmo quando não fiscaliza e/ou pune novos empreendimentos que são construídos de forma irregular.

Ainda no âmbito do turismo, desenvolvem-se as chamadas “Atividades Características do Turismo” (ACTs), as quais são entendidas como “um conjunto de atividades que contemplam a maior parte dos gastos dos turistas” (COELHO, 2011, p. 09). Segundo o “Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor de Turismo” (SIMT), as estimativas ocupacionais estabelecem sete grupos de ACTs: “1. alojamento; 2. agência de viagem; 3. transportes; 4. aluguel de transportes; 5. auxiliar de transportes; 6. alimentação; e 7. cultura e lazer” (COELHO, 2011, p. 09).

É importante ressaltar, que embora a praia seja o principal destino turístico dos visitantes de Natal, em suas praias urbanas, segundo pesquisa realizada pelo SEBRAE (2007), cerca de 85% dos frequentadores são residentes da cidade. Este número é ainda maior quando verificado apenas os frequentadores das praias da Zona Norte, chegando a 99% de natalenses, enquanto que a praia de ponta negra apresenta 70% de moradores frequentadores. Porém, estes números chegam a diminuir numa taxa de 20%, na alta temporada.

É exatamente este público visitante que demanda as ACTs, pelas quais se proporciona lazer e conforto. Quanto ao alojamento, a demanda por hospedagem reflete a crescente oferta de hotéis e pousadas na cidade. Segundo estudo publicado em outubro de 2015 pela Secretaria de Turismo (SETUR), vinculada ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o Estado oferta 52,5 mil leitos, o que significa, proporcionalmente, um dos maiores estados a fornecer hospedagem no país. A cidade de Natal disponibiliza 29.354 leitos, a maior concentração do Estado¹²⁴.

As agências de viagem são, em variados aspectos, importantes à manutenção de turistas em Natal. Diante da falta de informação sobre hospedagem, deslocamento e alimentação, por parte dos setores públicos, as agências acabam por assumir a ausência do Estado e fornecem alguma informação ao visitante, o que por vezes pode onerar a viagem. O trabalho desenvolvido pelas agências de viagem, principalmente àquelas que trabalham com receptivo, acabam direcionando os visitantes para a praia de Ponta Negra, enquanto que as demais praias só recebem os turistas numa rápida passagem, embora os visitantes sejam levados

[¹²⁴] Dados disponíveis em: <http://rnbrasil.tur.br/rn-contabiliza-proporcionalmente-a-maior-oferta-de-hospedagem-do-brasil/>.

a conhecê-las, no entanto, são orientados a não consumir nelas e em poucos minutos seguem para outros pontos turísticos da cidade.

Relacionado ao transporte, Natal dispõe de um aeroporto internacional, o “Aeroporto Governador Aluizio Alves”, que recebe em média 2000 voos domésticos e 76 voos internacionais por mês. Pelo Aluizio Alves, desembarcam 241.001 pessoas de voos domésticos e 9.501 de voos internacionais¹²⁵. Segundo a empresa de aviação Azul, Natal é o segundo destino mais “comprado” pelos estrangeiros, seguido de perto por Porto Seguro que seria a cidade mais procurada. A infraestrutura aeroportuária de Natal é sempre vista como ponto positivo pelos turistas, em 2015, recebeu o prêmio de melhor aeroporto do Brasil na 5ª edição do Prêmio UPIS de Turismo, escolhido por voto popular através da internet¹²⁶. Quanto ao deslocamento na cidade, a mobilidade urbana dispõe de transporte público coletivo, individual e de um expressivo quantitativo de empresas que atuam com receptivo e fornecem variadas formas de deslocamento entre pontos turísticos da cidade. Segundo pesquisa realizada pelo Sebrae, a maioria dos frequentadores vão à praia de carro, o que demanda avenidas em bom estado de conservação, bem sinalizadas e estacionamento seguro. Em Natal, muitos carros não conseguem estacionamento na orla marítima, portanto, ficam em ruas secundárias a avenida principal, o que exige o caminhar até a faixa-de-areia. Os frequentadores que chegam à praia utilizando-se de ônibus, correspondem a 29% do total, abaixo do número de frequentadores que se deslocam de carro próprio, que perfaz o total de 31%. Esses dados gerais diferenciam-se, e estão mais distantes, na praia de Ponta Negra – 42% de carro e 38% de ônibus, porém, se aproximam em relação as praias da zona norte, na Redinha 31% chegam de carro 28% de ônibus; à praia do Meio, chegam de carro 31% e de ônibus 30% (SEBRAE, 2007).

Relativo a alimentação, adentra-se aos aspectos relativos a economia da praia especificamente relacionado com a faixa-de-areia. Para tanto, apresentam-se dados relativos a alimentação a partir da análise de duas fundamentais figuras no desenvolvimento do comércio da praia: o barraqueiro e o ambulante. A partir da análise de ambos é possível verificar aspectos relacionados a venda, não apenas de alimentos, mas de uma gama de produtos que tornam a praia um grande mercado.

[¹²⁵] Dados disponíveis em: <http://www.natal.aero/br/o-aeroporto/estatisticas/?a=2015&m=12>

[¹²⁶] Informação disponível em: <http://www.natal.aero/br/noticias/aeroporto-de-natal-e-eleito-o-melhor-aeroporto-brasileiro-em-premiacao-de-turismo/3074/>

Curiosamente, observa-se que, embora haja passos desviantes, as pessoas aguardam o posicionamento das mesas colocadas pelos barraqueiros no entorno da praia. Nelas, os seus frequentadores se posicionam para desfrutar do mar, do sol e dos produtos oferecidos pelos barraqueiros e ambulantes. Na condição de consumidores, estão dispostos a pagar pelos variados produtos que estão randomicamente à disposição através dos ambulantes, o que torna mais positiva e confortável sua experiência à beira-mar, não precisando se deslocar ao consumo, isto para àqueles que não se incomodam com os vendedores.

Os produtos à venda seguem uma variedade que está para além dos produtos considerados “típicos” da praia, sendo estes, àqueles que poderiam ser extraídos deste ambiente, tais como os frutos do mar e o coco. Aos banhistas são oferecidos produtos com uma célere frequência, e a todo instante há comercialização. O compilado de fotos que segue (ver figura 48) é uma tentativa de demonstrar a variedade de produtos vendidos na faixa-de-areia.



Figura 48: Ambulantes comercializam seus produtos na Praia de Ponta Negra. Foto: Autora. Fonte: Acervo pessoal

Entre os produtos oferecidos pelos ambulantes estão àqueles que são considerados típicos da cidade natalense, como a “ginga com tapioca” – uma porção de, em geral, quatro pequenos peixes fritos, comercializados em um espeto de madeira, acompanhado de tapioca, a

carne do sol como “churrasquinho” e o coco verde. Além de outros produtos alimentícios como coxinha no espeto, picolé, “dindin”¹²⁷, crepe, ostra, milho cozido, empada, salada de fruta, frutas de um modo geral – caju, cajá, sapoti – algodão doce, camarão, biscoitos, bolo, pizza, sorvete, pipoca, castanha e alguns outros. Entre as bebidas, com extrema facilidade se tem acesso a água mineral, caldo-de-cana, refrigerante, caipirinha, cachaça, cerveja, hula-hula¹²⁸, além dessas, comum em todas as praias, em Ponta Negra ainda pode ser consumido a caipifruta, a caipirinha, o guaraná do Amazonas, o açaí e o café. Entre os produtos artesanais, encontram-se: vestuários e acessórios em sua maioria por todas as praias, como particularidade, na Praia do Meio, bijuterias, bronzeadores e óculos, na Redinha amplia-se para CDs, cangas, biquínis, água oxigenada, boné, bolas; e, em Ponta Negra, além desses, tem-se camisetas, protetores solar, chapéus, sandálias, DVDs, isqueiros, bolsas, souvenirs, redes, pipas, toalhas de banho, pulseiras, colares (ver figura 49) e telas pintadas com a paisagem local. Entre os serviços oferecidos na faixa-de-areia, não se observou esse tipo de serviço na Praia da Redinha; já na praia do Meio, encontra-se facilmente aluguel de boias; em Ponta Negra há a maior concentração de prestadores de serviços da faixa-de-areia, lá, facilmente, é possível verificar massagistas, tatuadores, tocadores de instrumentos musicais, aluguel de som e tererê¹²⁹, além da oferta de passeios de barco, fotografia com araras, e o polêmico serviço de locação de mesas, cadeiras e guarda-sóis.



Figura 49: Ambulante na praia de Ponta Negra.
Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora

Em depoimento uma natalense, afirma que “gostava dos tempos de antigamente, a gente vinha pra cá e fazia uma farofada, vinha a família toda, agora não, nem tem mais lugar, é uma agonia, toda hora chega um”. Frequentemente o banhista é abordado pelos ambulantes em tentativa de expor seus produtos ou através de *folders* que ilustram os passeios de barcos ou a culinária de restaurantes próximos. Em alguns momentos há uma espécie de congestionamento de ambulantes, que aguardam, pacientemente, por sua vez de oferecer o produto ao cliente, ou,

[127] Suco de fruta embalado em pequenos sacos plásticos e comercializado congelado.

[128] Drink preparado no abacaxi e comercializado nas praias natalenses.

[129] Trançado feito com linhas e o próprio cabelo.

neste ínterim, seguem para outro frequentador/turista, com o intuito de otimizar seu tempo no oferecimento de seus produtos.

No ano de 2007 o Sebrae/RN publicou o resultado de uma pesquisa realizada nas praias urbanas de Natal, investigação sob orientação de Inalda Marinho, a qual coube a produção do parecer final. Nesta pesquisa, buscou-se analisar o perfil dos que realizam atividades comerciais na praia, considerando o fato do grande número de trabalhadores informais, o que impossibilita o reconhecimento de atividades, demandas e dificuldades enfrentadas por estes profissionais informais.

Desta forma, os dados quantitativos serviram para pensar a praia em seus aspectos qualitativos. A pesquisa definiu os vendedores ambulantes enquanto os “praticantes de ocupações produtivas” (MARINHO I. d., 2007, p. 09). A maior concentração de ambulantes encontra-se na praia de Ponta Negra, na qual encontram-se mais de 50% do total de ambulantes, os demais se encontram distribuídos nas praias da zona norte. A pesquisa identificou, ainda, que a maioria dos vendedores é predominantemente do sexo masculino, 57,07% ocupam a faixa etária entre 25 e 44 anos e as crianças correspondem a 9% do total. O grau de escolaridade corresponde majoritariamente ao Ensino Fundamental, num total de 48% dos ambulantes, já com o Ensino Médio incompleto chegou-se ao número de 14,29%, e 12,76% afirmaram tê-lo concluído. Apenas 2,04% afirmam ter cursado ou concluído o Ensino Superior. A pesquisa registrou, ainda, 8,67% de ambulantes que afirmaram não ter qualquer instrução escolar (MARINHO I. d., 2007).

Em geral, os ambulantes são donos de seus próprios negócios, correspondendo ao total de 80% dos trabalhadores autônomos. Os demais, dividem-se em sócios, 7%, e outros 7% que são assalariados, que em muitos casos são membros da mesma família. Entre as motivações que os levaram a desenvolver o comércio na praia, o percentual varia de acordo com as praias pesquisadas. Entre os ambulantes da praia de Ponta Negra, 23,46% afirmaram que o motivo está relacionado ao desemprego, 13,26% apontaram a possibilidade de trabalhar como autônomo, 9,18% afirmaram que estava relacionado a falta de oportunidade no mercado fora da praia; 7,14% perceberam uma boa oportunidade de negócio; e, por fim, 4,08% optaram pelo trabalho na praia diante da possibilidade de flexionar os dias de trabalho.

Os autônomos da praia da Redinha buscaram desenvolver atividades de ambulante prioritariamente para melhorar a renda familiar, totalizando 38,09 % dos entrevistados; 26,18%

estavam desempregados; a imensa maioria dos ambulantes que comercializam nesta praia são moradores da zona norte da cidade. Entre os trabalhadores da praia do Meio, que comporta a praia dos Artistas e do Forte, 30,39% estavam desempregados, 23,25% viram nesse comércio a possibilidade de aumentar a renda familiar; 16,10% ali estavam por falta de oportunidade no mercado. O desejo de ser autônomo totalizou 5,37%; e, os que gostam de trabalhar na praia 5,37%. Não é difícil encontrar posicionamentos que afirmem que é bom trabalhar na praia, porém, isso não representa o entendimento dos ambulantes, entre eles há muitas reclamações, especialmente sobre a estafa, provocada, sobretudo, pelo ambiente. Afirmam que se sentem muito cansados, exaustos ao final do dia de trabalho, e ainda que a sensação de queimor no corpo incomoda para dormir. Torna-se ainda mais exaustivo quando esses trabalhadores não se encaixam na categoria de "trabalhadores de finais de semana", que faz referência apenas pessoas que trabalham apenas no final de semana. Estes ambulantes, em geral, trabalham durante toda semana comercializando, a maioria dos ambulantes que atuam na praia de Ponta Negra, 74% afirmam trabalhar diariamente, enquanto na Redinha e na praia do Meio a maioria diz trabalhar nos finais de semana e feriados (MARINHO I. d., 2007).

Além dos ambulantes, é possível consumir alguns destes produtos em barracas, através de vendedores fixos, que se estabelecem ao longo da faixa-de-areia ou no calçadão da Orla marítima. Os barraqueiros são aqueles que trabalham em barracas. Para o Sebrae, “correspondem ao dono, arrendatário ou responsável pelas barracas ou quiosques” (MARINHO I. d., 2007, p. 09). A praia da Redinha é a que comporta o maior número destes barraqueiros, enquanto Ponta Negra e a praia do Meio apresentam quantidades similares. Entre os barraqueiros, há uma equidade no número de homens e mulheres, a faixa etária é variada, com maior concentração dos 35 aos 59 anos, e a maioria tem ensino fundamental completo. Os barraqueiros tem nesta atividade sua principal ou única fonte de renda. Enquanto que nas praias da zona norte encontram-se novos donos de barracas, percebe-se que em Ponta Negra há uma herança das barracas, pois muitas são herdadas de seus parentes, desta forma, têm-se barracas com poucos anos de funcionamento, ao mesmo tempo que algumas têm mais de 20 anos (MARINHO I. d., 2007).

Como foi citado anteriormente, o serviço oferecido de aluguel de mesas, cadeiras e guarda-sóis, é oferecido pelo barraqueiro, tal qual o Maradona, um barraqueiro que afirma trabalhar no local há mais de 35 anos, cobrando entre R\$ 10,00 e 20,00 reais do frequentador/turista que quer usufruir de suas mesas e cadeiras, em um pequeno espaço na areia da praia. O valor cobrado varia de acordo com o consumo, aquele que mais consome, paga

menos, os que consomem pouco, acabam pagando mais, e segundo o barraqueiro: “depende da cara, se for estrangeiro..., só na hora para ver. Mas veja, a pessoa chega aqui e passa a manhã inteira com uma água de coco, tem que pagar pela mesa, eu deixo de ganhar assim”¹³⁰, esta é a “mãe ponta negra” como prefere chamar o barraqueiro. Dela, num misto de reclamação e agradecimento, ele afirma extrair o provimento para sua família há anos. Ao ser indagado, evita comentar sobre a mudança de local das barracas, que saíram da faixa-de-areia e foram posicionadas no calçadão, e disfarça dizendo, “[...] é, fizeram isso aí...é, mas tá bom. Eu vou atender aquela mesa e já volto”.

Os barraqueiros reclamam que os ambulantes não estão sujeitos as mesmas exigências legais que eles, além de pagarem impostos, são sistematicamente avaliados pela vigilância sanitária. Muitos dos barraqueiros têm despesas com funcionários, o que onera o custo dos serviços e produtos oferecidos, alguns chegam a ter 6 funcionários, além dos próprios proprietários, que também trabalham como garçom. Diferentemente de um trabalhador assalariado, 49,33%, destes funcionários, recebem suas remunerações ao final do dia, 36% as recebem semanalmente, 4% recebem apenas comissão pelas vendas que realizaram, outros 4% recebem quinzenalmente, e apenas 1,33% recebem mensalmente (MARINHO I. d., 2007).

O percentual de lucro de um barraqueiro é bastante variado, é possível encontrar aqueles que dizem ter um faturamento médio mensal de R\$ 500,00, e os que afirmam faturar mais de R\$ 21.000,00. Independentemente do faturamento, fica evidente que a disputa com os ambulantes é marcante, ainda que exista uma pequena parcela de barraqueiros que convive bem com os ambulantes, a maioria dos proprietários de barracas não está disposta a perder nenhuma possibilidade de venda.

Em muitos casos estas disputas passam despercebidas pelos frequentadores/turistas, que não percebem as “caras feias” e os gestos que inibem ou impedem a aproximação dos ambulantes. (MARINHO I. d., 2007). Enquanto que os barraqueiros emanam um sentimento de que possuem uma “patente registrada” de uso da área que delimitam, para os ambulantes, toda a faixa-de-areia é passível de ser utilizada por eles. Os limites das áreas das barracas são conhecidos pela disposição das cadeiras e mesas, e só se perde a posse sobre aquele determinado espaço quando a maré o invade, e assim, inclina as cadeiras e dificulta sua utilização, é então chegado o momento de retirá-las e remarcar área de uso. Neste sentido,

[130] Entrevista realizada em nov. de 2014.

a disputa estabelecida entre os trabalhadores da praia permite analisá-la de forma similar ao que Antônio Arantes (1997) entendeu como uma “guerra de lugares”, bem como, a percepção que estes trabalhadores têm da praia em sua dimensão espacial, pode ser compreendida através do que Leite (2007) definiu como “lugar”. Embora ambos autores tenham analisado a dinâmica de determinados espaços públicos em sua totalidade, não tendo delimitado suas compreensões à apropriação do espaço por comerciantes, entende-se que para esta investigação não há perdas ao se fazer utilização de tais categorias de análise na tentativa de compreender as disputas estabelecidas por este tipo de apropriação da faixa-de-areia.

Evidentemente que todos defendem seus próprios interesses, cada barraqueiro apresenta a sua vontade ou necessidade de defender seu espaço e, conseqüentemente, garantir sua venda; por outro lado, cada ambulante defende o direito de transitar por toda a praia, o que necessariamente implica adentrar no espaço delimitado e entendido como próprio pelo barraqueiro, e, da mesma forma, garantir suas vendas. É possível perceber, então, os aspectos *thymóticos* atuando na “espuma” e contribuindo para o clima da praia. Porém, na tentativa de destacar este aspecto da paisagem, direcionando o olhar apenas para as determinações econômicas, verifica-se que tal dinâmica pode ser descrita como uma disputa cotidiana pelo espaço, enquanto possibilidade de comercialização de determinados produtos.

Neste sentido, pinçando o comércio da totalidade do ambiente-praia e do seu clima esferológica, é possível caminhar numa análise pela percepção de Antônio A. Arantes (1997), precisamente quando este observa que as cidades se estruturam por fronteiras contraditórias, que apresentam como produto de tal tensão uma “guerra de lugares”. Ainda que o autor apresente uma análise sobre a totalidade da cidade, entende-se que não há prejuízos em se observar analiticamente dinâmicas semelhantes, as quais tangem majoritariamente o aspecto de disputa pelos espaços para o comércio. Para Arantes (1997), os moradores da cidade deslocam-se pelos espaços urbanos e situam-se formando coletivamente fronteiras simbólicas, entendendo que a experiência urbana contemporânea possibilita uma “complexa arquitetura de territórios, lugares e não-lugares, que resulta na formação de contextos espaço-temporais flexíveis, mais efêmeros e híbridos do que os territórios sociais identitários”¹³¹ (ARANTES, 1997, p. 259).

[131] Arantes (1997) faz referência e crítica a noção de “espaços identitários” a partir do entendimento de identidades enquanto uma expressão claramente contrastadas e bem definidas.

Desse modo, as territorialidades são entendidas como flexíveis, as fronteiras simbólicas constituem-se de tensões, as quais se sobrepõem e “entrecruzando-se de modo complexo, formam zonas simbólicas de transição [...] análogo ao que *Victor Turner* chamou de liminares” (ARANTES, 1997, p. 126). Os espaços liminares possibilitam o contato com o diferente, com o estranho, com aquilo que não compõe a delimitação orientada pelas ações desenvolvidas no espaço. Disso, interessa à Arantes (1997) compreender como se estrutura o espaço em que tal “guerra” ocorre, bem como, compreender qual é a natureza dessas fronteiras que dialogam entre si, mesmo estando em situações antagônicas.



Figura 50: Trabalhadores da praia de Ponta Negra. Na parte superior da perspectiva da foto os barraqueiros, na parte inferior, ambulantes e clientes. Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora

Assim, a praia, pelo viés econômico, comporta-se com tal dinâmica em territorialidades demarcadas pelos barraqueiros e ambulantes (ver figura 50), e que, ao olhar mais atento, se apresentam pelos seus inter cruzamentos geradores de tensões. Enquanto que uma expressiva dinâmica de disputa por compradores, oculta esta cena de muitos banhistas, por outro lado, em situações extrema, revela-se as tensões que são explicitadas em gritos e gestos, nitidamente expostos. São posições que vão sendo cotidianamente trilhadas, que expressam formas sutis e, quando necessário, bruscas de responder àqueles que infiltram seus espaços demarcados. As territorialidades sugerem uma distinção entre o “espaço” em seu aspecto mais genérico, comportando toda a extensão da praia, própria do ambulante, enquanto o “lugar” sugere o reconhecimento por alguém ou por um grupo como sendo o seu lugar, quando se reconhece determinado espaço é tomado como seu, como próprio, e são utilizados como

elementos de distinção social, assim como sugere Leite (2007), ao afirmar que os “lugares” são compreendidos como “demarcações físicas e simbólicas dos espaços, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento” (LEITE, 2007, p.35).

Há, portanto, um reconhecimento do espaço do barraqueiro como sendo próprio, facilmente ouve-se expressões que asseguram que a delimitação de mesas e cadeiras é legítima dos barraqueiros, por vezes pessoas são inibidas de estender uma toalha e deitar-se na areia, em geral procuram lugares mais afastados das barracas. Os ambulantes transitam por todo espaço da praia oferecendo seus produtos e definem a praia como sendo um espaço de livre acesso à todos, defendem-se da resistência dos barraqueiros pelo cliente, ao afirmar que os mesmos querem comprar seus produtos. Diante da aversão dos barraqueiros, os ambulantes recorrem aos clientes: “- O rapaz quer comprar aqui...!”. O cliente que está dentro do “lugar” delimitado pelo barraqueiro tem a possibilidade, decerto econômica, de permitir e manter o acesso do ambulante. Caso o barraqueiro negue a possibilidade de seus clientes comprarem dos ambulantes, os mesmos têm a autonomia de permanência e escolha de barracas, neste sentido, sentem-se tranquilos para conversar com o barraqueiro para liberar a venda dos produtos dos ambulantes.

A recorrência dessas práticas acaba por inibir medidas mais intensas dos barraqueiros diante dos ambulantes. Ao compreendermos territorialidades como “um espaço de representação, cuja singularidade é construída [...] mediante práticas sociais e usos semelhantes” (LEITE, 2007, p. 284), percebe-se que os barraqueiros expressam sutis gestos em



Figura 51: Trabalhadores da praia de Ponta Negra. Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora

negativas às práticas dos ambulantes. De tal maneira, ao se questionar um barraqueiro sobre os ambulantes, os barraqueiros afirmam que “não tem jeito”, uma vez que comentam que já se movimentaram, sem êxito, em vários sentidos para inibir tais práticas, especialmente em relação a venda de alimentos, inclusive com tentativas de conscientizar os clientes sobre a necessidade de se conhecer a procedência dos produtos comercializados e de se ter segurança sobre o preparo dos alimentos consumidos. Os barraqueiros entendem que muitos clientes não se incomodam com a procedência dos alimentos e consomem indiscriminadamente os produtos vendidos pelos ambulantes.

Neste sentido, o que se observa na praia, no âmbito desta disputa pela comercialização de produtos, é que os lugares dos barraqueiros são, a todo instante, permeados pelos ambulantes, que, de certa forma, também atribuem aos caminhos traçados por seus passos, aquilo que, como afirma Leite (2007), se constitui também como sendo o seu lugar, estes traçados de caminhos, defendidos sob o argumento de que a praia é de todos. O que se observa é que, tais territórios são inter cruzados pela necessidade de venda de produtos, respaldado e legitimado pela vontade de consumir dos frequentadores/turistas.

Ademais, acerca do consumo que se estabelece pela praia e na praia, pode se observar que, inicialmente, o ambiente praiano se submete a uma lógica de consumo que provoca tensões na arquitetura urbana que se ergue em torno da promoção do turismo; e, que o consumo é uma característica importante para se pensar a configuração da praia, na medida em que o consumo se torna expressivo entre aqueles que frequentam a praia e aqueles que se sustentam economicamente pelo comércio na praia. Desta forma, a paisagem praiana não pode ser desvincilhada desse preponderante aspecto, que é capaz de caracterizá-la, evidenciando particularidades de seu cotidiano, especialmente em relação a demanda arquitetônica que modifica e interfere na paisagem.

Neste sentido, no próximo item, retoma-se a discussão sobre as modificações que se tornam necessárias à demanda dos frequentadores/turistas e que são evidentes ao reconhecimento e que dão sentido a uma cidade como praiana e de uma praia como urbana, nas quais comumente se diz ser possível desfrutar de “estilo de vida praiano”. A discussão deste item próximo passa pelo entendimento da possibilidade de reconhecimento de um “modo” ou “estilo” que se possa adjetivar como “praiano”, enquanto resultado da configuração praia e dos fluxos possíveis de estilos de vida daqueles que desejam a liberdade.

3.2 ENTRE ESTILOS E MODOS: PARA ALÉM DA FAIXA-DE-AREIA APENAS A ARTE ORNAMENTATIVA

A cidade, em seu processo de urbanização, aproxima-se da praia e dela se apropria como espaço de lazer. A praia passa, então, a ser desejada e realiza-se, ao que se entende pela análise, enquanto expressão de desejos, seja de se libertar do trabalho, dos estudos, da roupa, ou mesmo, do cotidiano exaustivo da cidade. A praia se configura em "*esferas*" (SLOTTERDIJK, 2003), que expõe a co-vivência pública entre as pessoas. A demanda, cada vez mais crescente, pela utilização da faixa-de-areia, evidencia a necessidade de modificação do ambiente natural como garantir de que a experiência de contato com a natureza seja confortável. Pode-se afirmar, pelo que foi analisado, que a praia retém características próprias enquanto parte da cidade e difere-se por sua pitoresca natureza, além de se configurar como expressão do desejo das pessoas de livrarem-se do cotidiano da vida urbana. Desta forma, considerando o que foi analisado até o momento acerca da praia, pode-se afirmar que uma cidade que dispõe de uma litoral em seu entorno retém, conseqüentemente, todas estas características? E, por isso, pode-se afirmar que a mesma é uma cidade praiana, como comumente se reconhece? E, ainda, afirmar que esta cidade se caracteriza por um "estilo de vida praiano" ou que comporta em sua polissemia um "estilo de vida praiano"?

Decerto a presença de uma praia margeando uma cidade não necessariamente torna possível admitir que é esta uma cidade praiana. O mesmo pode ser dito de praias urbanas, afinal, sua aproximação com a cidade não garante usos e, conseqüentemente, uma permeabilidade de práticas que possibilitaria tal adjetivação. Porém, os meios de comunicação e sites especializados em turismo tomam toda e qualquer proximidade urbana à praia como cidade praiana e ou mesmo a praia como urbana. Para tanto, inicialmente, busca-se esclarecer que a simples existência de uma praia margeando a cidade não permite defini-la como praiana. Considerando que tal definição só se torna possível diante da permeabilidade transcorrida entre ambos ambientes. E, posteriormente, entende-se necessário elucidar aspectos relevantes à análise que derivam da noção de "estilos" e "modos", e apenas posteriormente falar em praiano, seja para definição de cidade ou mesmo de um estilo de vida.

Para tornar esta afirmação evidente, verifica-se os casos de eventos que transformam determinados ambientes urbanos em uma “praia” temporária e mesmo de parques temáticos que buscam reproduzir o ambiente praiano. As cidades que comportam estes eventos ou parques não são adjetivadas como praianas, isto porque tal adjetivação exige uma ressonância do ambiente praiano no urbano, o que só é possível por uma permeabilidade cotidiana. A praia não pode ser tomada como um evento pontual de lazer dos finais de semana, mas como parte de uma cidade que a vivencia, a valoriza e, também, a configura.

Tal como acontece com o Paris-Plage – “o verão transforma Paris”. O Evento ocorre há 14 anos às margens do rio Sena, a qual é ornamentada com uma série de elementos que compõem a praia. No verão parisiense, de junho a agosto, os moradores e turistas podem desfrutar das toneladas de areia que são dispostas de maneira irregular, o que sugere que fora moldada pelas



Figura 52: Imagem do evento Paris-plage. Fonte: parisworldwide

ondas do mar, ao longo do rio. Guarda-sóis, cadeiras, espreguiçadeiras e toalhas, são espalhados por toda a "faixa-de-areia" (ver figura 52). Palmeiras compõem o cenário paradisíaco desta "praia". As roupas de banho permitem expor-se ao sol e banhar-se nos chuveiros colocados ao longo da “praia”. Há vendedores ambulantes, performistas, concurso de escultura na areia, vôlei de praia e atividades náuticas no rio.

O evento tem como propósito tornar a cidade de Paris mais lúdica, diferentemente de como se é habitualmente, segundo afirma a prefeita em entrevista¹³². Anne Hidalgo reafirmou em 2015 a importância de um evento como este que oferece entretenimento a todos os parisienses, os quais podem considerar de forma efetiva o momento do verão. A ideia, segundo a prefeita, é permitir um clima de férias em uma cidade cercada por prédios e asfalto. Embora o Paris-Plage tente apresentar um “clima” praiano à cidade de Paris, não seria possível considerar a cidade de Paris como uma "cidade praiana". Afinal, a praia não é um evento, não

[132] Conteúdo disponível em: http://www.lemonde.fr/idees/article/2015/08/11/anne-hidalgo-pourquoi-nous-accueillons-tel-aviv-a-paris-plages_4720807_3232.html

é um acontecimento de finais de semana, a praia é cotidianamente permeada de forma complexa pela cidade, ao que se reconhece como um “estilo praiano”. Não se pode adjetivar uma cidade de praiana pelo simples fato de ter uma suposta praia que a circunda, é preciso que a praia permeie a cidade com o seu “clima”.

Ou mesmo as experiências de parque temáticos, cujo objetivo é reconstruir artificialmente uma praia, como é o caso do *Seagaia Ocean Dome*, localizado no Japão, ou o *Tropical Island Resort*, na Alemanha. Toma-se esses empreendimentos como exemplo para se reafirmar o entendimento de que a existência de ambientes que podem ser caracterizados como de praia, não necessariamente define a cidade próxima como praiana, é preciso, repito, não apenas o ambiente, mas é preciso que as práticas desenvolvidas na "praia" ressoem no âmbito da cidade.

Não há dúvidas de que os frequentadores podem afirmar que tiveram uma experiência de praia nestes espaços, conquanto há de se ponderar acerca das reais experiências que se pode ter na faixa-de-areia, que não correspondem a elementos coreografados, mas de fato naturais. O *Seagaia Ocean Dome* tem 300 metros de comprimento é considerado o maior parque aquático do mundo. O Parque está localizado em Miyazaki, no Japão, e pertence ao *Resort Sheraton Seagaia*. Os hóspedes do hotel podem utilizar normalmente o parque, que também permite a entrada de pessoas que querem apenas desfrutar do ambiente da "praia", ao custo de US\$ 50,00. O complexo aquático conta com 6 campos de futebol, capacidade para abrigar dez mil turistas de uma só vez, e contabiliza uma média 1,3 milhão de visitantes anualmente¹³³.

É possível vislumbrar neste parque o ambiente praiano, nele se encontram todos os elementos que naturalmente compõem a natureza praia. Porém, nada que se apresenta neste parque esteve antes neste espaço. Reconhecidas como "praias *indoor*", tem-se na ideia de cenário a categoria mais propícia para descrevê-las. Afinal, tudo foi colocado de forma artificial na tentativa de se recompor um ambiente. As plantas, as pedras, a areia, o "mar", além do espriar das ondas, as próprias ondas, a *soundscap* da praia, o clima, tudo é artificial na composição do cenário praia (ver figura 53). As praias *indoor* limitam-se por si mesmas, não detém a condição de se ressoar na cidade, são apenas cenários de praias. Decerto Miyazaki não

[133] Informações disponíveis em: <http://ecoviagem.uol.com.br/noticias/turismo/turismo-sol-e-praia/conheca-a-maior-praia-artificial-do-mundo-que-fica-no-japao-17967.asp> E em: <http://www.japan-guide.com/e/e8003.html>

dispõe da possibilidade de ser adjetivada como praiana, no entanto sua praia *indoor* muito pode dizer sobre Miyazaki.



Figura 53: Imagem interna do maior parque aquático do mundo. Conteúdo disponível em: <http://sfjapantown.org/news/seagaia-ocean-dome-japans-indoor-man-made-beach/>

Na tentativa de entender esta complexa dinâmica entre a praia e a cidade e responder aos questionamentos colocados, evidencia-se as possibilidades de reconhecimento de uma cidade pelos seus aspectos culturais que dispõem ou mesmo que se cenógrafa para dispor, como o Paris-Plage. Isto porque, a cidade, diante de um processo de promoção turístico, tem sido alvo de uma série de intervenções urbanísticas e caracterizações simbólicas que buscam defini-las e determina-las por uma adjetivação que a particularize e a torne comercializável, mesmo que isto comprometa a própria ideia de turismo que busca evidenciar – como o turismo de “sol e mar” em praias que os altos prédios provocam sombras na areia da praia.

Antonio Firmino da Costa (2002) discute a possibilidade de reconhecimento de identidades culturais locais e sua relação com o processo de globalização. O que contribui inicialmente para se pensar os processos de caracterização e adjetivação de determinadas cidades. Costa (2002) parte do entendimento de que: “A pesquisa empírica e a análise teórica em ciências sociais têm mostrado, porém, que as identidades culturais são sempre socialmente construídas, e, por isso, múltiplas e mutáveis” (COSTA A. , 2002, p. 26). Neste sentido, apresenta três tipos-ideias que caracterizam tais identidades socialmente construídas, sendo elas, as identidades "experimentadas", "designadas" e "tematizadas".

A primeira, definida como “identidades experimentadas”, as quais também o autor nomeia de “vivas”, são definidas como “as representações cognitivas e os sentidos de pertença, reportados a coletivos de qualquer espécie (categorias, institucionais, grupais, territoriais ou outros), que um conjunto de pessoas partilha, emergentes das suas experiências de vida e situações de existência social” (COSTA A. , 2002, p. 27). A segunda, a “identidade cultural designada”, ou “atribuída”, corresponde “a construção discursivas e icônica de entidades coletivas, com as quais aqueles que as produzem não têm relação subjetiva de pertença” (COSTA A. , 2002, p. 27). E, por fim, as “identidades tematizadas”, as quais também entende como políticas de identidade, são definidas como

estratégias deliberadas e reflexivas de colocação pública de uma situação social qualquer sob a égide explícita da problemática identitária, em geral com vistas à constituição ou à potenciação de dinâmicas de ação social. Isso pode ser feito quer de maneira ofensiva, isto é, tomando a iniciativa, [...] quer de maneira defensiva, respondendo a iniciativas de terceiros. (COSTA A. , 2002, p. 27)

Considerando as características que compõem a tipologia apresentada por Costa (2002), poder-se-ia entender a cultura identitária das cidades adjetivadas como praianas, ou seja as “Cidades Praianas”, como cidades de praia que corresponderiam aos três modelos tipológicos. Primeiro, poder-se-ia considerar que, se de um lado se tem um fenômeno global, que é o turismo, e do outro a elevação de um aspecto local - a cultura praiana - ao patamar de global, considerar-se-ia todas as tensões apresentadas por Costa (2002), as quais poderiam ser observadas quando da inserção de uma praia na lógica do turismo global de “sol e mar”. Desta forma, ter-se-ia a cidade inserida em uma lógica do turismo praiano global. Assim, ao considerar o sentido de pertença de um grupo, o aspecto iconográfico da praia colocado a partir de instituições, a exposição de situações que expressam tensões entre o modo de vida considerado urbano e as práticas na praia, e, por fim, a divergente relação entre o global e o local, considerar-se-ia que a praia contempla uma cultura identitária que corresponde a todas as identidades culturais apresentadas pelo autor. Neste sentido, a cidade praiana poderia ser compreendida a partir de sua identidade cultural experimentada, designada e tematizada.

Todavia, exauria-se a complexidade na medida em que não se problematiza sobre os processos que comumente se designa no âmbito das ciências sociais como “modo de vida”. Resulta-se neste entendimento quando se verifica que o autor inicia sua análise com a compreensão de que: “os modos de vida urbanos tornaram-se padrões de existência social

largamente partilhados” (COSTA A. , 2002, p. 19). Indubitavelmente, as cidades tornaram-se centros da convivência pública na modernidade, além do urbanismo, como informa Wirth (1997), que não se contém por barreiras físicas, é, ainda, símbolo do desenvolvimento técnico e referencial ou ordinário do modo de vida na contemporaneidade. Porém, o autor fala em modos de vida, no plural, denotando o entendimento de que dentro do padrão urbano de vida, afinal este se estabelece como padrão, emergem outros modos de vida, diante do que o autor entende como paradoxal, isto:

a medida em que os processos contemporâneos de globalização se intensificam e se alargam, envolvendo poderosíssimas dinâmicas de interligação e intercâmbio de comunicação, difusão em termos mundiais, as identidades culturais diferenciadas, específicas, fragmentadas, ou mesmo marcadamente particularistas, em vez de se esbaterem ou desintegrarem, parecem tender a proliferação, a multiplicar-se e acentuar-se. (COSTA A. , 2002, p. 15)

Assim, analisa-se a cidade como uma unidade que se define pela polissemia de variados modos de vida. Nada há de novo em saber que a cidade é a confluência de diferenças; entretanto, atenta-se que essa variabilidade não decorre de um novo que se impõe a cidade, mas ao contrário, este novo se submete ao urbano. Ou seja, a cidade é uma unidade que comporta diferenças que serão sempre decorrentes do modo de vida urbano. É por este entendimento que se analisa o processo de reconhecimento do modo de vida urbano pela hegemonia no estabelecimento de estilos de vida contemporâneos, os quais abarcam variados elementos da experiência humana em sua configuração. Neste sentido, questiona-se o que é modo de vida e como o urbano estabelece-se enquanto unidade de configuração das diferentes formas de experiência humana a partir da unidade urbano.

Por outro lado, os aspectos turísticos que envolvem a economia da praia nos apresentaria uma cidade com cultura indenitária “experimentada”, “designada” ou “tematizada” (COSTA A. , 2002) como praiana. Embora o autor teça críticas às teorias essencialistas, opta pelo entendimento de que as experiências decorrem de um outro algo que não os próprios indivíduos, os quais, os indivíduos, tornam-se subsumidos neste três modelos ideal-típicos¹³⁴. Enquanto nas identidades designadas e temarizadas, o simbólico é tomado como efetiva

[¹³⁴] O Autor considera a Expo’98, a qual entende “como como megaevento contemporâneo (Santos e Costa, 1999), apresenta um vasto conjunto de dimensões com incidência identitária significativa” (COSTA A. , 2002, p. 23).

realidade – não se pode dizer que um discurso midiático ou político, torne-se efetivo à dinâmica de uma totalidade social (o próprio texto do autor discute os paradoxos). Apenas nas identidades culturais experimentadas o indivíduo aparece, mesmo assim diluído no grupo, no coletivo, afinal sua experiência de pertencimento decorre, infere-se, da legitimação do grupo social ao qual está inserido, desta forma, é a experiência de um grupo.

Considerando o estudo apresentado por Costa (2002) ao entendimento da evidenciação da praia enquanto uma adjetivação à Cultura Urbana, bem como a delimitação de um estilo de vida, ter-se-iam poucos elementos para pensar os estilos de vida praiano, não poder-se-ia tomar a vivência simbólica como determinação à prática, como por exemplo, “Natal é a cidade do Sol” - *slogan* intensamente divulgado em todos formatos de mídia - vez que desvirtua os aspectos vivenciado na produção de uma “identidade” para a promoção de determinado aspecto comercializável. Pode-se tomar como exemplo, a propagação de que estar na praia é uma experiência natural e relaxante, embora esteja a paisagem efetivamente alterada tecnicamente pela arquitetura que proporciona conforto. Neste sentido, uma definição identitária da cultura praiana pelo aspecto tematizante ou designante, infere-se, permitiria entender que há uma sobreposição do “estilo praiano” a qualquer modelo urbano, o qual se tornaria subjacente.

Assim, observa-se a necessidade de compreensão daquilo que se define como modo ou estilo a partir da configuração da praia e posterior apreensão do que se pode designar por “Estilo de Vida Praiano”. Neste sentido, fica o questionamento do que seria um estilo praiano no âmbito das cidades que são reconhecidas como praianas. Observa-se que há variados outros aspectos na configuração do resultado praia e nas afirmativas que asseguram vivenciar um estilo de vida praiano, o qual está para além das práticas vivenciadas na faixa-de-areia.

Considera-se primordial iniciar uma análise pelas categorias que estão na base do possível entendimento, que são "estilo" e "modo". Torna-se importante ressaltar, que embora haja um uso indiscriminado de ambos os termos, as mesmas não são categorias relacionais. Desta forma, opta-se por discutir inicialmente a noção de “estilo” em contrapondo com a noção de “modo”, que por diversas vezes são tomadas como sinônimos. Uma discussão sobre estas noções possibilita posteriormente discutir a própria ideia de praiano, e acoplá-lo como um estilo ou modo, e, conseqüentemente, guiar ao reconhecimento do urbano como soberano na constituição de estilos na atualidade. Diferentemente da ideia de estilo, que, assim como a arte de Amador, pode ser tão efêmera em sua aparição, apenas sendo duradoura em suas imagens,

a noção de "modo" se afirma como permanente. Vivenciamos estilos ou modos de vida? A co-vivência pública denota estilos, ou modos, ou ao contrário moldam os modos e estilizam aos estilos? A análise de ambos os termos demonstra incoerências explicativas, que ora são tomados como sinônimos, ora com distintos. Neste sentido, busca-se delimitar as linhas conceituais e expor a capacidade compreensiva apresentada por ambos. Para tanto, inicia-se pelo reconhecimento da palavra “estilo” e “modo” em sua raiz linguística, reconhecendo-as através de entendimentos que posteriormente encontrarão na teoria social sua base analítica.

As primeiras definições nos dicionários de língua portuguesa remetem à forma e à maneira de ser. Segundo o Houaiss, modo é “1. Forma ou variedade particular de algo”, o Michaelis expõe que é “1 Forma ou maneira de ser ou manifestar-se uma coisa”. Este último amplia a noção ao colocar o manifestar como modo, deixando apenas de "ser" e passa à expressar do que se "representa". As definições posteriores trazidas nestes mesmos dicionários expõem entendimentos que o coloca como aquilo que se é, ou seja, o toma como uma característica inerente. Há uma clara distinção entre algo e a expressão de algo, como por exemplo, estar feliz e expressar que estar feliz.

Ao final de cada definição, junto aos sinônimos, a palavra “estilo” aparece. Conquanto, a própria definição de estilo relaciona-se, em sua primeira conceituação, à haste de metal pontiaguda utilizada para a escrita, e, posteriormente, por extensão de sentido, segundo o dicionário de Houaiss, como “maneira de exprimir-se, utilizando palavras, expressões, jargões, construções sintéticas que identificam e caracterizam o feitio de determinados grupos”.

A análise histórica de alternância conceitual ou de representação, pensando etimologicamente a palavra “estilo”, chega a explicação de que a mesma deixa de designar a haste utilizada para escrita e passa a adjetivar positivamente maneiras de escrever ou falar (ABBAGNANO, 1998). Posteriormente, passa a designar perícia ou precisão de uma escrita, possibilitando o reconhecimento de alguém que escreva com precisão ou perícia, é neste sentido que se entende que uma pessoa que escreve com precisão ou perícia é uma pessoa com estilo.

A noção de estilo também pode estar relacionada a determinação de uma grupo de pessoas que se caracteriza por compartilhar um mesmo estilo de escrita. Sendo a escrita um privilégio de poucos, tempos atrás, estilo passa então a fazer referência ao refinamento, ao bom gosto. Desta forma, é utilizada, então, para adjetivar pessoas e coisas como de estilo, no intuito de justificá-las como algo positivo ou com alto grau de refinamento. Observa-se que a noção

de estilo se refere a expressão de algo, neste caso, a expressão do escrever bem, pode-se concluir que a noção de estilo se relaciona a expressão e exposição de algo, não sendo o estilo algo, mas, ao contrário, a expressão deste algo. Neste sentido é possível dizer que o estilo expõe determinado modo?

Para responder a tal questionamento, percebe-se, pelos entendimentos que advêm da filosofia, a possibilidade de problematizar o tema no sentido de guiar a uma resposta. A noção de "modo" é entendida pela perspectiva cartesiana como as qualidades secundárias e mutáveis das substâncias, que tem como contraponto o *atributo*, sendo esta uma qualidade permanente e necessária (ABBAGNANO, 1998). Aquilo que perdura é *atributo*, o que é passível de mudança é *modo*, porém esse *modo* tem um caráter dinâmico na história, pois é temporalmente construído. Embora Spinoza apresenta distinções quanto à sua percepção extensiva das coisas, ao contrário da visão dualista de Descarte, o filósofo compreende *modo* enquanto “as afecções de uma substância, ou seja, aquilo que existe em outra coisa por meio da qual é também concebido” (SPINOZA, (1667) 2007, p. 13). Ainda correlaciona *modo* à expressão de atributos, tal correlação dar-se a este por particularidade e não por necessidade (ABBAGNANO, 1998).

A ideia de *modo* enquanto aspectos, determinações, formas, é, segundo Abbagnano (1998), tão geral quanto impreciso. Tal imprecisão parece compor o repertório analítico da sociologia, o que, entende-se, para fins desta pesquisa, necessitar de precisão e coerência em sua definição. O mesmo ocorre, com o entendimento da ideia *estilo*, que não é menos controversa, porém assume expressões mais delineadas. É por ele, pelo estilo, que é possível distinguir as formas de expressão. Segundo Abbagnano (1998), *estilo* é um “conjunto de características que distingue determinadas formas de expressão” (p. 375).

A origem da definição do termo “estilo”, deu-se ainda durante o século XVIII e está vinculada à expressão francesa “le style c'est l'homme même” (ABBAGNANO, 1998). Esta expressão é apresentada por Hegel (2001) quando intenta expor seu entendimento sobre a noção de “estilo”. Para tanto, o autor o diferencia analiticamente das noções de “maneira subjetiva” e “originalidade”. Ao falar da objetividade da obra de arte, Hegel apresenta à necessidade de expor sobre a subjetividade produtora, considerando que a mesma decorre do espírito e se torna seu produto para “a intuição e o sentimento do público” (HEGEL, (1835)2001 , p. 291). Nessa subjetividade produtora, o artista, carrega traços de estilo e originalidade. O estilo é definido

como “a peculiaridade do sujeito que se dá a conhecer completamente em seu modo de expressão, na espécie de suas inflexões e assim por diante” (HEGEL, (1835)2001 , p. 293).

A noção de *estilo* é ampliada pelo autor que não a entende como uma expressão de subjetividade autêntica, mas como expressão da exposição de um grupo, não no limite do sensível, mas “aquelas determinações e leis da exposição artística que procedem da natureza de um gênero artístico, no seio do qual o objeto chega a execução” (HEGEL, (1835)2001 , p. 293). Assim, “estilo” para Hegel, seria o modo de exposição: “refere-se então a um modo de exposição que igualmente segue as condições de seu material, ao corresponder completamente as exigências de determinados gêneros artísticos e as leis decorrentes do conceito da coisa” (HEGEL, (1835)2001 , p. 293).

No âmbito das Ciências Sociais, as noções de *modo* e *estilo* são utilizadas, como já colocado, de forma generalista, ambas são empregadas com contornos imprecisos pela teoria sociológica. A abrangência conceitual pode expressar determinada conduta humana, seja de indivíduos ou de grupos, bem como, expor sobre modelos políticos e econômicos. Karl Marx, ao cunhar como objeto de estudo de sua teoria da modernidade “os modos de produção capitalista”, recrudescer uma categoria que se inserirá em qualquer discussão analítica sobre a sociedade. Porém, a discussão não se limite a estas imprecisões, uma vez que, a ambas, se agrega a palavra vida, fazendo com que esta discussão se amplie ao entendimento de aspectos relacionados ao sistema econômico capitalista e ao economicismo das cidades, o que será discutido no próximo item. A determinação de algo pelas imprecisas noções de “modo de vida” ou “estilo de vida” parece exaurir qualquer problemática que as anteceda, como se as mesmas contivessem em suas definições capacidade de ampla explicação.

Considerando a evidente problemática acerca da discussão sobre “estilo” e “modo”, gostaria de sugerir uma possibilidade de compreensão de ambas as categorias. Sugere-se que tal definição só pode ser melhor apresentada se a análise for estabelecida a partir dos estudos sobre a arte. Especificamente, a partir da análise da obra de arte no âmbito da cidade. Isto porque verifica-se que a ideia de “estilo”, enquanto categoria analítica, advém de análises que decorrem no âmbito dos estudos da arte. Entre tantos autores que realizaram este empreendimento, destaca-se, para fins dessa tese, às discussões realizadas por Georg Gadamer (2002[1960]) e Martin Heidegger (1977 [1969]; 2009). Embora a obra de Gadamer tenha sido publicada antes da de Heidegger, encontra-se neste último os fundamentos e reflexões necessários para se pensar os questionamentos inicialmente colocados para esta pesquisa. Atentando que Heidegger

não direciona seu estudo para a noção de estilo, porém precede discussão importantes para se pensar o expressar de algo, sendo este algo a subjetividade da "arte", presentificada pelo artista e pela "obra", que, em advindo da "arte", define-se como "obra de arte".

Para tanto, é preciso atentar que quando se refere ao "estilo praiano" não se está delimitando a faixa de areia, mas toda e qualquer determinação que abranja tal percepção. Fala-se comumente em "estilo praiano" relacionado às pessoas, ao entorno da praia e mesmo de cidades. Considerando a análise feita até aqui, é possível compreender que a praia ressoa na cidade ao reconhecimento do "estilo praiano". Desta forma, diante de tal percepção, busca-se entender como se dá essa ressonância. Neste sentido, busca-se apreender como a praia passa a representar um modelo de consumo na medida em que se insere no urbano, o que se observa tanto no aspectos “decorativos” da cidade, quanto pela própria manutenção da praia enquanto natureza, que é entendida como algo que diferencia e particulariza a praia diante de outros espaços da cidade. A análise da noção de estilo pelos estudos da arte possibilitará apreender, inicialmente, uma noção de “estilo praiano” e, conseqüentemente, de “cidade praiana”. Atenta-se que ambos se revelam também pela arquitetura que compõe o praiano, o que dará luz para pensar, posteriormente, a noção de “estilo de vida praiano”.

As reflexões de ambos autores, Gadamer e Heidegger, esclarecem a relação da obra de arte com a arquitetura na constituição do espaço e como a arte teria integrado, em certos aspectos, decorativamente à arquitetura. Neste sentido, gostaria de sugerir o “praiano”, cuja definição decorre daquilo que é relativo a praia, em substituição à noção de “obra de arte” e pensar a sua relação não apenas com a arquitetura, mas também ampliar a outros aspectos como a “moda praia” e as “práticas praianas”, na constituição da configuração praia e conseqüente compreensão do que se pode compreender como “estilo de vida praiano”.

A sugestão de substituição dos termos não se processa de forma arbitrária, muito menos se pretende simplificar seu uso. Inicialmente considera-se que praia, do ponto de vista social, pode ser correlacionado ao próprio entendimento da noção “arte”, “não é mais que uma palavra a que nada de real já corresponde” (HEIDEGGER M. , 1977, p. 11). No entanto, Heidegger ressalta acerca da arte, que “pode valer como uma ideia colectiva na qual reunimos aquelas coisas que da arte somente são reais: as obras e os artistas” (HEIDEGGER M. , 1977, p. 11). Da mesmo forma, embora seja a praia real, depreende-se que do ponto de vista social ela só é praia pelos usos e pelo que se entenderá como praiano. Da mesma forma que se compreende que a "obra de arte" é a expressão do artista, torna-se intuitivo apontar, para algo

que definimos como praiano, aquilo que faz referência à praia, seja por estar contido no ambiente da praia ou por conter simbolicamente a praia. Assim, entendendo a praia de forma análoga à arte; pode-se compreender os usuários e agentes que atuam na delimitação da praia como os artistas, e o "praiano" como "obra de arte", que resulta dos usuários e agente, bem como da praia.

Assim, a possibilidade de compreensão do “estilo praiano” ancora-se na observação do triplo aspecto que se pode correlacionar a arte à praia, dos quais derivam, respectivamente, a obra de arte e o praiano. Primeiro por se observar que ambos, a praia e a arte, estão sujeitas à subjetividade humana em suas percepções, as quais são objetivadas na vivência e nas relações diariamente constituídas. Segundo, ambas também compartilham condições pitorescas em relação a constituição da cidade, considera-se que são sempre exemplares exóticos ou inusitados diante da arquitetura urbana. E, terceiro, ambas se incorporam à arquitetura urbana que simbolicamente as define em variadas adjetivações, que as particularizam ou as uniformizam, seja como “cidade renascentista”, o que particulariza a cidade de Florença na Itália, ou como “cidade praiana” que uniformizam cidades como Natal e Rio de Janeiro no Brasil. Nesta perspectiva, outras denominações são agregadas em alusão à cidade praiana, em geral utiliza-se aspectos simbólico que não estão relacionados a nenhuma vivência efetiva, sendo apenas tentativa de particularizá-las, é o que acontece com as cidades brasileiras citadas, as quais são também reconhecidas, respectivamente, como “cidade do sol” e como “cidade maravilhosa [por suas praias]”.

Porém, antes da arte adentrar o espaço, o que especificamente interessa a pesquisa, o espaço adentra a arte, e neste adentrar, estiliza o artista pela expressão de sua arte. Ou seja, a utilização do espaço na obra de arte passa a ser entendido como a expressão do estilo de determinado artista. Em 1983, Giulio Carlo Argan, publicou "*Storia dell'arte come storia della città*", e nele, entre outras coisas, dedica-se a analisar “o significado da cúpula”. O autor inicia sua análise afirmando que foi o pintor e arquiteto Giorgio Vasari (1511-1574) o primeiro a observar que a cúpula de Santa Maria del Fiore não estaria relacionada apenas ao restrito espaço da catedral, nem tampouco aos seus respectivos volumes:

mas ao espaço de toda a cidade, ou seja, a um horizonte circular, precisamente ao perfil das colinas em torno de Florença: “vendo-se ela elevar-se em tamanha altura, que os montes ao redor de Florença parecem semelhantes a ela”; portanto, também está relacionada ao céu que domina aquele horizonte de colina e contra o qual “parece que realmente combata” – “e, na verdade, parece que o céu dela tenha inveja, pois sem cessar os raios todos os dias a

procuram”. Na época de Vasari, era frequente o tema retórico da inveja da natureza em relação à arte que emula e supera; mas essa história dos raios que todos os dias batem nela, se é que pode ter algum fundamento nos factos, trai a tradição popular, que, de um lado, elogia a resistência material da cúpula e, de outro, faz referência a seu sentido ou significado cósmico. Esta não é a única referência, de resto nem um pouco surpreendente, a um simbolismo cósmico e religioso da cúpula. (ARAGAN, 1998, p. 75)

Argan (1998) passa a evidenciar os aspectos que relacionam a arte e a cidade, isto é, como a mesma passa a se envolver na cidade e torna-se fisicamente parte da dela, na medida em que a cidade se torna simbolicamente arte. Explica que Leon Batista Alberti (1404-1472), arquiteto italiano, teria dedicado à Filippo Brunelleschi (1377-1446), arquiteto renascentista, este surpreendente feito, em sua descrição sobre a cúpula a vê quase como um milagre, no entanto, um “milagre da inteligência humana” e que a mesma se erguia acima dos céus. Para Argan, Alberti diz a mesma coisa que Vasari dirá um século depois. Explica que ao utilizar céus no plural, Alberti, sobrepõe o aspecto natural, ou seja, divide os céus em físico e metafísico. Uma vez considerando uma perspectiva também metafísica ao céu, admite que este não tem limites: “ergue-se acima dele, delinear um limite visível para o infinito, significa compreendê-lo, defini-lo, representá-lo e, já que o céu metafísico compreendia o físico, representaria o espaço em sua totalidade” (ARAGAN, 1998, p. 75).

Interessa a Argan, principalmente, as reflexões de Alberti sobre o tema da representação, que distinguia dois modos do que considerou como “representação-ficção”: tinha-se a pintura, que representava a projeção de uma realidade tridimensional em um plano bidimensional; e a escultura, que correspondia a representação tridimensional de um objeto também tridimensional. Nesta perspectiva, a cúpula seria uma “representação porque visualiza o espaço, que por certo é real ainda que não seja visível; mas ela é justamente a representação do espaço em sua totalidade e não algo que acontece numa porção de espaço” (ARAGAN, 1998, p. 76). Os edifícios são percebidos como objetos dispostos como outros objetos, o que não os distinguiria das estátuas, justificando pela palavra “monumento” que serve tanto para a arquitetura como para esculturas, atentando apenas que ao edifício deve resguardar um conteúdo histórico-ideológico.

Desta forma, entende por Alberti, que a cúpula não é apenas um objeto arquitetônico:

mas um imenso objeto espacial, vale dizer, um espaço objetivado, isto é, representado, pois cada representação é uma objetivação e cada objetivação é perspéctica porque dá uma imagem unitária e não fragmentária, o que implica uma distância, bem como uma simetria entre objeto e sujeito, de forma que a representação não é a cópia do objeto, mas a configuração da coisa real enquanto pensada por um sujeito” (ARAGAN, 1998, p. 76).

A cúpula surge como uma forma, não apenas simbólica, mas também representativa, sugere Argan que corresponde a um “estrutural”, que significaria uma “função de suporte exercida através de um fator dinâmico” (ARAGAN, 1998, p. 77), e não ao que comumente se entende como uma composição de elementos portantes. Assume, assim, um caráter infinito, sua estrutura perspéctica e representativa, por suas nervuras, convergem para um único ponto, o do infinito, no sentido de que a estrutura arquitetônica é a própria estrutura do espaço. O que Alberti atenta, segundo Argan, é acerca do grande feito, o qual não estaria relacionado apenas a técnica utilizada que elimina as armações, mas, ao celebrar este “milagre técnico”, observa que, não apenas tem Brunelleschi como precursor de uma cultura tecnológica, mas também verifica que a preocupação não estava nas descobertas ou redescobertas, mas apenas no “deixar de usar”. Ao que nos interessa:

“Na verdade, Brunelleschi queria construir sem as armações não para dar mostras da sua habilidade, mas porque a construção com elas tê-lo-ia impedido de erguer sua estrutura “acima dos céus”, de fazer dela uma representação finita do espaço físico, de estabelecer a relação urbanística e, ao mesmo tempo, alegórica ou simbólica, Florença-céu” (ARAGAN, 1998, p. 78)

Alberti informa sobre a história de constituição de uma cidade acima dos céus, e fornece mais elementos para pensar as cidades praianas em seu processo de urbanização, que é o elemento tecnológico, e como este se fornece de elementos artísticos na constituição da cidade, como a de Florença. No entanto o autor deixa brechas sobre o processo de permeabilidade de elementos artístico e arquitetônicos, bem como de tantos outros elementos, que fazem de Florença a cidade renascentista. Neste sentido, Heidegger fornece detalhes para se pensar esta interseção entre a arte e a cidade.

Outro aspecto importante, que entremeia a discussão apresentada, é que em Brunelleschi se encontram as primeiras produções artísticas conduzidas a partir de regras matemáticas, onde a estrutura da técnica, então apresentada, promove uma revolução na perspectiva da produção da pintura e pela primeira vez o espaço é criado ilusoriamente, sendo

este um espaço infinito. Momento em que também se apresenta a “metáfora da janela”, a forma de apresentação do quadro dar-se a partir da perspectiva de uma janela, a qual estaria aberta para o mundo e pronta para mostrar o mundo que Deus criou.

Admite Alberti (1990 [séc XV]), que a pintura é um antigo ornamento:

[...] esta arte [a pintura] proporciona prazer, aos que praticam, e glória, riqueza e fama eternas, aos que nela são mestres. Assim sendo, se a pintura é a melhor e o mais antigo ornamento das coisas, digna dos homens livres, grata a entendidos e não entendidos, exorto os jovens estudiosos a que se dediquem, o mais que possam, à pintura. (ALBERTI, 1990, p. 107)

A perspectiva de espaço infinito só vai ser alterada com Velázquez, deixa-se o espaço ilusório e estão adentra-se ao espaço cênico:

É então inaugurado o conceito de espaço cênico, que virá a ser determinante como modelo de toda a construção espacial que se lhe seguirá. A concepção do espaço infinito renascentista é interrompida. Velázquez introduz um plano que determina uma delimitação do espaço, funda um novo paradigma ao se colocar no plano da representação pictural, introduzindo um outro tipo de discurso estético. Passa a haver uma diferente tomada de consciência do espaço, que virá projectar-se em todos os domínios e, mais particularmente, no da construção formal e da correlativa consciencialização do próprio espaço plástico enquanto espaço autónomo. (SOARES, 2009, p.46)

Delimitam-se os limites do espaço, organizam-no de forma teatral, apresenta-se discursos autônomos de problemas próprio à pintura e ao artista: “Velázquez assume pela primeira vez que o espaço plástico é sempre e antes de mais nada um espaço da representação, onde a realidade é essa própria representação autónoma que pode ser questionada e representada. O espaço cênico “pode ser representado tal como ele é” (SOARES, 2009, p.46). Em substituição, segue-se ao espaço de contemplação: “o do quadro de paisagem romântica, mais concretamente a de Friedrich, onde o espaço ilimitado permite o deixar-ser imperceptível, trazendo-ao-aparecer o que aparece” (SOARES, 2009, p.63). Com Manet advém o espaço retraído, suprimido pelos personagens, o fundo não permite a noção de profundidade, que vai influenciar toda a arte moderna. Para Manet, a arte finaliza-se em si mesma, trata com indiferença os significados, a obra adquire um significado próprio, independente do que significou para o artista: “Manet viveu numa situação paradoxal de estar entre, no espaço do intervalo. Tinha conhecimento de que estava entre dois espaços e dois tempos culturais

distintos, sem pertencer a nenhum deles, num lugar simultâneo de espectador e de actor” (SOARES, 2009, p.54). Cézanne, busca sintetizar todas as impressões possíveis “restituindo à pintura uma dimensão de ocultação/desocultação que contém o todo”. E, por fim, Soulages, que ao “pintar o espaço pictural em negro sobre negro, possibilita que vejamos o que que ele nos dá a ver” (SOARES, 2009, p.54)

Contrariando estas perspectivas, para Gadamer (2002) a arquitetura é a arte espacial por excelência e a maior de todas as artes, porém sua reflexão toma como elemento central o tempo, pois o considera fundamental para entender a relação da obra de arte com o espaço que a comporta. Importa a Gadamer “examinar de mais perto o modo de ser do quadro e indagar e a estruturação do ser estético, descrita do ponto de vista do jogo, tem validade também para a indagação relativa ao ser do quadro” (2002, p. 221). Não propõe uma análise artístico-teórica, mas ontológica. O autor dispõe de dois questionamentos à sua análise: 1) em que sentido se diferencia o quadro da cópia; 2) como se estabelece a relação do quadro com o mundo. Para o autor, a obra de arte pode ser experienciada por si mesma, isto é, sem necessitar de outra intermediação. Este quadro que Gadamer chama a atenção, não é o mesmo que Heidegger vai debruçar-se em sua análise. Gadamer conduz sua análise aos quadros que são feitos para galerias modernas, ou seja, não estão fixados a nenhum lugar, enquanto o quadro que interessa a Heidegger, é uma encomenda a ser fixada em um lugar predeterminado.

Neste sentido, Gadamer direciona sua análise do modo de ser do quadro pela abstração, o que o autor entende ser comum a toda diversidade de modos de apresentação de um quadro. Porém, esta abstração não se dá de forma arbitrária, mas algo que se realiza na “consciência estética”: “para qual tudo que se deixa subordinar à técnica de imagem da atualidade, no fundo, torna-se quadro” (2002, p. 221). Para o autor, a aplicação da ideia de quadro não encontra verdade histórica, afirma que a atual pesquisa histórica pode indicar uma história diferenciada. Utilizando-se do entendimento Theodor Hetzer, afirma que a soberania do quadro está relacionada apenas ao conteúdo do quadro, isto a parte do desenvolvimento da pintura ocidental, alcançada pela alta renascença: “Somente aqui passamos a ter quadros que se estabelecem por si mesmos e que, sem molduras e sem emolduramento do ambiente, já são, a partir de si, configurações unitárias e fechadas” (2002, p. 222). Neste sentido, entende que a teoria que Alberti impõe ao quadro é uma boa expressão teórica do novo ideal de arte.

O conceito de quadro é tomado pelo autor como um equívoco histórico, então busca libertar-se destas pressuposições, neste sentido sua teoria intenta:

propor, para a maneira de ser do quadro, uma forma de concepção que o liberte da relação com a consciência estética e com o conceito de quadro, uma forma de concepção que o libere da relação com a consciência estética e com o conceito de quadro, com os quais nos acostumou a galeria moderna e que o congregue de novo com os conceitos do ‘decorativo’, desacreditados pela vivência estética.

Entende que o conceito de quadro é mais amplo do que o conceito de representação. Para responder a primeira pergunta, ambos os conceitos são por ele emaranhados. A noção de representação está vinculada a noção de jogo que o autor apresente, anteriormente discutida nesta tese, por esta noção entende que o “mundo que aparece no jogo da representação não está posicionado como uma cópia do seu ser” (GADAMER, 1999, p. 224). Para Gadamer não há a possibilidade de se falar em cópia, mas em reprodução, e neste sentido, o quadro originário manteria seu ser-para-si.

Apresenta o conceito de *mimesis*, que entende empregado em ambas formas de representação, não significa um copiar, mas uma manifestação do representado. Sem a mimese, entende Gadamer, o mundo não está aí, do mesmo modo como ele está na obra, sem que seja reproduzida, de sua parte, a obra não está aí. Para o autor, é como se a *mimesis* apresentasse a existência do quadro, fazendo-se ser visto, ao contrário, teria sua representação inexistente no mundo, poderia a obra representar o mundo, mas o mundo não a representaria. Não defende que a reprodução seja algo genuíno da obra, da mesma forma que entende que a reprodução adquire uma independência do quadro original. E o original, por sua vez, assume um caráter de intermediador do que foi copiado. Uma reprodução sempre diz algo do quadro original.

Assim, a representação continua vinculada, num sentido essencial, ao quadro originário, que nele vem à representação. Mas é mais do que uma cópia. O fato de que a representação é um quadro – e não o próprio quadro original – não tem nenhum significado negativo, não é uma mera inferiorização do ser, mas, antes, uma realidade autônoma. Desta forma, a relação do quadro com o quadro original se coloca inteiramente diferente da que vale para a cópia. *Não é mais uma relação unilateral.* (GADAMER, 1999, p. 228).

Por esta perspectiva, pensando a possibilidade de reconhecimento do estilo praiano a partir da determinação da praia como o elemento originário e, por outro lado, tudo àquilo que a ela busca representar como reprodução, isto é, o praiano como reprodução, ter-se-ia que admitir que há uma autonomia daquilo que representa a praia como tal, e ainda uma relação desta reprodução com a praia. Não seria de todo limitado para pensar a relação da praia na

produção de um estilo, uma vez que o praiano na cidade decerto adquire uma certa autonomia representativa, a qual chama-se praiana, mas não seria oportuno admitir que a “decoração” da arquitetura que a definiria como de estilo praiano mantém uma intenção relação representativa com a praia, não sendo em nenhum aspecto inferior à praia. Entende-se ao contrário que o elemento decorativo de estilo praiano à arquitetura, necessita de um contato imediato com o seu original para que seja verificado como tal, diferentemente disso, não passa de um falseamento de uma realidade forjada para representar algo que não se comunica.

Quando busca responder ao segundo questionamento, acerca da relação do quadro com o mundo, ressalta que uma:

“obra de arte não deve seu significado genuíno a uma instituição, nem mesmo quadro cúbico ou como monumento profano. O ato público da consagração ou da revelação, que o remete à sua determinação, não lhe empresta por primeiro o seu significado” 249

Este entendimento torna-se relevante para se pensar a noção de estilo praiano, ainda mais quando se retoma o processo de aproximação da cidade a praia e as mudanças que decorreram ao longo dos anos em seu aspecto estético. Porém, não se pode deixar de evidenciar que aquilo que se anuncia à praia, o banho de mar, continua a ser uma das principais e relevantes formas de realização da praia. Sendo perceptível, assim, que o que se faz não foi modificado, mas o porquê de se fazer e como se fazer. Faz-se importante ressaltar que não são estas impossibilidades de compreensão de um “estilo praiano” uma referência crítica ao pensamento e proposições de Gadamer, apenas uma apreciação à possibilidade de extrair, de análises sobre a obra de arte, elementos que informem acerca da própria ideia de estilo, o qual, como já dito, advém dos estudos da arte e sendo percebido como possível de explicar o que ocorre a ressonância entre a praia e a cidade.

Para Gadamer, a arte mais extraordinária e distinta é a arte de construção. Para o autor, uma obra arquitetônica alastra-se de dupla maneira para além de si mesma: “é determinada tanto pelo fim a que deve servir, como pelo lugar que tem de ocupar no todo de uma conjuntura espacial” (GADAMER, 1999, p. 250). Esta perspectiva elucida questões colocadas acerca da “arquitetura praiana”, que vezes diante dos estudos sobre estilos arquitetônicos parece arbitrária e insignificante, principalmente quando o autor afirma que a construção tem que servir a uma postura de vida e tem de se subordinar a pré-condições naturais e arquitetônicas. Porém, em determinados momentos, parece reter na própria arquitetura a

determinação, não apenas de seus usos, como na configuração de seu entorno. Sendo esta vista, do entorno, quando se apresenta como uma solução, não poderia estar invariável diante dos usos:

É assim que a uma construção optimal denominamos de uma “solução feliz”, querendo manifestar com isso que, tanto preenche a sua finalidade de uma maneira plena, como também, introduz algo novo no espaço visual urbano ou paisagístico, ao ser erguida

Ela não é tal se apenas estiver de qualquer modo, em algum lugar qualquer, como edifício que comprometesse a paisagem, mas somente o é quando representa uma solução de uma tarefa arquitetônica (1999, p.251)

A investigação realizada sobre o processo de avanço do urbano sobre o litoral, demonstrado como sendo uma preocupação mundial de preservação deste ambiente, não possibilita pensar a obra arquitetônica pelo seu aspecto funcional. Decerto muitas das obras que interferem na paisagem da praia cumprem suas funções, porém a problemática coloca-se em outro âmbito, que questiona o próprio resultado praia diante do supremo urbano.

Diferentemente de Gadamer, Heidegger (1977) centra-se no espaço, o autor avança nas reflexões quando retorna na busca pelo entendimento da origem da arte. Questiona-se: qual a origem da arte? E conclui que o artista é a origem da obra, ao mesmo tempo em que a obra é a origem do artista, nenhum é sem o outro. Assim, considera que a obra nasce da atividade do artista, é por meio desta que é possível se conhecer um artista: “a obra é que primeiro faz aparecer o artista como mestre da arte” (HEIDEGGER, 1977, p. 11). Entende o autor, que o artista e a obra encontram na arte suas origens. Mas como isto é explicado por Heidegger, uma vez que considera a arte como sendo a origem e a entende como mera palavra, como dito antes, sem corresponder a nada real? Explica Heidegger, que a partir de uma ideia coletiva que corresponde a coisas reais, e neste caso seriam elas o artista e a obra.

Já está evidente que Heidegger opera uma divisão para sua análise entre o artista, arte, obra e obra de arte. E, aponta que para se entender a arte é preciso apreendê-la pela obra. Atenta que a obra só é possível experienciar a partir da essência da arte, o que estabelece um círculo compreensivo, e o qual se volta ao próprio questionamento do que é arte. Embora este círculo seja entendido como uma violação à lógica, Heidegger, não vê outra alternativa, a não ser percorrê-lo.

Inicia seu percurso questionando o que é obra pela obra real, negando-se iniciar por uma dedução através de conceito superiores, ou seja, o conceito “obra”. Considera que a obra tem o caráter de coisa, isto é, antes de ser obra, é-se coisa. Embora entenda que é preciso considerar a obra “tal como se deparam àqueles que delas têm a vivência e as apreciam” (HEIDEGGER M. , 1977, p. 13), não nega o caráter de coisa da obra de arte. Isto porque entende que a experiência estética não pode contornar este caráter. Portanto, afirma que há pedra no monumento, assim como há madeira na escultura e há som na obra falada:

O caráter da coisa está tão incontornavelmente na obra de arte, que devíamos dizer antes ao contrário: o monumento está na pedra. A escultura está na madeira. O quadro está na cor. A obra da palavra está no som da voz. A obra musical está no som. Evidentemente, dir-se-á. É certo. (HEIDEGGER M. , 1977, p. 13)

Além do aspecto coisificante da obra de arte, Heidegger (1977) entende que a obra é uma algo de outro, ou seja, embora ela seja uma coisa feita, fabricada, a obra dá publicamente a possibilidade de conhecer outra coisa: a obra de arte é alegoria. E, ainda, entende que à coisa fabricada reúne-se algo outro: A obra é alegoria. Neste sentido, argumenta que:

Alegoria e símbolo fornece o enquadramento em cuja perspectiva se move desde há muito a caracterização da obra de arte. Só essa unidade na obra, que revela um outro, essa unidade, que se reúne com algo de outro, é que é o elemento coesão na obra de arte. Quase parece que é o caráter de coisa na obra de arte que constitui como que o suporte no qual e sobre o qual o outro e autêntico estão edificadas. (HEIDEGGER M. , 1977, pp. 13-12)

Importa ressaltar, e nos interessa para pensar a composição de um estilo de cidade, que Heidegger ao considerar que cada coisa tem o seu lugar, seu momento específico de tempo e a sua duração, afirma que não há duas coisas iguais. Assim, entende que a coisalidade da coisa decorre da essência de espaço e tempo, admitindo que cada coisa pode ser determinada em decorrência de um tempo e ao tempo em que é determinada pelo lugar, é exatamente o que a torna inconfundível em relação a outra. Desta forma, a singularidade assume uma característica da coisa, algo que lhe é inerente. Outra característica, decorre do entendimento que o espaço não é interior ou exterior, mas que se apresenta como uma possibilidade.

Considerando este entendimento acerca da obra de arte, passe-se à compreensão que se estabelece a partir da obra de arte e o espaço. É importante ressaltar que a arquitetura era posição central para a expressão artística, e por ela se justificava a existência de várias outras

obras, como pinturas e estátuas, as quais estavam vinculadas à arquitetura em caráter decorativo.

Uma obra arquitetônica, um templo grego, não figura nada. Está simplesmente aí erguida, no vale entre os rochedos escarpados. A obra arquitetônica abrange a figura do deus e a deixa soerguer-se nesse acobertamento [*Verbergung*] através do pórtico aberto para o entorno sagrado. Através do templo o deus se presentifica no templo. Essa presença de deus é em si o alargar-se e demarcar-se do entorno como um sagrado. O templo e seu entorno, porém, não se dissipam fluando no indeterminado. É a obra-templo que primeiramente junta e reúne em torno a si ao mesmo tempo a unidade daquelas vias e relações nas quais nascimento e morte, desgraça e dádiva, vitória e derrota, prosperidade e decadência – ganham para o ser humano a forma de seu destino. A amplitude dominante dessas relações abertas é o mundo desse povo historial. Somente a partir dela e nela é que ele retorna a si mesmo para a realização de sua determinação. (HEIDEGGER M. , 1977, pp. 27-28)

Para Heidegger, da mesma forma que uma arquitetura circunscreve um espaço, o artista circunscreve o espaço da pintura, ou como prefere o autor, o espaço-pictural. Desta forma, abre-se a possibilidade de percepção do ser-obra e a arquitetura mostra o espaço. Desoculta-se o espaço, o qual está definido em seus limites enquanto coisa, que circunscreve o espaço em suas definições. A coisa instala-se no mundo, sendo esta a forma que a espacialidade é descoberta, ou seja, a coisa se instala e produz o espaço, momento em que este se revela.

A obra precisa de um "solo" à se revelar e revelá-lo. A configuração do espaço resulta de uma organização de obras arquitetônicas. O que, para Heidegger não se apresenta de forma simplista:

A obra-templo, em contrapartida, ao instalar um mundo, não deixa a matéria desaparecer, mas sobretudo vir à frente [*hervorkommen*], e precisamente no aberto do mundo da obra: a rocha vem ao sustentar e jazer e só assim vem a ser rocha; os metais vêm ao resplandecer e cintilar, as cores ao iluminar, o som ao soar, a palavra ao dizer. Tudo isso se precipita ao recolher-se a obra no maciço e grave da pedra, no firme e flexível da madeira, na dureza e brilho do bronze, no iluminar e escurecer das cores, no ressoar do som e no poder nomeador da palavra. (HEIDEGGER M. , 1977, p. 31)

Para o autor, a terra é elaborada, ou estabelecida, na medida em que a obra instala um mundo. Revelando-a e sendo o que se é, ou seja, uma obra na terra, deixa a terra ser terra. Assim percebe Heidegger por entender que mesmo se mostrando, nega toda penetração nela mesma. Seria aqui, pensando a praia, o limite da técnica que invade o litoral por sua arquitetura praiana, revelando a praia urbana, seria esta arquitetura que revela a praia enquanto urbana,

porém, até o limite em que a natureza não se deixa penetrar. Diz Heidegger, por exemplo, que ao destroçar uma rocha, ela nunca se mostrar em seus pedaços um interior e aberto, a rocha se recolhe novamente e novamente a cada pedaço, mostrando-se rocha.

Porém, por outro lado, afinal a obra revela ao se revelar, a obra também se recolhe e neste recolher, fecha-se à terra:

A terra faz assim despedaçar-se contra si cada intromissão nela mesma. Deixa cada importunamento meramente calculista converter-se em uma destruição. Mesmo que este resplenda o brilho de uma soberania e um avanço na figura de uma objetualização [*Vergegenständlichung*] técnico-científica da natureza, essa soberania permanece, contudo, uma impotência do querer (HEIDEGGER M. , 1977, p. 32)

Desta perspectiva, o autor referenda que a terra só aparece abertamente iluminada, ou seja, como ela mesma, lá onde é resguardada: “resguardada e preservada como a essencialmente imperscrutável [*Unerschließbare*], que não se entrega a nenhuma exploração [*Erschließung*], quer dizer, mantém-se continuamente encerrada [*verschlossen*]” (HEIDEGGER M. , 1977, p. 32). Neste sentido, a praia se delimitaria até onde o urbano atinge, ou seja, até onde seus aspectos naturais estão resguardados, ademais disto, tem-se o praiano, que até onde determine por sua arquitetura, a praia urbana, pode-se converter em destruição da própria praia.

A praia, desta forma, recolher-se-ia à praia, impenetrável, inclusive se diferente fosse, a própria arquitetura praiana assim não seria. Mesmo nas condições insistentes que impossibilitem aspectos da praia, como o sol, o qual é colocado como elemento fundamental, mesmo assim, a praia recolhe-se como praia. Considerando, ainda o fato de que ela só se mostra se permanecer não desencoberta e não esclarecida, pois as possíveis intervenções ao mesmo tempo que as revelam, as destroem.

Assim, pode-se evidenciar, não apenas a relação da praia e da arquitetura, no resultado praiano, mas a natureza da relação que qualquer arquitetura possa estabelecer com o ambiente que revela desde sua concepção, e até que ponto esta mesma arquitetura que revela a praia, permite a permanência deste espaço. Obviamente que a questão colocada por Heidegger não importava a modificação da natureza pela técnica, mas o seu revelar enquanto obra, todavia, o objeto empírico transita inicialmente por sua análise, quando busca entender como a

arquitetura revela-se pela praia e revela a praia, mas avança ao entendimento de pensar em que condições se resulta a praia revelada pela arquitetura praiana.

Desta forma, entende-se que o praiano se revela na arquitetura. Ao entendimento do problema proposta, torna-se importante ressaltar, o duplo abrigar-se que se apresenta pela arquitetura: 1) a ligação que um prédio – hotel, pousadas, casas, e até mesmo monumentos – tem com a praia, expressa em variados elementos; 2) – e, o erguer-se dos próprios prédios em meio ao ambiente-praia. Este duplo abrigar é o que se pode entender, nesta perspectiva



Figura 54: Pousada localizada na Rota do Sol - Natal. Ambiente em palha e madeira. Fonte: kanapousadadecharme.

como praiano. O praiano amplia-se além da praia, envolve-se da arquitetura com componentes naturais que pretensamente se encontram na praia e apresenta-se, sobretudo, pelo ambiente em que se encontra. Como é possível verificar na figura 54, a utilização de palhas e madeiras em substituição a alvenaria do telhado, no qual poderia ser utilizado telhas, ou mesmo um lajeado em cimento, ferro e pedra, podem ser apresentados como sendo de uma obra praiana em decorrência não apenas dessa composição em elementos naturais, mas pelo ambiente que o comporta, ou seja, o ambiente da praia. A arquitetura e a praia, em perspectiva de apresentar o praiano, se co-pertencem. O deslocamento deste modelo de arquitetura do ambiente-praia, carrega os símbolos da praia, mas põe em questionamento a possibilidade de entendimento pleno de que seria esta uma arquitetura praiana, ou seja, como referência a este outro ambiente diferente da cidade, como o praiano, daqui aporta-se à cidade praiana. Neste sentido, é possível afirmar que a arquitetura praiana das cidades urbanas litorâneas pode definir uma cidade como praiana?

O desenvolvimento da reflexão de Heidegger em seus estudos sobre a obra de arte nomeada de “Madona Sistina”, do pintor renascentista Rafael, pode fornecer elementos para se pensar a praia para além do “seu lugar”, ou seja, do seu ambiente natural da praia. E, consequentemente, contribuir para pensar a indagação posta. Ao iniciar sua discussão pela distinção entre imagem (*Bild*) e quadro, sendo que o primeiro encontra o seu apresentar-se no seu local original, e o segundo adquire uma certa autonomia, é o que faz Heidegger questionar

acerca da autenticidade desta obra de arte. Theodor Hetzer, o mesmo que leva Gadamer a se questionar sobre a autonomia do quadro, é colega de Heidegger no liceu de Friburgo, o qual observa sobre outra perspectiva. Hetzer teria afirmado que “a Sistina não está ligada a nenhuma igreja, não requer nenhuma instalação determinada” (HEIDEGGER M. , 2009, p. 04). Afirmação que choca Heidegger, não em seu aspecto estético, mas acerca da autenticidade.

Onde quer que esta imagem venha a ser «instalada», aí terá perdido o seu sítio. Fica-lhe vedado o desdobrar da sua essência própria de modo originário, quer dizer, o determinar ela própria esse sítio. Alterada na sua essência como obra de arte, a imagem extravia-se no alheio. Este alheio não chega a ser reconhecido na representação museica, que conserva a sua própria necessidade histórica e o seu direito. A representação museica situa tudo ao mesmo nível na uniformidade da «exposição». Nesta apenas há lugares, não há sítios (HEIDEGGER M. , 2009, p. 04).

O entendimento de Heidegger faz referência à sua compreensão da relação existente entre o espaço e a arte. Para o autor, a Madonna Sistina pertence à igreja Piacenza: “não em sentido histórico-antiquário, mas pela sua essência como imagem. De acordo com esta, a imagem aspirará sempre a ir para lá” (HEIDEGGER M. , 2009, p. 05). Isto porque esta é uma imagem que pode ser entendida como única, não é ela mesma a imagem de um altar, mas é esta a imagem do altar num sentido muito intenso (*Altar-Bild*). Isto é, esta imagem se pertence ao lugar, assim como o lugar o pertence, é a mesma ideia de co-pertencimento da obra de arte que foi apresentado anteriormente. Retirá-lo do seu lugar original provoca sempre o desejar voltar ao lugar para que a mesma possa ser reconhecida como obra de arte, exatamente por esta não representar apenas um quadro. A imagem não é entendida por Heidegger como mera reprodução, mas como o aparecer do jogo tempo-espaço.

Porém, não deixa de ser uma imagem, mas não uma imagem do lugar, uma vez que estando em outro lugar, torna-se uma imagem no lugar. Atenta-se que a obra faz o lugar e, mesmo não estando no lugar, desdobra-se em sua própria essência, isto é, o ambiente que passa a possuir se configura, passa a ganhar sentido a partir dela, o que é diferente do co-pertencimento, estando neste outro espaço o mutuo pertencer se esvanece. Assim, depreende-se da análise de Heidegger ao entendimento do praiano, que, distante do seu ambiente, resta-lhe o modo de representação da cidade, estar numa cidade intitulada de praiana vai se revelar o desejo de estar na praia, ao lugar original do qual deriva o praiano.

Analogamente, entendemos que promover turisticamente uma cidade como praiana é sempre um atrativo para a praia, será sempre um projetar do desejo de se estar na praia, logo ali está a praia, mas o praiano está, não simbolicamente delineado na cidade, mas no aparecer do *jogo espaço-tempo*, isto é, o aparecer da unidade no decorrer do tempo, entre metamorfoses, e no espaço do acontecer. É a cidade praiana, decerto, nesta perspectiva, o resultado das modificações nela estabelecida, "ornamentada" por elementos da praia através da estrutura arquitetônica de estilo praiano, iluminado pelos cálidos raios solares e pela brisa e cheiro do mar que purificam ar urbano, que sempre guiam ao desejo pela praia, que nesta pode desfrutar, além do sol e do vento, do mar e da areia.

Neste sentido, entendendo que é possível apresentar uma distinção entre “modo” e “estilo”, na tentativa de compreender ambas, entende-se estilo como a expressão de alguma coisa, referente a algo, na medida em que se torna algo enquanto expressão de. Assim, o estilo praiano compreende a expressão da praia no urbano, a cidade praiana é uma imagem ornamentada por aspectos da praia que desperta desejos pela praia. Por outro lado, a praia urbana é um estilo urbano que permite revelar os desejos que advêm da cidade. Desta forma, a categoria “modo” assume o caráter do algo, isto é, é-se urbano, é-se praia, entende-se como relativo àquilo que perdura, ou seja, o modo, e, aquilo que é transitória no tempo, como estilo. Pode-se, assim, compreender o “modo urbano” se apresenta em supremacia enquanto modelo de convivência pública na atualidade, ou seja, o urbano supremo impõe-se aos tantos estilos que comporte.

Pensar o praiano enquanto um estilo, que avança para além dos limites litorâneo, pode corresponder sempre a "imagem", a qual seu esvanece do co-pertencimento pelo afastamento de seu ambiente-praia. Desta forma, o “estilo praiano”, em espaços que se distanciam do ambiente-praia, torna-se um ambiente complexo por remeter a algo que não se é, estar-se fora do seu ambiente originário, fazendo-se presente em imagens descontextualizadas, tem-se estilo esvanecido quando não se tem o ambiente, estilo será sempre a expressão de algo que se faz referência, nunca o é como o algo, mas capaz de torna-se a expressar algo. Não podendo determinar em totalidade o ambiente em que uma estrutura se ergue, a imagem da praia extravia-se neste ambiente outro que é proeminente técnico e não natural, tem-se assim um “estilo praiano” para além da faixa litorânea. O ambiente-cidade, como já mencionado, é assim definido pelo inerente aspecto técnico e pelo cotidiano exaustivo. Desta forma, a cidade praiana, que se apresenta com de estilo praiano, conserva seu aspecto urbano, situando tudo aquilo que venha a determinar sua paisagem como um algo delineador.

O praiano como estilo da cidade pode ser comercializado, subjetivamente experienciado, mas torna-se, principalmente, elemento que desperta o desejo pela praia, pois o praiano só pode ser autenticamente vivenciado no ambiente da praia. Ressalta-se, assim, a necessidade da origem praia para o co-apresentar-se da praia e do praiano mutuamente. A cidade praiana é sempre um revelar nostálgico¹³⁵ do desejar-praia. Estar numa cidade praiana é o experienciar da possibilidade de se atingir o desejo de estar na praia.

3.3 OS FLUXOS DA LIBERDADE NO "ESTILO DE VIDA PRAIANO"

Uma vez delimitada a noção de “modo” e “estilo”, no âmbito do reconhecimento da estruturação física da cidade, entende-se que delas depreende-se as configurações urbano e praiano, ao tempo em que se pode apreender uma possibilidade de compreensão da formação de um estilo no âmbito de um modo, que neste caso, é orientado pelo urbano, o que contribuiu ao reconhecimento da ideia de praiano. Neste sentido, busca-se neste item entender aquilo que comumente se reconhece como modo ou estilo de “vida” praiano, para tanto, adita-se, então, a palavra vida.

No item anterior a discussão teve como direcionamento principal o entendimento de como determinados elementos adentram a arquitetura e a modifica ao direcionamento de algo que se quer aludir. Desta forma, buscou-se na arte, que adentra a arquitetura na configuração da cidade, para pensar os fundamentos a um possível reconhecimento de como a praia adentra a arquitetura urbana que passar a ser entendida como praiana. Ao aditar a categoria

[135] A noção de nostálgico corresponde à descrição de sensações de saudade idealizada por momentos vividos no passado, associada a um desejo sentimental de regresso impulsionado por lembranças de momentos felizes e antigas relações sociais.

vida, passa-se à tentativa de compreender como as pessoas se relacionam com este ambiente alusivo à praia e “climatizam” este ambiente ao reconhecimento de um “estilo de vida praiano”. Atentado que a análise direciona-se apenas à possibilidade de reconhecimento de um “estilo de vida praiano”, uma vez que se reconhece a impossibilidade de definição de um “modo de vida praiano”, ou mesmo de uma “cultura praiana”, como já foi evidenciado, considerando que a ideia de modo encontra-se no âmbito do urbano, sendo a este “modo” possível apenas agregar estilos, relativos a ideia de polifonia da cidade, a qual foi apresentada no primeiro capítulo.

Da mesma forma que o praiano, enquanto arquitetura, expõe-se para além da faixa-de-areia, o mesmo pode ser dito das práticas que se desenvolvem e configuram a faixa-de-areia?. Ou seja, o “estilo de vida praiano” que denota um cotidiano vivenciado pela praia, próximo a praia, em ambientes de “estilo praiano”, pode ser reconhecido pelas práticas na praia e pelo clima da faixa-de-areia? A partir da análise, percebe-se que não, a ideia de estilo de vida praiano não corresponde necessariamente às práticas que se observa na faixa-de-areia, nem reproduzem o seu clima. Afirma-se, ao contrário que, correlato a análise do item anterior, um estilo de vida praiano em muito corresponde ao cotidiano da cidade, diante da proximidade com o mar, que em desejos diariamente retroalimentados pelo mar, expõe o prazer que vivenciar uma paisagem.

Considera-se ainda, que a afirmativa de se vivenciar um estilo praiano é relativo ao ponto de vista de quem o afirmar vivenciá-lo. Para um paulista, morar em qualquer bairro da zona sul da cidade de Natal, leva-o a afirmar que mora em uma cidade praiana, isto porque optou por viver um estilo de vida praiano. Para um Aracajuano, vivenciar um estilo de vida praiano estaria relacionado a morar na faixa litorânea e ainda ter práticas que remetam a atividades na faixa-de-areia. O natalense se entende como praiano, sendo mais comum a afirmação de que se é praieiro. Esta afirmação junta-se às envolventes descrições sobre o uso e a relação positiva que se estabelece com a praia, o que se torna encantador aos ouvidos, a beleza purificada da praia, do vento, do cheiro da água do mar, conduz a uma imaginação alegórica. Uma natalense que se diz praieira e se bronzeia ao sol, descreve este imaginário sobre a praia que vezes o mundo parecia desaparecer a sua volta. Enquanto eu observava os vendedores, que repetidas vezes interrompiam a conversa, não apenas para oferecer, mas para demonstrar seus produtos, e ainda, o barulho que vinha dos “carros de som” e uma persistente buzina na avenida que beira a areia, ela me relatava sua relação com a praia:

“Eu sou praieira, adoro praia, adoro caminhar na areia com os pés descalços. Eu morreria se morasse em um lugar frio. Toda semana vou à praia, e quando tem um feriado, pode ter certeza que estarei por aqui. [...] Como aqui é muito quente, eu uso roupas mas praianas mesmo, no dia-a-dia, mais folgadas, leves, tecidos de algodão, um estilo mais despojado. [...] Sei que pra muita gente praia é apenas um lazer, mas para mim é um estilo de vida. Eu não sei o que seria de minha vida se tivesse que sair daqui, e morar em um lugar sem praia”¹³⁶

Esta descrição expressa a ideia de que decorre em aspectos subjetivos as afirmativas de que se vivencia um estilo de vida praiano. Embora fique evidente que o contato direto com a praia seja possível apenas nos finais de semana, o estilo praiano que envolve a arquitetura parece ser o indicador desta afirmativa, a cidade que a evidencia e a promove por este aspecto intui ao desejo retroalimentado pela praia. Diferentemente desta moradora, tem-se aqueles que trabalham na praia e vivenciam diariamente o cotidiano da faixa-de-areia, e ao contrário, não se afirmam praianos, ou praieiros, apenas dizem que ali é o seu local de trabalho. Este primeiro aspecto levanta o questionamento de que vivenciar este estilo correlaciona-se ao fato de uma autodeterminação, como a ideia de lazer, que encontra a liberdade como fundamento à disposição do que se quer. Mesmo que alguns ambulantes afirmem que deixaram o trabalho formal porque se gosta da praia e queriam trabalhar na praia, mesmo assim se desconhece vivenciar a ideia de um estilo de vida praiano. Trabalhar na praia representa-se como um trabalho em outro lugar qualquer, ter um estilo de vida praiano denota algo que se relaciona mais ao consumo do que a venda. A compreensão do que se pode entender por um “estilo de vida praiano” e aquilo que se entende por fluxo de liberdade, considerando que essa possibilidade de experienciar uma cidade, é sempre um caminho indicativo para o libertar-se das demandas exaustivas do modo urbano de se vivenciar a cidade.

Neste sentido, busca inicialmente na teoria social a possibilidade de delimitação desta noção de estilo de vida, cujo debate pode ser evidenciado por teóricos que se autoposicionam como sendo “pós-modernos”, exatamente porque postulam teorias que atentam ao desmanche de valores e de instituições e da variabilidade de condutas. Entre estes autores destacam-se George Simmel (2000), Fredric Jameson ([1971]1996) e Mike Featherstone ([1990]1995). Estes autores apontam como característica singular da modernidade, e a consequência no cotidiano das pessoas, “a monetarização da vida”, a “transformação da

[136] Realizada em novembro de 2013.

economia em cultura e a cultura em economia”, e a evidencia da cultura voltada ao “consumo” (SIMMEL, 2000; JAMESON, 2011; FEATHERSTONE, 1995).

Georg Simmel utiliza-se da categoria “estilo”, que, associada à palavra vida - “estilo de vida”, é percebida como a totalidade de determinada comunidade, cuja definição depende da relação estabelecida entre o que entende por cultura objetiva e cultura subjetiva. Para o autor, há um nexo intrínseco entre a teoria do moderno, expressa no estilo de vida, e a filosofia da cultura, expressa no processo cultural (WAIZBORT, 2000). E ainda, segundo Waizbort (2000), o estilo é uma configuração histórica, uma configuração sincronicamente relacional que envolve o sujeito e o objeto, e a sociedade e o indivíduo. Desta forma, entende o estilo como sendo “uma categoria que, por assim dizer, retrata a realidade de um dado momento, e nesse sentido é um “instantâneo *sib specie aeternitatis*” (2000, p. 179).

Embora atente que a ideia de "momento" corresponda a um processo longuíssimo de duração, considerando que estilo “tem a ver com as qualidades, tendências, disposições, efeitos, atmosferas e afinidades fundamentais dos elementos históricos: o estilo é um fenômeno histórico” (WAIZBORT, 2000, p. 179). Explica o estudioso de Simmel que:

desse modo, estilo de vida, como categoria do moderno é um instantâneo do presente, entendido como momento do processo da cultura, através do qual se pode – ou ao menos se pode tentar, pois se trata ainda de ensaio – enfrentar a multiplicidade e o movimento que são características fundamentais desse presente [...] por isso, ao analisar os efeitos do dinheiro sobre a vida, Simmel o faz sob a égide do “estilo de vida” (WAIZBORT, 2000, p. 179).

Neste sentido, é passível o entendimento de “estilo de vida” enquanto fragmento de um momento histórico, fundado sobre o processo histórico ao qual está submetido, cujo principal argumento da modernidade apresentado por Simmel decorre da divisão social do trabalho, tanto no nível da produção como do consumo. O estilo retrata o momento, é um instantâneo do presente.

Jameson (1996), ao iniciar suas argumentações sobre a pós-modernidade, questiona-se se há uma mudança mais fundamental do que as mudanças periódicas de estilo. Suas reflexões a esta resposta iniciam pelas mudanças estéticas, as quais entende dramaticamente evidentes, mas acusa as teorias “pós-industriais”, que também definem a sociedade como sociedade de consumo, das mídias, da informação, de terem uma óbvia missão ideológica: “demonstrar, para seu próprio alívio, que a nova formação social em questão não

mais obedece as leis do capitalismo clássico, a saber, o primado da produção industrial e a onipresença da luta de classes” (JAMESON, 1996, p. 29). Neste sentido, busca entender o capitalismo não como um estilo, mas como uma dominante cultural:

Minha exposição vai enfocar cada um dos seguintes elementos constitutivos do pós-moderno: uma nova falta de profundidade, que se vê prolongada tanto na "teoria" contemporânea quanto em toda essa cultura da imagem e do simulacro; um consequente enfraquecimento da historicidade tanto em nossas relações com a história pública quanto em nossas novas formas de temporalidade privada, cuja estrutura "esquizofrênica" (seguindo Lacan) vai determinar novos tipos de sintaxe e de relação sintagmática nas formas mais temporais de arte, um novo tipo de matiz emocional básico – a que denominarei de "intensidades" [...] a profunda relação constitutiva de tudo isso com a nova tecnologia, que é uma das figuras de um novo sistema econômico mundial: e, após um breve relato das mutações pós-modernas na experiência vivenciada no espaço das construções, algumas reflexões sobre a missão da arte política no novo e desconcertante espaço mundial do capitalismo tardio ou multinacional. (JAMESON, 1996, p. 32)

A formação social atual seria para Jameson (1996) apenas mais um estágio do capitalismo. Corrobora com Ernest Mandel, que havia apresentado as divisões temporais dos estágios, e registra três momentos do capitalismo, sempre correspondendo à anterior em correlação dialética. O primeiro estágio seria posterior a Revolução Industrial, equivalente ao estágio de mercado, o motor a vapor apresenta-se como a tecnologia do momento. Posteriormente, no segundo estágio, considerado como característica, o imperialismo e o monopólio, evidencia-se os motores de combustão ou elétricos. E, por fim, o terceiro e atual estágio, o multinacional, o principal aspecto apresentado refere-se à produção de motores eletrônicos ou nucleares.

Considerando os estágios apresentados por Mandel, Jameson os correlaciona ao estilo cultural da época, expondo o entendimento relativo às fases do capitalismo e a produção cultural da época. Neste sentido, percebe a relação do capitalismo de mercado com o realismo; posteriormente entende o modernismo enquanto associado à produção nuclear; e, por fim, o pós-modernismo à atual formação social. O propósito de Jameson é apontar na cultura como elemento motriz do capitalismo, expõe, a partir da análise de produções artísticas, que o modelo de sociedade que o capitalismo adentra exige o consumo de imagens, o que resolveria suas próprias contradições. Afinal, argumenta que a cultura se encontra em simbiose com a

economia. Neste sentido, chega-se ao entendimento de que interessa a discussão da presente reflexão: os estilos de vida. Para Jameson, os estilos de vida são produções da cultura econômica, que fornece mercadoria para a manutenção desses estilos.

O estágio último do capitalismo, que segundo o autor é seu estado mais puro, o atual, promove o “esmaecimento dos afetos”: “o fim do ego burguês, ou da mônada, sem dúvida traz consigo o fim das psicopatologias desse ego – o que tenho chamado de esmaecimento dos afetos” (p. 43). Além disso, segundo Jameson, implica no fim, não apenas dos afetos, mas de muitas outras coisas, o “fim do estilo, por exemplo, do estilo no sentido único e do pessoal, o fim da pincelada individual distinta” (p. 43). Tudo que for considerado universal se perde, o nominalismo assume o lugar do universalismo (JAMESON, 2011). O estilo assume a posição coletiva, a cultura econômica o produz, os meios de produção o difunde, a indústria fornece mercadoria para a sua manutenção e, por fim, as pessoas se submetem a determinado estilo e o vivencia pelo consumo.

O trabalho de Jameson é criticado por Mike Featherstone, que também apresenta uma teoria autodefinida como pós-moderna, do ponto de vista de vários aspectos. A primeira crítica recai sobre o fato de Jameson parecer colocar a cultura nos níveis da superestrutura, além do fato de considerar a história como “uma lógica desenvolvimentista específica e implacável” (FEATHERSTONE, 1995, p. 81). A crítica se estende à análise de Baudrillard, que, embora tenha percebido a sociedade simulacional como Jameson, aponta a outros entendimentos. O entendimento contrário segue à percepção da mercadoria como signo, que Jameson também tem, porém para Baudrillard dever-se-ia abolir o que chamou de “ilusões referenciais”, similar ao que Lyotard compreendeu como metanarrativa (FEATHERSTONE, 1995). Mas, em ambos, atesta-se a produção de imagens e a determinação arbitrária de significantes num sistema autoreferenciado.

Por outro lado, na mesma sequência temporal da pós-modernidade, no entanto, por uma perspectiva culturalista, Mike Featherstone (1995) afirma que a expressão “estilo de vida” está na moda. Sem problematizar, entende que embora a expressão tenha um significado sociológico mais restrito, “designando o estilo de vida distinto de grupos de status específicos” (FEATHERSTONE, 1995, p. 119), afirma, ao mesmo tempo, sobre o caráter conotativo na cultura de consumo contemporânea, a qual considera a “individualidade, auto-expressão e uma consciência de si estilizando” (FEATHERSTONE, 1995, p. 119). O caráter conotativo parece sugerir a abordagem subjetivista da noção de “estilo de vida”, e as variadas possibilidades de

apreensão desta realidade, o que suprime a possibilidade de apreensão desta realidade na pós-modernidade, dado seu caráter fugidio e dinâmico.

Para Featherstone, a superação das décadas do consumo de massa, do conformismo cinzento, passa a ser percebido pela segmentação do mercado, o que possibilita maiores condições de escolhas, o que o autor considera “em si” uma forma de arte. Tal afirmativa torna-se relevante ao entendimento de Featherstone sobre estilo de vida na medida em que a “estilização” da vida decorre de um processo mais amplo de “estetização” da vida cotidiana, que é apresentada em três sentidos. O aspecto mais relevante da conexão existente entre a estetização e estilização decorre da transgressão da fronteira entre arte e vida cotidiana.

Primeiramente, designa “estetização” como sendo “as subculturas artísticas que produziram os movimentos dadaístas, surrealistas e da vanguarda histórica, na Primeira Guerra Mundial e na década de 20” (FEATHERSTONE, 1995, p. 99). O aspecto relevante das chamadas subculturas reside no fato de seus trabalhos buscarem apagar as fronteiras entre a arte e a vida cotidiana. O segundo aspecto atenta à possibilidade de designação de um projeto de transformar a vida cotidiana numa obra de arte; ao elencar uma série de autores que sugestiona à tal projeto, expõe a centralidade da estética da vida de Foucault, ao aprovar a concepção de modernidade de Baudelaire, que expõe a figura do dândi, àquele que faz do seu corpo, sentimentos e emoções, sua própria existência, torna-se uma obra de arte. E, por fim, o terceiro sentido, que “designa o fluxo veloz de signos e imagens que saturam a trama da vida cotidiana na sociedade contemporânea” (FEATHERSTONE, 1995, p. 100), os fundamentos desta perspectiva encontram-se nas teorias de Marx e da escola de Frankfurt, especificamente acerca do fetichismo e da substituição da predominância do valor de uso pelo valor de troca, principalmente a substituição do valor de uso original pelo valor de troca abstrato, além de permitir a produção de mercadorias livres para adquirir o valor de uso *ersatz*, posteriormente definido por Baudrillard como valor-signo (FEATHERSTONE, 1995).

Quando Mike Featherstone discute o termo “modo”, faz referência ao sentido antropológico, entendendo-o enquanto cultura e em uma acepção mais ampla em um confuso desvio para justificar a alteração do termo cultura, no sentido antropológico, ao entendimento de “estilo de vida”. Infere-se que a noção de cultura equivale e se orienta, para além de um conjunto fixo de disposições de gosto, pelas disposições morais e éticas que se expressam no cotidiano de determinado grupo social, expondo coerências e unidades; enquanto “estilo de vida”, por outro lado, expressa-se pela estetização de tais modos de vida, o que possibilita uma

compreensão do cotidiano urbano enquanto ativamente dinâmico, enquanto agregados, no qual se valoriza o lúdico, a superficialidade e o transitório. A noção de estilo de vida apresentada por Featherstone corresponde a uma dinâmica fluida e fugidia de variados estilos que a todo momento surgem entre grupos urbanos e desaparecem com a mesma rapidez.

Para Featherstone (1995), a transitoriedade torna-se um aspecto importante, principalmente quando o “modo de vida” passa à condição de “estilo de vida”. Aquele que é variável no tempo, o modo, passa a ser dinâmico no espaço, o estilo. Se por um lado é possível compreender que o cotidiano dos pescadores exporia um modo de vida praiano, construído ao longo de sua história e mantido no que sugerem ser bases tradicionais, os moradores da cidade, por outro, exporiam um estilo de vida praiano, porém, a transitoriedade latente em sua análise não abarca tal aspecto, uma vez que a o estilo de vida praiano perdura-se, o que se dinamiza é a configuração praia.

São estas análises que partem do aspecto do consumo para pensar a proposição, formação e eliminação de um estilo de vida, os quais são percebidos como resultado de escolhas, as quais são mediadas pelo consumo. Tais análises corroboram ao entendimento de Antony Giddens, para o qual:

Estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade. (GIDDENS, 2002, p.79.)

Seria esta a possibilidade de dizer-se sobre si mesmo pelo consumo de produtos que o estiliza e o define. Embora mediados pelo aspecto mais geral da sociedade atual, o consumo, em Giddens (2002), o indivíduo expressa-se com mais autonomia na definição de seu estilo. Para o autor, os estilos devem ser analisados pela sua reflexividade, observando o modo que se apresentam e mudam, o que sempre estará de acordo com a aquilo que o indivíduo entende de si mesmo, como reflexo de sua auto-identidade:

Os estilos de vida são práticas rotinizadas, as rotinas incorporadas em hábitos de vestir, de comer, de modos de agir e lugares preferidos, de encontrar os outros, mas as rotinas seguidas estão reflexivamente abertas à mudança à luz da natureza móvel da auto-identidade. (GIDDENS, 2002, p. 80)

Embora o aspecto consumo seja algo que se mostra evidente no âmbito da possibilidade de se discutir um “estilo de vida praiano”, a análise é minimizada quando se remete ao entendimento de que seus hábitos são assim a definição de um estilo, desta forma desconsideram a complexidade, tal qual se discutiu no tópico anterior, acerca da permeabilidade de algo ao modo de vida supremo, o qual se entende para fins da tese como o praiano, e, ainda, perdura enquanto estilo. Ao entender que a praia é urbana, e no âmbito desta urbanização surge um estilo, não é possível que se aceite hábitos como algo novo, na praia não se observa nenhum aspecto habitual que seja capaz de contrapor o cotidiano da cidade de forma evidente. O aspecto mais manifesto que contrapõe as práticas urbanas é a vestimenta, isto porque tem-se uma prática que lhe é peculiar em espaços públicos abertos, que é o banho de mar, o que exige roupas de banho, e mesmo assim questionável se pensarmos em piscinas, que possibilitam a mesma vestimenta.

Neste sentido, consumir frutos do mar e vestir um biquíni ou sunga, não podem ser balizadores na compreensão de um estilo de vida. Os demais aspectos colocados, como modos de agir, não podem nem ser mensurados diante do imperativo urbano, tal qual nos informa Louis Wirth, o “urbanismo enquanto modo de vida não se confina ao ambiente da cidade, pelo contrário, manifesta-se em graus variados onde quer que chegue as influências da cidade” (1997, p. 45). Os entendimentos colocados parecem apontar às expressões sociais distintas, cujo sistema político e social se distanciariam de uma ideia de cidade urbana, mas não para definir estilos que se enquadram na composição da cidade, que permite variados estilos. Embora não se possa verificar hábitos distintos, retoma-se o que se observou nas primeiras incursões a campo e já apresentado nesta pesquisa, pode-se falar em sentidos distintos. Isto é, enquanto o imperativo urbano faz o indivíduo sentir-se exausto, por outro lado, não apenas a praia, mas também o ambiente praiano, o faz sentir-me menos tenso. As afirmações que seguem, expõe justificativas a este entendimento:

Não há coisa melhor no mundo do que acordar e olhar para esse marzão, eu moro ali em cima, em um prédio por trás desse ai, não dá para ver daqui, mas de lá vejo o mar. Não há palavras para descrever.¹³⁷

Venho todos os dias à praia, moro aqui perto. Meu filho estuda pela manhã, mas à tarde ele brinca na areia da praia, assistimos ao pôr do sol quando

[137] Moradora da praia de Ponta Negra, entrevista realizada em novembro de 2013.

podemos, depois vamos para casa. A melhor coisa é escutar o barulho das ondas a noite, é muito relaxante.¹³⁸

A primeira entrevista [...] Lucas Ferreira: um ex-redator de uma das maiores agências de publicidade do Brasil por 6 anos, que largou a carreira para abrir um restaurante (que hoje é sucesso) na cidade de Pipa, no Rio Grande do Norte

- Eu formei em publicidade e trabalhei durante 6 anos como redator, na McCann.

- Tenho (qualidade de vida)! Por isso, tenho essa ideia de diminuir o restaurante. A gente vai pra praia quase todo dia, viemos buscar isso¹³⁹.

Não vou mentir que às vezes é cansativo sair de um dia de trabalho e ainda levar mais de 40 minutos para chegar em casa, mas quando desço do ônibus e respiro o ar de praia penso: “ainda bem que moro aqui” [...] Dee Why é uma praia cheia de estrutura e fica a apenas 10 minutos de Manly que é um dos lugares mais famosos de Sydney e tem praticamente vida própria, como se fosse uma cidade dentro da cidade.¹⁴⁰

Larguei tudo e fui morar na praia: Pra quem cansou daquela vida urbana cheia de rotina, horários, barulho e estres!¹⁴¹

O questionamento que envolve tais assertivas é pensar como tais práticas, independente do que de fato venham a fazer quando expressam ter um estilo de vida praiano, podem ser compreendidas como menos estressantes, mais relaxante, melhor qualidade de vida e, principalmente, como desejada por aqueles que têm uma rotina exaustiva? Ou ainda, como um ambiente da cidade pode se apresentar como ambiente mais desejado para uma vida que corresponde a um cotidiano qualitativamente melhor? Tais questionamentos podem obter duas respostas, uma geral e outra que especifica o praiano. A geral, primeiramente, indica a um sistema de proteção, as pessoas buscam se autoproteger de situações de estresse, similar ao que Simmel aponta como “atitude blasé”, sendo esta uma reserva mental, no ambiente praiano o

[¹³⁸] Moradora da praia de Ponta Negra, entrevista realizada em novembro de 2013.

[¹³⁹] Da série de entrevistas intitulada “Eles largaram seus trabalhos convencionais e agora são felizes. Conteúdo disponível em: <http://www.hypeness.com.br/2013/02/eles-largaram-seus-trabalhos-convencionais-e-agora-sim-sao-felizes-1/>

[¹⁴⁰] Relato de um trabalhador do núcleo urbano de uma cidade, que, mesmo distante, optou por morar próximo à praia: Conteúdo disponível em: <http://fuimorarnaaustralia.blogspot.com.br/2014/07/quero-morar-na-praia.html>

[¹⁴¹] Conteúdo disponível na fanpage: https://www.facebook.com/Larguei-tudo-e-fui-morar-na-praia-568864083125932/info/?tab=page_info

estilo apresenta-se como “embalagens” que envolvem as pessoas e indicam a possibilidade de protegerem-se de situações cotidianas de exaustão. Ou seja, um “estilo de vida” nada mais é do que uma embalagem na qual as pessoas se envolvem e buscam distanciar daquilo que as deixam tensas e doentes. E, segundo, especificamente a praia, contempla o aspecto natureza, o que eleva o “estilo praiano” ao topo dos lugares mais frequentados e desejados para se morar.

Dadas as dificuldades de definir e mensurar a noção de “estilo” pelas expressões de desejo pelo litoral, uma vez que se trata de categoria exaustivamente utilizada e que dificulta um melhor entendimento da praia, propõe-se usar a noção de “design” como recurso para uma melhor definição de “estilo”, noção que assume um importante lugar na teoria de Peter Sloterdijk para o entendimento do homem no mundo e principalmente em seu aspecto de liberdade. O que propomos é utilizar a conceituação de por Bruno Latour (2009), que define as vantagens de se utilizar a ideia de design, utilizando a noção de proteção e liberdade de Sloterdijk, o qual refina pela ideia de “imunidade”. Feito isto, volta-se à compreensão da noção de estilo, com o intuito de delimitar um possível entendimento àquilo que se afirma ser um “estilo praiano” através da definição de design e, assim, obter um delineamento menos genérico da noção de “estilo de vida praiano”.

O principal aspecto que sobressai ao entendimento do conceito de *design* para pensar a noção de estilo está relacionado à própria noção do que seria um estilo praiano, mediante a inserção de elementos da natureza contidos na paisagem tecnicamente modificada. Porém, esta mesma permeabilidade, enquanto associada à noção de estilo de vida, delineia-se pela ideia de que as pessoas vivenciam configurações físicas no mundo que lhes possibilitam a busca da imunidade diante daquilo que as incomodam e as fazem adoecer.

Em palestra intitulada “Um Prometeu cauteloso? Alguns passos rumo a uma filosofia do design (com especial atenção a Peter Sloterdijk)”, Bruno Latour fornece de forma direta o caminho percorrido pela categoria *design* nas últimas décadas. Nesta palestra, Latour buscou compreender o quanto o termo *design* havia se ampliado. Afirma que quando era jovem a palavra não significava nada a mais do que *relooking*, palavra que não existe no inglês: “O ato de “*relook*” significa dar uma nova e bela aparência ou forma a alguma coisa – uma cadeira, uma faca, um carro, um pacote, uma lâmpada, um interior – que de outra forma permaneceria desajeitado, duro ou cru demais caso servisse apenas a sua função” (LATOUR, 2014, p. 02). Neste sentido, a noção de *design* significava revestir as prioridades dos engenheiros e das esquipes de venda, em um sentido antigo e limitado. A noção de *design* assumia um caráter

funcionalista, valorado como sendo um bom *design* na medida em que se segue ao máximo de função. Encarava-se o objeto pela materialidade intrínseca e pelo seu aspecto estético ou simbólico, estando este último relacionado ao *design*. (LATOURE, 2014).

O termo *design* deixa de ser entendido apenas como um elemento superficial, que, segundo Latour, estava na mão de profissionais pouco sérios e subordinados a profissionais como engenheiros e cientistas, o termo expande-se de forma continuada e ganha cada vez mais espaço na produção. E, ao que interessa a pesquisa, afirma Latour que o *design* “se estendeu de objetos cotidianos para cidades, paisagens, nações, culturas, corpos, genes e [...] para a própria natureza – a qual precisa urgentemente ser reelaborada” (LATOURE, 2014, p. 03). Entende que *design* se amplia, primeiramente em compreensão e depois em extensão. Em compreensão porque

tem se apropriado de mais e mais aspectos do que uma coisa é [...] qualquer pessoa com um iphone sabe que seria absurdo distinguir aquilo que foi elaborado através do design daquilo que foi planejado, calculado, arrumado, arranjado, empacotado, embalado, definido, projetado, pensado, escrito em código, etc. De agora em diante, “fazer design” pode significar igualmente cada um desses verbos (LATOURE, 2014, p. 03).

Pela extensão, explica o autor que faz referência a sua aplicação em “estruturas cada vez maiores de produção. O espectro de coisas que podem ser elaboradas através do design é, agora, infinitamente maior do que uma lista limitada de bens cotidianos ou de luxo” (LATOURE, 2014, p. 03). O que chama a atenção de Latour diante desta ampliação é a mudança na forma como lidamos com objetos e ações. O autor afirma “Quanto mais os objetos se transformam em coisas – isto é, quanto mais questões de fato se transformam em questões de interesse –, mais eles se traduzem inteiramente em objetos de design” (LATOURE, 2014, p. 03). É exatamente por esse espectro que se busca analisar o “estilo de vida praiano”, considerando que a praia de interesse é aquela redesenhada pelo urbano, enquanto este urbano se redesenha pela natureza praia até o limite que a interessa. Neste sentido, o conceito de *design* contribui para pensar a configuração de um estilo de vida em sua inerente complexidade.

Após apresentar em breves relatos a história do conceito, Latour oferece cinco vantagens as quais o *design* está relacionado. Vantagens estas que se entende importantes para tornar elucidativa a ideia de vida pelo litoral. A primeira vantagem está relacionada à humildade:

design sugere uma humildade que parece ausente da palavra “construção”. Por conta de suas raízes históricas como mero acréscimo à “real” praticidade, à dura praticidade, à dura materialidade e às funções dos objetos cotidianos, sempre há certa modéstia na proposta de elaborar algo novo através do design. No design, não existe a ideia de fundação (LATOUR, 2014, p. 05). nota

Apresenta, desta forma, uma teoria da ação pós-prometeica, a qual emerge no momento em que todas as coisas precisam ser reelaboradas: “É exatamente quando as dimensões das tarefas a serem feitas foram enormemente ampliadas pelas várias crises ecológicas que um entendimento não prometeico ou pós-prometeico da ação domina a consciência pública” (LATOUR, 2014, p. 05).

A segunda vantagem está relacionada aos detalhes, enquanto a ação prometeica seguiria em frente rompendo com o passado, construindo e destruindo, em um projeto de *design*, evidencia palavras como habilidade, arte e perícia. A obsessiva atenção aos detalhe que compõe é o mais proeminente aspecto observado em um designer. Latour atenta que é impensável qualquer ligação com impulsos modernizadores e revolucionários, mesmo que também perceba o *design* como revolucionário, as suas palavras-chave, pouco tempo atrás, estaria relacionada a algo conservador e capaz de atrasar a marcha do progresso.

A expansão do conceito de design indica uma mudança profunda em nossa constituição emocional: no momento mesmo em que a escala do que precisa ser feito se tornou infinitamente maior (nenhum revolucionário político comprometido a desafiar os modos capitalistas de produção jamais considerou reelaborar o clima da Terra), a noção do que significa “fazer” alguma coisa também está sofrendo profundas modificações. Essas mudanças são tão profundas que as coisas já não são “feitas” ou “fabricadas”, mas sim cuidadosamente – ou cautelosamente – elaboradas através do design” (LATOUR, 2014, p. 06).

A terceira vantagem está relacionada ao significado que o design busca expressar. Entende o autor que, quando se pensar na produção do designer, ou seja, quando se observa um objeto e o percebe como resultado de um design, traz-se todas as ferramentas, habilidades e perícias da interpretação quando se analisa desse produto do design: É, portanto, extremamente importante atentarmos para o quão profundamente encaramos os artefatos cotidianos como objetos de design. Pensar sobre os artefatos em termos de design significa concebê-los cada vez menos como objetos modernistas e cada vez mais como “coisas”. (LATOUR, 2014, p. 06).

A quarta vantagem, relacionada ao design, está no fato de que este sempre descende de algo, nunca começa do zero. É este um dos aspectos mais proeminente para se pensar a praia que permeia a cidade na evidencia do praiano. Embora a utilização da praia ao lazer seja recente, não se apresenta como algo novo, mas que se co-relaciona ao urbano em sua realização. Neste sentido, fazer design é sempre fazer um redesign.

Sempre há algo que existe primeiro, que já está dado, como uma questão ou um problema. O design é uma tarefa subsequente que visa tornar algo mais vivo, mais comercial, mais usável, mais agradável ao usuário, mais aceitável, mais sustentável etc., dependendo das diversas restrições com as quais o projeto precisa lidar. Em outras palavras, há sempre algo de reparatório no design. (LATOUR, 2014, p. 06).

E, por fim, a última vantagem que está ligada a questão ética, um design sempre será mensurado como bom ou mau design. Explica Latour que a expansão da noção de *design*, passa a compor aspectos que, entende o autor, correspondem a definição interna das coisas, apresenta consigo não apenas significado e hermenêutica, mas também moralidade: É como se a materialidade e a moralidade finalmente se unissem. Isso é muito importante porque, se você começa a reelaborar cidades, paisagens, parques naturais, sociedades, bem como genes, cérebros e chips, nenhum designer vai poder se esconder atrás da antiga proteção das questões de fato” (LATOUR, 2014, p. 08-09).

Todas as dimensões aparecem, segundo Latour, no momento em que se há muito para fazer, “principalmente uma vez que agora todo o tecido da vida é objeto de interesse devido à crise ecológica” (LATOUR, 2014, p. 10). E diante deste, desafia, lança mão da teoria de Peter Sloterdijk para pensar o mundo no qual se encontra a vida. Apresenta Sloterdijk pela frase de um de seus especialistas, Henk Oosterling: “*Dasein ist design*”, o qual entende como filósofo do *design*, pois modifica o entendimento do que significa uma vida artificial sustentável, ao afirmar que se coloca embalagens dentro de novas embalagens.

Sloterdijk, segundo Latour, levou a sério o *dasein*, expressão proferida por Heidegger de forma abstrata. Diferentemente da maioria que ao pensar o “*dasein* está no mundo”, passa pelo “no” sem maior atenção, Sloterdijk intenta compreender o que é o “no”, “no quê”, “no” em qual ambiente e como este ambiente se climatiza. Sloterdijk conclui que não existe um fora, entendimento este que se torna perceptível nas teorias aqui apresentadas sobre a noção de estilo de vida, as quais parecem reivindicar um outro mundo a ser definido como

estilo. Quando Sloterdijk diz que fora é outro dentro com outro controle, permite pensar um estilo de vida, neste fora, que é outro dentro. Sendo o fora a praia, e o dentro a cidade. E não como algo que se diferencia em totalidade de outras práticas, como apresenta os autores que se propuseram a definir a noção de “estilo de vida” no âmbito da teoria social.

O processo de reconhecimento histórico da aproximação da cidade à praia já nos informa como o sentido público de estar na praia envolve-se do próprio sentido de se estar na cidade, uma vez que a praia orienta-se pela cidade, ao tempo em que revela aspectos distintos que gera tensões, e se tencionam a uma configuração complexa em que alguns aspectos podem ser evidenciados como próprios da praia. No segundo capítulo, em que se analisa os usos da praia e o clima que ambienta a faixa-de-areia, fica evidente que este clima aponta aspectos próprios de uma prática praiana, mas que se orienta por uma espuma mais amplas, na qual está encaixada, que é a cidade. Neste último capítulo, em que se analisa o “estilo de vida praiano”, que seria um aparente limiar entre a praia e a cidade, passa ser compreendido como um *redesign* do urbano, na medida em que este se redesenha à satisfação do desejo de libertar-se do complexo urbano, torna-se um de “fora que” se coloca “dentro”. A praia não é um outro fora da cidade, a praia urbana está dentro da cidade. A faixa-de-areia apresenta o clima ao que se reconhece como “estar na praia”. Este clima é delineado pelo urbano de forma a assegurar o clima da cidade em composição com um específico, ao que se reconhece como “estilo de vida praiano”.

Desta forma, pensar espaços públicos e privados não indicariam um dentro e um fora, o que coloca uma penumbra ao entendimento do estar em público. Práticas próprias de espaços públicos, ou práticas próprias de espaços privados, tornam-se limitadoras para pensar a noção de co-vivência pública, afinal, o que as diferencia é a climatização deste ambiente. Diz Latour, ao recorrer à Sloterdijk:

Os espaços públicos também são espaços, ora. Eles não são diferentes, nesse aspecto, dos espaços privados. São simplesmente organizados de modo diverso, com arquiteturas diferentes, pontos de entrada diferentes, sistemas de vigilância diferentes, sonoridades diferentes. (LATOUR, 2014, p. 12).

O que se precisa analisar então para se pensar a configuração praia, em seu aspecto público e como exímio espaço de co-vivência pública na atualidade? Na perspectiva de Sloterdijk, analisar o ser “jogado no mundo” seria definir o sistema de suporte de suas vidas. Explica Latour, que seria definir mais literalmente ou mais precisamente as embalagens que os

envolvem e os permitem respirar. Afirmar que seres desnudos são tão raros como cosmonautas desnudos e, com isso, Sloterdijk ensina a possibilidade de análise da vida no mundo pelo *design*, que mesmo naqueles literalmente desnudos impõe-lhe uma veste em forma de silhuetas.

Tais embalagens já foram aqui examinadas quando da análise anterior sobre as esferas de reconhecimento da praia. Agora, apenas desloca-se a discussão para o ambiente praiano, o qual possibilita uma vivência elaborada de forma cautelosa e artificial, mas não deixam de se apresentar de forma frágil. O que está em questão na produção de um ambiente, principalmente o praiano, é o desafio de reconciliar diferentes emoções. Como anteriormente colocado, a praia se apresenta diante da impossibilidade de se mensurar as subjetividades que compõem o ambiente praiano, sendo evidente o desejo de livrar-se do ambiente da cidade. Porém, diante de tantos desejos e emoções, Latour ainda apresenta os mobilizadores destes sentimentos, que são as duas grandes narrativas concorrentes da modernidade – a da emancipação e a do apego. Libertar-se da cidade, do exaustivo ambiente urbano seria a representação emancipatória do indivíduo, ao tempo em que exige todos os mimos que o urbano oferece, o que promove a intercessão da cidade na praia, e que resulta em um constante redesenhar para tentar manter o ambiente-praia diante do urbano.

Recorrer a especialistas para modificar determinado ambiente, não mais se refere a questionamentos sobre o domínio da natureza, mas são questões que buscam entender como se pode ser mais bem elaborado, afinal, considera que a natureza, como o lado de fora, como a parte que se vê, desapareceu. Considera Latour que a bricolagem e a forma de pensar que estão associadas ao *design* dominaram a natureza por serem elas inerente a natureza. Afirmar Sloterdijk que a natureza é técnica.

A praia, entendida como uma *espuma*, expressa por sua esferologia, serve para pensar sobre o questionamento posto acerca do “estilo de vida praiano”, e nos guia ao questionamento das “arquiteturas de imunidades”. Seriam estas formas de imunização um contraponto à exaustão? A única opção que restaria, seria utilizar a própria técnica para se proteger de técnicas nocivas, neste sentido, enquanto o urbano se mostra como uma embalagem da técnica nociva, o praiano é uma nova embalagem que encobre a embalagem urbana na tentativa de imunizar àqueles que se apresentam como exaustos diante da cidade. Neste sentido, entende-se que o estilo de vida praiano pode ser compreendido como um *redesign* da vida urbana.

De tal modo, pode-se compreender, pela ideia de *design*, que a noção de “estilo”, enquanto vida na cidade, será sempre uma redefinição do modo de vida urbano, uma tentativa de liberdade do imperativo urbano: são imunidades capazes de evidenciar no indivíduo a percepção de estar livre. O estilo de vida praiano corresponde a uma tentativa de redesign pela praia da vida urbana, isto é, uma tentativa de redefinir ambientes na busca de preservar àquilo que lhe é positivo e de criar mecanismos de defesa àquilo que se entende negativo. Apresenta-se como habilidoso na tentativa de redesenhar o ambiente urbano litorâneo, evidenciado aspectos positivos que a subjetividade humana busca encontrar na praia.

Assim, o estilo envolve-se no urbano, sendo este compreendido como o modelo regular, supremo, que dá forma a co-vivência na contemporaneidade, que envolvem os aspectos apresentados no primeiro capítulo acerca do aprimoramento técnico e da exaustiva dinâmica das cidades urbanas. Obviamente que o “modo urbano” que foi apresentado faz referência ao que foi revelado pela análise da praia, ou seja, a natureza em contraponto ao desenvolvimento de um urbanismo pautado exaustivamente por estruturas arquitetônicas e o desejo de liberdade das amarras da cidade.

Neste sentido, a busca por um estilo de vida é sempre a busca pelo desejo de consumir um estilo que se promove pela possibilidade de fuga do modo de vida urbano. Porém, limita-se a afirmativa da negativa da experiência de um estilo de vida praiano, uma vez que recai na subjetividade do indivíduo, que invariavelmente se diz experienciar uma liberdade à beira-mar. Assim, o estilo de vida praiano apresenta-se na contemporaneidade com um produto consumível da cidade, uma promoção dos entusiastas da liberdade à beira-mar, a ser consumido por aqueles que desejam libertar-se da cidade pelo praiano ou pela praia. A própria cidade cria, assim, sua rota de fuga e as condições de permanente e necessária reprodução social: o estilo de vida praiano, ressignificado pelo *design* da vida urbana contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do sentido público da praia urbana decorreu durante a pesquisa pela complexidade que envolve o próprio entendimento do que é uma “praia urbana”, que por vezes é tomada como a faixa-de-areia, ou mesmo ampliada para todo o litoral. E, ainda, por aspectos outros que se apresentaram como necessários ao entendimento do efetivo ato de ir à praia, tais como, a noção de “cidade praiana” ou pela possibilidade de se vivenciar um “estilo de vida praiano”. Neste sentido, buscou-se responder questionamentos que possibilitaram a compreensão do sentido público da praia urbana e sua capacidade, diante do “modo de vida urbano”, de adjetivar uma cidade, e mesmo um “estilo de vida”.

As praias urbanas da cidade de Natal, localizada no nordeste brasileiro, foram tomadas como objeto empírico, cuja análise possibilitou considerar as questões inicialmente colocadas para se atingir um entendimento sobre o sentido público da praia urbana. A escolha desta cidade deu-se pela estreita relação, que as pessoas consideram existir, entre o ambiente urbano e a praia. Natal é considerada uma cidade praiana pelo poder público, nas esferas econômica e turística, e pela sociedade em geral. A cidade tem sua urbanização marcada pela praia. De certo modo, Natal civiliza-se pela praia. Quando se visita Natal, necessariamente leva-se trajes de banho. Em decorrência destas e de outras características é que as suas praias contribuíram, neste estudo, para pensar em que medida uma praia pode ser detentora de uma derivação adjetiva capaz de classificar uma cidade. E, ainda, a possibilidade de apreensão do que se pode compreender por praia na contemporaneidade, o que possibilitou, posteriormente, a partir destes entendimentos, apreender o que se pode afirmar por “estilo de vida praiano”.

A praia de interesse da pesquisa foi aquela que margeia a cidade, entendida como “praia urbana”, qual tem suas atividades voltadas ao lazer e ao turismo. Todavia, antes de se adentrar no campo empírico propriamente delimitado, a saber, as praias urbanas de Natal; fez-se necessário problematizar acerca do processo de aproximação da praia à cidade. Neste sentido, a pesquisa iniciou-se pelo entendimento e análise desse processo de aproximação que, decerto, dá-se reflexivamente da cidade para a praia.

Alguns aspectos que sobressaíram a esta análise, contribuíram para pensar o reconhecimento da praia urbana na contemporaneidade. O primeiro aspecto está relacionado à percepção da praia como algo negativo a ser desbravado. A busca por desbravar o mar já permitia percebê-lo como libertador, isto na medida em que pelo mar se descobria novas terras ou pela percepção de que pelo mar se libertava do continente. Esta ideia de liberdade que passa a ser atribuída ao mar, segue-se ao longo do processo de aproximação do homem ao mar, em suas mais variadas percepções. Compreendeu-se pela análise de textos históricos, que o mar, ao longo da história que apresenta o processo de aproximação da cidade ao litoral pelo seu processo de urbanização, foi inicialmente mais inventado do que vivenciado. A imaginação queurgia do continente sobrepunha a inexistência de falas advindas do mar, o que sempre o fez ser visto como algo místico, ao mesmo tempo em que foi também temido.

A análise apresentada sobre a história do mar foi apreendida por três momentos, que não são excludentes e delimitadores mas complementares, os quais foram apresentados a partir da verificação de percepções sobre o mar e os usos que se estabeleciam na faixa-de-areia, além de considerar as intervenções na paisagem litorânea. Considerando tais aspectos, optou-se por compreender cada temporalidade pela sua expressão estética, em cada momento, cuja noção de "estética" apreende-se de Walter Benjamin, para o qual, corresponde à expressão de uma compreensão.

Para tanto, observou-se as variadas formas de expressão, dos entendimentos e de usos de cada época sobre o mar e o litoral, o que demandou uma cautelosa delimitação das mais variadas formas de expressões. Cada período imprimiu seus próprios sentidos e expressou suas orientações sociais sobre a faixa-de-areia. Esta verificação indicou mais um elemento que perdurou durante toda a análise, que é o fato de que a dinâmica observada na beira-mar corresponder às práticas estabelecidas no ambiente que a circunda. Neste sentido, entende-se que a praia é, em certo sentido, especificamente acerca de valores morais, um reflexo do ambiente social em que está inserido e, que, por outro lado, a praia também incide no ambiente da cidade, especialmente acerca do entendimento da possibilidade de sublimar o urbano com elementos da praia.

O estudo dos usos e percepções da praia possibilitou o reconhecimento dos diferentes momentos históricos: o primeiro é definido como "Templo de Contemplação"; o segundo, como "Tempo de Exceção"; e, por último, o "Tempo de Polissemia. No primeiro momento desenvolve-se uma análise sobre as percepções que resultaram no que se entende,

nesta tese, como "Estética da Contemplação". O segundo momento apresenta um duplo movimento estético que se estabelece pela "Estética da Cura" e pela "Estética da Insubordinação". No terceiro e último momento foi apresentado o que se pode reconhecer como "Estética da Polifonia", a qual corresponde a variedade de usos da cidade. Em cada um desses momentos, foi possível verificar elementos caracterizadores de cada período, e as mudanças decorridas nos usos da praia.

O primeiro momento foi delimitado dos séculos XV ao XVIII. A análise das cartas de viajantes e dos estudos históricos sobre a costa continental revelaram inicialmente uma percepção distanciada da beira-mar. Este distanciamento não corrobora com os entendimentos que atestam a praia como um "espaço do vazio" Corbin (1989), afinal, compreende-se que havia contato com a praia, obviamente que não se pode falar de um cotidiano urbano estabelecido pela praia, como se observa na contemporaneidade, mas que havia um diminuto contato com a faixa-de-areia. É por este entendimento, que se afirma que, sempre se registrou usos da praia, ou sempre se esteve na praia, com sentidos diferentes dos que se observa na atualidade. Àqueles usos que estão relacionados à contemplação, assim se davam pela percepção que evidenciavam por um lado certa repulsa pelo mar e, por outro, uma contemplação que se pode entender como admiradora-desbravadora.

Acerca deste momento, assume-se que se pode reconhecer a praia e o mar pelas análises que buscam apresentar uma história dos seus usos, porém, verifica-se que as mesmas acabam por tornar os espaços "invisibilizados" (LÉVINAS, 2010). A noção de invisibilizado difere do entendimento comum, que ressalta aquilo que não se vê, ao contrário, identifica que tais análises procuraram identificar os usos que hoje se verifica, resultado desta forma em um espaço inviabilizado. Levando-se a considerar que a praia foi "invisibilizada" no reconhecimento de seus usos na história, na medida em que a percebe de uma forma diversa desta, que no presente se observa. Infere-se, então, que a praia, apreendida como um outro espaço, sempre foi observada de longe, porém, de certa forma, vivenciada. O interesse em dominar o desconhecido, o qual se apresentava como algo a ser desbravado, na busca de terras novas, é apenas um exemplo que demonstra que mesmo sendo o mar considerado como algo distante, era percebido e utilizado.

No segundo momento, que se inicia a partir do século XIX, foi possível reconhecer os primeiros movimentos que viriam a determinar a praia como um ambiente propício para banhos e, conseqüentemente, para o lazer. A noção de "Estética da Cura" decorre do uso do

banho de mar como possibilidade de cura das moléstias do corpo. As prescrições médicas indicavam a cura de doenças através de banhos em determinados horários, com tempo de permanência e vestimenta específica. A partir deste momento os banhos de mar começam timidamente a se difundir pela Europa, chegando às praias brasileiras apenas no início do século XX. O desejo pela cura supera as contemplações, o mar é então reinaugurado, tornando-se simbolicamente mais próximo, e as pessoas já entendem poder adentrá-lo sem os medos dos séculos anteriores. Neste momento a praia é percebida como o "outro lugar", sendo este diferente da cidade, a qual era sinônimo de insalubre, mórbida e doentia. A praia, então, surge como a natureza que cura. Desse modo, o litoral passa a ser visto por uma perspectiva positiva, como aquele que se diferencia do cotidiano, e que corresponde também ao desejo de libertar-se do ambiente morbífero.

A "Estética da Insubordinação" demarca o momento de efetivo desejo pela praia, como representação da busca pela liberdade. Novas percepções se apresentaram no sentido de utilização da praia como o lugar de lazer e descanso, ao tempo em que se buscava adequar a urbanização crescente à realidade geográfica. Junto com o lazer evidenciam-se as expressões de desejo por livrar-se da cidade, do cotidiano e das vestimentas. A insubordinação se dava pelas práticas que se contrapunham às práticas e a moral urbana, fazendo da praia um ambiente propício a exceção da modéstia e dos valores sociais de então. Dessa forma, verificou-se, na análise do evidente processo de desnudamento, a possibilidade de reconhecimento das tensões entre a praia e a cidade que se aproximava. Neste momento o uso da praia se popularizou, evidenciado pelo surgimento e expansão da "moda praia". Embora a expressão "moda praia" não se refira a um ramo da indústria têxtil, verificou-se, pela análise dos modelos das vestimentas, que os tamanhos de tais trajes, gradativamente, iam diminuindo e, assim, expondo cada vez mais os corpos e as tensões que se estabeleciam entre o ambiente da praia e o da cidade. Entendeu-se por este momento, o qual é reconhecido como da "moda praia", por autores como Thales de Azevedo (2007), que o mesmo só assim pode ser reconhecido, se moda não denotar mera aceitação, mas, ao contrário, uma forma de contestação, de diferenciação e de tensões (BENJAMIN, 1997).

Ambas as dinâmicas, que correspondem, por um lado, a liberdade da moléstia, e por outro, a tentativa de livrar-se da "modéstia", em decorrência da vida nas cidades e dos locais de trabalho, apresentam configurações que pressupõem formas de liberdade: enquanto o primeiro libertaria o corpo da doença, a segunda livraria das condutas obrigatórias na cidade. No entanto, junto com essa pretensa liberdade, percebe-se que novas regras surgem. A

possibilidade de se livrar das doenças dar-se-ia apenas pela aplicação das prescrições médicas, e que o libertar-se das regras compreendidas como sendo do espaço urbano, faria surgir novas formas de controle social, que não muda a modéstia da cidade, mas apenas se amplia para a praia.

A identificação do último momento, como sendo o da "Estética da Polissemia", se deu em decorrência da observação de que a praia passa a compor a ambiência da cidade. A praia torna-se cidade. Entende-se, pelo que foi analisado, que a praia passa a ser mais um espaço da cidade, a qual contém "várias vozes", tendo a praia se tornado mais uma voz que ecoa na "cidade polifônica" (CANEVACCI, 1997). A consolidação do turismo e a efetiva urbanização das zonas litorâneas reafirmaram a praia como o "lugar próprio", no qual cada um deveria ter assegurado o seu lugar na faixa-de-areia. A praia adentra o cotidiano da cidade e a ideia de ir à praia passa a ser compreendida como um momento de lazer proporcionado pela cidade.

Portanto, depreende-se que os desejos pela praia são retroalimentados por valores que emergem nas últimas décadas, onde o desejo pela liberdade ganha novos contornos, e são expressões do domínio de si, onde sempre novos desejos pela praia seguem uma dinâmica de constante retroalimentação. Este é o momento em que se consolida a noção de "cidade praiana", bem como, a ideia de "praia urbana". A praia, que agora se revela, é aquela que reverencia todos os aspectos apreendidos na história do processo de aproximação da cidade à praia. É neste momento que se torna compreensiva a apropriação total do litoral urbano Natalense, que de colônia de pescadores, a qual se resume na atualidade à poucos metros na faixa-de-areia, torna-se a praia de lazer. E assim, essa praia que adjetiva a cidade é a praia urbana, a qual tem sido submetida a um intenso processo de urbanização, que avança à faixa-de-areia.

É no bojo dessas mudanças, que, sobre Natal, torna-se possível a afirmação: "Natal é uma cidade praiana". A partir deste entendimento, foi possível verificar um duplo resultado em consequência da apropriação do urbano pela praia: O primeiro está relacionado à diminuição da faixa-de-areia pela inserção de equipamentos urbanos, o que se considera um processo de "enobrecimento urbano do litoral"; e, o segundo, fica relacionado ao aumento da promoção do urbano como praiano.

Os valores que emergiram, neste momento, estão relacionados à exposição do corpo, à co-vivência pública adensada, à busca pela liberdade das obrigações cotidianas e pela consolidação da praia como componente da cidade, o qual se apresenta e diferencia-se de

praças, parques e shoppings; enquanto possibilidade de lazer na cidade, inclusive pela probabilidade de congregar o maior número de pessoas em um ambiente público na atualidade.

Diante do reconhecimento da aproximação da cidade à praia, foi necessário apresentar qual cidade se aproxima deste outro ambiente. Afinal, considera-se que a praia é primeiro seu entorno urbanizado, na medida em que sua utilização decorre das relações que são estabelecidas no cotidiano da cidade, e, posteriormente, porque práticas que emergem na praia tencionam com as práticas da cidade. Assim, é neste sentido que se fez um reconhecimento desta cidade que passou a comportar uma praia, o que possibilitou seguir à compreensão da faixa-de-areia na atualidade.

A cidade urbana revela-se pelo cotidiano exaustivo, e é compreendida pelo seu aspecto "técnico"(BRÜSEKE, 2002), que está diretamente relacionado à sua configuração arquitetônica e à possibilidade de contemplação das exigências de conforto, apresentadas pelos banhistas. Por outro lado, compreende-se por Han (2014), que esta cidade é exemplar do modelo capitalista, na medida em que possibilita pensar a cidade enquanto núcleo detentor de uma dinâmica própria. Por esse entendimento, Han (2014) afirma que o capitalismo opera sobre o desejo, e que o determina, eliminado qualquer negatividade para liberar a positividade ao consumo.

Para Han (2014), o capitalismo se torna obscuro, tal entendimento decorre da aceitação de que o capital acelera a produção até o extremo, e se desliga da teologia da vida boa. Assim, o autor, entende que o mundo se torna *pornô*, na medida em que tudo é profanado em seus valores mais importantes. Diante desta profanação, recorre-se à espaços outros, capazes de libertar destas tensões. É por esta perspectiva que se entende que a praia se torna o lazer da cidade, num indicativo, por excelência, do desejo por liberdade, pela calma, tranquilidade e descanso.

O segundo capítulo guiou-se pelo questionamento acerca da própria praia, ou seja, questionou-se o que se pode entender por "praia" na contemporaneidade. Uma vez tendo reconhecido que a praia passa a compor a cidade e como se pode caracterizar esta cidade que a comporta, foi possível avançar na compreensão da faixa-de-areia. Para tanto, seguiu-se à uma descrição dos usos que se apresentam na praia e, conseqüentemente, uma análise de tais usos a partir da noção de "configuração" (SLOTERDIJK, 2003). Ao definir que a praia se configura pelo desejo de liberdade da cidade do cansaço, analisou-se o "clima" da praia urbana. Neste

capítulo o corpo torna-se referência à análise da configuração da praia na medida em que delinea o espaço e recobre-se de padrões de exigência. Neste momento discute-se a ideia de "corpo de praia", sendo este o corpo que precisa expor sua jovialidade e beleza. As pequenas peças de roupas de banho permitem apresentar a totalidade em suas formas e, diante dessa possibilidade, encontra na praia o ambiente propício a esta exposição, que em outros ambientes da cidade só seria possível a exposição do pós-praia, valorizado pelo bronzeado e pela marca do biquíni no corpo. Verifica-se na praia uma co-vivência pública expressa pela dinâmica do corpo que demanda a atenção do outro através de expressões de tranquilidade, felicidade, sensualidade e sexualidade. Entende-se que a praia expressa um "clima" próprio, na medida em que ressoa o urbano e sustenta-se pela incessante busca de realização de desejos que estão expressos nas formas de co-vivência à beira-mar.

Neste sentido, a análise das práticas à beira-mar, deu-se pela perspectiva antropológica apresentada por Peter Sloderdijk (2003). Tal perspectiva assegura uma compreensão da vida humana que se realiza no espaço a partir de uma esferologia. O Autor entende que o espaço é um infinito que só passa a ser delimitado pela co-vivência que o interpreta, sendo este definido como *esferas*. A partir dessa referencial teórico e metodológico, foi possível concluir que o espaço, que decorre do movimento do corpo, é o espaço de "ressonância" (SLOTERDIJK, 2003), enquanto impulso diário que não são apreensíveis no olhar, mas que são expostos em movimento e apreendido em seus limites que configuram o espaço. A praia compõe-se de "esferas" próprias, de aparente domínio do corpo, que delimita a superfície e a torna porosa, similar ao que Deleuze e Guatarri definem como "espaço estriado". Contudo, a praia não se delimita apenas por esta porosidade, é também permeada por outros movimentos que demarcam a superfície, cuja permeabilidade pode, em alguns momentos, representar tensionamentos e estouro das "esferas" (SLOTERDIJK, 2003), que se apresentam na faixa-de-areia, expondo um aberto e sutil conflito de uma configuração humana. Verificou-se que as pessoas passam a delimitar suas esferas nas primeiras horas do dia, delimitam-nas pelo caminhar, pela mesa que ocupa nas barracas ou mesmo pela toalha espalhada no chão. Cada um busca o seu lugar na praia, cada um com seus próprios desejos, em suas variadas percepções sobre o uso da praia. Não apenas por isso, mas porque assim decorre a vida humana, as expressões de desejos começam a ser expostas e as tensões explicitadas. Estar na praia denota ouvir a música do outro, ver o corpo que vezes incomoda, compartilhar um ambiente e, por outro lado, privar-se do *soundscape* com fones de ouvido, que também é utilizado para driblar as investidas dos vendedores ambulantes, abstrair o ambiente com um olhar fixo ao mar ou

mesmo mostrar-se em movimentos sutis capazes de tornar sensual os mais simples gestos. Neste sentido, entende-se que a dinâmica social da faixa de área pode ser comparada metaforicamente às ondas do mar que deslizam sobre a areia da praia em variados formatos. A espuma que, junto a onda, decanta na areia e forma linhas irregulares, inconsistentes, tece-se em bolhas que se aglutinam em sua formação e posteriormente estouram a cada choque entre as bolhas, em uma tênue e tensa harmonia, que, ao tempo em que consiste em uma espuma, se autodesfaz quando o encontro chega a um intenso extremo.

Assim, a configuração *praia* pode ser compreendida pelas esferas que compõem a faixa-de-areia, as quais formam *bolhas* de subjetivação e, posteriormente, estruturam as *espumas* de configuração humana, que se agrupam, que se chocam, que se tensionam e que se desfazem. Porém, não são constituições próprias e indissociáveis, ao contrário, entende-se que são expressões da ressonância entre ambientes distintos, que no caso específico da configuração praia, ressoa a cidade enquanto urbanidade e a praia enquanto natureza. Neste sentido, atenta-se que tais esferas não representam a si mesmas, pois representam uma extensão, ou seja, um prolongamento de subjetivações, práticas, valores e relações que configuram a cidade.

Verificou-se que as tensões que ressoam na praia não cessaram em nenhum momento da história de utilização da praia, nem apresentam previsões para isto. O semidesnudamento não é uma questão estanque e já resolvida. Há discussões em vários países sobre a proibição e permanência do uso do traje de banho, ou mesmo de sua completa retirado, o que resulta em francas discussões sobre a liberdade individual e de exposição do corpo. Pode-se verificar o quanto esta discussão contribui para se pensar a praia que se realiza pela exposição de desejos da sociedade contemporânea. O libertar-se das roupas, da cidade, do cotidiano de trabalho e estudo, não decorre de um simples semidesnudamento ou da convivência entre aqueles que buscam o mesmo objetivo, homogeneizando-se em uma espuma. Ao contrário, correspondem a uma dinâmica fluida e dinâmica, que sempre apresentou elementos contestadores que tencionam com a moral das práticas à beira-mar.

Contudo, verifica-se que o "clima" (SLOTERDIJK, 2003) praiano é a associação agitada e assimétrica de múltiplos-espacos e múltiplos-processos, que ressoam práticas urbanas, as quais também se compõem das ressonâncias do seu ambiente natural. As variadas esferas, que ressoam na formação da espuma humana compreendida como praia, não podem ser verificadas como totalmente unidas ou separadas, afinal, orientam-se pelas forças que as organizam internamente e externamente. A praia mostra-se, assim, como um agregado de

microesferas que congregam variedades de forças contidas em *Eros* e *Thymos* (SLOTERDIJK, 2003; 2012), apreendidas pela observação das dimensões esferológicas anteriormente apresentadas, que se delimitam umas pelas outras, se chocam e se refazem a cada nova configuração. O "clima praiano" é compreendido como aquele que deriva da praia e da cidade, não corresponde simplesmente a um apaziguamento de tensões ao a uma pura liberdade das demandas dos centros urbanos, ao contrário, corresponde a uma dinâmica da exposição, vezes corajosa, de desejos de como se quer ser, e de como se deseja viver, cuja efetivação se esbarra nos valores e nas regras morais que o indivíduo, na co-vivência com o outro, expõe em seu cotidiano. A análise das forças psicodinâmicas e o reconhecimento da assertiva de que a cidade ressoa nas práticas da praia puderam ser melhor compreendidas a partir dos dois exemplo utilizados nesta tese, os quais destacam aspectos culturais a partir das normas de co-vivência estabelecidas entre os indivíduos nas cidades, os exemplos abordaram a nudez do naturismo e o semidesnudamento das mulheres de tradição mulçumanas. Neste sentido, a praia nos revela uma sociedade desejante que busca, *priori*, livrar-se das exigências excessivas do cotidiano.

Por outro lado, entende-se que a análise da cidade praiana, onde as praias se inserem, pode guiar à compreensão pela praia, a qual, entende-se, expressa-se em desejos múltiplos que se ajustam ao desenrolar necessário e contingencial da vida em sociedade. E, mais, considerando a fragilidade do clima da praia, e mesmo da própria praia, em decorrência de ser este um espaço de lazer, suscetível a variações climáticas e de co-vivência entre muitos indivíduos, representados pela ameaça de ofensivas entre esferas ou pelas forças psicodinâmicas, pensa-se o desejo como mantenedor da liberdade ou da "imunização", para usar uma expressão de Sloterdijk (2003). É neste sentido que se entende a possibilidade de se estar na praia como "mimo" (SLOTERDIJK, 2003) para àqueles que vivenciam o cotidiano das cidades.

Por fim, no último capítulo, buscou-se compreender o que comumente se entende por "cultura praiana" ou "estilo de vida praiano". Inicialmente é preciso destacar que se reconheceu, durante a pesquisa, a impossibilidade de entendimento de uma "cultura praiana" como comumente é percebida, estando esta percepção relacionada a própria praia ou mesmo a um estilo de vida considerado praiano. Isto porque se verificou que a praia e o praiano correspondem a uma ressonância de práticas que não comportam uma distinção cultural evidente. Deste modo, reconhece-se que àquilo que se diz ser uma "cultura praiana" está diretamente relacionado aos entendimentos aqui apresentados acerca do "estilo praiano".

Posteriormente, faz-se necessário destacar que a ideia de "estilo de vida praiano" aqui apresentada decorre de dois aspectos, um relacionado ao consumo e outro evidenciado pela possibilidade de permeabilidade do ambiente praiano no âmbito do urbano. Deste modo, destaca-se a necessidade de compreensão da dinâmica de consumo na faixa-de-areia e em seu entorno. E, o reconhecimento do praiano no urbano, no qual revela-se uma ressonância de aspectos ao reconhecimento do que se entende por estilo de "estilo praiano".

Partindo da ideia de que o consumo se torna evidente quando se delimita um estilo de vida, a análise se delineou pelo âmbito da economia da praia. Para tanto, a modificação do litoral foi apresentada pela tensão existente entre a legislação vigente e a crescente demanda pelo desenvolvimento da região, que diante do turismo de sol e mar, possibilita a construção de prédios e equipamentos públicos que por vezes impossibilitam o uso da própria praia. O consumo que se estabelece na faixa-de-areia e em seu entorno estabelece um ambiente que pode ser percebido pelas distorções que buscam reforçar a arquitetura urbana que se ergue, em torno da promoção do turismo, e a paisagem natural que se modifica. Ao mesmo tempo em que se caracteriza como importante para se pensar a configuração praia, na medida em que o consumo se torna expressivo entre aqueles que frequentam a praia e aqueles que se sustentam economicamente pelo comércio na praia. A paisagem praiana, desta forma, é compreendida como detentora deste preponderante aspecto que é capaz de caracterizá-la e evidenciar elementos de seu cotidiano, principalmente em relação à demanda arquitetônica que modifica e interfere na paisagem.

Para além dos aspectos econômico, pensou-se na possibilidade de compreender como uma paisagem se imbrica à urbanização e permite, desta forma, adjetivá-la. Desta forma, foi possível apresentar uma compreensão do que se reconhece como "estilo de vida praiano". Diante da análise, verificou-se que o praiano, enquanto estilo, que avança além dos limites litorâneos, passa a corresponder apenas a uma "imagem" (HEIDEGGER M. , 2009), a qual se esvanece diante do afastamento do ambiente-praia, uma vez que se entende que a imagem e a paisagem se co-pertencem. Neste sentido, o "estilo praiano", em espaços que se distanciam do ambiente-praia, torna-se um ambiente complexo por remeter a algo que não se é, estar-se fora do seu ambiente originário, fazendo-se presente em imagens descontextualizadas. Tem-se, dessa forma, um estilo esvanecido, exatamente por considerar que o mesmo não está em seu ambiente. O ambiente-cidade, como já mencionado, é assim definido pelo inerente aspecto técnico e pelo cotidiano exaustivo, desta forma, a cidade que se apresenta como praiana conserva seu aspecto urbano, situando tudo aquilo que venha a determinar sua paisagem como

um algo apenas que a ornamenta. O praiano como estilo da cidade pode ser comercializado, subjetivamente experienciado, mas torna-se, principalmente, elemento que desperta o desejo pela praia, pois o praiano só pode ser vivenciado no ambiente da praia. Estar numa cidade praiana é o experimentar da possibilidade de se atingir o desejo de se estar na praia.

A análise do estilo praiano, associado à palavra “vida”, indica o entendimento da noção de “estilo de vida praiano” enquanto deslocamento ou extensão dos usos da faixa-de-areia, não representando uma exclusão desta, mas ampliando seu “clima” (SLOTTERDIJK, 2003) para os limites da cidade. Dessa forma, verifica-se que o praiano, enquanto estilo de vida, é mais uma possibilidade de se vivenciar a cidade, na medida em que ressoa aspectos da praia. Para uma definição de “estilo” que possibilitasse abarcar todo o espectro passível do que se entende por praiano, buscou-se na noção de “*design*” (LATOUR, 2014; SLOTTERDIJK, 2003) os componentes necessários à sua definição. Neste sentido, entende-se o “estilo de vida praiano” como um *redesign* (LATOUR, 2014) do urbano em seu aspecto arquitetônico e do urbanismo enquanto co-vivência diária. Considera-se que o urbanismo é compreendido como um “modo de vida”, que busca em certa medida “imunizar” (SLOTTERDIJK, 2003) os aspectos do exaustivo cotidiano das cidades.

Neste sentido, a busca por um estilo de vida é sempre a busca pelo desejo de se consumir um estilo que se promove pela possibilidade de fuga do modo de vida urbano. Porém, limita-se a esta afirmativa, diante da possibilidade de negativa à experiência de um estilo de vida praiano, uma vez que recai na subjetividade do indivíduo, que invariavelmente se diz experimentar uma liberdade à beira-mar. No entanto, reconhece-se que o “estilo de vida praiano” apresenta-se na contemporaneidade com um produto da cidade, uma promoção dos entusiasmos pela liberdade à beira-mar, a ser consumido por aqueles que desejam libertar-se da cidade pelo praiano e pela praia.

Torna-se importante ressaltar que embora o praiano apresente-se como um *redesign* do urbano, isso não corresponde a uma cópia do urbano, mas uma tentativa de sublimar o urbano. Atenta-se que não se verifica na praia uma positividade, como observa Han (2010) na sociedade, considerando que o autor esteja fazendo referência a este outro lugar, que não o da praia, o qual considera-se como cidade. Talvez a praia pudesse ser percebida como uma negatividade em relação a cidade, em uma perspectiva relacional, e expressa-se em ressonâncias sobre a positividade da cidade, noção que já se deslocaria da compreensão do autor, uma vez que na sociedade do rendimento não se encontra espaço para a negatividade.

Porém, no âmbito da urbanização e estando a praia inserida na cidade, pode se considerar que a praia se envolve de aspetos da positividade, mas, por outro lado, não se pode afirmar que todos os aspectos relacionados ao uso da faixa-de-areia correspondem a esta positividade, muito menos que envolveria a subjetividade daqueles que se esquivam do urbano e buscam, na praia, a possibilidade de abstração, diante do mundo que o cansa, apenas pelo simples olhar que se perde diante da grandiosidade do horizonte marinho, são aqueles desejantes de liberdade, que dizem encontrá-la na praia.

Neste sentido, entende-se que os usos da praia correspondem a uma fuga da cidade exaustiva, enquanto o praiano é a configuração que resulta de desejos de livrar-se da dinâmica urbana, ou ao menos de tornar-se “imune” (SLOTERDIJK, 2003) à cidade. Portanto, o estilo de vida praiano, que é compreendido como um *redesign* da cidade, apresenta-se como uma forma de vida urbana que consome uma imagem específica, que se retroalimenta no desejo de liberdade pela praia.

De tal modo, compreende-se que o sentido público da praia urbana corresponde à realização do desejo retroalimentado pela dinâmica exaustiva da cidade. Na praia, se apresentam silhuetas, formas, modelos, designs, que estão sempre mediados e controlados, o que impede uma afirmação acerca da pretensa liberdade na faixa-de-areia, sendo apenas admissível de se assegurar a possibilidade de reafirmar que o desejo se revela como configurador da praia, na qual se deseja libertar-se do cotidiano da cidade, na mesma medida em que se deseja apresentar o corpo, ser visto, banhar-se ao mar, bronzear-se ao sol, ou, simplesmente, estar na praia.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. (1998). **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes.
- AGAMBEN, G. (2014). **Nudez**. São Paulo: Autêntica.
- ALBERTI, L. B. (1990). **Da Pintura**. São Paulo: Unicamp.
- ARANTES, Antonio (1997). **A Guerra dos Lugares: fronteiras simbólicas e liminaridade no espaço urbano de São Paulo**. In: Fortuna, Carlos (org) *Cidade, Cultura e Globalização*. Ensaios de sociologia. Oeiras, Celta Editora.
- ARGAN, G. C. (1998). Arte e Cidade - 4 O Significado da Cúpula. Em G. C. ARAGAN, **História da Arte como História da Cidade** (pp. 95-101). São Paulo: Martins.
- AZEVEDO, T. (2007). A praia: espaço de sociabilidade. **A economia da praia**, pp. 201-215.
- BARICKMAN, B. J. (2009). **Passarão por mestiços: o bronzamento nas praias cariocas, noções de cor e raça e ideologia racial, 1920-1950**.
- BATISTA, L. (2005). Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): ensaiando um ponto de partida. **Forum Sociológico** (n.os 13/14 (2.^a Série), pp. 47-58.
- BENJAMIN, W. (1994). A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Magia e Técnica: ensaios sobre literatura e história da cultura** (S. P. Rouanet, Trad.). São Paulo: Brasiliense
- BENJAMIN, W. (1997). Paris, Capital do Século XIX. In: C. FORTUNA, **Cidade, Cultura e Globalização** (pp. 67-80). Oeiras: Celta.
- BOURDIEU, P. (2007). **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk.
- BOZON, M (2004). **Sociologia da sexualidade**. (Rio de Janeiro): FGV.
- BRÜSEKE, F. **A Modernidade Técnica**. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol.17, n.49, junho/2002.
- CANEVACCI, M. (1997). **A cidade polifônica**. São Paulo: Studio Nobel.
- CERTEAU, M. (1998). **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes.
- COELHO, M. H. (2011). **Ocupação do setor de turismo no Brasil: análise da ocupação nas principais ACTs nos estados, regiões e Brasil**. Distrito Federal: IPEA.
- CORADINI, L. (2008). **Cenários e Imagens das cidades litorâneas do nordeste do Brasil**. VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: Saberes e Práticas.
- CORBIN, A. (1989). **Território do vazio - a praia e o imaginário ocidental**.
- COSTA, A. (2002). Identidades culturais urbanas em época de globalização. **Revista brasileira de ciências sociais - VOL. 17 No 48**, pp. 15-30.

COSTA, R. P. (1974). **Cronologia Histórica do estado do Piauí**. Artenova.

DANTAS, A. C. (2003). **Sanitarismo e Planejamento Urbano: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1933 e 1969**. Natal: Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo).

DELEUZE, G., & GUATTARI, F. (2004). **Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia I**. (J. M. Carrilho, Trad.) Lisboa: Minut.

DISITZER, M. (2012). **Um mergulho no Rio: 100 anos de moda e comportamento na praia carioca**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

DUMOULIÉ, C. (2005). **O Desejo**. Petrópolis: Vozes.

ELIAS, N. (1999). **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70.

ELIAS, N., & DUNNING, E. (1992). **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel.

ESPINOSA, B. (1992). **Ética**. Lisboa: Relógio d' Água.

FARIAS, P. (2006). **Pegando uma cor na praia**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro.

FEATHERSTONE, M. (1995). **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. (J. A. Simões, Trad.) São Paulo: Studio Nobel.

FORTUNA, C. (1997). **Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia**. Oeiras: Celta.

FREITAS, J. G. (2007). O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado. **Revista da Gestão Costeira Integrada** 7(2), 105-115.

FREUD, S. (1990). Projeto para uma psicologia científica. Em **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund freud** (Vol. 23, pp. 385-529). Rio de Janeiro: Imago.

FREUD, S. (2001). **A interpretação dos sonhos**. Rio de Janeiro: Imago.

GADAMER, H.-G. (1996). **O problema da consciência histórica**. (P. FRUCHON, Ed.) Rio de Janeiro: FGV.

GADAMER, H.-G. (1999). **Verdade e Método: trações fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Vozes.

GANDAVO, P. d. (2008). **Tratado da Terra do Brasil História da Província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**.

GIDDENS, A. (2002). **Identidade e Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GOLDENBERG, M. (2007). **O corpo como capital: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira**. São Paulo: Estação das Letras e Cores.

GOMES, M. S. (Agosto de 2008). Dimensões Simbólicas do Turismo Sexual. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Fonte: Feriadosmunicipais.com.br

GOMES, M. S. (Outubro de 2012). A Imagem do Brasil no Exterior e o Turismo: A operacionalização do Plano Aquarela em Portugal. **Revista Rosa dos Ventos**. Fonte: <http://www.ucs.br/site/revistarosadosventos/>

FEATHERSTONE, Mike (1995). **Cultura de Consumo e Pós-modernismo**. São Paulo, Studio Nobel.

FEATHERSTONE, Mike (1997). **Culturas globais e culturas locais**. In Fortuna, Carlos (org) Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de sociologia. Oeiras, Celta Editora.

HAN, B.-C. (2014). **A Agonia de Eros**. Lisboa: Relógio D'água.

HEGEL, G. W. ((1835)2001). **Curso de Estética** (Vol. I). (M. A. Werle, Trad.) São Paulo: Universidade de São Paulo.

HEIDEGGER, M. (1977). **A Origem da Obra de Arte**. Lisboa: Edições 70.

HEIDEGGER, M. (2009). **Sobre a Madonna Sixtina**. Covilhã: Lusofia.press.

JAMESON, F. (1996). **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática.

KUPERMANN, D. (2003). **Ousar rir: humor, criação e psicanálise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LATOUR, B. ([2009] 2014). **Um Prometeu cauteloso? Alguns passos rumo a uma filosofia do design (com especial atenção a Peter Sloterdijk)**. Agitpropn. 58. Agitpropn: revista brasileira de design.

LE BRETON, D. (2010). **A sociologia do Corpo**. Petrópolis: Editora Vozes

LEITE, Rogério (2007). **Contra-usos da Cidade**. Campinas/São Cristóvão, Ed. UNICAMP/Ed.UFS, 2ª Ed.

LENCEK, L., & BOSKER, G. (1988). **The beach: the history of paradise on earth**. London: Secker & Warburg.

LÉVINAS, E. (2010). **Entre Nós: Ensaio sobre a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes.

LOUREIRO, K. A. (1983). **A Trajetória urbana de Aracaju em tempos de interferir**. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisa – INEP.

LYKOUROPOULOS, M. B., & ARAUJO, L. M. (2006). **A comercialização de tapioca na orla de maceió: patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento local**. XI encontro nacional de turismo com base local.

MACEDO, S. S. (2004). Paisagem, litoral e formas de urbanização. Em O. D. FREIRE, **PROJETO ORLA: subsídios para um projeto de gestão Brasília** (pp. 43-62). Brasília: MMA e MPO.

MARINHO, I. d. (2007). **Pesquisa Economia da Praia: ambiente favorável ao lazer e as negócios**. Natal: SEBRAE.

MARINHO, M. M. (2008). **Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque Natalense (1900-1930)**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MAUSS, Marcel (1974). As técnicas do corpo. In: _____. **Sociologia e antropologia**. Vol. 1. São Paulo: Edusp.

MERLEAU-PONTY, Maurice (1999). **Fenomenologia da Percepção**. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes.

MOOSBURGER, L. d. (2007). "A origem da obra de arte" De Martin Heidegge. R.: Curitiba.

MORAES, A. C. (2004). Classificação das praias brasileiras por níveisde ocupação: proposta de uma tipologia para os espaços praias. Em O. D. FREIRE, **PROJETO ORLA: subsídios para um projeto de gestãoBrasília** (pp. 31 - 42). Brasília: MMA e MPO.

NIETZSCHE, F. (1999). **O Nascimento da Tragédia**. São Paulo: Schwarcz.

NIETZSCHE, F. W. (2001). **Além do Bem e do Mal**. (M. PUGLIESI, Trad.) Curitiba: Hemus.

O'DONNELL, Julia. (2011). **Um Rio Atlântico: Culturas urbanas e estilos de vida na invenção de Copacabana**. Tese de Doutorado, Mudeu Nacional, 2011

PAIS, José Machado (2007). **Sociologia da Vida Quotidiana**. Lisboa, ICS, 2007.

PAIS, J. M. (1996). **Vivências Sexuais: Modos e Diversidades**. III Congresso Português de Sociologia.

PEREIRA, A. Q. (2014). **A urbanização vai à praia: Vilegiatura Marítima e Metrópole no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC.

PERLINGEIRO, C. (2008). **Esboço para uma história do biquíni**. Em L. NIEMEYER, Coleção Moda Brasileira (pp. 13-33). São Paulo: Cosac Naify.

PLATÃO. (15 de 11 de 2001). **O Banquete**. Acesso em 2015, disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000048.pdf>

AGUIAR, Marina & DIAS, Reinaldo (2002). Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições. Campinas, SP: Editora Alínea.

RUFINO, G. D. (2004). Patrimônio costeiro e seus fundamentos jurídicos. Em O. D. FREIRE, **PROJETO ORLA: subsídios para um projeto de gestão** (pp. 63-84). Brasília: MMA e MPO.

SCHOPENHAUER, A. (2005). **O mundo como vontade e representação: livro IV**. (H. Barbuy, Trad.) Fonte: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/representacao4.html>

SÉNECA. (2011). **Medeia**. (A. A. SOUSA, Trad.) Coimbra: Universidade de Coimbra.

SENNETT, R. (2003). **O carne e a pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. (M. A. Reis, Trad.) Rio de Janeiro: Record.

SILVA, I. d., NAKANO, K., SANTORO, P. F., FONTES, M. L., & BARBOSA, M. G. (2006). **Projeto orla implementação em territórios com urbanização consolidada**. São Paulo; Brasília: Instituto Polis; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

SILVA, K. D. (2010). **A residência secundária e uso do espaço**. Natal: Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SIMMEL, G. (1997). **A metrópole e a vida do espírito**. In: Fortuna, C. (org). **Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras: Celta.

SIMMEL, Georg (2006). **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

SLOTEDIJK, P. (2003). **Esferas III: Espumas**. Barcelona: Editorial.

SLOTEDIJK, P. (2012). **Ira e tempo**. São Paulo: Estação Liberdade.

SOARES, S. (2009). **O espaço pictural em heidegger**. Lisboa.

SOUSA, G. S. (1851). **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Madri.

SOUSA, P. L. (1839). **Diário da Navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a Capitania-mor de Martm Afonso de Souza**. Lisboa: Tipologia da sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

SPINOZA, B. d. ((1667) 2007). **Ética**. (T. TADEU, Trad.) Belo Horizonte: Autêntica.

TRINDADE, S. L. (2010). **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora do IFRN.

VELHO, G. (1977). **A Utopia Urbana**. Rio de Janeiro: Zahar.

WAIZBORT, L. (2000). **As Aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: USP.

WIRTH, L. (1997). **O urbanismo como modo de vida**. In: **Cidade, Cultura e Globalização: ensaio de sociologia**. Oeiras: Celta.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Documentos de Gestão, disponíveis no endereço <http://www.spu.planejamento.gov.br>:

PROJETO ORLA - **Subsídios para um Projeto de Gestão**, Secretaria do Patrimônio da União/SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP e Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/SQA, do Ministério do Meio Ambiente/MMA. Brasília, 2003.

PROJETO ORLA - **Fundamentos para uma Gestão Compartilhada**. Secretariado Patrimônio da União/SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP e Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/SQA, do Ministério do Meio Ambiente/MMA. Brasília, 2003.

PROJETO ORLA - Guia de Implementação. Secretaria do Patrimônio da União/SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP e Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/SQA, do Ministério do Meio Ambiente/MMA. Brasília, 2005.

PROJETO ORLA - Manual de Gestão. Secretaria do Patrimônio da União/SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP e Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/SQA, do Ministério do Meio Ambiente/MMA. Brasília, 2005.

PROJETO ORLA - Implementação em Territórios com Urbanização Consolidada. Secretaria do Patrimônio da União/SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP e Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/SQA, do Ministério do Meio Ambiente/MMA.. Brasília, 2006.